

## COLABORADORES

Abner Sótenos  
Adriana da Silva Serafim  
Adriana Maria Ribeiro  
Alexander Souza Gomes  
Alexandre Fortes  
Allofs Daniel Batista  
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro  
Giselle dos Santos Siqueira  
Higor Codarin  
Jean Sales  
John D. French  
José Claudio Souza Alves  
José Ricardo Ramalho  
Luiz Anselmo Bezerra  
Travis Knoll

978-65-86555-38-7



9 786586 555387



Jean Sales e Alexandre Fortes (Orgs.)

A BAIXADA FLUMINENSE E A DITADURA MILITAR



Jean Sales e Alexandre Fortes (Orgs.)

2ª EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

# A BAIXADA FLUMINENSE E A DITADURA MILITAR

MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESSÃO E PODER LOCAL



O período do regime militar, marcado pelo uso da tortura e da repressão, recebeu também a oposição veemente de significativos setores da sociedade brasileira. O respeito aos direitos humanos básicos tornou-se bandeira importante de contestação ao autoritarismo e fez crescer nacional e internacionalmente a condenação moral à ditadura. Essa história não pode ser esquecida, merece divulgação ampla e serve como um alerta contra aventuras autoritárias que, vez ou outra, teimam em querer voltar ao Brasil. Um bom exemplo desse esforço se concretiza neste livro, que reflete o empenho admirável de um grupo de pesquisadores que se propôs a aprofundar os estudos sobre a ditadura militar e também a dar visibilidade aos seus efeitos sobre os trabalhadores e os movimentos sociais da Baixada Fluminense. Esta iniciativa é um avanço no sentido da consolidação de um corpo de conhecimento que supre lacunas de investigação existentes sobre a ditadura e sobre essa região e estimula o envolvimento de novos pesquisadores nessa temática.

Jean Sales e Alexandre Fortes (organizadores)

2ª EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

# A BAIXADA FLUMINENSE E A DITADURA MILITAR:

MOVIMENTOS SOCIAIS, REPRESSÃO E PODER LOCAL

Salvador  
SAGPA  
EDITORA  
2022



o local da Assembleia, cumprindo ordem da Secretaria de Segurança. Depois de lida a proposta dos patrões, o plenário, em peso, aos gritos de "greve!", "greve!" rejeitou a proposta patronal e decretou a paralisação a partir da meia-noite do dia 11. Joaquim Arnaldo, relator da Comissão de Salário, resumiu em poucas palavras o que a maioria dos 250 mil metalúrgicos do Rio de Janeiro estava pensando: "O barulho das máquinas não deixa o patrão nos ouvir. É preciso parar as máquinas para que o patrão possa ouvir a gente".

## Greve não é só para homem

Companheira metalúrgica e mulher de metalúrgico: Seu marido está em greve. E você, que cuida da família, lava, passa, cozinha e faz o verdadeiro milagre de comprar arroz, feijão, leite e até carne "de vez em quando", sabe que esta greve é para melhorar as condições de vida de sua família e das famílias de todos os metalúrgicos. Por isso você está aqui, você está convocada para participar dessa luta. É muito importante sua colaboração. Já estão sendo providenciados locais juntos de suas casas onde deixar seus filhos com pessoas responsáveis e com toda segurança. Formas de você ajudar na luta são:

- Vendendo bônus.
- Distribuindo propaganda.
- Participando dos piquetes.

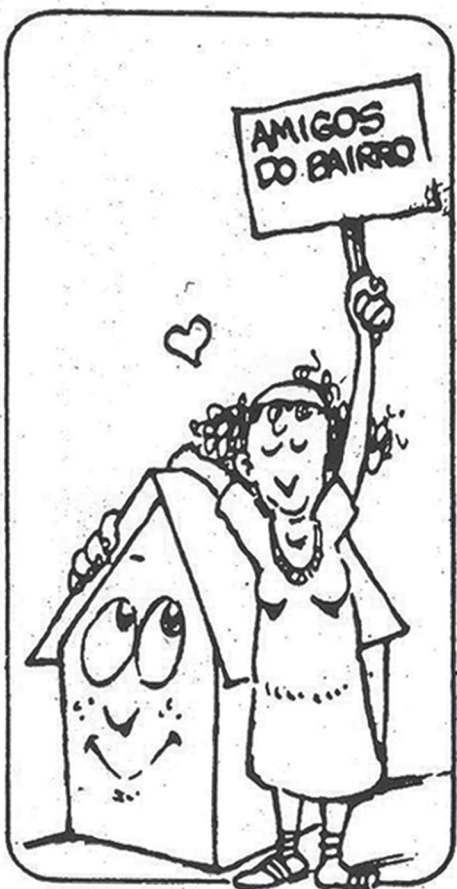
Metalúrgicos, e mulheres de metalúrgicos, o apoio à greve é importantíssimo. Assinado, a Diretoria e o Comando da Greve.

## CRIANÇAS NA CRECHE, MULHERES NA GREVE

As mulheres metalúrgicas estão participando ativamente da greve. Uma mulher faz parte da Comissão Executiva da Campanha Salarial e dez mulheres fazem parte da

JoB — O que vem a ser exatamente essa questão da profissionalização? Alzira: É que praticamente não tem nenhuma mulher metalúrgica que seja profis-

seira. Eles diziam que não mandavam elas embora de jeito nenhum. Mas foi só elas começaram a participar da campanha que eles mandaram demitir.



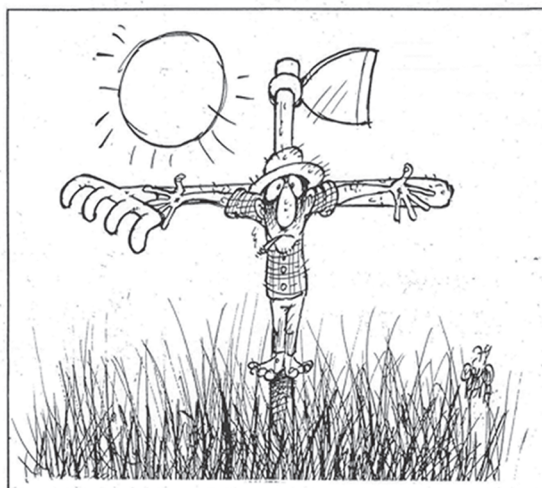
**REUNIÃO MONSTRO ASSUSTA PREFEITO DE NOVA IGUAÇU**

PAGINAS 4 e 5.





***“..E Zé Matias  
foi assassinado  
pelos fazendeiros”.***



***Pau comeu em 79.***



Imagens do jornal da Baixada (CEDIM-UTRR)



© 2022, By Jean Sales e Alexandre Fortes  
Direitos de edição à Sagga Editora  
Feito o depósito legal

Capa e Diagramação: Joice Dias  
Revisão: Larissa Nakamura

As imagens da capa e contracapa pertencem ao acervo do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Ficha catalográfica: Letícia Oliveira de Araújo CRB5/1836

---

B164 A baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local / Jean Sales, Alexandre Fortes, organizadores. 2. ed. rev. e ampl. – Salvador : SAGGA, 2022.  
276 p. ; 23 cm

ISBN: 978-65-86555-38-7

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Neoliberalismo. 3. Ditadura Militar – Rio de Janeiro. I. Sales, Jean. II. Fortes, Alexandre. III. Título.

CDD 981.063 – 21. ed.

---

Sagga editora e comunicação  
Avenida Sete de Setembro, nº 32 – Dois de Julho  
Salvador-BA  
Cep 40.060-904  
saggaeditora@gmail.com

# Sumário

|                                                                                                                                                         |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>Agradecimentos.....</b>                                                                                                                              | <b>7</b>       |
| <b>Nota à segunda edição.....</b>                                                                                                                       | <b>9</b>       |
| <b>Prefácio à segunda edição.....</b>                                                                                                                   | <b>11</b>      |
| <b>Prefácio à primeira edição .....</b>                                                                                                                 | <b>14</b>      |
| <b>Apresentação.....</b>                                                                                                                                | <b>16</b>      |
| <br>Da Ditadura Militar ao Neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada<br><i>José Claudio Souza Alves.....</i>                         | <br><i>19</i>  |
| 1964 em Magé: memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão<br><i>Felipe Augusto dos Santos Ribeiro .....</i>                           | <br><i>39</i>  |
| Sob o olhar e o julgamento da repressão: eu os declaro culpados<br><i>Abner Sótenos .....</i>                                                           | <br><i>65</i>  |
| Interdependência entre religião e política no bispado de Dom Adriano Hypólito no âmbito da Ditadura Civil-Militar<br><i>Alexander Souza Gomes .....</i> | <br><i>89</i>  |
| À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)<br><i>Higor Codarin .....</i>             | <br><i>113</i> |
| Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista - 1964/1975<br><i>Allofs Daniel Batista.....</i>                                  | <br><i>138</i> |
| Interferência militar e poder familiar em Nilópolis<br><i>Luiz Anselmo Bezerra.....</i>                                                                 | <br><i>164</i> |
| Getúlio Cabral e as vertentes da memória<br><i>Giselle dos Santos Siqueira .....</i>                                                                    | <br><i>193</i> |
| “Guerra do Riachão”: conflito religioso e disputa política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)<br><i>Adriana da Silva Serafim.....</i>                     | <br><i>213</i> |

|                                                                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Pela revolução, ele foi ao Éden! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto                                                             |     |
| <i>Adriana Maria Ribeiro</i> .....                                                                                                              | 237 |
| A casa da negritude: as “universidades clandestinas” (quilombos) do Brasil e o debate relativo à Teologia Hemisférica Negra (Nova Iguaçu, 1985) |     |
| <i>Travis Knoll</i> .....                                                                                                                       | 251 |
| Sobre os autores.....                                                                                                                           | 274 |

# Agradecimentos

**E**ste livro é fruto do trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação e Imagem (Cedim), do Campus de Nova Iguaçu, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Cedim, que tem como um de seus objetivos digitalizar e disponibilizar fontes relativas à história da Baixada Fluminense, organizou, em março de 2015, o seminário “Baixada Fluminense, 50 anos do golpe militar: 31 de março 1964/2014”.

Este livro, por sua vez, é fruto do seminário e das atividades de pesquisa do Cedim. Dessa forma, registramos aqui o agradecimento a todos os envolvidos no seminário, particularmente a Allofs Daniel Batista, que foi o primeiro a destacar a necessidade de se fazer um livro a respeito dessa temática, e a Maria Lucia Bezerra da Silva Alexandre, pesquisadora da história da Baixada Fluminense, que tem papel fundamental no desenvolvimento das atividades que originaram o livro.

Agradecemos ao prof. José Ricardo Ramalho, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-IFCS-UFRJ), por ter escrito o prefácio da primeira edição, e ao professor da John French, da Duke University, que nos brinda com o prefácio desta edição revista e ampliada.

Por fim, agradecemos ao Programa de Pós-graduação em História (PPHR) e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) pelo apoio para a publicação deste livro.



## Nota à segunda edição

A primeira edição deste livro foi publicada em 2016 pela editora Prismas e teve uma excelente recepção, tendo sido vendidos centenas de exemplares. Apesar disso, em 2016, a editora faliu, impossibilitando a continuidade da circulação da obra. Ainda assim, continuamos recebendo mensagens do público interessado na compra do livro, o que demonstra que a problemática continua sendo social e academicamente relevante.

Diante dessa situação, a editora Sagga se prontificou a realizar esta segunda edição. O novo livro traz, como mudanças principais, a inclusão dos capítulos “Da Ditadura Militar ao neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada”, de José Claudi de Souza Alves, “À revolução! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)”, de autoria de Higor Codarin, “Pela revolução, ele foi ao Éden! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto”, de Adriana Ribeiro, que substitui a entrevista com esse militante que havia sido publicada na primeira edição do livro e o capítulo final “A casa da negritude: as “universidades clandestinas” (quilombos) do Brasil e o debate relativo à Teologia Hemisférica Negra (Nova Iguaçu, 1985) do brasilianista Travis Knoll. Além de uma nova revisão e da inclusão dos novos capítulos, o livro ganhou um novo prefácio, escrito pelo professor John French, da Duke University.

Em um momento em que o Brasil atravessa grave crise política e social, e no qual parte da sociedade flerta com experiências autoritárias do passado, em grande parte pelo desconhecimento de sua própria história, esperamos que este livro contribua para o processo inacabado de justiça de transição no país.



# Prefácio à segunda edição

John D. French

*Duke University*

Trem sujo da Leopoldina  
Correndo, correndo, parece dizer  
Tem gente com fome, tem gente com fome  
Tem gente com fome, tem gente com fome  
Tem gente com fome, tem gente com fome  
Tem gente com fome  
Estação de Caxias  
De novo a correr  
De novo a dizer  
Tem gente com fome, tem gente com fome  
Tem gente com fome, tem gente com fome  
Tem gente com fome, tem gente com fome  
Tem gente com fome  
Tantas caras tristes  
Querendo chegar em algum destino  
Em algum lugar  
Só das estações  
Quando vai parando começa a dizer  
Tem gente com fome, dá de comer  
Se tem gente com fome, dá de comer  
Se tem gente com fome, dá de comer  
Se tem gente com fome, dá de comer  
Mas o freio irá todo autoritário  
Manda o trem calar  
-Shhhhhiiii!

**M**emorável evocação da Baixada, “Tem gente com fome” foi escrita pelo recifense Solano Trindade (1908-1974) durante os anos que viveu em Duque de Caxias sob a ditadura do Estado Novo. Musicada nos anos 1990 por Ney Matogrosso, a poesia tristemente acusatória e, ao mesmo tempo, discretamente militante, apareceu em *Poemas d’uma vida simples*, sua primeira coletânea publicada em 1944. Tendo migrado para o Rio, como milhões depois dele, o livro rendeu ao pernambucano orgulhosamente negro sua segunda prisão, como recorda sua filha Raquel: “Os po-

liciais chegaram revirando tudo, dizendo que ele guardava armas em casa. A polícia o levou e manteve incomunicável, minha mãe de prisão em prisão procurando por ele, até que o encontramos em um presídio na Rua da Relação". À época líder da célula Tiradentes em Caxias, continua ela, "papai tinha um caixote de cebola que ele fazia de estante. Lá estavam juntos a Bíblia e O Capital de Karl Marx."

Assim como outro residente de longa data da Baixada, João Cândido, o tempo passado por Solano Trindade em Duque de Caxias reflete a longa história da região como local de moradia – por opção ou por necessidade – de inconformados, descontentes e rebeldes. Desde a época em que quilombolas lá encontraram refúgio, a Baixada era um mundo que agricultores de subsistência, trabalhadores agrícolas e operários fabris fizeram de lar juntamente com sambistas, artistas populares e seguidores perseguidos das religiões de matriz africana. Também era um mundo de homens e mulheres que rejeitaram vidas de humilhação, de cabeças baixas dizendo "sim, senhor" para os seus superiores.

Esse legado vivo vem à mente diante das memoráveis histórias contadas nessa segunda versão expandida da coletânea sobre a Baixada Fluminense durante a última Ditadura Militar. Na sua rejeição do racismo e do autoritarismo, Trindade indicou um imperativo moral como alicerce da ação política: "Se tem gente com fome, dá de comer". Ao fazer isso, seus versos simples, mas eloquentes, servem para conectar aqueles que derrubaram uma ditadura instaurada em 1937, outra em 1964, e aqueles que hoje trabalham para colocar um fim à situação política gerada pela violação das normas democráticas e da soberania popular em 2016. Essa luta, sejamos claros, sempre passou por unir pessoas de visão democrática para além das suas diferenças de classe, como exemplificado pelo internacionalmente famoso romancista Jorge Amado, que viveu na Baixada enquanto atuava como deputado federal pelo PCB no período 1946-1948.

Já um campeão de vendas internacional, Amado comprou uma casa em um sítio com 21 mil metros quadrados, a meio caminho entre Duque de Caxias e São João de Meriti, com oitocentas laranjeiras. Para esse filho de um fazendeiro sergipano, o sítio oferecia um retorno à vida com maior estabilidade pessoal e política do que ele tinha conhecido durante uma década como um destacado oponente de Vargas, do capitalismo e da exploração das classes trabalhadoras e populares, urbanas e rurais. Sua mais recente biógrafa, Josélia Aguiar, oferece um retrato vívido do seu idílio rural, no sítio batizado de Peji de Oxóssi, em homenagem ao orixá de Amado "conforme o jogo de búzios do pai Procópio": "cobriam o terreno pés de lima, limão, fruta-pão, sapoti, goiaba, manga e mamão, toronja" junto com as galinhas de raça, gansos, marrecos no quintal, cada um deles batizado com o nome

de personagens dos seus romances ou apelidos literários e políticos: dois gansos chamados Antonio Balduino e Antonio Vitor, uma galinha chamada Rosa Palmeirão, a galinha carijó Dona Badaró e dois marrecos conhecidos como “Os Irmãos Karamazov”.

Enquanto Zélia cuidava da casa e ajudava a “alfabetizar oito trabalhadores seus e de sítios vizinhos”, Amado escrevia panfletos e uma coluna para o jornal partidário *Tribuna Popular*, depois dirigia um carro alugado, à uma da tarde, até Caxias, onde pegava o ônibus até a praça Mauá e de lá ia a pé para seu expediente à tarde, como deputado federal, no Palácio Tiradentes. As grandes esperanças de Trindade e Amado por uma democracia socialmente consciente e racialmente igualitária foram compartilhadas por milhões de brasileiros nesse período de abertura, logo abortado em 1947 pela decretação da ilegalidade do PCB e pelo exílio forçado do mais bem sucedido e mais amplamente reconhecido romancista brasileiro.

Dizem que a luta pelo progresso é uma trajetória em meio a tempestades em um oceano com ondas gigantescas, mas que, quando o capitão e a tripulação sabem o destino, eles podem avançar com confiança a despeito das frustrações, sabendo que as derrotas de hoje contêm as raízes das vitórias de amanhã. Um povo que não conhece sua própria história é, certamente, um povo perdido, e é por isso que esse livro – fruto da expansão da UFRRJ e do estabelecimento do Instituto Multidisciplinar, sede do CEDIM – traz uma contribuição tão importante para corrigir o rumo do navio, trazendo novamente o Brasil ao caminho das promessas que ainda não foram plenamente realizadas.

# Prefácio à primeira edição

José Ricardo Ramalho  
(PPGSA-IFCS-UFRJ)

Vinte anos de regime militar foram uma tragédia para o Brasil. Desde 1964, liberdades de expressão e de participação política foram usurpadas, e o autoritarismo se implantou em diversas esferas da vida nacional. Perseguição implacável recaiu sobre sindicalistas, trabalhadores e suas organizações de classe, com o argumento de que representavam “subversão” da ordem pública. Com a intensificação da repressão policial a partir do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em 1968, outros setores da sociedade sofreram também com a suspensão de garantias básicas de direito, com prisões arbitrárias e o uso da tortura como método de obtenção de informações. Esse Estado de exceção imperou na política oficial, combatendo militarmente e encarcerando aqueles que ousaram desafiar a ordem vigente. Militantes de partidos de esquerda passaram a receber o tratamento de “subversivos”; foram perseguidos, presos, alguns assassinados na cadeia, onde foram postos sob o argumento de se evitar “ameaça comunista” ao país. Essa estratégia repressiva passou também a identificar, em qualquer forma de organização popular, um sinal de alerta, e neste sentido, passaram a ser monitoradas até mesmo atividades que implicassem em reivindicação trabalhista ou por melhores condições de habitação, saúde e educação, entre outros.

A constituição desse aparato repressivo e cerceador de liberdades, embora dominante no período 1964-1984, não significou ausência de resistência política. Em espaços variados e em diferentes instituições, construíram-se estratégias de contestação. Nos locais de trabalho, uma resistência miúda, muitas vezes clandestina, manteve acesa a chama reivindicatória, através dos sindicatos, que se transformou em um esteio das greves massivas de 1978, 79 e 80 no ABC paulista, por exemplo. Também nas áreas rurais, greves importantes por sua dimensão, como a dos trabalhadores da cana em Pernambuco, sinalizaram a existência de setores da classe trabalhadora não contidos pelo autoritarismo.

O período do regime militar, marcado pelo uso da tortura, recebeu também a oposição veemente de significativos setores das Igrejas católica e protestante. O respeito aos direitos humanos básicos tornou-se bandeira importante de contestação ao autoritarismo e fez crescer nacional e in-

ternacionalmente a condenação moral à ditadura. As Igrejas, além disso, passaram a abrir espaço físico e político-ideológico para diferentes formas de organização popular. As Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, transformaram-se em espaços de discussão sobre problemas e de mobilização, reivindicação de direitos e de organização de classe. Análises de conjuntura, publicações, manifestações públicas tornaram-se instrumentos de resistência política e desempenharam papel fundamental nas articulações contra a ditadura.

A ação repressiva do regime aplicou-se a diferentes contextos regionais. A Baixada Fluminense foi, certamente, uma dessas regiões. No período pré-1964, a Baixada viu surgirem movimentos políticos, tanto no setor industrial como na sua área rural, reivindicando melhores salários e uma desconcentração da terra. Não foi, portanto, por acaso que a repressão militar se abateu imediatamente e de forma violenta sobre militantes engajados nesses movimentos. São inúmeros os casos já revelados, como os do recém-divulgado relatório Comissão Estadual da Verdade, comprovando o sofrimento e as injustiças perpetradas sobre trabalhadores e suas famílias.

A Igreja Católica, que se colocou ao lado dos mais pobres e dos trabalhadores, sofreu igualmente perseguições, sequestros e controle policial. Mas sua história de apoio aos movimentos sociais da Baixada tornou-se certamente fundamental para preservar as formas básicas de resistência política.

Essa história não pode ser esquecida, merece divulgação ampla e serve como um alerta contra aventuras autoritárias que, vez ou outra, teimam em querer voltar ao Brasil. Um bom exemplo desse esforço se concretiza neste livro, que reflete o empenho admirável de um grupo de pesquisadores que se propôs a aprofundar os estudos sobre a ditadura militar e também a dar visibilidade aos seus efeitos sobre os trabalhadores e os movimentos sociais da Baixada Fluminense. Esta iniciativa é um avanço no sentido da consolidação de um corpo de conhecimento que supre lacunas de investigação existentes sobre a ditadura e sobre essa região e estimula o envolvimento de novos pesquisadores nessa temática.

# Apresentação

Jean Sales  
Alexandre Fortes

O golpe civil-militar de 1964, por meio do qual foi implantado, no país, um regime militar que durou cerca de 20 anos, completou 50 anos em 2014. Nesse ano, não somente nos eventos realizados como nos estudos publicados, inúmeros aspectos do golpe e da ditadura foram debatidos, tais como o caráter do movimento golpista e do regime implantado, as relações de oposição e de apoio de setores da sociedade civil, a política de terrorismo de Estado, as diversas manifestações de oposição existentes na sociedade, entre outros temas relevantes.

Neste livro, o objetivo é contribuir para a discussão do golpe e da ditadura a partir de uma perspectiva pouco explorada nos estudos sobre o assunto: a experiência de atores cujas atuações políticas e sociais se deram fora dos grandes centros urbanos, mais especificamente na grande região que engloba a chamada Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Ainda que geograficamente próxima da capital (tanto da capital do estado da Guanabara, quanto do antigo estado do Rio de Janeiro), essa região apresenta, em sua história, no decorrer do período ditatorial, especificidades em relação a outras cidades do país. Dessa forma, estudá-la pode nos ajudar a melhor compreender parte do funcionamento social da ditadura em diversos de seus aspectos, desde o seu caráter repressivo até os diferentes níveis de acomodações de interesses do poder local com o projeto ditatorial implantado em 1964. Além disso, um aspecto relevante discutido no livro são as estratégias utilizadas por variados setores sociais que procuravam, por meio da criação de âmbitos de atuação política tolerados pelo regime, reivindicar direitos e melhorias na vida da população.

Os textos presentes no livro são todos frutos de pesquisas de mestrado ou de doutorado realizadas, em sua maior parte, em universidades do estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), além de pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Duke University.

O caráter coletivo da obra e a diversidade de autores contribuem para que o leitor tenha contato com múltiplas perspectivas analíticas, encontrando interpretações advindas da História Social, da História Política, da Antropologia etc. As temáticas abordadas compreendem a atuação de trabalhadores urbanos, a ação de movimentos de bairro, o papel da Igreja Católica na região, a vida e as relações da política institucional local, as vinculações entre poder familiar e ditadura e a atividade de militantes da esquerda comunista em movimentos sociais na região.

No capítulo inicial, intitulado “Da Ditadura Militar ao neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada”, José Cláudio Souza Alves apresenta um panorama do regime militar na Baixada Fluminense, destacando as relações e acomodações do poder local com o regime ditatorial, bem como sobre suas transformações no decorrer dos anos 1970 e 1980.

No capítulo seguinte, “1964 em Magé: memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão”, Felipe Augusto dos Santos Ribeiro trata da ação política de trabalhadores têxteis no município de Magé durante as décadas de 1960 e 1970, ressaltando as formas de organização coletiva e de luta durante o período ditatorial. Sublinha ainda a repressão que se abateu sobre esses trabalhadores imediatamente após o desfecho do golpe, quando alguns deles chegaram a ser detidos dentro das fábricas.

O terceiro capítulo, “Sob o olhar e o julgamento da repressão: eu os declaro culpados”, de Abner Sótenos, apresenta a atuação de movimentos de bairros na Baixada Fluminense no período da chamada distensão política entre 1974 e 1985. Confere-se relevo, no texto, ao Movimento de Amigos de Bairro (MAB), de Nova Iguaçu, buscando elucidar relações do movimento com a sociedade, com a Igreja Católica e com a Ditadura Militar.

Alexander de Souza Gomes, no quarto capítulo, “Interdependência entre religião e política no bispado de Dom Adriano Hypólito no âmbito da Ditadura Civil-Militar”, analisa a linha de ação pastoral da Diocese de Nova Iguaçu, no bispado de Dom Adriano Hypólito (1966-1995), religioso com importante trajetória na região. Gomes intenta compreender o discurso e a ação das pastorais sociais apoiadas por Hypólito como esforço de responder às arbitrariedades perpetradas em Nova Iguaçu pela Ditadura Militar e as tensões causadas por esse posicionamento frente aos militares.

No capítulo seguinte, “À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)”, Higor Codarin nos apresenta a história das tentativas de aproximação de uma organização revolucionária, normalmente associada aos movimentos urbanos, com trabalhadores rurais da Baixada Fluminense.

No sexto capítulo, “Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista – 1964/1975”, Allofs Daniel Batista discute a

vida partidária institucional em Nova Iguaçu no período entre 1964 e 1975. O autor parte da análise das 11 sucessões ocorridas, em um período de apenas 11 anos, na ocupação do cargo de prefeito, para refletir sobre as relações entre a política local e o cenário nacional.

O sétimo capítulo, “Interferência militar e poder familiar em Nilópolis”, de Luiz Anselmo Bezerra, é um instigante estudo a respeito do poder familiar local, da contravenção e do regime militar. Optando pela cidade de Nilópolis, o autor examina o entrecruzamento de diferentes instituições em um arranjo político do qual faziam parte famílias, organização partidária, órgãos governamentais, escola de samba e jogo do bicho.

Giselle dos Santos Siqueira, no oitavo capítulo, “Getúlio Cabral e as vertentes da memória”, acentua aspectos da história e da memória a respeito do militante Getúlio Cabral, que morou em Duque de Caxias, trabalhou na Fábrica Nacional de Motores (FNM), militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e acabou sendo assassinado pelos órgãos de repressão.

O capítulo seguinte, “‘Guerra do Riachão’: conflito religioso e disputa política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)”, Adriana da Silva Serafim ocupa-se de um conflito que envolveu dois religiosos de Nova Iguaçu no início dos anos 1980, padre Valdir Ros e Dom Adriano Hypólito. A autora demonstra que, para além dos aspectos religiosos presentes no embate, a problemática envolvia outras motivações, tais como os campos de apoio e de oposição social à ditadura na região.

O décimo capítulo, “Pela revolução, ele foi ao Éden! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto”, Adriana Maria Ribeiro trata, a partir da trajetória do militante João Pedro, da atuação de setores da esquerda comunista que se deslocaram para a Baixada Fluminense nos anos 1970, buscando uma aproximação de associações de bairros, de **fábricas** e de sindicatos.

No último capítulo, intitulado “A casa da negritude: as “universidades clandestinas” (quilombos) do Brasil e o debate relativo à Teologia Hemisférica Negra (Nova Iguaçu, 1985)”, Travis Knoll discute a Conferência da Igreja Católica, realizada em Nova Iguaçu em 1985, sobre cultura e teologia negra. O evento nos faz pensar o papel e o legado da Diocese de Nova Iguaçu nos momentos finais da ditadura militar.

Diante da diversidade de temas apresentados, esperamos que o livro auxilie pesquisadores, estudantes e interessados em compreender a história da Baixada Fluminense durante o período ditatorial, campo de investigações ainda pouco desenvolvido na universidade e praticamente desconhecido do grande público.

---

# Da Ditadura Militar ao Neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada

José Claudio Souza Alves

Neste capítulo, busca-se fazer um balanço da realidade política da Baixada Fluminense, de 1964 a 1996. São tratados os efeitos da ditadura empresarial-militar de 1964 sobre a política local, com suas cassações, sua indicação de interventores e suas proibições de eleições com base na Lei de Segurança Nacional; a emergência do brizolismo no pós-ditadura e a consolidação dos matadores no poder, a partir da eleição de membros de grupos de extermínio aos cargos eletivos, na década de 1990, articulados pelo modelo social-democrata, estabelecido no estado.

A reestruturação política feita pela ditadura militar no poder local da Baixada, ao longo de 20 anos, teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou que viessem a surgir. Cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista foram estratégias empregadas ao longo desse período. Se, inicialmente, os próprios comandantes militares envolviam-se nesse processo, posteriormente, as novas configurações do poder local passariam a operar os mecanismos de perpetuação da nova geopolítica regional.

Nova Iguaçu, oitava cidade brasileira em número de habitantes, se tornou, já em 1966, o símbolo da interferência militar na Baixada. Naquele ano, após a renúncia do prefeito e do seu vice, ambos por motivos pessoais, assumiu a prefeitura José Lima, presidente da Câmara. Depois de 41 dias, foi nomeado o interventor federal Joaquim de Freitas, que ficou até o térmi-

no legal do mandato. Após novas eleições, assumiu, em 1967, o prefeito Ari Schiavo (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), que, seis meses depois, enquanto participava de um simpósio na Alemanha, foi afastado pela Câmara. Esse incidente, além de revelar os primeiros efeitos do Decreto-Lei nº 201, do ex-presidente Castelo Branco, que permitia a cassação sumária de prefeitos pelas Câmaras, a partir de denúncias de corrupção e malversação de verbas públicas, tornava claro o modo militar de governar. Durante toda a noite anterior à cassação, os vereadores da cidade permaneceram na 1ª Companhia de Polícia do Exército cujo comandante, capitão José Ribamar Zamith, articulava pessoalmente o processo de afastamento. Dos 19 vereadores, 18 votaram, seguindo o combinado com o capitão.<sup>1</sup>

Tudo estaria resolvido naquele “termômetro político do País”, com seus 1.700.000 habitantes e 450 mil eleitores, se, quase um ano depois, o ex-vice-prefeito e então prefeito Antônio Joaquim Machado não passasse a ser acusado de corrupção por causa das operações comandadas pelo seu próprio filho dentro da prefeitura. Tentando manter-se no cargo, o prefeito acusado ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena) e aceitou a tutela administrativa dos militares. A manobra, porém, resultou em um fiasco, pois, após a exoneração coletiva de todo o seu gabinete e a certeza da nomeação do professor Rui Queirós, que mantinha estreitas ligações com os militares, para uma espécie de supersecretaria responsável pela composição do novo gabinete, todos os vereadores tornaram-se seus opositores. Pouco adiantou, também, o esforço do então governador Jeremias Fontes para evitar a desmoralização da cassação de um prefeito governamentista. No dia 17 de outubro de 1968, a Câmara impedia Antônio Machado de permanecer à frente do Executivo. Assumia o cargo Nagi Amalwi<sup>2</sup>, o presidente do Legislativo.

A situação que surgia era confusa. A Constituição anterior previa que, na vacância do prefeito e vice-prefeito, o presidente da Câmara assumiria, mas o Decreto-Lei nº 201 não era claro. Jorge de Lima e Darcílio Ayres, deputados da Arena com base na cidade, e mesmo o presidente municipal desse partido, José Haddad, eram favoráveis à intervenção. Seus apelos eram reforçados pelas declarações do então secretário do Interior e Justiça, deputado Paulo Pfeill, que, no dia seguinte à cassação, manifestava-se contrário às fórmulas democráticas, considerando perigosa a saída de Joaquim Machado, pois novas eleições só trariam benefício “às forças antirrevolucionárias interessadas num debate de temas políticos controvertidos, para conturbar ainda mais o tenso panorama nacional”. Concluía suas de-

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 16 ago. 1967.

<sup>2</sup> *Diário de Notícias*, 13 out. 1968; *Jornal do Brasil*, 15 out. 1968 e *Correio da Manhã*, 18 out. 1968.

clarações dizendo que mais valia um prefeito corrupto, porém tutelado, do que um adversário no poder em vésperas de eleição.<sup>3</sup>

Em fevereiro de 1969, a vacância seria solucionada com a nomeação de Rui Queirós como interventor no município. Assim, de 1963 a 1969, em seis anos, portanto, Nova Iguaçu conheceu oito chefes do Executivo: dois interventores, dois presidentes da Câmara, dois prefeitos eleitos e dois vice-prefeitos. Ao final do período, a descontinuidade administrativa e o casuismo das leis eram tão gritantes que a população sequer conseguia entender as questões políticas, quanto mais interferir. Além disso, o MDB, partido que tinha a maioria dos vereadores, passava a ser a minoria.<sup>4</sup> Rui Queirós concluiu o mandato em 1972 e, na sua mensagem do 1º de maio de 1970, deixava nítida a sua posição como interventor. Ao justificar por que o governo militar ainda não podia entregar ao operário iguaçuano o poder de decidir o seu destino, ele compara a cidade a um jardim onde

“o mato daninho terá que ser arrancado pela raiz, para que não sobreviva com a primeira chuva. A vegetação mais daninha e cheia de parasitas foi arrancada deste solo abençoado; entretanto, o jardim terá que ser observado, podado, desinfetado e cuidado para que na vegetação que ficou, possamos ter a certeza de que não existe mais perigo para a beleza de nossos dias e a tranquilidade de nosso espírito. [...] E este jardineiro zeloso e devotado são as nossas Forças Armadas”.<sup>5</sup>

Já na vizinha cidade de São João de Meriti, a interferência militar ocorreu de modo diferente, porém não menos eficaz. Se a primeira cassação do prefeito José Amorim, em 27 de março de 1968, parecia ser uma manobra do vice-presidente do MDB local, o deputado federal Ário Teodoro, para conter a ascensão eleitoral desse seu confrade,<sup>6</sup> a segunda, quase dois anos depois, trouxe a marca inconfundível da ditadura. Mesmo tendo Amorim se transferido para a Arena, a prefeitura e a Câmara foram submetidas a um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pelas autoridades da Vila Militar. Ao final do inquérito, os prédios das respectivas instituições foram ocupados pelo pelotão do Grupo de Escola de Artilharia do Exército, e o prefeito e 11 vereadores tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Em julho de 1970, era empossado, como interventor federal, na Prefeitura de São João de Meriti, João Batista Lubanco.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Última Hora, 14 out. 1968.

<sup>4</sup> *Jornal do Brasil*, 2 fev. 1969.

<sup>5</sup> *Diário de Notícias*, 3 maio 1970.

<sup>6</sup> *Jornal do Brasil*, 7 abr. 1968.

<sup>7</sup> *Jornal do Brasil*, 21 jan. 1970 e 9 jul. 1970.

A terceira pedra no tabuleiro político da Baixada também seria movimentada naquele denso ano de 1970. Apesar de bem menos expressiva quando comparada às demais cidades da Baixada, Nilópolis viria a ser a peça-chave na nova configuração política. A transformação de um deputado estadual de Nilópolis em porta-voz do capitão José Ribamar Zamith, nos comentários da Vila Militar sobre a política na região, já prenunciava a estratégia que seria adotada. Assim, quando da cassação do prefeito João Cardoso, em fevereiro daquele ano, não foi surpresa serem encontrados, na primeira-secretaria da Câmara e como depoentes principais contra o prefeito, dois primos-irmãos de Jorge David – respectivamente, Miguel Abraão e Aniz Abraão David.<sup>8</sup> Iniciava-se, portanto, a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção que tornará Nilópolis o modelo mais acabado de controle político no período militar.

A última, mas não menos importante cidade, Duque de Caxias, não demandou os mesmos esforços empregados pelos militares nas demais. A Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, a transformaria em Área de Segurança Nacional (BELOCH, 1986, p. 42.), tendo em vista a presença, em seu território, de uma rodovia interestadual e uma refinaria de petróleo consideradas estratégicas. Perdendo o direito de eleger seu prefeito, Caxias teve inicialmente, como interventor, o general Carlos de Medeiros,<sup>9</sup> primeiro na lista dos nomeados que se sucederam até 1985.

Após esses primeiros anos de ditadura militar, a Baixada que se preparava para as eleições de 1972 era bem diferente daquela que, em 1968, era responsável pela apreensão reinante na Vila Militar e que fazia alguns comandantes defenderem uma intervenção branca.<sup>10</sup> Em Nova Iguaçu, dois ex-interventores, Joaquim de Freitas e João Lubanco, ganhariam as eleições. Mesmo que o vice, Lubanco, assumisse a prefeitura, dois anos depois, após a renúncia de Freitas, tudo transcorreria na mais perfeita ordem.<sup>11</sup> Em Nilópolis, Simão Sessim tornou-se prefeito, tendo, na presidência da Câmara, seu primo Miguel Abraão David.<sup>12</sup> Enquanto Caxias prosseguia com seus nomeados, São João de Meriti se destacava pela eleição do único prefeito da oposição na região, Denoziro Afonso, que, três anos depois, se veria às voltas com o Conselho de Contas dos Municípios e com a possibilidade de intervenção.<sup>13</sup> As eleições de 1976 produziram algumas alterações no mapa eleitoral, mas confirmavam o situacionismo e a nova estrutura política dominante na região. O ex-interventor Rui Queirós assume, assim, a Prefeitura

<sup>8</sup> *Correio da Manhã*, 6 fev. 1970.

<sup>9</sup> *O Jornal*, 9 nov. 1972.

<sup>10</sup> *Jornal do Brasil*, 7 abr. 1968.

<sup>11</sup> *O Globo*, 2 fev. 1975.

<sup>12</sup> *Jornal do Brasil*, 9 mar. 1976.

<sup>13</sup> *O Globo*, 16 set. 1976.

de Nova Iguaçu por meio do voto. Porém, diferentemente daquele que ajudava as Forças Armadas a arrancar o “mato daninho” da Baixada, Queirós, desde o início da sua administração, se viu envolvido em acusações do seu vice, Rubem Peixoto, quanto à contratação indevida de quatro mil funcionários para a prefeitura, e o esquema de corrupção montado na Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Codeni) pelo deputado federal Darcílio Ayres e seu irmão Fábio Raunheitti.<sup>14</sup>

Se, por um lado, em 1976, os Abraão David amargariam sua primeira grande derrota não elegendo Nelson Abraão, pela Arena, para prefeito de Nilópolis, por outro lado, do clã, emergia uma nova liderança que passaria a operar a fusão entre a polícia e a contravenção de forma inusitada. O banqueiro do jogo do bicho Aniz Abraão David, o Anísio, já havia demonstrado suas capacidades empreendedoras. Arrancara a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis do 2º grupo das escolas de samba do Rio, onde apresentava enredos de exaltação à revolução militar e à Arena, e financiou, com milhões de cruzeiros, sua consagração na vitória de 1977, no 1º grupo, com a celebração do jogo do bicho no enredo “Sonhar com Rei dá Leão”, sob a direção do carnavalesco Joãozinho Trinta. Engajava-se agora sem qualquer comedimento, na política, para eleger seus primos Simão Sessim e Jorge David, que se tornariam, respectivamente, deputado federal e estadual, o primeiro com quase 50 mil votos e o segundo tornando-se líder do PDS<sup>15</sup> na Assembleia Legislativa. Além disso, em um gesto de retribuição, apoiou a candidatura vitoriosa do delegado Péricles Gonçalves, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, anos antes, recebera elogios das associações comerciais da região pela sua “guerra vencida contra o banditismo”.<sup>16</sup>

O que se percebe nesses anos de interferência militar na política local é a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores. Se, no passado, as máquinas clientelísticas partidárias estabeleciam um controle direto sobre a Secretaria de Segurança na nomeação dos delegados e, consequentemente, no controle das atividades ilegais (contravenção, lenocínio, jogatina, violência), agora, a ditadura militar assumiria para si esse controle. Contudo, a interferência direta na cassação de opositoristas vai cedendo lugar à mediação construída pela concessão da ilegalidade e dos mecanismos de repressão aos grupos vinculados ao situacionismo. Há, portanto, uma retomada, em outras bases, dos mecanismos que, no pré-1964, tinham consagrado figuras como Amaral Peixoto, Getúlio de Moura e Tenório Ca-

<sup>14</sup> *O Globo*, 28 set. 1979.

<sup>15</sup> Partido Social Democrático, sigla adotada pela antiga Arena após a reforma partidária de 1979.

<sup>16</sup> As informações sobre Aniz Abraão David, aqui apresentadas, foram extraídas de *Jornal do Brasil*, 17 jan. 1981.

valcanti. A diferença, porém, estava na administração militarizada desses mecanismos, com destaque, sobretudo, para a atuação da polícia militar.

A drenagem militar, inicialmente incontestável, visando ao saneamento do pântano político da Baixada sofrerá, contudo, um processo de desfiguração e resistência. Aproximadamente um ano e meio antes de ser sequestrado por um grupo paramilitar, que o levou para a Vila Militar, onde foi torturado,<sup>17</sup> o bispo de Nova Iguaçu D. Adriano Hypólito, declarava que, salvo exceções, a imagem dos políticos da região era marcada pela mediocridade, incapacidade, puxa-saquismo e primarismo.<sup>18</sup> Três anos depois, em outubro de 1978, moradores de 34 associações de bairros entregavam, ao representante do prefeito, os memoriais com os vários problemas dos bairros.<sup>19</sup> No início do ano seguinte, a polícia militar e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) seriam chamados a dissolver a manifestação de vereadores, deputados e populares a favor de eleições diretas no município de Duque de Caxias.<sup>20</sup> Meses depois, cerca de 2.500 pessoas mobilizadas pela Federação das Associações de Bairros de Nova Iguaçu, o Movimento de Amigos de Bairros (MAB), fariam uma assembleia exigindo do prefeito prestação de contas e audiências públicas.<sup>21</sup> Já em 1981, o MAB organizaria uma caminhada até a prefeitura para entregar uma carta aberta da população denunciando a situação de calamidade do serviço público. Porém, naquele ano, a situação era bem diferente. Várias ameaças de explosão de bombas, casos de espancamento, violações de correspondência e visitas com interrogatórios estranhos passaram a atingir as principais lideranças tanto dos movimentos de bairros como da Igreja Católica. Em vários desses casos, um autodenominado Comando Delta assumia a responsabilidade (NERY, 1981).

A intervenção militar no poder local da Baixada chegava, assim, ao seu fim, radicalizando algumas das suas principais práticas, o terrorismo e a ilegalidade. Voltava-se contra os setores sociais, que, pela primeira vez, ao longo de duas décadas, se insubordinavam frente ao aparato de dominação montado para esfacelar as oposições e instalar seus aliados à frente das máquinas clientelísticas e dos mecanismos ilegais de obtenção de recursos. Nessa transição, o que estava em jogo, para os militares, não era tanto a perpetuação da sua tutela, mas a continuidade dos mecanismos que haviam montado.

As eleições de 1982, apesar dos muitos casuísmos implantados na legislação a fim de garantir a continuidade do situacionismo, acabou se re-

<sup>17</sup> *O Pasquim*, 14 a 20 abr. 1983.

<sup>18</sup> *O Pontual*, 18 abr. 1975.

<sup>19</sup> *Jornal do Brasil*, 15 out. 1978.

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, 30 mar. 1979.

<sup>21</sup> *Jornal do Brasil*, 16 jul. 1979.

velando uma grande surpresa. No caso da Baixada, a municipalização das eleições como efeito do voto vinculado acabou se revelando uma falácia. Obrigado a votar na mesma legenda partidária para todos os cargos, o eleitor da Baixada não se definiu a partir do voto para o Executivo local. O que ficou conhecido como “fenômeno Brizola” realizou, na verdade, uma estadualização das eleições. Dispostos a eleger Leonel Brizola como governador, aproximadamente, 50% do eleitorado da Baixada resolveu também votar nos demais candidatos do Partido Democrático Trabalhista (PDT).<sup>22</sup> A “onda brizolista” que iniciava seu espraiamento na região não encontraria, contudo, uma planície totalmente desimpedida para o seu desenvolvimento. Se, por um lado, ela elegeria vereadores e prefeitos totalmente desconhecidos, por outro, se depararia com os limites impostos pelos anos de trabalho político do período militar.

O impacto do brizolismo se fez sentir mais forte nas câmaras municipais. Em Nova Iguaçu, dos 33 vereadores, 15 seriam do PDT; ficando o PMDB chaguista e o PDS empatados com 8.<sup>23</sup> Em São João de Meriti, o PDT teria a maioria, com 12 vereadores em um total de 22.<sup>24</sup> A mesma maioria pedetista será repetida em Duque de Caxias e Nilópolis.<sup>25</sup> Já para os cargos majoritários, a vitória seria relativa. Se, com Paulo Leone e Manoel Valência Opasso, o PDT conquistaria as prefeituras, respectivamente, de Nova Iguaçu e São João de Meriti, o mesmo não ocorreria nas outras duas. No caso de Nilópolis, Miguel Abraão, pelo PDS, perpetuaria o clã dos Abraão David, enquanto, na ainda área de Segurança Nacional de Caxias, a ditadura articulava, embora tardiamente, a reestruturação política que promovera nos demais municípios. A escolha, em maio de 1982, de Hydekell de Freitas para prefeito biônico conclui o desenlace estratégico após a era dos coronéis interventores. Genro de Tenório Cavalcante havia iniciado sua vida política em 1963 pelo extinto Partido Republicano. Após o golpe de 1964, abrigou-se na Arena, de onde conquistou o prestígio dos militares (VIEIRA, 1989). Construía-se, assim, o elo entre o regime e o poder local, perpetuando, sob novas bases, o velho esquema tenorista.

O voto brizolista elegeu candidatos bastante desconhecidos dos meios de comunicação ou da vida política. Nomes como “Pedro Tatu” e “Luís da Cadeira de Rodas” juntavam-se aos do cantor Agnaldo Timóteo ou do cacique Mário Juruna, em uma listagem pouco clara quanto às vinculações político-ideológicas. Para Francisco Amaral, ex-deputado estadual derrotado na tentativa de se tornar deputado federal pelo PMDB, a vitória dos pedetistas refletia a maior proximidade que o partido teve dos anseios

<sup>22</sup> *O Globo*, 21 nov. 1982.

<sup>23</sup> *O Globo*, 13 jan. 1983.

<sup>24</sup> *Jornal do Brasil*, 2 jan. 1983.

<sup>25</sup> *O Globo*, 21 nov. 1982.

populares.<sup>26</sup> Ficava patente o caráter oposicionista. Tanto o advogado trabalhista Paulo Leone como o funcionário público Manoel Valência se elegeram com propostas voltadas para as áreas sociais, como saúde, educação e saneamento, e a simples origem social e política de ambos evidenciava o grau da ruptura com a estrutura de poder até então vigente. Após o hiato autoritário, a população da Baixada retomava sua poderosa votação no trabalhismo. Brizola simbolizava o resgate de um passado de esperanças e expectativas em torno de mudanças e reformas sociais.

A grande ausência, porém, ocorria no campo tido como mais à esquerda. O Partido dos Trabalhadores (PT), com sua militância nos movimentos sociais e suas relações com setores progressistas da Igreja Católica voltados para as Comunidades Eclesiais de Base e pastorais sociais,<sup>27</sup> só conseguiria eleger um vereador, em Nova Iguaçu. Contudo, se no campo eleitoral esse conjunto de forças apresentou-se tão débil, o mesmo não se pode dizer da mobilização popular e reivindicatória que passariam a desenvolver. Nos anos 1980, conheceram o surgimento de um poderoso movimento social que, além da rede de comunidades católicas, teve, nas federações de associações de bairros, suas faces institucionais mais visíveis. O MAB, de Nova Iguaçu, o Movimento de União de Bairros (MUB), de Duque de Caxias, e a Associação de Bairros e Moradores (ABM), de São João de Meriti, passariam a articular um conjunto crescente de associações de bairros em torno de demandas sociais voltadas, sobretudo, para a obtenção dos equipamentos públicos urbanos. Dois anos após as eleições, essas três federações já organizavam uma passeata do centro do Rio de Janeiro até o Palácio Guanabara, com duas mil pessoas, a fim de cobrar do governador Leonel Brizola tudo o que ele deveria aplicar, dos recursos enviados pelo governo federal ao estado, no saneamento básico da região.<sup>28</sup> Em meados dos anos 1980, a federação de Nova Iguaçu agrupava 170 associações, e a de Caxias, 100, revelando uma mobilização popular sem precedente na história da região. Quanto à Igreja Católica, a Diocese de Nova Iguaçu consolidava o seu modelo pastoral com forte envolvimento nas questões sociais. Já a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti iniciava sua organização em torno de comunidades e pastorais populares, muito embora tivesse conhecido, na Paróquia do Pilar, um importante precedente desse modelo de Igreja.<sup>29</sup>

As atitudes do brizolismo frente a esse crescente movimento social, no entanto, revelaram-se dúbias. Ao lado das declarações de Brizola em

<sup>26</sup> *O Globo*, 21 nov. 1982.

<sup>27</sup> Como bispos que se destacavam nesse modelo de Igreja, tínhamos D. Adriano Hypólito, da Diocese de Nova Iguaçu, e D. Mauro Morelli, da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, criada em 1981.

<sup>28</sup> *Jornal do Brasil*, 20 nov. 1984.

<sup>29</sup> Sobre as transformações pastorais que ocorreram na Paróquia do Pilar, os movimentos sociais e a atuação política de seus membros, ver ALVES, 1991.

defesa do povo trabalhador da região, do reconhecimento do abandono do poder público e do caráter predatório da iniciativa privada, desenvolvia-se uma prática cooptativa das lideranças locais emergentes, a aliança com setores por demais ligados aos persistentes modelos de dominação local e as velhas estratégias eleitoreiras e clientelísticas, que tiveram, na distribuição espacial e na obtenção de vagas dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), o seu ponto culminante. Contudo, apesar dessas contradições, a “onda brizolista” prosseguia seu caminho na Baixada. Deixando de ser área de segurança nacional, Duque de Caxias elegeu, como prefeito, pelo PDT, Juberlan de Oliveira, em 1985. Essa vitória retardatária não conseguia, apesar de tudo, ocultar a profunda crise vivenciada pelo partido nas prefeituras conquistadas anteriormente. Naquele mesmo ano, Leonel Brizola havia decretado intervenção em São João de Meriti, afastando o prefeito Manoel Valência Opasso, expulso do PDT semanas antes, acusado de corrupção.<sup>30</sup> Paulo Leone, por sua vez, enfrentava as mesmas acusações dentro do partido, em uma crise que já mobilizava as associações de moradores em passeatas pelas ruas. A derrota de Darcy Ribeiro ao governo do estado, em 1986, expressou, portanto, não só os efeitos do Plano Cruzado ou da estratégia de campanha de Moreira Franco (PMDB), que escolheu o iguaçuano Francisco Amaral para ser seu vice. Nela estão também presentes as decepções das promessas não cumpridas, as contradições frente às reivindicações populares e o descrédito provocado pela corrupção dos prefeitos pedetistas. O fracasso das administrações de Juberlan, em Caxias, e José Cláudio, em São João de Meriti, além da nomeação, em 1988, do vice-governador Francisco Amaral como interventor em Nova Iguaçu e o consequente afastamento de Leone consumariam a decadência brizolista.

As eleições municipais de 1988 demonstraram que, apesar da crise, o PDT ainda conseguia manter alguns espaços na Baixada. O número de vereadores pedetistas na região diminuiria, mas a permanência à frente da Prefeitura de Nova Iguaçu, com Aluísio Gama, expressava sua capacidade de resistência. Em Nilópolis, os Abraão David prosseguiram com sua máquina, elegendo Jorge David como prefeito. Em Duque de Caxias, Hydekkel, ex-biônico, transforma-se em prefeito eleito pelo voto, confirmando a eficiente estratégia dos militares. Já o Partido dos Trabalhadores continuava limitado pela ausência de quociente eleitoral para eleger seus candidatos. Além do deputado estadual Ernani Coelho, eleito em 1986, o PT só conseguiu ampliar de um para dois o número de vereadores na Baixada, ambos em Nova Iguaçu.

A eleição de Leonel Brizola, mais uma vez ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1990, deu novo fôlego ao PDT na Baixada. A vitória

---

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, 31 ago. 1985.

de Altamir Gomes para o Executivo em Nova Iguaçu e a de Manoel Rosa em Nilópolis exemplificam isso nas eleições de 1992. No caso de Altamir, apesar do favoritismo de Fábio Raunheitti (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), legítimo exemplar dos esquemas da ditadura militar, e da falta de apoio de Aluísio Gama, afastado do cargo para tratamento médico, sua vitória apertada estabeleceria a terceira gestão consecutiva do partido na cidade. Já com Manoel Rosa, o Neca, a surpresa ganhava conotação de ruptura. A derrota de Miguel Abraão David (Partido da Frente Liberal – PFL), além de inusitada, produzia uma rachadura significativa no bloco do poder local. Mesmo que, na sua origem política, Neca tenha vindo do clã dos Abraão David, o fato era que a criatura superava o criador, fragilizando a dominação estabelecida.

Em Caxias, porém, o esquema que se desdobrava a partir de Hydekkel prosseguia. Deixando a prefeitura para se tornar senador na vaga de Afonso Arinos, do PFL, teve, no seu vice, José Carlos Lacerda, uma estratégia de ampliação e diversificação do seu poder. Lacerda, que havia crescido como político de oposição durante o regime militar, estabelecia, assim, alianças para o seu futuro na Baixada. Ambos apoiariam Moacir do Carmo como candidato a prefeito nas eleições seguintes, investindo em uma relação mais eleitoreira do que política, pois Moacir resguardava um passado de médico respeitado e ex-prefeito que, além dos votos, lhe davam razoável autonomia. Seu opositor, Messias Soares, já não tinha as mesmas credenciais. Tendo sido eleito deputado federal constituinte, foi apontado como aquele que mais faltou às sessões. Questionado, afirmou que preferia ser despachante das bases a ficar de conversa fiada no plenário (VIEIRA, 1989). Seu ingresso no PDT e sua candidatura ocorriam ao mesmo tempo em que iniciava um processo de esfacelamento no interior do partido. Naquele momento, não só nos municípios da Baixada, o brizolismo e sua face partidária começavam a se deparar com a formação do que posteriormente seria conhecido como “banda podre”. No desespero de se agarrar ao poder que lhe fugia, após tão promissoras experiências, as deficiências éticas e a promiscuidade com a estrutura anterior de poder começavam a gerar seus resultados. A vitória de Moacir do Carmo mergulhou o partido em uma crise que se prolonga.

Fechando o quadro do poder local na Baixada no início da década de 90, temos a eleição de Adilmar Arcênio dos Santos, o Mica, pelo PMDB, para a Prefeitura de São João de Meriti, interrompendo as chances de o brizolismo/PDT se restabelecer na cidade. O início da década, porém, assistiu a um novo rearranjo da geopolítica na região. As emancipações de três ex-distritos de Nova Iguaçu – Belford Roxo, Queimados e Japeri – possibilitariam a redistribuição do poder entre grupos que vinham se consolidando.

Os três novos prefeitos não fugiriam às antigas estruturas de clientelismo da região, e nenhum se elegeria pelo PDT. Recordando, porém, os tempos da implantação de novas empresas políticas na Baixada, tão bem exemplificados na figura de Tenório Cavalcante, um entre os novos prefeitos eleitos será acusado de reeditar o recurso à violência como modo de fazer política. Trata-se de Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca.

Elegendo-se com 65% dos votos de Belford Roxo, Joca teve pesando sobre si duras acusações. Sua trajetória não era desconhecida para os jornais e para o povo. Trabalhando como carroceiro, fez carreira assaltando caminhões de carga e abastecendo, com os produtos roubados, os comerciantes locais que o apoiavam em troca de proteção. A prisão, em 1989, do grupo de extermínio formado por Jorginho da Farmácia, Cosminho, Djalminha, Saul e Do Boi, acusado pela chacina do bairro Shangrilá, deixaria evidentes as suas ligações com os esquemas de execuções. Contudo, jamais foi condenado, resultando infrutíferas as denúncias telefônicas à Central de Denúncias do Departamento Geral de Polícia que confirmavam seu envolvimento. Durante a campanha, fez funcionar sua máquina de caridade, montada enquanto era vereador, em Nova Iguaçu. Distribuíam bolsas de comida, brinquedos, serviços gratuitos de saúde e ensino e transformou o local conhecido como Piscina do Joca no seu grande centro social. Na disputa eleitoral, seu principal opositor, Laerte Bastos, do PDT, que encabeçava a “Aliança pela vida”, afirmava receber cartas e telefonemas anônimos com ameaças de morte, tendo kombis depredadas e assessores agredidos. Por conta das suas prerrogativas de deputado federal, Laerte conseguiria, junto ao governador, quatro seguranças permanentes ao seu lado. A mesma sorte não teria o comerciante Gil Marques, dono de um botequim no bairro de Maringá, que foi assassinado com vários tiros porque, segundo as apurações do jornalista, se recusou a usar da sua influência local a favor da candidatura de Joca.<sup>31</sup> Entre os prefeitos dos recém-emancipados municípios da Baixada, Joca, porém, não estaria sozinho quanto às acusações de uso da violência. Carlos Moraes, em Japeri, anos depois, agrediria a socos e coronhadas o vereador Darley Gonçalves Braga (Partido Liberal - PL), ameaçando-o de morte, caso persistisse nas críticas ao aumento da taxa de alvará.<sup>32</sup>

Enquanto as reconfigurações do poder na Baixada prosseguiram, outros mecanismos do poder local sofriam restrições. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para analisar acusações feitas contra a Comissão de Orçamento do Congresso, encontraria, em Nova Iguaçu, uma das figuras-chave do esquema de derrame de subvenções sociais. O deputado federal pelo PTB, Fábio Raunheitti, havia obtido US\$ 19,5 milhões para

<sup>31</sup> Sobre Joca, ver: *O Globo*, 8 jul. 1992 e *Jornal do Brasil*, 13 out. 1992.

<sup>32</sup> *O Dia (Baixada)*, 16 jul. 1995, p. 3.

10 entidades-ligas da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), criadas por ele e dirigidas por seus parentes. As principais irregularidades diziam respeito à ausência de documentos comprobatórios dos gastos e a não prestação de contas dos resultados das aplicações financeiras realizadas com os recursos.<sup>33</sup> Meses depois, o deputado teria o seu mandato parlamentar cassado pela Câmara dos Deputados, que tomou a decisão com base nos indícios de enriquecimento ilícito e conduta incompatível com o decoro parlamentar.<sup>34</sup>

Raunheitti inaugurava, portanto, uma nova fase dos esquemas de poder na região. Na base do seu sistema de dominação, não estavam as fortunas adquiridas por meios ilegais (contravenção, jogatina, lenocínio, grilagem de terras) e preservadas como bens pessoais. Tampouco se fiava nas relações com setores militares, com aparatos de execuções. Ele operava um esquema que retirava milhões dos cofres públicos na esfera federal e aplicava-os em instituições de ensino e de saúde cujo caráter social era incontestável. Se não fosse a CPI, iniciada quase que por acaso a partir de acusações criminais que incidiam sobre um economista ligado à Comissão de Orçamento, Raunheitti permaneceria, insuspeito, a operar esse fabuloso escoadouro privado dos recursos públicos.

Já em Duque de Caxias, ao invés de inovar, a exemplo de Raunheitti, na forma de construir sua carreira, José Camilo Zito dos Santos Jr., o Zito, seria identificado por testemunha e pelo Ministério Público como alguém que preferia investir no velho binômio clientelismo e violência. Havia estabelecido sua base política no bairro de Dr. Laureano e nos demais bairros vizinhos. Eleito vereador, passou a compartilhar dos mecanismos do poder quando se tornou presidente da Câmara, durante a administração Moacir do Carmo. Em 1994, elegia-se deputado estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na época, já havia estruturado um serviço social com 94 empregados para resolver problemas da população, algo significativo, embora pequeno, se comparado às sessenta consultas médicas diárias, à central de ambulâncias com três veículos e às 35 saídas diárias e ao curso de datilografia para 190 alunos, existentes em 1995.<sup>35</sup> A imunidade parlamentar do novo mandato o livraria da terceira prisão relacionada à mesma acusação. O inquérito que apurava o assassinato do subsecretário de serviço público de Caxias, Ary Vieira Martins, em agosto de 1993, reunia indícios suficientes para que a Justiça solicitasse sua detenção. A principal testemunha do caso, o guarda municipal Sidnei Tavares, afirmou, em seu depoimento, que a causa do crime seria a briga entre Zito e Ary pelo uso das máquinas da prefeitura. Sidnei Tavares, em outro depoimento, inocentaria

<sup>33</sup> *Jornal do Brasil*, 5 dez. 1993.

<sup>34</sup> *O Dia (Baixada)*, 20 abr. 1994, p. 3.

<sup>35</sup> *O Dia (Baixada)*, 16 jul. 1995, p. 3.

Zito, mas, em 1995, voltaria a confirmar as acusações, alegando que a mudança no segundo depoimento ocorrera por causa de ameaças e promessas de vantagens financeiras feitas por Zito. Dessa última vez, Sidnei, além do assassinato de Ary, atribuiria a Zito mais duas mortes.<sup>36</sup>

No início dos anos 1990, o final da década brizolista na Baixada era acompanhado pela rápida estruturação de um outro conjunto de forças, aglutinado agora pela legenda do PSDB. Repetindo a história sob a forma de tragédia, a nova legenda passaria a se calcar nas mesmas práticas que, sessenta anos antes, haviam consolidado Tenório Cavalcante e a União Democrática Nacional (UDN) na região. No caso do PSDB, suas duas peças-chave, no tabuleiro da Baixada, eram Joca e Zito. Com Joca, apesar de ele ser do PL, a relação era pessoal e direta, formalizando-se na coligação que tinha em Ricardo Gaspar (PSDB), o vice-prefeito. Com Zito, ela era mais orgânica e institucional. Após ser eleito presidente do PSDB no dia em que Ary Vieira Martins era sepultado, todo o poder de articulação lhe foi garantido, sem falar na migração maciça para o seu partido de membros do PDT, derrotados pela vitória da candidatura de Messias Soares para prefeito, em 1992 (MOREIRA, 1996, p. 186). Personalismo, clientelismo e violência ressurgiam, assim, com toda a sua capacidade de convencimento e imposição. A diferença entre o PSDB e a UDN de Tenório estava, contudo, no fato de esse último ter sido um partido, embora conservador, de oposição. Qualquer pessoa que visse as dezenas de *outdoors* espalhados por Caxias, tendo Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB à Presidência da República, Marcello Alencar, candidato a governador, e Zito, a deputado estadual, abraçados, compreenderia essa diferença. Compreenderia ainda mais a profunda tristeza de Zito ao ser, pela segunda, vez preso, em decorrência da acusação de assassinato de Ary Martins, quando esperava, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, a chegada de Fernando Henrique Cardoso, que por ele seria conduzido ao palanque do comício a ser realizado em Caxias. O sofrimento, porém, duraria pouco. Minutos depois, lá estavam, em carne e osso, os três personagens dos *outdoors*, a falar para o povo caxiense. Dias depois, seriam transformados em legítimos representantes do povo (MOREIRA, 1996, p. 186-187).

Após a primeira metade dos anos 1990, conviviam, na Baixada, diferentes projetos políticos que se aproximavam tanto pelo clientelismo como pelas formas ilegais de ação: os Abraão David, com a eficiente fusão da contravenção com o Carnaval e com o clientelismo político; o grupo comandado por Raunheitti, distribuindo vagas em escolas e creches e oferecendo consultas e operações médicas gratuitas, tudo financiado pelas irregulares subvenções sociais do Congresso; Zito e Joca, combinando favor

---

<sup>36</sup> *O Dia (Baixada)*, 2 out. 1995, p. 3.

e medo, em uma reedição moderna e situacionista do “homem da capa preta”. O brizolismo sobrevivia, embora muito mais como estratégia eleitoral e política de um prefeito – o Neca, em Nilópolis – do que como força política de resistência. A grande fragilidade ficava por conta do PT, dos movimentos sociais e das comunidades eclesiais de base (CEBs), ainda com seu único vereador na Baixada, por Nova Iguaçu, sem os dois deputados estaduais que não se reelegeram e sem a mesma força mobilizadora dos anos 1980. A crise desse setor, visível no desgaste produzido pelas disputas internas de poder tanto nas federações de associações de bairros como no próprio partido, produziria, por sua vez, a consciência do limite e da fragilidade frente aos mecanismos de dominação política existentes. Quanto à Igreja Católica, às voltas com a reação conservadora, visível, sobretudo, no fortalecimento do pentecostalismo do movimento carismático, restava a ela a reformulação de práticas e de comportamentos políticos. O fim das quase três décadas de presença de D. Adriano Hypólito à frente da diocese e sua substituição por D. Werner Seibenbrock revelariam as dimensões mais profundas das mudanças que ocorriam.

O momento de baixa dos setores mais à esquerda no espectro político da Baixada ocorria ao mesmo tempo em que se consolidava o atual projeto neoliberal, a partir das cinzas do brizolismo expiatório. As eleições municipais de 1996 aproximavam-se e, com elas, novas mudanças no cenário político. Definida como a nova fronteira econômica e política do estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense se tornará cada vez mais estratégica para a economia política do poder. Frente ao esgotamento econômico e social da cidade do Rio de Janeiro, a região passou a ser tratada como novo polo de desenvolvimento. Sua violência, agora distante dos meios de comunicação que, por sua vez, se voltavam para as favelas e para a zona sul cariocas, e seus quase três milhões de consumidores e dois milhões de eleitores contribuíam bastante para essa perspectiva. Por trás dessa visão, moviam-se os dois grandes nomes de sustentação do neoliberalismo no estado, Marcello Alencar (PSDB) e César Maia (PFL), ambos ex-pedetistas.

O assassinato de Joca, em junho de 1995 – tenha ele sido crime político, queima de arquivo ou latrocínio –, retardou o projeto de Marcello Alencar, mas não foi suficiente para impedi-lo. Embora o vice Ricardo Gaspar não pudesse assumir a prefeitura, e Mair Rosa, presidente da Câmara empossado, representasse a oposição em Belford Roxo, as articulações prosseguiriam, seja com o deputado estadual Renato de Jesus (PSDB), com seus 60 sacolões<sup>37</sup> e sua distribuição diária de bolsas de alimentação, seja após as eleições, nos acordos com a nova prefeita Maria Lúcia Santos (PPB), que se elegeu graças à ajuda do falecido marido. A sua frase de campanha não

---

<sup>37</sup> Mercados que vendem alimentos, sobretudo verduras, frutas e legumes.

precisava de nada mais: “Maria Lúcia é Joca”. Em Duque de Caxias, Zito, beneficiado pelo projeto “Baixada Viva” e pelas obras de despoluição da Baía de Guanabara, ambos do governo estadual, colocou seu nome, de forma estratégica, como alternativa viável à perpetuação do domínio de Hydekkel, com quem disputou o segundo turno e venceu. Seus principais aliados foram o prefeito anterior, Moacir do Carmo, que pôs à sua disposição a máquina da prefeitura, e Alexandre Cardoso, deputado federal do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que havia saído candidato pela aliança das forças de esquerda (PT, PDT, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, PCB e PSB), mas que, no segundo turno, desistindo do projeto de ocupar o espaço mais à esquerda no município e de redimir-se das acusações de ser um dos donos de clínica de saúde envolvido em denúncias do Conselho Comunitário de Saúde, resolveu fazer campanha para Zito, a quem, até o primeiro turno, fizera duras críticas. Outra importante vitória do projeto neoliberal marcellista ocorreria, igualmente, em Nova Iguaçu. Seu ex-secretário especial para a Baixada Fluminense, Nelson Bornier, realizaria uma poderosa campanha que, além de contar com uma coligação com mais de dez partidos, tinha, no seu vice Eduardo Gonçalves (PTB), o elo indispensável com o setor dominante local. Eduardo é sobrinho de Fábio Raunheitti. Seu principal cabo eleitoral, no entanto, era o próprio prefeito. Altamir Gomes (PDT) – com mais de seis meses de atraso no pagamento dos funcionários públicos, com setores como educação, saúde e coleta de lixo completamente desmontados e pesadas acusações de corrupção – contribuiu com Bornier ao fornecer o pano de fundo ideal para os projetos que Marcello prometia para a região, caso seu candidato vencesse, o que ocorreu no primeiro turno. Assim, o PSDB passaria a ter o controle direto dos dois municípios mais populosos da Baixada, com quase um milhão de eleitores; sem contar as relações com os 200 mil eleitores de Belford Roxo.

As vitórias de Azair Ramos para a Prefeitura de Queimados e de Antônio de Carvalho para a de São João de Meriti significariam, embora em menor dimensão, a vitória da outra face do neoliberalismo. Eleitos pelo PFL, ambos tiveram em César Maia o grande referencial de campanha e de projetos administrativos. Enquanto Queimados prosseguia na ampliação do seu distrito industrial à base de isenções fiscais, São João de Meriti sonhava com o seu “Meriti Cidade”, isto é, uma reprodução, em suas terras, das obras de embelezamento e urbanização com as quais Cesar Maia elegeu seu sucessor na cidade do Rio.

Por ter feito seu sucessor, Neca, em Nilópolis, prorrogou a total exclusão do PDT à frente das municipalidades da Baixada para outro momento. A surpresa viria, porém, dos quatro vereadores que o PT faria. Os dois eleitos em Nova Iguaçu, o primeiro em Duque de Caxias e o primeiro

em São João de Meriti expressavam, sobretudo no caso dos dois últimos, o resultado de políticas acertadas de aliança que superaram o fantasma do nunca alcançado cociente eleitoral. Em Nova Iguaçu, onde lançou candidato próprio à prefeitura, o PT reproduziu a façanha do PT carioca. Artur Messias, com seus 17,3% dos votos, chegou perto daquilo que Chico Alencar conseguiu no Rio, 18,9%.<sup>38</sup>

Afora os assassinatos, as tentativas e ameaças de morte e agressões físicas tradicionalmente presentes nos processos eleitorais da Baixada,<sup>39</sup> as eleições de 1996 desenharam um importante quadro para se pensar o futuro da região. Destacando-se Marcello Alencar e seus três aliados, Zito, Bournier e Maria Lúcia, um poderoso projeto vem recobrir a velha e atualmente tão desmistificada Baixada Fluminense.

As configurações da história política recente da Baixada demonstram a vinculação da estrutura do poder local, sobretudo sua face político-partidária, com os diferentes projetos que se sucederam. O interregno brizolista e pedetista, seccionados pelo governo Moreira Franco e sua ligação com setores do período ditatorial e da fase pré-ditadura, não conseguiu recuperar a tradição oposicionista e contestadora do trabalhismo, anteriormente vivenciada na região. O modelo neoliberal que se anuncia, resgatando a velha forma de relação com o poder local, aponta para a persistência e eficácia de um projeto político calcado no clientelismo e no terror, transmutados, via processos eleitorais, em identidade popular e reconhecimento democrático.

---

<sup>38</sup> *Jornal do Brasil*, 17 nov. 1996.

<sup>39</sup> Sobre os principais casos que ocorreram nas eleições de 1996, ver *O Dia*, 28 set. 1996, p. 4A.

## REFERÊNCIAS

- 2 RAPAZES mortos a metralha no quarto. *O Dia*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1974.
- ABSOLVIDOS de novo matadores de Vila de Cava. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1980.
- AGENDA sangrenta. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 set. 1974.
- A GUERRA contra o Esquadrão é a guerra contra a miséria. *Pasquim*, Rio de Janeiro, 14 a 20 abr. 1983.
- AI-5 resolve esta semana o problema de Nova Iguaçu que continua sem Prefeito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1969.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Igreja Católica: Opção Pelos Pobres, Política e Poder. O Caso da Paróquia do Pilar*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1991.
- A MAIOR violência do mundo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1978. Segunda reportagem.
- A MORTE por 55 centavos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1997.
- ASSASSÍNIOS atribuídos ao Esquadrão da Morte na Baixada são 30 em pouco mais de um mês. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1975.
- ASSIM matou o Esquadrão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1976.
- BAILARINA nega crime de PM e denuncia comissão por suborno. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 maio 1983.
- BAIXADA DEBATE criminalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1980.
- BAIXADA MUDOU mapa político. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1996.
- BAIXADA TENTA mudar imagem violenta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 set. 1984.
- BAIXADA, EM 6 meses: 198 homicídios, 138 misteriosos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1975.
- BALAS que comprovam a matança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 out. 1977.
- BELFORD Roxo elege acusado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 out. 1992.
- BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BISPOS denunciam extermínio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 out. 1989.
- BRITO, Bartolomeu. Denúncias da população esclareceram 34 homicídios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1991.
- BRIZOLA AFASTA comandantes de batalhões com PMs envolvidos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1983.
- BRIZOLA BUSCA na comunidade soluções para Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1983.
- BRIZOLA E MOREIRA contra “Joca”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1992.
- BRIZOLA INTERVÉM em São João de Meriti e afasta Prefeito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1985.

BRUM Negreiros: Esquadrão da Morte já está na cadeia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1978.

BRUXELAS, Andréa; MORAES, Larissa. Violência urbana. Por quê? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Debate JB, 29 out. 1995.

CÂMARA cassa Raunheitti por 329 a 26. *O Dia*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1994.

CAMPOS Elísios: 117 mortes a apurar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 maio 1980.

CÂNCER vizinho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1977.

CANDIDATO fluminense disputa preferência de quase 2 milhões. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1972.

CAVALHEIROS do “Esquadrão” mandam diminuir matança. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1968.

CEI manda apurar só um dos 300 crimes do Esquadrão da Morte no Estado do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1971.

CHACINA na Baixada Fluminense. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1990.

CIGANO: prisões deixam o comércio da Baixada sob ameaça. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1977.

CINCO são assassinados em duas novas chacinas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 maio 1987.

CLODOVIL, Cláudio. A violência se presta à manipulação política. *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias, Rio de Janeiro, 13 jan. 1996, p. 8.

COMISSÃO DE JUSTIÇA e Paz pede a Ministro medidas contra crime na Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1978.

COMISSÃO ENTREGA a Saboya nome de matador da Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1987.

COMISSÃO SE ESTARRECE com depoimentos sobre o “Esquadrão da Morte”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1983.

COMISSÃO TEM dificuldade em elucidar crimes na Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1983.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAÚDE DE DUQUE DE CAXIAS. *Dossiê*. Duque de Caxias, 1986.

CONTRAVENTORES se unem a políticos no enterro de “Beto”, em Caxias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1982.

CRIME de Vila de Cava tem novo julgamento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 out. 1976.

D. HIPÓLITO fala da Baixada. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1976.

DELEGACIA de Homicídios já investiga crimes na Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1980.

DELEGADO DE CAXIAS acusa tenente da PM de comandar o massacre do estudante. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 maio 1980.

DELEGADO FOI convocado no Estado do Rio para provar acusações contra Esquadrão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1969.

DELEGADO INOCENTA Esquadrão da Morte dos 62 crimes na Baixada Fluminense este ano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1978.

DELEGADOS DISCUTEM crimes na Baixada enquanto surgem 6 outros corpos na região. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1978.

DENUNCIAR as deformações sociais é missão profética da Igreja. *O Pontual*, Rio de Janeiro, 1975.

DEPUTADO diz que homens que chefiou quando delegado mataram muitos bandidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1980.

DOIS mil em marcha exigem saneamento na Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1984.

DPM: não há grupos matadores na Baixada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1978.

É A VOLTA do Esquadrão. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1973.

ESTATIZAÇÃO do crime. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1979.

GOVERNADOR: matança será rigorosamente apurada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1976.

ÍNDICE de criminalidade do Rio aumentou 20% em agosto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 set. 1980.

INTERVENTOR Federal Rui Queiroz envia mensagem aos trabalhadores prestando contas de seu governo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 maio 1970.

MAIS 13 vão apurar crime do Esquadrão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 set. 1975.

MAIS DE 12 mil homicídios à espera de julgamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 out. 1981.

MATADORES de bandidos vão receber medalhas. *O Dia*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1972.

MEDEIROS, Alexandre; VIEIRA, Marceu. Baixada sacode a poeira e dá a volta por cima. *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, Rio de Janeiro, 11 maio 1997.

MÉDICI reabre Assembléias e cassa Prefeito, Deputados e Vereadores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1970.

MERITI pode ter Prefeita. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1970.

MORADORES DE NOVA IGUAÇU FAZEM pressão ao Prefeito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1979.

MORADORES DE NOVA IGUAÇU PEDEM melhorias a Prefeito “que só atende políticos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1978.

MOREIRA intervém na polícia e assume combate ao crime. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1987, p. 5.

MOREIRA, Tânia Maria Salles. *Projeto*: procurando eles. Duque de Caxias: [S.n.], 1996. Mimeo.

NA HORA da posse, pouco entusiasmo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1975.

NERY, Sebastião. A força de Nova Iguaçu. Última Hora, Rio de Janeiro, 4 jan. 1981.

NILÓPOLIS suspende Hélio Luz. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1992.

NILÓPOLIS AFASTA Prefeito Cardoso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1970.

NILÓPOLIS: PROBLEMAS por trás das alegorias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1976.

NOVA IGUAÇU JÁ mudou Prefeito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 out. 1968.

NOVA IGUAÇU, DESAFIO para os eleitores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1981.

O BICHO e a política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1981.

OS CORONÉIS da Baixada. *O Dia*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1995.

OS MITOS da Baixada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1979.

PANORAMA da Baixada. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 out. 1968.

PM E POLÍCIA política não deixam 400 pedirem volta de eleições diretas em Caxias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1979.

POLICIAIS CONTROLAM grupos de extermínio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 out. 1980.

POLÍTICOS de Nova Iguaçu acusam prefeito de se pôr sob tutela dos militares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 out. 1968.

PREFEITO ACEITOU a tutela. Última Hora, Rio de Janeiro, 14 out. 1968.

PREFEITO DE MERITI reconhece irregularidades na Prefeitura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 set. 1976.

PREFEITO DE NOVA Iguaçu é afastado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1967.

PREFEITO: MITO “Mão Branca” prejudica Nova Iguaçu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1980.

PRESO algemado foge de escolta de 6 após condenado a 18 anos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1984, p. 8.

PRESO em Nova Iguaçu um dos matadores da Baixada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 set. 1977.

RAUNHEITTI banca família com verba pública. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1993.

VICE-PREFEITO vai pedir intervenção em N. Iguaçu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 set. 1979.

VIEIRA, Marceu. Ligações perigosas na Baixada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1989.

VILLAS-BOAS, Luciana. A ditadura criou a cultura da violência. *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1994, p. 6.

VINCULAÇÃO derrotou lideranças na Baixada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1982.

---

## 1964 em Magé: memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

No dia 31 de março de 2013, ao celebrar os 49 anos da “Revolução de 1964”, três associações vinculadas às Forças Armadas (o Clube Militar, o Clube Naval e o Clube da Aeronáutica) publicaram uma nota conjunta intitulada “À Nação Brasileira: 31 de Março”. No documento, acusaram os membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de limitarem sua atividade “à investigação apenas de atos praticados pelos Agentes do Estado, varrendo ‘para debaixo do tapete’ os crimes hediondos praticados pelos militantes da sua própria ideologia”, chamando-os de “democratas arrivistas”. De acordo com a interpretação dessas associações, foi o próprio povo brasileiro que “apelou e levou as Forças Armadas Brasileiras à intervenção, em Março de 1964, num governo que, minado por teorias marxistas-leninistas, instalava e incentivava a desordem administrativa, a quebra da hierarquia e disciplina no meio militar e a cizânia entre os Poderes da República” (CLUBE MILITAR et al., 2013).

Passados cinquenta anos do movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, é notório que o episódio e as suas consequências ainda provocam fortes tensões na política brasileira que vêm sendo reacendidas nos últimos anos, sobretudo após os debates acerca da aplicação da Lei de Anistia, da criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e, mais recentemente, da eleição da presidenta Dilma Rousseff, ex-militante da luta armada, e da criação da CNV<sup>1</sup>. Em grande parte dos

---

<sup>1</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada através da Lei nº 12528/2011 e instituída em maio de 2012, tendo por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18

debates sobre o período de 1964-1985, militantes de esquerda afirmam que estavam lutando pela democracia no país, ao passo que grupos de militares normalmente argumentam que agiram em defesa da lei e da ordem contra a subversão comunista, tal como exemplificado na nota dos clubes militares.

De antemão, ressaltamos que não é objetivo deste capítulo analisar propriamente essas tensões. Porém, salta aos olhos a forma como o pré-1964 é caracterizado na fala dos defensores do movimento civil-militar, o que denota um alto grau de organização e atuação política dos comunistas e, por consequência, das organizações dos trabalhadores no país durante o período.

Por outro lado, em nível de discurso, o movimento social que deu origem ao partido responsável pelo governo federal brasileiro desde 2002 – o Partido dos Trabalhadores (PT) – se estabeleceu justamente negligenciando a ação política dos trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil (PCB) no pré-1964. De certa forma, buscou-se afirmar o “novo sindicalismo” em oposição ao “velho”, sendo invocadas supostas fragilidades daqueles “bodes expiatórios” para explicar a derrota da esquerda (SILVA, 2005, p. 192).<sup>2</sup>

É a partir da problematização desse imaginário político brasileiro aparentemente dividido que gostaríamos de iniciar a presente reflexão. Nosso objetivo é reavaliar essas generalizações antagônicas que consideram os trabalhadores brasileiros em 1964 ora “apáticos” ora “subversivos”. Para isso, porém, é preciso compreender a classe trabalhadora como sujeito de sua própria história, e não como se estivesse a reboque de partidos, de sindicatos e de outras instituições políticas.

Desse modo, visando contribuir para tal debate, analisaremos a ação política específica de duas categorias de trabalhadores na Baixada Fluminense, mais precisamente os rurais e os têxteis do município de Magé durante as décadas de 1960 e 1970, com destaque para as suas atuações conjuntas, bem como para as suas formas de organização e de lutas.

### **“CINTURÃO VERMELHO” E “NEGÓCIO DE COMUNISMO”**

“[...] Há dias esta Comissão divulgou documento referente à situação dos Grupos dos 11, no Estado do Rio de Janeiro. [...]. Hoje vamos divulgar nova informação a respeito da subversão no Estado [...]. Trata-se de um plano de guerrilha do PCB para aquele Estado e de previsão para o armamento de elementos subversi-

---

de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<sup>2</sup> Convém ressaltar que não apenas o PT, mas também grande parte dos movimentos de esquerda atuantes entre as décadas de 1960 e 1980 apresentou críticas às ações empreendidas pelo PCB no período pré-1964.

vos que ali atuavam. [...]. Fazendo-se a comparação das duas organizações subversivas [Grupo dos 11 e Plano de Guerrilha do PCB], vê-se que existe ora uma complementação desse foco subversivo, ora uma superposição. Como quer que seja, ocorre maior densidade num cinturão em torno da Baía de Guanabara, ao qual alguém já denominou com muita propriedade: ‘Cinturão Vermelho’, isto é, as áreas de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Niterói (Diário da Noite, 24/07/1964, p. 8).<sup>3</sup>

“[...] Em 64, houve uma loucura lá sabe. Negócio de comunismo, né... Inventaram negócio de comunismo! Foram uns dias muito tristes [...]. Muito chefe de família ali apanhou desnecessariamente. Se falava assim: ‘ah, fulano de tal é comunista!’. O cara tava trabalhando, o cara entrava pra trabalhar e a polícia ia lá onde é que tava trabalhando... Arrebenta! E já começava a bater de lá, saía batendo numa pessoa. [...] Houve muita caguetação [denúncias]. Quebraram as máquinas do sindicato... [...] Muitos apanharam, mas apanharam muito, levaram o nome de comunista. Muitos apanharam inocentemente. Até hoje se fala comunista mas, em verdade mesmo, a gente nem sabe o que é comunista... Eles falavam assim pra um meio de atingir as pessoas sabe...” (HERMÍNIO SANTOS, 2008).

Na tarde do dia 02 de abril de 1964, mais precisamente às 15 horas e 30 minutos, a Câmara Municipal de Magé deu início a uma sessão permanente que tinha por objetivo “limpar Magé, a Terra do Dedo de Deus, da influência comunista e evitar derramamento de sangue” (CMM, livro 25, fl. 59). Convocada “face à conjuntura política do Brasil motivada pela Revolução Democrática, eclodida no Estado de Minas Gerais, nos últimos instantes do mês de março do ano em curso”, a histórica sessão cassou o mandato de dois vereadores e acelerou o processo de impeachment contra o prefeito da cidade.

Iniciada sob a invocação a Deus, à sombra da “Cruz de Cabral”, com o respeito e a profunda gratidão às Forças Armadas, registrando votos de louvor a Carlos Lacerda, “baluarte da Democracia”; valorizando lutas históricas da “Terra de Tiradentes”, como os feitos de Guararapes e Farroupilhas; invocando a Pátria, a família, a Bandeira Nacional e a mulher brasileira, por seu extraordinário papel em nossa formação moral; fazendo um

---

<sup>3</sup> Na reportagem, intitulada “Guanabara estava cercada por um ‘Cinturão Vermelho’”, o periódico paulistano divulgou nota oficial da Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército Brasileiro sobre o chamado “plano de subversão”.

minuto de silêncio em memória de todos aqueles que tombaram, vítimas do comunismo; e tendo como convidados de honra o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira e o vice-prefeito Moacyr Pimentel (ambos do Partido Social Democrático – PSD), além do promotor público e do delegado de polícia, essa apoteótica sessão permanente, que varou a madrugada e só foi encerrada às 23 horas e 30 minutos do dia seguinte, decidiu cassar, por unanimidade, os mandatos dos vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que “com suas presenças nesta Casa, no meio de cidadãos democráticos [...] vem, os comunistas, maculando os mais puros princípios de Liberdade Cristã do povo mageense”. Em seguida, também cassou o mandato dos suplentes de vereador pelo PSB, Irun Sant’Anna, José Dutra e Manoel Ferreira de Lima. Na ocasião, todos os vereadores e suplentes cassados encontravam-se foragidos.

Além disso, buscaram acelerar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada recentemente, destinada a apurar acusações de má utilização de dinheiro público por parte do prefeito de Magé José Barbosa Porto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tido como comunista, que sofreria impeachment em 06 de maio de 1964. Em seu lugar, assumiu interinamente o vice-prefeito Moacyr Pimentel, sendo mais tarde, em 1966, substituído por um interventor federal, o comandante Lauro Guaranys Guimarães, oficial da Marinha do Brasil.

No âmbito sindical, as sedes das entidades foram invadidas pela polícia, e a Delegacia Regional do Trabalho resolveu intervir nas direções. No sindicato dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo e Magé, por exemplo, onde o vereador Astério dos Santos era presidente e ocupava um cargo de direção na respectiva federação estadual, foi instaurada uma junta governativa, tendo como presidente Alexandre Magalhães Neto e, como auxiliares, Adalberto Pinheiro de Souza e Rolien Dias Castilho (DRT-RJ, 1964).

O ex-vereador por Magé e líder sindical dos eletricitários, José Aquino de Santana, foi preso na delegacia da cidade, e o sindicato que ele presidia em Niterói também sofreu intervenção federal. Por sua vez, o sindicato dos trabalhadores rurais de Magé cujo presidente era Manoel Ferreira de Lima (suplente cassado) sofreu forte repressão policial antes mesmo de 1964, gerando a abertura de um inquérito policial na Delegacia de Magé, em novembro de 1962. Os acusados foram incriminados por “liderarem mobilizações sindicais e a ocupação de uma área pertencente à Companhia América Fabril [proprietária da Fábrica de Tecidos Pau Grande], com o objetivo de desencadear, na prática, a Reforma Agrária” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 126).

Esse processo, disponível no acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais* sob o número BNM 302, foi concluído somente em 1970, com a convocação su-

cessiva dos réus para prestar depoimentos; resultou na condenação de vinte pessoas e no fechamento da entidade acusada. Os autos indicaram que os trabalhadores rurais passaram a ocupar fazendas no município, apoiados pelo prefeito José Barbosa Porto, eleito com apoio dos comunistas, e por vereadores ligados ao PCB, entre eles Astério dos Santos e Darcy Câmara. Na ocasião, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e suplente de vereador Manoel Ferreira de Lima já havia presidido a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) e fora nomeado para assumir um cargo de confiança no governo do prefeito Porto.

Outro exemplo da repressão ocorreu com o médico e suplente de vereador Irun Sant'Anna, que ocupava, em abril de 1964, o cargo de assessor técnico do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), quando teve sua prisão decretada. Sant'Anna foi detido somente em setembro, respondendo a um inquérito instaurado pelo Ministério do Exército a fim de apurar as atividades dos componentes do PCB.

Como é possível observar nesse breve cenário, a deflagração do movimento civil-militar de 1964 repercutiu de forma avassaladora no município de Magé, tornando-o palco de acontecimentos que marcaram sobremaneira a memória local, não apenas com a invasão das sedes dos sindicatos pela força policial, mas principalmente com a perseguição de vários trabalhadores mageenses, todos considerados comunistas, muitos deles indevidamente, como ressaltou o operário Hermínio Santos. Por que enfatizar, então, nesse início de narrativa um episódio político tão institucional como a sessão da Câmara de Vereadores que cassou os mandatos dos comunistas ao invés da perseguição de trabalhadores dentro das fábricas?

Primeiramente, é preciso reconhecer que tal tarefa não é fácil, pois, além da escassez de documentos, também há certo interdito sobre o tema na memória operária, sobretudo quando nos propomos a realizar uma entrevista formal para pesquisa. Ao mesmo tempo, porém, analisando depoimentos colhidos por diversos pesquisadores, associados a conversas informais realizadas com ex-operários têxteis, percebemos aspectos conflitivos na(s) memória(s), conforme as quais Magé é orgulhosamente lembrada como "Moscouzinho"<sup>4</sup>, ao passo que os líderes operários locais ligados ao PCB não eram propriamente denominados como comunistas. "Eu não achava ele errado não, mas os donos das fábricas achavam que ele era comunista", afirmou uma ex-operária ao falar sobre o dirigente sindical e vereador Astério dos Santos (NELLY GUALANDI, 2005).

<sup>4</sup> O cognome "Moscouzinho" é bastante recorrente em matérias jornalísticas e em entrevistas de antigos operários de Magé. No entanto, de acordo com Sant'Anna (1997, p. 155), o cognome era uma alusão aos bairros operários de Pau Grande e de Meio da Serra, enquanto Santo Aleixo e Andorinhas seriam "Stalingrado", devido às expressivas votações do PCB nas eleições pós-Segunda Guerra.

Curiosamente, para os antigos trabalhadores têxteis mageenses, o termo “Moscouzinho” faz recordar um operariado aguerrido no município, onde sindicatos e vereadores reivindicavam direitos para a categoria e obtinham conquistas; ao passo que a denominação “comunista” lembra algo errado, ilegal, não autorizado ou clandestino, reflexo incontestado da difusão de uma ideologia anticomunista no período estudado.

À época, Magé configurava-se como um eminente polo industrial têxtil e apresentava um operariado bastante mobilizado em torno de questões centrais da política brasileira. Desde 1947, ano da primeira eleição municipal pós-Estado Novo, os comunistas elegeram, por meio de legendas emprestadas, onze representantes na Câmara de Vereadores do município, dentre os quais oito já tinham trabalhado em fábricas de tecido. Desses onze, dois deles alcançaram a reeleição, chegando a um total de treze comunistas empossados no parlamento mageense entre 1945 e 1964.<sup>5</sup> Não à toa, a atuação desses vereadores é respeitada até hoje por antigos tecelões, comunistas ou não, e mesmo por aqueles que, naquela conjuntura, eram seus adversários políticos. Aspecto bastante relevante, sem dúvida, por ter ocorrido em um período que consagrou o surgimento do trabalhador brasileiro como eleitor, garantindo que, desde então, os partidos não pudessem mais prescindir desse ator fundamental da política no país.

Na realidade, todos esses comunistas eleitos em Magé, independente de sua atuação profissional, buscaram dar voz e vez aos operários do município, lutando por melhores condições de vida e de trabalho, forjando um discurso vigoroso em prol dos seus interesses mais prementes. Esse capital político (BOURDIEU, 1998), indubitavelmente, transfigurava-se em poder simbólico, fortalecendo a crença de que esses parlamentares comunistas representavam, na Câmara, todos os trabalhadores mageenses. Por isso mesmo, optamos por iniciar este capítulo abordando a cassação dos “operários à tribuna”.<sup>6</sup>

Interessante também ressaltar que a possibilidade de configuração de um “Cinturão Vermelho” no entorno da Baía de Guanabara, citada na nota oficial do Exército em 1964, já era motivo de preocupação às vésperas das eleições municipais de 1947. Em um documento confidencial dirigido

<sup>5</sup> A Câmara Municipal de Magé, nesse período, era composta por treze vereadores. Dentre os comunistas, em 1947, foram eleitos o médico Irun Sant’Anna, o comerciante e ex-operário têxtil José Muniz de Melo (licenciado durante o mandato), os tecelões Feliciano Costa e Agenor dos Santos, e Argemiro da Cruz Araújo, ex-operário da Fábrica de Pólvora (suplente empossado durante o mandato). Em 1950, elegeram-se o eletricitário José Aquino de Santana, o tecelão Petronilho Alves (diplomado e empossado somente no final do mandato) e a tecelã Ilza Gouvêa (suplente empossada no início do mandato). Em 1954, foi eleito Manoel Ferreira de Lima, líder camponês e ex-operário têxtil. Em 1958 e 1962, foram eleitos e reeleitos os operários Astério dos Santos e Darcy Câmara.

<sup>6</sup> Pesquisei a atuação desses vereadores e a sua relação com o operariado mageense em minha dissertação de mestrado (RIBEIRO, 2009).

a Dom Jaime de Barros Câmara, então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, José Pereira Lima, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, alertava-o sobre a movimentação dos comunistas no estado do Rio de Janeiro, na região da Baixada Fluminense.

[...] No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam “O Cinturão Vermelho” em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc...etc. É candidato na primeira delas o Dr. Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la [...]. O senhor presidente da república reconhece a minha iniciativa [...]. Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com eles. Parece lícita uma boa escolha por partidos católicos. Urge, pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja [...] (CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1947).

Antes de avançarmos no debate, convém esclarecer que, ao selecionarmos um documento datado de um período bastante anterior ao proposto nesse estudo, não pretendemos reforçar simplesmente a “curiosidade” de a mesma expressão ter sido utilizada em 1947 e em 1964 (“Cinturão Vermelho”) por representantes do governo federal. O fato é que, para além da expressão, tal período anterior foi evocado com bastante frequência para acusar os chamados subversivos pós-1964. A vida pregressa de muitos trabalhadores atuantes em mobilizações populares foi utilizada como “prova de acusação” em diversas ocasiões, como veremos a seguir.

### PERSEGUIÇÃO AOS TRABALHADORES

Além da cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, uma forte onda de repressão rondou o município, particularmente nos bairros em torno das fábricas de tecidos. Vários trabalhadores foram presos e/ou conduzidos à delegacia de polícia local para prestar depoimento em inquê-

ritos que foram abertos para apurar “atos de subversão”. Alguns operários, aliás, chegaram a ser detidos dentro das fábricas.

Na memória dos trabalhadores têxteis de Magé, a invasão da sede do seu sindicato por forças policiais tornou-se um marco. “Com a revolução, o sindicato foi invadido pelos militares, que queimaram documentos, móveis e tudo mais. Boa parte da nossa história virou cinzas!”, recordou um presidente da entidade no final da década de 1990 (JORGE FERREIRA DOS SANTOS, 1999).

Nos primeiros dias de abril de 1964, diversos jornais noticiavam as diligências realizadas por forças policiais no sindicato. Na ocasião, o coronel Hugo Sá Campelo, novo secretário de Segurança Pública do estado, disse à imprensa que o material subversivo apreendido em território fluminense já chegava a quinze toneladas (*Jornal do Brasil*, 08/04/1964, p. 1). Porém, no que tange ao sindicato dos têxteis de Magé, havia muitas informações desconstruídas:

[...] Em Magé, no sindicato dos tecelões, foram recolhidas fardas de marinheiro usadas pelos pelegos para penetrarem no sindicato dos metalúrgicos, por ocasião do motim dos subalternos da Marinha. [...] A polícia política do Estado do Rio já iniciou os inquéritos contra líderes sindicais e comunistas (*Jornal do Brasil*, 08/04/1964, p. 1).

[...] No sindicato dos tecelões de Magé, a Divisão de Ordem Política e Social apreendeu grande quantidade de farda de marinheiro. As autoridades ainda não conseguiram saber em seus mínimos detalhes para que tal roupa seria usada (*Última Hora*, 09/04/1964, p. 7).

[...] Dentre o material apreendido, o Coronel Sá Campelo mostrou um gorro de marinheiro, doado como “souvenir” ao sindicato dos têxteis de Santo Aleixo e Magé. O autógrafo do marujo dizia no oferecimento: “Para testemunhar a vitória popular dos marinheiros, fuzileiros e do povo brasileiro” (*O Estado de S. Paulo*, 07/04/1964, p. 9).

Interessante observar que essa “grande quantidade de farda de marinheiro” – que possivelmente era apenas um “souvenir” – chegou a ser utilizada no início das investigações para caracterizar a formação de um Grupo dos 11 no município, tendo à frente o presidente do sindicato Astério dos Santos. No inquérito aberto pela Delegacia de Magé, no dia 29 de maio, justamente onze pessoas (a maioria composta por operários) foram convocadas a prestar depoimentos, já na qualidade de réus. Posteriormente, o inquérito policial foi remetido ao promotor público e ao juiz da comarca,

respectivamente, sendo por fim encaminhado ao Superior Tribunal Militar (STM), em 1965, conforme preconizado no Ato Institucional Nº 2 (AI-2). O processo encontra-se disponível no acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais*, sob o número BNM 211.

Em novembro de 1964, o promotor registrou no processo que gostaria de saber exatamente o que foi apreendido no sindicato, argumentando que se tratava “de elemento fundamental à composição material das indicações feitas”, tendo em vista que o próprio delegado citou nos autos que “os documentos e todo material que estava na sede do sindicato de Santo Aleixo foram recolhidos pelo pelotão da PM no dia após a revolução e transportados por um ônibus para a Secretaria de Segurança Pública” (BNM 211, fls. 70v e 64).

Desde então, verificou-se, no processo, o início de um “jogo de empurra” entre os órgãos do Estado, todos reiterando que a apreensão não ocorreu sob a sua responsabilidade. A Secretaria de Segurança Pública (a mesma que anunciou, via imprensa, ter recolhido as fardas) afirmou que havia uma tropa da polícia militar à disposição da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e que não poderia responder pelo material apreendido. Por sua vez, a DPS informou que não havia “nenhum comunicado ou expediente a respeito”, sugerindo que fossem consultados o comando da polícia militar e a Delegacia de Polícia de Magé. Ao final, todos esses órgãos reiteraram, em juízo, que não foram responsáveis pela diligência, nem tampouco poderiam informar nada sobre o material que foi recolhido. Enquanto isso, o prazo processual ia chegando ao fim, e o juiz acabou recebendo a denúncia sem nenhuma prova material contra os acusados, tanto é que indeferiu o pedido de prisão preventiva solicitada pelo delegado, “por não encontrar informativos ou indícios suficientes da autoria” (BNM 211, fl. 78v). De qualquer modo, o processo seguiu com a convocação dos réus e de testemunhas para interrogatório.

O que mais nos chama a atenção no imbróglio é que aparentemente não foi expedido nenhum auto de busca e apreensão referente à diligência no sindicato, bastante distinto, aliás, do que ocorreu no mencionado inquérito contra trabalhadores rurais, instaurado em 1962. Nele, há buscas e apreensões devidamente registradas, todas realizadas na entidade sindical da categoria antes de 1964. Sem dúvida, causa-nos estranheza que nenhuma autoridade tenha apresentado o material recolhido, pois, de fato, o sindicato foi ocupado por forças policiais. O delegado chegou a especular a existência de armas e coquetéis molotov nas dependências da entidade, o que não foi confirmado.

De qualquer forma, a condução do inquérito foi bastante criticada, não apenas por advogados de defesa, mas também por promotores e juízes

que emitiram algum tipo de parecer ao longo do processo. Um dos defensores chegou a afirmar, ao apresentar um recurso, que o processo estava “volumoso e até certo ponto confuso”; outro definiu o inquérito policial como “cheio de vícios e defeitos”; enquanto o presidente do STM, ao absolver todos os acusados, em 1966, indicou a “insegura” sentença emitida pela Justiça Comum, que “não se arrimou nem na denúncia, nem na prova dos autos para condenar os apelantes” (BNM 211, fl. 212).

Na portaria de instauração do inquérito, o delegado propôs a apuração de atividades suspeitas dos acusados, porém não as definiu propriamente. A conjuntura escolhida para a investigação foi a da chamada “Greve do Açúcar”, ocorrida em 25 de março de 1964. A manifestação foi motivada após um cabo da polícia militar descobrir que um comerciante local sonegava o produto aos clientes mais pobres, o que caracterizaria crime contra a economia popular. Ao invés de levá-lo à delegacia, o policial obrigou o comerciante a vender o açúcar, sem restrições. No dia seguinte, o sindicato declarou greve, e um grupo de trabalhadores se aglomerou em frente ao estabelecimento para protestar. Foi enviado reforço policial, e o promotor público acompanhou a diligência em uma viatura que chegou a ser apedrejada por manifestantes nas proximidades do conflito. Por fim, alguns operários foram detidos, sendo acompanhados pelo presidente do sindicato e, posteriormente, liberados. Ao surgir o boato de que Astério dos Santos estava preso na delegacia, as demais fábricas de tecidos do município e parte dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina entraram em greve de solidariedade (BNM 211, fls. 26v; 66v e 67v). Essa greve de solidariedade dos ferroviários também é citada em entrevistas com moradores locais. Inicialmente, a acusação argumentou que “a pretexto de se insuflarem contra o preço de mercadoria doméstica, levantaram os imputados a população contra as autoridades, quase provocando verdadeira hecatombe social”, denunciando-os pela formação de um Grupo dos 11 (BNM 211, fl. 3).

Na medida em que as provas não eram obtidas em juízo, a denúncia sofria mutações, até chegar ao enquadramento de três dos onze acusados na Lei de Segurança Nacional (LSN) por atentado contra a vida de um magistrado (no caso, o promotor que teve sua viatura apedrejada). Ao final, como dissemos, todos foram absolvidos por falta de provas.

No entanto, a condução do processo não foi criticada somente em seu caráter jurídico (por vícios e imprecisões), mas, principalmente, pelo tratamento dispensado aos acusados. O primeiro problema levantado pelos advogados de defesa foi o fato de seus clientes terem sido “inexplicavelmente” interrogados na fase do inquérito policial como acusados, e não como testemunhas. Por isso mesmo, procuraram desqualificar todos os depoimentos prestados na delegacia: “sem assistência de um defensor” e

“frontalmente em desacordo” com o que foi prestado perante o juiz, este sim “sem a menor suspeita de coação e com inteira liberdade” (BNM 211, fl. 141).

Tais críticas e denúncias chegaram a ser veiculadas no jornal Última Hora:

[...] Amigos dos presos políticos que se encontram na cidade de Magé, todos encarcerados há mais de 50 dias, estiveram na redação do UH para denunciar o delegado de polícia local, que está submetendo os presos a toda sorte de torturas, inclusive espancamentos sucessivos, que já causou a surdez de um deles: o vereador Astério (Última Hora, 15/07/1964, p. 2).

[...] De Magé chega, agora, a denúncia de que dois vereadores que tiveram os seus mandatos cassados – Darcy e Astério – estão recolhidos. Ambos foram violentamente espancados, a tal ponto que Astério estava completamente surdo. Na mesma promiscuidade do cárcere superlotado estão vários lavradores e trabalhadores detidos “para averiguações” há mais de 50 dias [...]. Também 37 “presos políticos” detidos na Baixada Fluminense, sob a acusação de integrarem “Grupos dos 11”, foram encaminhados pela DOPS [...] (Última Hora, 18/07/1964, p. 3).

Em seguida, foi divulgado e apreendido pela polícia política um manifesto assinado pelo diretório do Partido Libertador (PL), hipotecando solidariedade ao prefeito Porto, que havia sido cassado pela Câmara Municipal, e denunciando uma “nova onda de perseguição no município, onde já foram presas várias pessoas” (*Correio da Manhã*, 09/09/1964, p. 3 e 6).

Embora os militantes do PCB ou os suspeitos de ligação com o partido fossem o principal alvo da repressão pós-1964, outros personagens políticos da região também foram alvos de duras investidas. O deputado federal Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, juntamente com seus auxiliares e trabalhadores simpatizantes, foi um evidente exemplo disso.

Ao analisarmos mais detidamente os conflitos de terra ocorridos na Baixada Fluminense, especialmente a partir do final da década de 1950, percebemos que a principal forma de organização dos trabalhadores rurais fluminenses era as associações de lavradores, tal como ocorreu em Magé. As entidades lideravam a resistência de posseiros contra expulsões e ordens de despejo, bem como atuavam em ocupações de terras, na defesa dos direitos desses homens do campo e na luta pela reforma agrária. Muitas delas apresentavam uma clara articulação com outras organizações de trabalhadores, compondo inclusive conselhos sindicais nos municípios. Além disso, man-

tinham fortes vínculos com líderes políticos e partidos diversos, destacando-se a atuação de Tenório Cavalcanti (GRYNSPAN, 1987).

Os vínculos de Tenório com o movimento, assim como sua ação, eram bastante variados. Abria espaço em seu jornal [o Luta Democrática] e em sua rádio para as denúncias e reivindicações camponesas, além de fazer-se, ele mesmo, porta voz destas. Prestava auxílio jurídico e financeiro e exercia pressão sobre as autoridades estaduais e federais, no sentido da solução de problemas de lavradores favoravelmente a estes. O deputado colaborou, ainda, com a organização, propriamente dita, de camponeses (GRYNSPAN, 1980, p. 20-21).

O deputado tornou-se um personagem importante no processo de ocupação de terras no município, sendo recorrentemente lembrado por alguns entrevistados como o “companheiro dos trabalhadores”, sobretudo pelos mais antigos. À época, Tenório Cavalcanti havia rompido com seu partido, a União Democrática Nacional (UDN), passando a ingressar as fileiras do Partido Social Trabalhista (PST), tendo se candidatado a governador do estado do Rio de Janeiro em 1962, com o apoio dos comunistas, alcançando o segundo lugar (TEIXEIRA, 2011, p. 59-64).

A esse respeito, torna-se instigante aprofundar o estudo das formas de organização e das lutas dos trabalhadores locais (rurais e têxteis) entre as décadas de 1950 e 1970, mapeando os diversos partidos, grupos e as instituições atuantes no mundo do trabalho em Magé. As experiências realçaram, junto aos trabalhadores, certa noção de cidadania, bem como conferiram forte estímulo à participação popular na política. Acreditamos que essa noção foi sendo construída a partir de questionamentos acerca das condições de trabalho inadequadas, desde o aprendizado com lutas passadas e da identificação do sindicato como um canal de acesso aos direitos trabalhistas estabelecidos e de conquista para novas reivindicações. Convém ressaltar que o sindicato não é aqui entendido unicamente em relação à concepção e ao enquadramento conferidos a ele pelo Estado, mas também como aquele que foi resignificado pelos trabalhadores ao longo de suas trajetórias.

Desse modo, acreditamos que esses referenciais de cidadania foram formulados e disseminados ao longo das experiências do trabalho, mediante um processo de aprendizado e de acumulação política (contínuo e contingente) que foi adquirindo, paulatinamente, mais força, extrapolando a seara das atividades estritamente laborais.

Desde o fim do Estado Novo, com o retorno do processo eleitoral e o surgimento do trabalhador brasileiro como eleitor, o campo político não pôde mais prescindir desse novo ator fundamental, sobretudo na medida

em que os próprios trabalhadores estabeleceram conexões entre as suas atividades sindicais ou associativas e a política institucional, visando tanto à garantia quanto à ampliação de conquistas sociais.

Não por acaso, durante o longo processo atinente aos trabalhadores rurais (BNM 302), as diversas lideranças políticas foram indiciadas e/ou intimadas a depor em juízo. Em 1965, quando o processo ainda tramitava na Justiça Comum, foi determinado o confinamento domiciliar de Tenório e a prisão de vários de seus auxiliares, todos acusados de “promover agitações na zona rural daquele município fluminense [Magé]” (*O Estado de S. Paulo*, 06/07/1965, p. 4). Quando o processo foi transferido para o STM, o promotor logo apresentou denúncia contra Tenório Cavalcanti e Darcy Câmara, acusados como autores intelectuais do plano subversivo em Magé, que envolvia outros réus (*Correio da Manhã*, 29/11/1968, p. 9).

Ao analisarmos os BNMs mais detidamente, percebemos que os investigadores, os promotores e os juízes identificavam as ligações entre as categorias (rurais e têxteis), bem como as suas relações com os partidos políticos e os seus líderes. Porém, normalmente não compreendiam as dissensões entre esses grupos (que não eram poucas), refugiando-se em uma interpretação caricata, como se todos fossem comunistas. Nos processos, era como se a analogia contida no símbolo-mor do comunismo – a foice e o martelo – e a célebre frase de Marx e de Engels no final do *Manifesto Comunista* – “Proletários de todos os países, uni-vos!” – tivessem se tornado realidade. O trecho abaixo, retirado de um panfleto apreendido no sindicato dos trabalhadores rurais de Magé, conforme denúncia apresentada pelo juiz da cidade, Nicolau Mary Júnior, em 1963, é um exemplo:

[...] Assim, quando os operários forem à greve, os camponeses ocuparão as terras; e, quando os camponeses ocuparem as terras, os operários irão à greve em seu apoio. Nem o mais forte exército do mundo poderá esmagar essa aliança de operários e camponeses (BNM 302, fl. 432).

Por conta disso, “se alguém reivindicasse seus direitos, deixava de pertencer ao vínculo empregatício, além de serem dados como comunistas, baderneiros, sendo até presos, torturados e espancados”, relembrou um ex-operário (ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES SOARES, 1999). Muitos trabalhadores mageenses passaram por maus bocados, sendo patrulhados inclusive nos locais de trabalho. Esse quadro repercutia em suas famílias. Filhos daqueles que eram acusados de subversão não conseguiam emprego nas fábricas do município devido à “fama” dos pais. Outros, mais novos, percebiam diferenças no tratamento dos amigos na escola, pois muitos eram

orientados por seus responsáveis a não ficar conversando com filho de comunista ou de preso político.

Muitos desses relatos têm vindo à tona nos últimos anos, dando visibilidade a memórias até então subterrâneas. Grande parte se deve aos estudos sobre o tema realizados em Magé. No ano de 2013, por exemplo, foi lançado o documentário *Tear*, produzido por Taiane Linhares, abordando as memórias dos trabalhadores têxteis do distrito de Santo Aleixo, com destaque para o período de repressão pós-1964. Em um dos diálogos, os trabalhadores abordam a questão da greve (tida como “coisa de comunista” por uma ex-operária entrevistada). Ela, no entanto, reiterava, em sua fala, que gostava bastante das conquistas alcançadas por meio da greve, embora não concordasse com greves em si e as atitudes dos grevistas. Eis que, na sequência, o ex-operário Licério Rodrigues afirma enfaticamente: “Eu não era grevista, mas reivindicador dos meus direitos!”, declaração normalmente bastante aplaudida pelos espectadores do documentário (TEAR, 2013).

### MEMÓRIAS INVERTIDAS

De pródiga produtora de alimentos no século XVIII a polo industrial têxtil no final do XIX, Magé tornou-se palco de intensas lutas operárias e camponesas entre as décadas de 1950 e 1970. As cinco indústrias têxteis instaladas no município, a maioria delas caracterizada pelo padrão “fábrica-vila operária” (LOPES, 1988), imprimiram marcas profundas no cotidiano da cidade e na identidade dos seus moradores, tendo as oportunidades de emprego e a política social das fábricas atraído inúmeros migrantes, particularmente dos estados da região Nordeste e do Sudeste (de Minas Gerais, do Espírito Santo e também do Norte Fluminense). Algumas dessas fábricas mantinham trabalhadores tecelões e também “roceiros” sob a sua responsabilidade, que labutavam nas plantações circunvizinhas, embora todos votassem no sindicato dos têxteis. Também havia migrantes que não conseguiam colocação nas fábricas e começavam a ocupar regiões mais distantes das vilas operárias para plantar e viver da agricultura. Nesses locais mais afastados, também não era difícil encontrar tecelões que residiam com suas famílias, pois não havia “casas da fábrica” disponíveis.

Da mesma forma, ações governamentais de incentivo à agricultura, como a construção da estrada Santo Aleixo-Piabetá, com cerca de quinze quilômetros de extensão, ligando três distritos de Magé e cortando as terras mais produtivas do município, provocaram uma significativa valorização econômica na região. À época do início da construção, em 1956, já se discutia a criação de um distrito agrícola. Além disso, com essa estrada, buscava-se criar uma nova rota de escoamento para os produtos industrializados

no município. Apesar de não ter sido concluída de imediato (isso só ocorreu na década de 1980), a estrada teve um significado muito importante no que tange ao desenvolvimento da produção agrícola de Magé, em especial nas décadas de 1950, 1960 e 1970, pois revitalizou as terras das antigas fazendas da época do Império e também favoreceu a especulação imobiliária na região. Por outro lado, esse processo também intensificou novas ondas de migração para o município e sua dinâmica interna. Com efeito, observamos trajetórias de trabalhadores que vão de tecelões a camponeses (e vice-versa), o que também se traduzia em ações conjuntas e de solidariedade entre os sindicatos têxtil e rural no apoio à luta por direitos trabalhistas, pela posse da terra e pela reforma agrária.

Foi nesse contexto, durante a década de 1950, que surgiu a liderança camponesa de Manoel Ferreira de Lima, um ex-operário que rumou para o campo, organizando associações de trabalhadores rurais com base em sua experiência sindical e comunista no setor têxtil. Devido à sua militância em comissões de fábrica, Lima acabou sendo demitido, ficando desempregado bastante tempo. Logo se engajou na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais de Magé, justamente em um período de intensos debates acerca da estrutura fundiária do país. Eleito vereador em 1954 pelo PSB, o comunista frequentemente fazia uso da palavra em plenário para defender os homens do campo. Nessa época, já mantinha contato com outros líderes camponeses ligados ao partido, como Bráulio Rodrigues e José Pureza, os pioneiros no movimento associativo de trabalhadores rurais na Baixada Fluminense.<sup>7</sup>

Em certa ocasião, reunindo-se com os trabalhadores rurais da localidade Estrela Velha, no distrito de Inhomirim, Manoel Ferreira de Lima os orientou para que formassem uma comissão e fossem à reunião da Câmara Municipal para pressionar os demais vereadores no intuito de solucionar suas demandas. A estratégia surtiu o efeito esperado: Diógenes Peçanha, líder dos lavradores da Estrela Velha, esclareceu, em plenário, os problemas enfrentados por seus pares. Antes disso, diversos vereadores dirigiram-se à comissão de lavradores presentes, ocupando a tribuna da Câmara para hipotecar solidariedade e defender os lavradores “que em comissão superlotaram as dependências desta Casa reivindicando direitos que julgam possuir” (CMM, Livro 19, fl. 65v).

---

<sup>7</sup> De acordo com Grynspan (1987), a Associação de Pedra Lisa, chamada Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, foi fundada por Bráulio Rodrigues em 1948, constando como a primeira organização de lavradores da Baixada Fluminense. Em 1949, José Pureza organizou a criação de uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF).

Com a palavra o vereador Manoel Ferreira Lima colocando-se ao lado dos lavradores que, no seu modo de pensar, acham-se abandonados pelos poderes públicos, sendo espoliados em seus direitos pelos grileiros que se dizem donos das terras. [...] Requer seja permitido ao Sr. Diógenes Peçanha esclareça de viva voz a situação daquela comissão. O Sr. Presidente promete atendê-lo na Ordem do Dia. [...] Esgotada a matéria em pauta para a presente reunião, o Sr. Presidente solicita ao vereador Joaquim de Oliveira Câmara introduzir no plenário o Sr. Diógenes Peçanha a fim de que o mesmo esclareça aos Srs. vereadores as ocorrências no lugar denominado Estrela Velha. Após os devidos esclarecimentos, o Sr. Presidente aconselha os lavradores presentes a se manterem com calma, evitando e não revidando as provocações até o pronunciamento dos poderes competentes (CMM, Livro 19, fls. 65v-66v).

Tudo isso ocorreu em meio à construção da estrada Santo Aleixo-Piabetá e a consequente valorização das terras circunvizinhas, acompanhadas de diversos conflitos entre proprietários, grileiros e posseiros.

Manoel Ferreira de Lima, buscando dar maior representatividade aos trabalhadores rurais junto aos poderes públicos, foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação dos Lavradores do Município de Magé, registrada em cartório no dia 2 de março de 1957, porém criada no ano anterior. Agregando proprietários, posseiros e arrendatários, a entidade se opunha à Associação Rural de Magé<sup>8</sup> e tinha como principal objetivo *evitar lutas estéreis* no campo<sup>9</sup>. Mais tarde, no início da década de 1960, a associação transformou-se em sindicato, tendo o líder Manoel Ferreira de Lima participado da criação da Federação das Associações de Lavradores do estado do Rio de Janeiro (Falerj) e sido eleito presidente da entidade.

Vale ressaltar que as principais mobilizações ocorridas no município de Magé acerca da questão agrária estavam ligadas às terras cuja propriedade era reivindicada pela Companhia América Fabril, que mantinha, no município, as fábricas de tecidos Pau Grande e Santana, contratando trabalhadores tanto nas indústrias têxteis quanto na sua roça. Acusada de

---

<sup>8</sup> A Associação Rural de Magé foi fundada em 1952, pelo então prefeito Waldemar Lima Teixeira, homem forte do PSD na região. O próprio prefeito tornou-se o primeiro presidente da entidade, que tinha como objetivo principal cooperar com os criadores e lavradores locais, fornecendo-lhes rações e sementes, a fim de desenvolver a atividade agrícola no município.

<sup>9</sup> De acordo com fontes cartoriais, a Associação dos Lavradores do Município de Magé era formada pela seguinte diretoria: Manoel Ferreira de Lima (presidente), Erondino Ribeiro (vice-presidente), Juci Melin (1º secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (comissão fiscal).

grilagem, a empresa chegou a ter parte dessas terras desapropriada no início da década de 1960. Além dos comunistas, correligionários de Tenório Cavalcanti também percorriam a região em defesa dos trabalhadores rurais, utilizando, como principais veículos de comunicação, o jornal *Luta Democrática* e a Rádio Magé, que foi comprada pelo deputado na década de 1950.

Durante o acirramento dos conflitos de terra em Magé, quando relevantes contingentes de trabalhadores rurais foram despejados por ordem judicial e se refugiaram em fazendas de amigos, diversas comissões de operários e dirigentes sindicais (incluindo os têxteis) foram visitá-los para prestar apoio e doar roupas, sapatos, medicamentos e gêneros alimentícios, “numa verdadeira campanha de solidariedade entre o trabalhador do asfalto e o homem do campo”, conforme enfatizaram, à época, os jornais *Terra Livre* e *Luta Democrática*.<sup>10</sup>

Por sinal, desde meados da década de 1950, já havia relações muito próximas entre líderes camponeses da Baixada Fluminense e os sindicatos têxteis de Magé. Em 1958, por exemplo, o jornal *Última Hora* publicou matéria intitulada “Têxteis de Santo Aleixo em busca de melhores salários”, ilustrada com uma fotografia em que aparecem Astério dos Santos, presidente do sindicato, Aarão Steinbruch, advogado da entidade, o deputado Bocayuva Cunha, do PTB, e o líder camponês Bráulio Rodrigues (*Última Hora*, 15/08/1958, p. 6).

Nesse contexto, o PTB também se configurou como uma importante força política ligada aos trabalhadores no município. Desde o final da década de 1940 até 1964, o partido ocupou a presidência do sindicato dos trabalhadores têxteis de Pau Grande, destacando-se: Gilberto Câmara, vereador eleito várias vezes em Magé e pai do comunista Darcy Câmara, que mantinha um franco diálogo com os militantes do PCB e era considerado por eles como um “colaborador” (IRUN SANT’ANNA, 2006); João Gomes Assumpção, eleito vereador em 1954 (CMM, Livro 18, fl. 23); e Guilherme

---

<sup>10</sup> O *Terra Livre* era um periódico ligado ao PCB, ao passo que o *Luta Democrática* pertencia ao deputado Tenório Cavalcanti. Residente no município de Duque de Caxias e também advogado, Cavalcanti abria espaço em sua rádio e em seu jornal para as denúncias e reivindicações dos trabalhadores rurais, inclusive prestando-lhes assistência jurídica e financeira. Fundado no ano de 1954 pelo próprio deputado, o *Luta Democrática* inicialmente incorporou a linha udenista em oposição à Vargas. No entanto, em 1960, o deputado rompeu com a UDN e despontou como candidato a governador nas eleições de 1962, pelo PST. Já o PCB, que mantinha fortes ligações com o PTB de Roberto Silveira desde o final da década de 1950, sobretudo via sindicatos operários, afastou-se do partido do governador após sua morte, em 1961, deixando de apoiar o seu irmão, Badger da Silveira, para a sucessão estadual. Na ocasião, os comunistas defenderam a candidatura de Tenório Cavalcanti ao governo fluminense, contando com forte adesão dos trabalhadores rurais sindicalizados e associados.

Carvalho, um dos fundadores do PTB no município, sempre atuando ao lado dos comunistas<sup>11</sup>.

Nas eleições de 1962, por exemplo, os comunistas de Magé coligaram-se à chapa de José Barbosa Porto e de Guilherme Carvalho, ambos do PTB, para os cargos de prefeito e vice, respectivamente; apoiaram Aarão Steinbruch, também do PTB, para o Senado, e Tenório Cavalcanti, do PST, para governador fluminense, além de lançarem vários candidatos a vereador pelo PSB. O mais interessante é que, nessa eleição, Cavalcanti e Steinbruch foram, com larga vantagem, os mais votados para os seus cargos no município, e Porto foi eleito prefeito, quebrando uma hegemonia pessequista que vinha desde 1947. Por outro lado, o cargo de vice-prefeito ficou com o PSD, e o ex-prefeito Waldemar Lima Teixeira, principal nome do partido, foi eleito deputado estadual com expressiva votação, sendo homenageado como o primeiro representante de Magé a ocupar o cargo desde a década de 1930.

Na realidade, durante o período, verificamos um forte embate entre o PSD e o PTB na cidade. Em todas as eleições municipais analisadas (1947, 1950, 1954, 1958 e 1962), ambos lançaram candidatos próprios à prefeitura. Apesar da proeminência do PSD no início dos anos de 1950 e a ocorrência de alguns acordos com o PTB na Câmara de Vereadores, constatamos que os dois partidos transformaram-se nas duas principais legendas mageenses no período pré-1964 (tendo em vista que o PCB se encontrava na clandestinidade), disputando o governo do município de igual para igual a cada eleição. Vale ressaltar que, desde o final da década de 1950, o apoio dos comunistas foi fundamental para o fortalecimento do PTB mageense, particularmente na eleição de Porto como prefeito, em 1962. Convém destacar que, naquele momento, o presidente da República, o governador do estado e o prefeito de Magé eram petebistas, bem como já repercutia no município a atuação do então deputado do PTB, Leonel Brizola, que chegou a ser paraninfo na formatura do curso de corte e costura oferecido pelo Sindicato de Santo Aleixo. No dia da cerimônia, porém, quando também era celebrada a inauguração da nova sede da entidade, Brizola teve um imprevisto e não pôde comparecer (Última Hora, 20/01/1964, p. 7).

---

<sup>11</sup> Durante a década de 1940, o PTB teve pouca inserção no seio do operariado mageense, apesar da forte intervenção do Ministério do Trabalho nos dois sindicatos têxteis, ao passo que houve uma aproximação significativa do PSD com as diretorias das referidas entidades operárias. Pesquisas como a de Castro (1995) apontam que, nos anos 1940, o PTB não conseguiu deslanchar como um partido competitivo no estado do Rio de Janeiro, devido, principalmente, à atuação do ex-governador interventor Ernani do Amaral Peixoto, empenhado fortemente em transformar o estado em um dos principais redutos do PSD. Curiosamente, a ascensão do PTB fluminense só ocorreu a partir da segunda metade dos anos 1950, particularmente após o suicídio de Vargas.

Enquanto isso, os comunistas na clandestinidade e Tenório Cavalcanti, sem forte identificação partidária, “corriam por fora” na disputa por capital político no município, mas todos – incluindo PTB e PSD – buscavam aproximações com a classe trabalhadora.

Voltando a analisar mais detidamente a construção das memórias dos trabalhadores mageenses, percebemos o quanto o ano de 1964 tornou-se um marco na trajetória de cada uma dessas categorias (por assim dizer, rurais e têxteis). Ao passo que os tecelões valorizam, em seus depoimentos, a eleição de operários como vereadores na Câmara Municipal de Magé – um companheiro de trabalho, um tecelão assim como eles, no período de 1945-1964; os lavradores registram o orgulho de terem conquistado as primeiras desapropriações de terras realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o pós-1964 e o final da década de 1970, tido como o período de maior repressão nos governos militares, sendo Magé considerado por eles como um lugar símbolo de resistência<sup>12</sup>.

Interessante observar que esses dois marcos se referem a momentos completamente distintos. Enquanto os trabalhadores têxteis valorizam as suas conquistas no contexto anterior a 1964, os trabalhadores rurais fazem questão de destacar a sua atuação vitoriosa no período imediatamente posterior a 1964. Os episódios celebrados por cada grupo coincidem com os reflexos de dois momentos de expressiva migração para o município de Magé: o primeiro, em meados da década de 1940, motivado por uma nova estrutura social empreendida pelas indústrias têxteis locais e o consequente aumento na oferta de empregos; e o segundo, no início dos anos de 1960, gerado a partir da “febre de loteamentos” na Baixada Fluminense e as notícias sobre terras disponíveis para ocupação naquela região.

Também convém destacar que a memória desses grupos celebra justamente um período inverso ao consagrado pela historiografia brasileira: em detrimento das Ligas Camponesas dos anos de 1960, os trabalhadores rurais de Magé valorizam as décadas posteriores, marcadas pela vitória nas desapropriações de terras. A despeito das greves do ABC paulista, no final da década de 1970, os operários apresentam como “lugar de memória” as décadas de 1940, 1950 e 1960, épocas tidas como áureas pelos tecelões, tanto pela política social das fábricas quanto pela resistência operária à exploração dos patrões.

Em Magé, até o final dos anos 1960, os trabalhadores têxteis identificavam as vilas operárias como uma espécie de porto seguro, ao passo que os trabalhadores rurais temiam as constantes ameaças de despejo nas terras em litígio. A partir da década seguinte, porém, a situação se inverteu, pois

<sup>12</sup> As mencionadas desapropriações foram a da Gleba América Fabril, em 1973, e da Fazenda Conceição de Suruí, em 1974, tendo a memória social desse grupo sido estudada pioneiramente por Silveira-Lindoso (1984) e aprofundada por Teixeira (2011).

os camponeses comemoravam as primeiras desapropriações para a criação de “agrovilas”<sup>13</sup>, enquanto os tecelões começavam a sofrer ameaças de despejo nas vilas operárias, haja vista uma grave crise que havia alcançado a indústria têxtil brasileira e a constante ameaça de encerramento das atividades das fábricas do município. Algumas delas começaram a apresentar sinais da crise no início dos anos 1970, atrasando os pagamentos dos operários e, em alguns momentos, quitando-os com retalhos de tecidos. Perto de fechar as suas portas, impetravam ações de despejo vislumbrando a venda das casas da antiga vila operária.<sup>14</sup>

Em Pau Grande, vários desses operários têxteis ameaçados de despejo, influenciados pelo êxito dos camponeses na luta por desapropriações em áreas vizinhas à fábrica, chegaram a procurar o sindicato dos trabalhadores rurais em busca de apoio para evitar a perda de suas casas (TEIXEIRA, 2011, p. 3). Já em Santo Aleixo, tal ameaça fortaleceu, na memória local, as lembranças das lutas operárias anteriores ao golpe, normalmente associadas a uma época de muitas conquistas para a classe trabalhadora. Em consequência, a atuação de Astério dos Santos, ex-presidente do sindicato, cassado e preso em 1964, também foi bastante valorizada:

[...] O sindicato existe há muito tempo. [...] Depois com o esforço da diretoria que o Astério dos Santos era presidente, aí que foi indo... [...] Igual a Astério nunca teve presidente não. Eu acredito que nunca teve e nunca terá, sabe? Ele foi um grande presidente mesmo... que ele era um sujeito muito honesto, muito enérgico. Não tem ninguém pra continuar o trabalho dele (Apud OLIVEIRA, 1992).

Por certo, todas as dificuldades vividas por esses trabalhadores, particularmente no período pós-1964 (repressão policial, fábricas encerrando as suas atividades, desemprego, ameaças de despejo em fazendas ocupadas e nas vilas operárias, entre outros), imprimiram marcas indeléveis em suas memórias, favorecendo reinterpretações sobre o passado. No entanto, ao passo que os trabalhadores rurais comemoravam as primeiras desapropriações de áreas em litígio, os têxteis lamentavam o fechamento das indústrias do ramo, que com seu padrão “fábrica-vila operária”, constituíam-se como promotoras da vida social extrafabril na localidade (LOPES, 1988, p.

<sup>13</sup> O jornal *Diário de Notícias* (30/06/1973, p. 3) noticiava: “Decreto presidencial declarou de interesse social, para fins de desapropriação, imóvel situado em Magé [...] na zona prioritária da reforma agrária”.

<sup>14</sup> A reportagem destacava: “operários com mais de 35 anos de serviço estão sendo obrigados a se aposentar e se retirarem das casas de propriedade da Fábrica Santo Aleixo e da América Fabril” (*Diário de Notícias*, 06/05/1973, p. 5).

17). Para muitos trabalhadores, o sentimento era de que com a fábrica “sem rodar”, a vida também “parava de rodar” (OLIVEIRA, 1992, p. 52).

Para ambas as categorias analisadas, o ano de 1964 configurou-se como um ícone em suas memórias: para os rurais, marcou o início da repressão política que foi, em grande parte, resistida pelos trabalhadores até as desapropriações; e para os têxteis, representou o início da repressão, que pôs fim a uma geração de lideranças operárias supostamente aptas a defendê-los das ameaças de despejo ocorridas na década seguinte. Nesse caso, ressalta-se que a época das “lideranças operárias aguerridas” não é associada propriamente ao movimento comunista (conforme abordamos), mas se confunde com as lembranças do período de maior investimento das fábricas na área social: construção de vilas operárias, escolas, igrejas, ruas, praças, centros médicos, creches, cinemas, além do patrocínio de grupos carnavalescos e clubes de futebol.<sup>15</sup>

Salientamos que boa parte dessas memórias dos trabalhadores sobre 1964 permaneceu subterrânea durante bastante tempo, eventualmente perceptível em diálogos privados. Porém, tais memórias deixaram o território do interdito na medida em que pesquisas acadêmicas e movimentos nativos de resgate histórico foram sendo empreendidos:

[...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobre tudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos [...] (POLLAK, 1989, p. 9-10).

---

<sup>15</sup> Essa visão de promotora da vida social extrafabril era reforçada por alguns empresários do ramo têxtil. Em um anúncio publicado em jornais, a Companhia América Fabril gabava-se com expressões do tipo “não temos prefeitura” e “somos uma cidade” (*O Globo*, 06/11/1964, p. 3).

Dessa forma, ao apresentarmos uma breve reflexão sobre a memória e a ação política dos trabalhadores em um município da Baixada Fluminense, nosso intuito maior foi problematizar as caricaturas políticas que ainda compõem o imaginário social brasileiro a respeito de 1964. Estudando a trajetória dos trabalhadores rurais e têxteis de Magé, logo percebemos uma forte presença da militância comunista. No entanto, tal presença passava longe da caracterização de um “super PCB”, altamente articulado e “subversivo”, prestes a proclamar uma revolução<sup>16</sup>. Tampouco a atuação do partido deve ser interpretada como benevolente ao corporativismo varguista, tendo favorecido a cúpula sindical em detrimento das bases, no que ficou consagrado nas ciências sociais como “sindicalismo populista” ou “peleguismo”<sup>17</sup>.

No que tange à Baixada Fluminense, a efervescência da militância comunista se intensificou no contexto da Segunda Guerra Mundial e se manteve ativa nas décadas posteriores, apesar da cassação do PCB. Por meio de legendas emprestadas, o partido continuou lançando candidatos nos processos eleitorais e conquistou relevantes resultados, sobretudo em cargos legislativos. Sendo a Baixada uma região onde as fronteiras entre o rural e o urbano eram bastante tênues, a estratégia do PCB, durante as décadas de 1940 e 1960, foi a de mobilizar os trabalhadores locais em duas frentes bem definidas e articuladas, buscando maior capital político nos sindicatos operários, por meio das comissões de fábrica (sustentáculo de seu crescimento político), com o objetivo de alcançar a direção dessas entidades, e investindo na organização dos trabalhadores rurais, por meio de associações que lutavam pelo acesso à terra e pela incorporação de direitos trabalhistas no campo. As duas frentes abarcaram os fenômenos da migração para áreas de loteamentos, da batalha jurídica entre posseiros, Estado, proprietários e grileiros, e das especificidades desses trabalhadores pobres, normalmente marginalizados pela sociedade.

A peculiaridade do município de Magé no contexto da Baixada Fluminense talvez tenha sido a de abrigar várias fábricas de um mesmo ramo industrial, alçando a cidade como relevante polo têxtil fluminense, ao passo que também mantinha um considerável território com potencial agrícola, parte dele propriedade de uma fábrica de tecidos. Agregando grande contingente de trabalhadores, entre operários, lavradores, posseiros, meeiros,

---

<sup>16</sup> Por certo, essa visão encontra menor eco no meio acadêmico (o que não significa ausência). Entretanto ainda é bastante forte no ambiente político, sobretudo naqueles debates mais eloquentes sobre a “Revolução de 1964”, intensificados recentemente com a atuação da Comissão Nacional da Verdade. A título de exemplo, cito uma coleção publicada pela Biblioteca do Exército (MOTTA, 2003).

<sup>17</sup> Os estudos que defendem o “cupulismo sindical” normalmente são atribuídos como produto das análises weffortianas (WEFFORT, 1973). Porém, cabe ressaltar que diversos trabalhos têm procurado questionar essas análises (COSTA et.al., 1999).

arrendatários, parceiros, colonos, camponeses e pequenos proprietários rurais, o município tornou-se foco de uma intensa militância comunista, que esboçava uma aliança operário-camponesa ligada ao PCB.

Ao finalizarmos o presente capítulo, reforçamos o nosso argumento de que a ação desses trabalhadores mageenses, mediante um aprendizado acumulado no decurso de lutas passadas, fortaleceu sobremaneira a noção de participação política e popular, desenvolvendo, assim, uma noção de cidadania bastante vinculada a visões morais sobre a dignidade operária, a justiça e a libertação dos “de baixo” frente aos desafios enfrentados pela classe trabalhadora.

Portanto, não consideramos que foi propriamente o comunismo, mas as múltiplas experiências na seara da política na Baixada Fluminense (onde o PCB estava incluído e mantinha significativa adesão) que forjaram, junto aos trabalhadores, a interpretação de que eram, de fato, sujeitos de sua própria história, defendendo seus direitos e lutando por novas conquistas sociais. Talvez essa seja a chave para compreendermos toda a reação ao avanço das lutas democráticas que se travavam no país antes de 1964.

## REFERÊNCIAS

- ANÔNIMO. Entrevista anônima concedida por um ex-contramestre e delegado sindical a Sônia Maria Gonzaga de Oliveira durante sua pesquisa de campo, realizada no contexto do fechamento da Fábrica Santo Aleixo, em fins da década de 1970. In: OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992. p. 59-60.
- ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES SOARES. Entrevista concedida pelo ex-operário a um jornal do município. *Informativo Colégio 1º de Maio*. Santo Aleixo: 03/1999. Acervo do autor.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CLUBE MILITAR et. al. “À Nação Brasileira: 31 de Março”. Disponível em: <<http://clubemilitar.com.br/a-nacao-brasileira-31-de-marco>>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 1995.
- CMM (Câmara Municipal de Magé). Livro de Atas: n. 18 (06/11/1954 a 12/07/1955); n. 19 (15/07/1955 a 15/07/1958); e n. 25 (30/12/1963 a 28/04/1964).
- CORREIO DA MANHÃ. Periódico consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[memória.bn.br](http://memoria.bn.br)>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- COSTA, Hélio; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Na luta por direitos: leituras recentes em História Social do Trabalho*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.
- CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Caixa 40/Série. Pasta Temática/Documento Confidencial. Carta enviada por José Pereira Lima (Palácio do Catete), ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, em 26/09/1947. Fonte gentilmente cedida por Igor Martins Medeiros Robaina.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Periódico consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[memória.bn.br](http://memoria.bn.br)>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- DIÁRIO DA NOITE. Periódico consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[memória.bn.br](http://memoria.bn.br)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

DRT-RJ (Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro). Portaria nº 55/40, de 11/05/1964.

GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais no campo no Estado do Rio de Janeiro (junho de 1961-julho de 1962)*: documento de trabalho. São Paulo: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), CPDA/FGV, 1980.

HERMÍNIO SANTOS. Entrevista concedida pelo ex-operário têxtil a Joana Lima Figueiredo em 06/04/2008. Acervo da pesquisadora.

IRUN SANT'ANNA. Entrevista concedida pelo médico e ex-líder comunista ao autor em 06/04/2006.

JORGE FERREIRA DOS SANTOS. Entrevista concedida pelo dirigente sindical a um jornal do município. *Informativo Colégio 1º de Maio*. Santo Aleixo: 03/1999. Acervo do autor.

JORNAL DO BRASIL. Periódico consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memória.bn.br>. Acesso em: 18 ago. 2013.

LOPES, José Sérgio Leite Lopes. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

MOTTA, Arilcides de Moraes (org.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2003.

NELLY GUALANDI DE MELO. Entrevista concedida pela ex-operária têxtil a Juçara da Silva Barbosa de Mello em 15/01/2005. Acervo da pesquisadora.

O ESTADO DE S. PAULO. Disponível em: <acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 18 ago. 2013.

O GLOBO. Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18 ago. 2013.

OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UERJ, São Gonçalo, RJ, 2009.

SANT'ANNA, Irun. *Brasil: país sem futuro?* Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997.

SILVA, Fernando Teixeira da. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. O começo de tudo. Anais do Seminário sobre Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro: 29 e 30/11/1984. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1984. p. 28-56.

TEAR. Documentário sobre as memórias dos trabalhadores têxteis de Santo Aleixo. Ano: 2013. Tempo: 00:14:56. Direção e Produção: Taiane Linhares. Assistência de Direção: João Xavi. Direção de Fotografia: Ricardo Schmidt. Som Direto: Caio César Teixeira Loures. Montagem: Fabiano Soares e Taiane Linhares. Edição de Som: Caio César Teixeira Loures.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ, Seropédica, RJ, 2011.

ÚLTIMA HORA. Periódico consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memória.bn.br>. Acesso em: 18 ago. 2013.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 4, abr.-jun. 1973.

---

# Sob o olhar e o julgamento da repressão: eu os declaro culpados

Abner Sótenos

## INTRODUÇÃO

**A**s reconfigurações sociais ocorridas no Brasil durante o longo processo de distensão/abertura política (1974-1985) possibilitaram a constituição de uma vasta rede de movimentos sociais que agrupou um conjunto de forças políticas, as quais, a seu modo, demandaram mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais existentes desde o Golpe de Estado de 1964. Atentando para as especificidades de cada momento, buscou-se, neste capítulo, analisar os percursos de certas instituições que se envolveram nesse contexto, seja a partir dos grupos oposicionistas à ditadura ou dos órgãos responsáveis pela repressão política, notadamente a Comunidade de Informações e a Comunidade de Segurança. No presente estudo, se procurou interpretar as vinculações entre os movimentos sociais populares, a Igreja Católica e o Estado durante o período da Ditadura Militar brasileira, tendo como foco a atuação do Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (MAB/NI), no estado do Rio de Janeiro, movimento que foi uma das principais forças de oposição no período de distensão política. A pesquisa privilegiou a documentação produzida pelos órgãos de informações do governo ditatorial e os relatos de personagens que participaram do processo de construção e de desenvolvimento do movimento, o qual acabou colaborando para o redimensionamento do fazer político naqueles anos nada afeitos a esse tipo de representação.

## A BASE DE FORMAÇÃO DO MAB E SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSIVIDADES

Quando tratamos de movimentos populares de bairro estruturados sob a lógica de ações diretas e concretas e que não são institucionalizados no seu início, torna-se uma tarefa muito mais difícil, se ainda for possível apontar a datação específica de sua criação. Diferentemente de outras instituições participativas, tais quais os sindicatos, as organizações não governamentais (ONGs) e os partidos, esse tipo de movimento primeiro se configura e posteriormente se institucionaliza. Assim se deu a formação do MAB, herdeiro de uma tradição de grupos de esquerda criados na região da Baixada Fluminense desde os anos de 1940 e da formação de inúmeras associações de moradores presentes desde os anos de 1950, que contribuíram, em alguma medida, para forjar uma mentalidade, mesmo que difusa, de um tipo de associativismo (SILVA, 2011, p.7).

Constituído no processo de distensão política ainda nos anos de 1970, o MAB vivenciou a sua institucionalização e a sua transformação em federação no princípio dos anos 1980, em uma situação política no Brasil bem distinta daquela de sua fundação. A cronologia (SILVA, 2011)<sup>1</sup> da formação do movimento aponta para o seu surgimento no ano de 1974, a partir das novas configurações sociais e políticas da região. No entanto, em termos da sua percepção, parece-nos que, tanto para os órgãos de repressão como para a imprensa regional (ou mesmo para aqueles que participaram como membros), seu início se deu por volta da segunda metade dos anos 1970. Sua origem tem a ver com as experiências desenvolvidas naquele cenário brasileiro característico de alguns municípios do Brasil, marcado pelo incremento de atividades ligadas às ações de intervenções no campo da saúde, assim como pela retomada de algumas associações de moradores que tiveram, durante muito tempo, um caráter assistencialista, as quais, a partir da ressignificação de sentido de coletividade, de participação política e de comunidade, foram forjando o próprio caráter do movimento. A influência da Igreja Católica, notadamente daqueles setores que estiveram vinculados e influenciados pelas propostas “progressistas” do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia, também aparece na base de formação do Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu.

Durante esse mesmo período, houve o deslocamento de alguns estudantes dos cursos da área de Ciências Biomédicas ou mesmo de médicos recém-formados para as periferias das grandes cidades (BRASIL, 2007).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Adotou-se, neste trabalho, a cronologia construída pelo referido autor.

<sup>2</sup> Entre as diversas forças sociais de resistência à ditadura militar, havia um grupo de pessoas com formação universitária, a maioria nas áreas das Ciências Médicas e Biológicas, as quais, em uma aproximação com as Ciências Sociais, passaram a compor, em meados da década de 1970, os departamentos de Medicina Preventiva e Social de algumas universidades brasileiras.

Muitos deles agiram na clandestinidade por atuarem em organizações de esquerda, passando a militar contra a ditadura a partir do questionamento das estruturas políticas e econômicas mantidas pelos governos em andamento. Essas experiências estiveram na raiz da formação do MAB na década de 1970 e de outros movimentos populares de bairros no Brasil, já que:

A postura dominante entre eles [médicos sanitaristas] era levar à população conhecimentos sobre as causas sociais das doenças; difundir a ideia dos serviços de saúde como um direito da população e não um favor dos governantes; batalhar por um bom serviço público de saúde, opondo-se à privatização (SADER, 1995, p. 266).

Outro elemento agregador teve relação com o processo de inserção vivenciado pelas organizações de esquerda na região da Baixada: dado o caráter conservador da Arquidiocese do Rio de Janeiro<sup>3</sup> e, por outro lado, a receptividade da Diocese de Nova Iguaçu a essas iniciativas, foi permitido, em 1975, que quatro médicos recém-formados fossem contratados pela Cáritas Diocesana local para efetivar as ações que vinham sendo aplicadas por eles no bairro de Cabuçu.<sup>4</sup>

---

Embora as universidades ainda vivessem uma experiência de repressão em meados dos anos 1970, esses departamentos constituíram-se em espaços de discussão da saúde pública estreitamente interligados com a questão social. Esses profissionais da saúde compunham o chamado Movimento Sanitário, aproveitando-se das brechas abertas pela nova ordenação institucional da área da saúde. Com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), em 1974, profissionais da saúde passam a atuar “de forma localizada e marginal”, aplicando, na prática, as propostas contidas no modelo de saúde coletiva em busca da democratização da saúde, por meio de ações concretas dos poderes públicos e da participação de sindicatos de trabalhadores, bem como das comunidades de bairro, em particular nos programas desenvolvidos pelas Secretarias de Saúde dos municípios de Campinas, Niterói e Londrina, na segunda metade da década de 1970.

<sup>3</sup> O Cardeal Dom Eugênio Sales teve um papel significativo na restrição da atuação de padres e de leigos de forma mais combativa nos bairros da cidade do Rio de Janeiro. No final dos anos 1970 e no início da década seguinte, muitos desses religiosos procuraram sair da influência centralizadora e conservadora de Dom Eugênio. Em documento produzido pela comunidade de informações no ano de 1981, a repressão destacou a grande contribuição que o cardeal prestava ao governo ditatorial nesse sentido: “Não se pode negar que D. EUGÊNIO prossegue na sua luta aberta contra o chamado clero progressista e a elementos notoriamente esquerdistas a esse clero ligado. A demissão irrevogável de 28 professores da PUC/RIO, muitos com antecedentes subversivos, é um bom sinal que confirma o posicionamento de D. Eugênio. Provavelmente, nas férias de meio de ano, será feita uma ‘depuração’ no Departamento de História daquela Universidade” (APERJ. DGIE/RJ. Pasta: 247-B, 27 de abril de 1981, p. 517-518).

<sup>4</sup> A Cáritas brasileira foi criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No início, foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e de assumir a distribuição dos “alimentos para a paz”. Em 1966, a quantidade de donativos para a Aliança para o Progresso começou a diminuir e, em 1974, o programa foi extinto, juntamente com alguns regionais; diversas Cáritas Diocesanas também encerraram as suas atividades nesse ano. Muitas equipes já vinham trabalhando para se adequar aos novos tempos e foram, com o tempo, encontrando

Em entrevista concedida por uma das médicas<sup>5</sup> (Lúcia Souto) sobre o momento de chegada à cidade, ela assim relatou:

Nosso encontro com D. Ivo [...] resultou na sua sugestão de que procurássemos D. Adriano, Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, “um bispo comprometido com as causas populares”, como nos disse D. Ivo. Assim foi feito: marcamos um encontro com D. Adriano, que nos recebeu na sua pequena salinha na Catedral de Nova Iguaçu. Falamos do interesse em desenvolver um trabalho de saúde comunitária, sendo atentamente ouvidos por D. Adriano que, ao final, falou com simplicidade: “Bom, de tudo que ouvi, acredito que vocês ou são cristãos ou comunistas, mas nos tempos em que vivemos, isso não interessa. O que posso dizer é que as portas da Diocese de Nova Iguaçu estão abertas para vocês” (MAIA; MACEDO; MONTEIRO, 2007, p. 32).

Eles desenvolveram as suas atividades em um bairro bem afastado do centro da cidade, onde iniciaram suas ações junto à população utilizando um tom alternativo-comunitarista, inspirados em métodos naturalistas, com o uso de plantas medicinais e remédios caseiros. Passaram a adotar cartilhas explicativas e encontros com a comunidade assistida. Havia a preocupação com a questão do tratamento médico e as condições mais ligadas ao campo da saúde, contudo objetivavam fomentar um projeto político inerente às propostas formuladas pela esquerda no curso da autocrítica. É importante perceber o seguinte aspecto: a atuação desses médicos, quer fosse em Nova Iguaçu, na Grande São Paulo ou em outras partes do país, fazia parte de um projeto mais amplo que encontrou, nesse contexto, em setores da “Igreja progressista”, aliados que contribuíram para consolidar inúmeras experiências comunitárias participativas naquele período.

Tanto os médicos quanto os membros da igreja dispunham de autoridade moral que conferia ressonância às suas palavras e garantia credibilidade junto à comunidade. Antes de tudo, era a fala do doutor ou a do padre

---

um novo caminho em torno da ideia da educação de base e da promoção humana no lugar do assistencialismo. Houve um processo de renascimento da Cáritas brasileira, apoiado nas orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Nos anos 1980, os agentes Cáritas começaram a respirar o ambiente da educação popular, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de Organismos e de Pastorais Sociais (Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Comissão Pastoral Operária – CPO) e foram renovando a sua metodologia de ação. A nova estratégia exigia um estudo da realidade para melhor compreendê-la.

<sup>5</sup> Os quatro médicos eram: Antônio Ivo de Carvalho, Ana Leonor Ostrower, Lucia Souto e José Carvalho de Noronha, que chegaram à Baixada pelo ano de 1974. Já haviam passado por prisões em função de sua militância quando estudantes e integravam, ainda nesse momento, grupos de esquerda, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

que se escutava nas reuniões e assembleias organizadas e nos encontros que passaram a ser rotina no município. Para o morador, ouvir e poder falar sobre as questões que o afligiam localmente, contextualizadas com o cenário nacional, foi um mecanismo importante de envolvimento político e um incremento das práticas dos moradores. Concomitantemente à atuação desses atores, os grupos de amigos de bairros se multiplicaram e foram, aos poucos, se transformando em associações de moradores, algumas das quais existentes já no pré-1964, portadoras, por sua vez, de outra concepção de participação e intervenção no meio social:

Sem dúvida, o aspecto mais importante da medicina comunitária é a sua possibilidade de criar ou reorientar interesses e objetivos de uma “comunidade”, propiciando, assim, a constituição de sujeitos e atores, tensionando os limites da estrutura social e de poder vigentes. É nesta possibilidade que as esquerdas, católica (comunidades eclesiais de base) e comunistas (Partido Comunista Brasileiro, Ação Popular, Partido Comunista do Brasil) vão apostar (STOTZ, 2005, p. 15).

A origem do MAB foi múltipla: havia, pelo menos, duas matrizes discursivas (SADER, 1995, p. 142-143) presentes no interior do movimento desde a sua formação. Em diversos momentos eclodiram tensões entre elas, fruto da concepção de estratégias apontadas. Ao fim, podemos afirmar que não se repeliram; houve muito mais elementos aglutinadores, a saber: a caracterização da realidade brasileira, a noção de inimigo comum e a perspectiva de futuro associada à construção de uma sociedade mais justa e democrática (a “libertação do povo” era um traço comum dessa perspectiva de futuro). Mesmo porque, de outro modo, o MAB não teria sido o movimento com a expressividade que adquiriu naqueles anos, constituindo-se em uma das grandes forças de oposição no estado do Rio de Janeiro, e que tanta atenção e tantos cuidados dispensaram por parte da comunidade de informações (SÓTENOS, 2013). As duas matrizes discursivas presentes na base de sua formação ofereceram as suas contribuições acerca das noções de direito, de valor e de democracia. Essa origem múltipla pode explicar, em parte, o porquê de o movimento ter sido a expressão de diferentes coletividades, aglutinando interesses e compartilhando solidariedades muito além das questões imediatas dos bairros e das localidades em que estava inserido.

A forma de atuação do movimento e a sua heterogeneidade, que não significa fragmentação, estimularam, na comunidade de informações, em momentos distintos, a sua identificação como presa fácil da esquerda, como inocente útil da Igreja ou, ainda, como sujeito político autônomo e

representante das camadas populares da cidade. Já em 1980, no momento em que o MAB havia participado de inúmeras ações na região da Baixada, além de outras localidades do estado, os órgãos de repressão (que, por sua vez, já haviam mapeado os seus principais integrantes, as instituições e os atores componentes da extensa rede de movimentação na qual o MAB se inseria) mantinham a compreensão de que o “dirigismo” da Igreja Católica era o que caracterizava sua relação com o Movimento de Amigos de Bairros. Assim, emitiam relatórios apontando que:

Não tem sido fácil distinguir claramente as atividades da Pastoral Operária e as do MAB. A Pastoral Operária planeja e o MAB executa. É o elemento enquadrante das associações de bairros e é o instrumento com que conta a Diocese para arregimentar, mobilizar e manipular a massa – os associados (simpatizantes do MAB) (APERJ – MUNICÍPIO 152 – CX. 626, Fls. 2276-E. Informação de nº 482-D/80, de 6 de maio de 1980 – I Ex.).

O aspecto central dessa informação é a identificação da Igreja Católica, via Pastoral Operária, como responsável pelas determinações do MAB, pelas diretrizes a serem tomadas no âmbito das contestações, ao mesmo tempo em que se apontavam os membros da instituição religiosa como manipuladores e ardilosos por usarem o movimento como instrumento de um projeto próprio. Já à organização de bairro é negada a livre iniciativa, pois, embora fosse portadora de um grande potencial de aglutinar as pessoas, “enquadrando” as associações de moradores, acabava se submetendo aos desígnios da diocese. Nessa informação, é possível ainda perceber que, para o agente produtor da nota, existia uma hierarquização de poderes: o MAB era o elemento que enquadrava a população e as associações de bairros, e a Igreja manipulava a todos.

No que se refere à narrativa acerca dos anos iniciais de constituição do movimento, foi interessante perceber como se buscou estabelecer um marco fundador da organização. Para alguns dos seus integrantes, a fundação teria se dado ainda em 1960 com o Congresso dos Centros Pró-Melhoramentos de Nova Iguaçu (SILVA, 2011, p. 27). Essa construção *a posteriori* revela, contudo, os elementos do associativismo local, o qual, reprimido pelo golpe em 1964, não se deixou extinguir e encontrou, no contexto do pós-1974, outras formas de rearticulação com a Igreja e com os inseridos da esquerda. Muitas associações de moradores retomaram suas atividades a partir desse segundo momento, como apontou Dalcéia Nahon, uma das cofundadoras do MAB, a respeito da formação do movimento articulado com as associações populares preexistentes ao golpe:

Nós começamos a aglutinar os moradores e criamos, em abril de 1973, o Conselho Comunitário do Jardim Gláucia, Redentor, Parque São José etc, uns dez a quinze bairros daquela região. Foi a nossa primeira iniciativa, digamos assim, de juntar os trabalhos de vários bairros após o golpe de 1964, em Belford Roxo (MAIA; MACEDO; MONTEIRO, 2007, p. 17).

A trajetória política de Dalcéia Nahon se parece, em muitos aspectos, com a de outros militantes que integraram esse tipo de movimento popular de bairro pautado na lógica da ação direta. Moradora da Baixada desde a infância, começou a sua militância antes do processo de distensão política e manteve ligações com a Igreja Católica de cunho “progressista”. No início da década de 1970, aproximou-se e integrou as fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entrando na clandestinidade depois da prisão em 1975, quando, sob orientação do partido, retornou ao Brasil, vinda do exílio com seu companheiro, Nelson Nahon, para que ambos realizassem o “trabalho de massas” junto às organizações populares. Antes de integrar as fileiras do partido, portanto, Dalcéia Nahon esteve articulada aos grupos de bairros portadores de uma concepção particular de atuação. Anos depois, compôs diretorias na federação, sendo também, nos anos 1980, uma das suas presidentes. Ao se remeter à criação do movimento, destacou o papel que os quatro médicos tiveram nesse processo juntamente com a Diocese de Nova Iguaçu:

Depois da prisão, voltamos (Nelson Nahon) para a Baixada com a tarefa de atuar no meio popular e organizar o PC do B. Nós tínhamos essas duas tarefas. Quando voltamos, em 1977, estava formado em Nova Iguaçu um grupo de moradores para discutir a saúde. Nesse grupo, participavam também quatro médicos daqui do Rio de Janeiro. [...] Antes de sermos presos e sairmos de lá (Nova Iguaçu), eu, a Terezinha<sup>6</sup> e o Nelson começamos o trabalho. [...] Começamos o trabalho popular com a orientação do PC do B. [...] esses quatro médicos chegaram a Nova Iguaçu, [...] para fazer um trabalho popular e começaram a fazer encontros de saúde. [...] Esses encontros foram crescendo, apoiados pela Igreja e a Cáritas Diocesana, que participava também (MAIA; MACEDO; MONTEIRO, 2007, p. 17).

---

<sup>6</sup> Terezinha Lopes foi uma liderança popular histórica na Baixada Fluminense. Ainda nos anos 1960, articulou diversas associações de bairros no Jardim Gláucia, no Jardim Redentor e no Jardim Leal, todos localizados em Belford Roxo, 4º Distrito de Nova Iguaçu. Nos anos 1980, foi uma das presidentes da Femab.

A movimentação e o deslocamento de militantes de esquerda na região da Baixada Fluminense e a participação deles nos movimentos de bairros não ocorreu sem a atenção da comunidade de informações, que reiterava, a todo o momento, a presença desses atores em seus relatórios internos. A repressão não tinha dúvidas sobre a participação dos “subversivos” de esquerda nessa instituição (no MAB) e nos seus interesses contestatórios. Tanto é assim que não foram poucas as menções desses órgãos a esse respeito, como podemos perceber:

Assim, essa entidade fundada (MAB), como outras em outros municípios, para incentivar o espírito comunitário e assim auxiliar nas soluções de problemas que afligem as comunidades, já nascia com objetivos subversivos, herdados dos seus fundadores (Bráulio Rodrigues da Silva e Laerte Resende Bastos), como os citados acima, sobejamente conhecido dos Órgãos de Informações (APERJ, Série Município - 152, Caixa 626. Informação de nº 482-D/80, maio de 1980. Fol. 2276-Z).

Os dois fundadores aos quais a informação se refere eram lideranças camponesas históricas que tiveram papel importante nas ocupações de terras no estado do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960 (SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010). Bráulio Rodrigues da Silva, anos depois, fez parte de várias direções do MAB e também ocupou a presidência da federação, sendo uma das figuras que mais despertou o interesse do aparato de espionagem do Estado desde os anos 1950.<sup>7</sup> Outro traço importante dessa informação tem a ver com a percepção do aparato do governo de que o MAB já havia sido criado para contestar o regime, e essa contestação objetivava criar, na população, o descrédito das autoridades governamentais e promover a destruição dos valores morais da comunidade para, com isso, abrir espaços para a guerra revolucionária.

De acordo com os manuais produzidos por esses órgãos nos anos 1970, a subversão tinha duas finalidades bem claras, desempenhando um duplo papel: a tomada do poder por meio do processo pacífico e o preparo do clima revolucionário que possibilitasse a eclosão da luta armada, culminando na conquista do poder (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 279-281). Mesmo no contexto de distensão, a comunidade de informações procurava

---

<sup>7</sup> Embora haja trabalhos a respeito da trajetória de Bráulio Rodrigues da Silva, nenhum deles se ocupou em fazer uma análise de sua participação política por meio da documentação produzida pelos órgãos de informações, os quais possuem uma quantidade significativa de fontes acerca desse personagem em seus acervos. Durante o levantamento realizado para essa pesquisa, tivemos contato com dossiês e documentos avulsos a seu respeito. Bráulio Rodrigues, figura fascinante, encontra-se hoje com os seus 91 anos de idade em atividade política, guardadas as limitações em função de sua idade.

justificar a sua manutenção ao identificar as organizações populares como hospedeiras de um projeto ameaçador à segurança nacional, na medida em que não haveria nelas o interesse democratizante, mas um viés desestabilizador voltado à implantação de governos ditatoriais de esquerda. Era preciso reiterar esse caráter no interior da comunidade de informações fazendo circular inculpações que reafirmassem esses objetivos, porquanto asseguravam que “as presenças de Bráulio, Laerte, Nelson (Nohan) e Paulo Amaral não deixam dúvidas que a direção do MAB está[va], totalmente, entregue nas mãos de subversivos notoriamente conhecidos” (APERJ, Série Município - 152, Cx 626. Fol. 2276-X. Informação de nº 482-D/80, maio de 1980).

Do ponto de vista da repressão que atuou diuturnamente na região da Baixada Fluminense, era necessário frear as ações dos atores sociais tidos como desestabilizadores da ordem política vigente, que atrasavam a implantação da “utopia” inerente aos próceres da ditadura, a da construção do “Brasil Grande”. Assim, na visão do aparato repressivo, as iniciativas adotadas pelos segmentos populares e pelos membros da extensa rede na qual o MAB estava inserido, incluindo componentes do clero, políticos notadamente de oposição e outros setores da oposição democrática, eram reveladoras de um projeto oposto à nação. Por isso, tais sujeitos foram apontados e julgados como inimigos a serem combatidos e eliminados.

## O CONVENTO E A RUA: ENTRE A LIBERTAÇÃO E A ESPADA

A Igreja Católica em Nova Iguaçu, embora não tenha sido pioneira do projeto político-teológico pautado na chamada Teologia da Libertação, certamente foi uma das dioceses que vivenciou, de forma mais intensa, tais experiências. Na visão do bispo Dom Adriano Hypólito, as mudanças foram possíveis em função de dois eventos centrais dos anos 1960 que contribuíram, a seu modo, para que a igreja pudesse se identificar com os setores populares. Fazendo um balanço sobre a diocese local em função do 25º aniversário de sua criação, ele apontou que:

[...] Este identificar-se com o Povo cresceu sempre mais. Graças a dois fatores de alta importância. O primeiro: o Concílio do Vaticano II. Tive a felicidade de participar do concílio em três períodos (1963, 1964 e 1965). [...] Devo confessar que minhas experiências pastorais foram, desde o princípio de meu ministério de bispo da baixada Fluminense, marcadas pelos princípios do Concílio. Sobretudo, porque nossas comunidades também estavam começando a sua caminhada eclesial, sem o peso de tradições carregadas através de gerações. [...] Mas há um segundo fator que, em minha opinião, foi

de alta importância também: a Revolução de 64. Olhando-a na sua evolução e caminho de 21 anos – quase dentro, portanto, dos 25 anos de diocese, devemos confessar que trouxe uma contribuição válida, sem ser propriamente querida, para a Igreja do Brasil. [...] a Igreja que em 64 deixou-se envolver pelo anticomunismo das elites dominantes – ela mesma integrada no sistema elitista, fez uma alegre e dolorosa caminhada de distanciamento em relação aos esquemas de poder político. [...] Creio que dois fatores – um eclesial: o Concílio; outro político: a revolução de 64 – contribuíram muito a seu modo, por seus conflitos, para que a pastoral de nossa diocese se voltasse para o povo (apud NASCIMENTO, 2007, p. 44-45).

Nosso interesse, nesse momento, é destacar que, em função da aproximação com o povo, com a comunidade na sua acepção mais ampla, os integrantes da diocese e aqueles que atuaram junto aos movimentos sociais populares na localidade não escaparam da mira e das ações da repressão, assim como da crítica e da oposição de setores mais conservadores da instituição religiosa, inclusive de padres que estavam na própria diocese (SERAFIM, 2013).<sup>8</sup> Por outro lado, existiram padres e fiéis que, percebendo a possibilidade de radicalização das ações sociais por parte da igreja e diante da negativa da alta hierarquia, chocaram-se com a figura do bispo diocesano por considerá-lo moderado demais (APERJ. Série Município - 152, CX. 630, Fol. 4211, fevereiro de 1982).

Portanto, da nossa parte, não se trata de adotar uma perspectiva de atuação da igreja como se os eventos já estivessem dados a princípio e/ou considerar que houvesse um caminho a ser trilhado sem que as incertezas e os conflitos fossem obliterados, ou seja, por mais que possamos falar de um fim a ser alcançado, de um projeto teológico a ser implementado por essa linha de Igreja Católica, foi importante, antes de tudo, perceber que as agruras do percurso marcaram sobremaneira as relações no seio da própria instituição religiosa em Nova Iguaçu, possivelmente deixando feridas mal cicatrizadas entre os sujeitos que vivenciaram aquele momento e que estão presentes ainda hoje.

No que tange às informações produzidas pela espionagem a respeito dos membros e das instituições da igreja local, um dos primeiros documentos com que tivemos contato na pesquisa foi um relatório produzido

---

<sup>8</sup> Cf. a “Guerra do Riachão”, como ficaram conhecidas as disputas entre o Pe. Valdyr Ros e o bispo. O padre, com um discurso anticomunista inflamado e virulento, atacou sistematicamente a figura do bispo; esse parece ter sido o episódio mais significativo das tensões entre dois projetos político-teológicos da Igreja Católica.

pela agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI/AC), o qual tratava da formação religiosa do bispo, apontando:

[...] [quando] tomou posse como bispo diocesano [...] foi difundido, como recordação, o seu brasão de armas, idealizado pelo irmão [...], especialista em heráldica religiosa. A combinação da foice e da cruz, adotadas por D. Adriano Hypólito, para simbolizar o seu trabalho pastoral, como, acertadamente, observou a revista “Vigília Romana” de jul/ago 72, sintetiza o “progressismo católico marxista”, do qual é seguidor (APERJ: Série Informações, pasta 155, fol. 66-71. 1978; Informação SNI nº 503/19/AC/75, 1975).

O que, para o bispo, tinha um significado; para a repressão, como era de se esperar, tinha outro, oposto, haja vista que era considerado ameaçador à ordem e ao progresso nacional. De acordo com Dom Adriano Hypólito, a escolha desses símbolos, juntamente com o lema *Mitte, Domine, operarios* – “Mandai, ó Senhor, operários” –, inspirava-se no Evangelho: “Rogai ao Senhor da messe que mande operários para sua seara” (Mt. 9,38) (SCIARRETTA, 2012, p. 09). Em um contexto de crise de vocação religiosa na instituição e no início de uma diocese, com pouco mais de seis anos de fundação e já ocupada por três bispos, poderia ser um apelo bastante compreensível para o começo de um trabalho pastoral. No entanto, para a comunidade de informações, o lema e as insígnias, juntamente com o escudo, revelavam o apreço pelo comunismo internacional e a constatação do caráter “subversivo” da Igreja Católica.

A presença da cor vermelha no escudo sob uma foice encabada, como se pode verificar na figura abaixo, por mais que quisesse representar elementos do mundo cristão, nos tempos de anticomunismo exacerbado como aqueles vividos nos anos 1960 e 1970, seria uma prova mais do que cabal do comprometimento eclesiástico e um cartão de visitas do bispo nada satisfatório para os arautos da segurança nacional, simbolizando, dessa forma, os objetivos claros da diocese. A vinculação do bispo ao suposto movimento marxista, de certa forma compreensível, tendo em vista a aproximação com militantes da esquerda, foi fruto da tentativa de tais órgãos de informação de criar registros que agregassem a figura do bispo ao conjunto de religiosos tidos como nocivos ao país.



Figura 01: Brasão adotado por Dom Adriano Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu

O que devemos considerar desse panorama e adotar como mote das nossas reflexões quando se pensa a proposta do capítulo é que a presença de segmentos da esquerda atuando na igreja local ou em outras partes do país serviu como motivação para que os agentes da ditadura adotassem uma ação repressiva e buscassem, a todo momento, culpar pessoas e instituições, porque "na identidade atribuída aos comunistas, estes aparecem como elementos vis, perigosos à nação e eficientes em seus métodos e [suas] técnicas de subversão" (ASSUNÇÃO, 2009, p. 220). Em suma, as representações forjadas no seio da comunidade de informações sobre o MAB, a Igreja Católica e outros movimentos sociais populares seguiram essa perspectiva, e o que se verifica nos relatórios da espionagem e nas práticas da comunidade de segurança tinha como centralidade tais concepções.

Com base nessa noção, transcorre a contínua espionagem sofrida pelos membros da Diocese de Nova Iguaçu, a fim de provar o envolvimento da instituição e de seus participantes em ações tidas como contrárias à manutenção do Estado vigente. Assim, em 1974, o SNI/RJ recomendou a constante espionagem sobre o bispo e o acompanhamento de suas ações pelos órgãos de repressão, apresentando como justificativa as características de seu comportamento e a importância de sua diocese (APERJ: SNI/RJ, Pedido de busca nº 059//74/ARJ/SNI, Difusão: 1º Exército – SR/DPF/RJ – DOPS/RJ, Prontuário nº 32.444/405. 1974). Contudo, tal acompanhamento já vinha sendo feito muito antes desse ano, pois tivemos contato com informação

produzida no final de 1968, mencionando o trabalho social que a diocese havia começado sob a orientação de Dom Hypólito e de um padre, nos bairros de Nova Iguaçu (APERJ: Série Confidencial, DPPS/RJ, Pedido de busca nº 308/DPPS/RJ. Prontuário nº 32.444/405, outubro de 1968).

O modo como a comunidade de informações atuou pode ser entendido por meio de uma analogia: pressupõe-se costumeiramente que, se a árvore é podre, todos os seus frutos o são, ou seja, a atuação da repressão em relação ao bispo fez com que todas as ações da Igreja Católica fossem vistas de maneira negativa. Caberia ao Estado evitar que essa “contaminação” se espalhasse pela região. O periódico diocesano era visto como parte do método adotado pela Igreja para a prática de sedução desenvolvida pela diocese junto à população mais pobre e intelectualmente despreparada. Assim, apontava que a linha reformista do bispo o levava a agir “através do jornal de sua Diocese, A FOLHA, critica insistentemente os órgãos do Governo Federal, objetivando criar no fiel o sentimento de revolta contra as autoridades do país, pela ação psicológica negativista que aplica” (APERJ: Série Confidencial, DPPS/RJ, Pedido de busca nº 308/DPPS/RJ. Prontuário nº 32.444/405, outubro de 1968).

A reiteração, por sua vez, era a principal técnica de inculcação da comunidade de informações. Registrava-se uma suspeita e outra, tornando-as “fatos”, e providenciava-se a sua circulação entre os diversos órgãos de informações. Podemos perceber essa prática em um relatório produzido pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), em 1978, com base nos relatórios do SNI/AC e do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa):

A julgar pelos antecedentes subversivos do bispo de Nova Iguaçu – como se pode verificar na leitura da informação supra – nº 503, de 20.08.75, da Agência Central do SNI e em outros documentos que temos sobre esse cidadão – sua visita ao governador, cuja audiência teria sido devida ao [...] aparecimento de cadáveres nos municípios de Baixada Fluminense, e com que tanto destaque foi noticiado [...] servirá, pela repercussão que o assunto em tela envolve, como mais um elemento do qual se valerá o PCB para alimentar a campanha que move contra a SSP/RJ. E D. Adriano capitalizará para a campanha que, pessoalmente, move contra o governo (Informação SNI nº. 503/19/AC/75. APERJ: série Informações, pasta 155, fol. 66-71. 1978).

A orientação dada por esse órgão era fornecer ao governador os antecedentes do bispo: “salvo melhor juízo, sugerimos que seja, ao gover-

nador, dado conhecimento dos antecedentes do epigrafoado [D. Adriano]”. Buscava-se, desse modo, deslegitimar moralmente a sua figura, apresentando ao governador o dossiê de inculpações produzido pela comunidade de informações (Informação SNI nº. 503/19/AC/75. APERJ: série Informações, pasta 155, fol. 66-71. 1978). Outra recomendação foi indicar à censura o periódico *A Folha*, tido como uma publicação “subversiva”, “esquerdizante” e de caráter estritamente político.

Dois anos antes da produção dessa informação, em setembro de 1976, o bispo havia sido sequestrado por um grupo de extrema direita que buscou intimidá-lo (GASPARI, 2004, p. 279). Mesmo a Igreja Católica tendo sofrido vários tipos de agressão pela ditadura, o sequestro de membros da alta hierarquia religiosa não foi um expediente corriqueiro durante os anos repressivos. Desse modo, tal ação figura entre os casos mais singulares com os quais a instituição teve de lidar. No entanto, a documentação pertinente ao episódio, produzida no âmbito da comunidade de informações, foi categórica no sentido de apontar a responsabilidade do caso como sendo exclusivamente do bispo. Para além disso, os relatórios chegaram a descrever que a trama e a execução de tal ocorrido foram realizadas pela própria igreja:

[...] Consta que o atentado de que foi alvo D. ADRIANO HYPÓLITO, Bispo de NOVA IGUAÇU, meses passados, foi planejado pelo próprio prelado com a ajuda de seu sobrinho FERNANDO LEAL WEBERLING e executado por pessoas de sua confiança. Os motivos seriam a promoção pessoal de D. ADRIANO HYPÓLITO, que assim teria maiores facilidades para suas pregações esquerdizantes, pois comoveria a população ao mesmo tempo em que lançava sérias desconfianças sobre os órgãos de segurança que passariam, assim, a serem vistos, pela opinião pública, como possíveis autores do atentado (APERJ, Ministério da Justiça – Dep. de Polícia Federal/Niterói. Pedido de busca nº 107/78-SI/DIV. DPF/NITERÓI, agosto de 1978).

Com o propósito claro de expor o representante máximo da diocese como desonesto e estrategicamente disposto a adotar os mecanismos necessários para o desenvolvimento de um projeto de derrubada do governo e, consecutivamente, de estabelecimento de uma ditadura esquerdizante, os membros da repressão produziram sistematicamente dados a esse respeito, como pode ser ainda percebido no fragmento abaixo, bem como em outras menções:

A CDJP exerce as suas tarefas de diferentes modos: Permanente exploração de ocorrências ligadas à Diocese,

tais como o propalado sequestro de D. Adriano, as pichações de Igrejas, acusações feitas a um oficial-superior do Exército como autor intelectual desse sequestro, culminando com a explosão de duas “bombas” na Catedral de Santo Antonio e na Igreja São José Operário - Mesquita (APERJ, Série Município 152, Cx. 626, fol. 2276-Z Anexo F. Informação nº 785-D/80/I Ex. Maio de 1980).

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz (CDJP),<sup>9</sup> criada em Nova Iguaçu no ano de 1976, teve um papel significativo na articulação junto aos movimentos sociais populares e, por isso, acabou sendo vista de maneira negativa pela repressão. Para as forças repressivas, a CDJP tinha como principal finalidade promover a pessoa do bispo e abrigar membros da esquerda, dissimulando esses objetivos ao se colocar como defensora dos direitos humanos:

A CDJP exerce as suas tarefas de diferentes modos: Cuidadosa assessoria à Diocese nas ligações com a imprensa, inclusive estrangeira, de modo a manter viva a imagem de D. Adriano, apresentando-o como “protetor dos fracos e oprimidos” em luta aberta e desigual contra os “poderosos reacionários e inimigos do povo” – governo e militares. Dessa forma, procuram transformá-lo num líder carismático (APERJ, Série Município 152, Cx. 626, fol. 2276-Z Anexo F. Informação nº 785-D/80/I Ex. Maio de 1980).

Como já apontado anteriormente, a CDJP não foi o único órgão da igreja a sofrer espionagem e a ter um mau juízo construído pelo aparato de espionagem da ditadura. Era axiomático, para eles, o fato de que toda a rede de mobilização de base na cidade tinha objetivos claros quanto à derrubada do governo. Por isso, contavam com uma resposta incisiva por parte do governo central e cobravam que esse não poderia se manter hesitante quanto às ações necessárias para frear os atos dos subversivos.

---

<sup>9</sup> As CDJP foram criadas no âmbito da Igreja latino-americana seguindo as orientações do Concílio Vaticano II, reforçadas pelas conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (Celam), realizada em Medellín, Colômbia, no ano de 1968. Inicialmente, foram iniciadas em vários países latino-americanos como Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, as Comissões Nacionais de Justiça e Paz. Em 1969, a Comissão Nacional Brasileira foi fundada e atuou, no primeiro momento, na denúncia das arbitrariedades cometidas no período ditatorial. Cf. CANCIAN (2005) e CARVALHAL (2007).

## O MAB COMO AGENTE DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O longo processo brasileiro de distensão/abertura foi marcado por várias nuances. É possível nos referirmos por analogia a tal processo como tendo sido marcado por sístoles e por diástoles, em função das medidas que possuíam, por vezes, um sentido de liberalização e que, em outras circunstâncias, encaminhavam-se para o fechamento político, mesmo porque:

[...] o desafio do governo [...] não se resumiu em dismantelar e renovar a estrutura legal autoritária, ao mesmo tempo em que manipulava o sistema eleitoral para impedir a oposição de conquistar o poder no âmbito das próprias regras do regime. Também foi preciso recuperar a autoridade presidencial sobre as ações dos órgãos de repressão controlados pela linha dura militar (CARVALHO, 2005, p. 131).

Por essa característica do processo em curso, o MAB e a Diocese de Nova Iguaçu atuaram conjuntamente, elaborando duras críticas a essa conjuntura e promovendo, ao mesmo tempo, o debate sobre as questões em espaços privados, mediante reuniões e assembleias, ou em espaços públicos, sob a forma de passeatas, manifestos escritos e em publicações. Tanto foi assim que, em 1981, o informativo da diocese publicou uma espécie de cartilha que, entre outras coisas, emitia uma percepção a respeito da “abertura” no país:



Figura 02: Informativo da Diocese de Nova Iguaçu (apud SCIARRETTA, 2012, p. 10)

De forma irônica, o informativo indicava, como a única abertura existente naquele momento, a da porta da prisão para aqueles que protestassem contra o governo. Com a declaração de que “o regime com uma mão deu presentes e com outra, tapa na cara”, no texto se quis enfatizar a necessidade da manutenção da organização e da atuação dos movimentos populares para que pudessem impor uma verdadeira abertura que compreendesse, entre outras coisas, a constituição de espaços democráticos de participação. Essas críticas feitas por um comunicado da Igreja Católica se somavam a outras emitidas em anos anteriores; dois anos antes da publicação da cartilha, o MAB, juntamente com diferentes instituições (incluindo as pastorais), divulgou o que chamou de “nota ao povo”, uma menção ao caráter ditatorial do governo, em decorrência do assassinato do operário Santos Dias, causado pela repressão policial à greve dos metalúrgicos de São Paulo no ano de 1979 (SILVA, 2011, p. 111). Em virtude dessas articulações, difundiu-se, no interior da comunidade de informações, que o movimento exercia “permanente apoio a todo tipo de movimento de protesto ou reivindicatório, tais como a campanha pela anistia, greve de fome de presos subversivos e a greve de professores e metalúrgicos” (APERJ, Série Município 152, Cx. 626, fol. 2276-W. Informação nº 482-D/80/I Ex. Maio de 1980).

De fato, essas informações não eram nem equivocadas nem exageradas. O MAB participou e fomentou uma série de iniciativas de oposição, engrossando a frente que se formou em contraste à ditadura. Desse modo, o movimento esteve em parceria com instituições e grupos dentro do estado do Rio de Janeiro e em outras partes do país, integrando a grande frente de luta democrática que tanto incômodo gerou aos arautos do regime. À medida que as manifestações ganhavam as ruas da cidade, crescia o número de adeptos e simpatizantes do movimento, o que legitimava o papel da instituição como ator central nos embates com o poder público municipal. O movimento era visto pelos órgãos repressivos como um elemento de peso nas negociações com o Executivo local e também com outras instâncias administrativas, como a direção do Banco Nacional da Habitação (BNH), os secretários de governo estadual e mesmo os ministros do Executivo federal.

Esse crescimento se dava no bojo do apoio que os movimentos populares locais recebiam de personagens e instituições de reconhecida importância social. Referimo-nos a lideranças políticas oposicionistas, deputados, senadores, intelectuais e religiosos que frequentemente participavam de assembleias, reuniões e manifestações públicas. A diocese local, através do Centro de Formação de Líderes (CFL), organizou palestras e debates<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Dentre as diversas palestras promovidas pela Igreja que ocorreram no CFL e em outros espaços, vale destacar: a proferida pelo bispo Dom José Rodrigues Castanheiras, da cidade de Juazeiro/CE, cujo tema abordado foi a capitalização selvagem do campo, a proferida por Dom Thomaz Balduino, bispo de Goiás Velho/GO, que abordou a questão indígena no Brasil; a

que, por vezes, contavam com a presença de mais de quatro mil participantes. Para a repressão, o CFL era o local da lavagem cerebral, onde ocorria a pregação esquerdizante e subversiva que “capacitava” os moradores da Baixada Fluminense para enfrentamento ao regime. De tal perspectiva resulta a informação produzida em maio de 1980, a qual apontava que:

[...] Aqueles que a Diocese sente que necessitam de uma mais apurada formação para exercerem lideranças são matriculados no Centro de Formação de Líderes onde, por meio de palestras realizadas por religiosos e leigos, alguns dos quais são comunistas confessos, sofrem verdadeira lavagem cerebral. Após isso vão trabalhar nas diferentes comunidades como um disciplinado soldado da “Igreja da Libertação” de D. Adriano (APERJ, Série Município 152, Cx. 626, fol. 2276-V. Informação nº 482-D/80/I Ex. Maio de 1980).

O CFL foi um espaço de trocas de experiências e de formação política, como o próprio nome indica. Cumpriu um papel importante ao conectar a realidade local, iguaçuana, com o que acontecia no Brasil e no mundo. Palco de acalorados debates, serviu como um espaço de *empoderamento*, podendo ser definido no campo das Ciências Políticas como uma instituição *empoderadora* (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 740).

Certamente, essa não foi a mesma percepção que teve a comunidade de informação, visto que a obsessão anticomunista com que foi formado o aparato repressivo fez com que eles enxergassem comunistas subversivos em toda e qualquer ação contestatória à ordem social e política. Essa crença “foi alimentada por temores reais como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento do aparato repressivo” (MOTTA, 2006, p. 52). Por isso, em nova anotação produzida no final de 1980, a repressão sinalizou que:

A “casa mãe da Diocese”, como vem sendo chamado o Centro de Formação de Líderes, passou a ser ponto de encontro obrigatório de todos aqueles que convivem no interior da “estrutura companheira” que a Igreja vem formando em Nova Iguaçu e o pólo irradiador de pre-

---

de Dom Moacir Greschi, que abordou os problemas da terra no Brasil; a do cientista político Luiz Alberto Gomes de Souza; a do professor Riolando Azzi e a do professor Luiz Alberto, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), que abordou o tema da política econômica do governo, fazendo referência aos atentados terroristas sofridos pela oposição, discutindo a aprovação da Assembleia Nacional Constituinte e criticando também o adiamento das eleições de 1980 para 1982. O ex-deputado (cassado) Márcio Moreira Alves proferiu palestra no CFL abordando a questão da problemática dos Direitos Humanos e dos direitos políticos no país, entre tantos outros participantes.

gações e atividades contestatórias desenvolvidas na região (APERJ, Série Município 152, Cx. 626, fol. 2226-2727. Informação nº 486-20/80/PM-2/PMRJ. Dezembro de 1980).

A preocupação com o CFL não permaneceu somente no âmbito da produção de informações sigilosas, houve investidas diretas da alta hierarquia militar. Em 20 de junho de 1977, o Comandante do I Exército interferiu na realização de uma palestra a ser proferida no local, alegou motivos de segurança aos presentes e sugeriu o cancelamento do evento. A ordem foi passada ao bispo pelo então Cardeal Dom Eugênio Sales e acabou sendo prontamente atendida (*O Globo*, 1977). Fosse por motivos de segurança ou pela qualidade dos presentes no evento a ser realizado, a questão é que houve, nesse episódio, uma dupla interferência na dinâmica da diocese: uma exercida pelo setor contrário ao modelo de igreja em curso em Nova Iguaçu, representado pela figura do Cardeal, e a outra pelo comando militar regional. Teria o comandante informações privilegiadas a respeito de ações da linha dura, caso a palestra fosse realizada? Tratou-se de uma intervenção de cúpula a fim de impedir a realização do evento?

A dinâmica da ditadura, a partir de 1979, abriu espaços importantes para a representação política. É consabido que a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a volta do pluripartidarismo e a anistia, guardados os seus limites, garantiram espaços de atuação e formas de contestação que não estiveram presentes nos anos anteriores. A Igreja Católica, no plano internacional, também passou, a partir de então, a vivenciar mudanças significativas com o pontificado do Papa polonês João Paulo II, o qual, com a sua missão de enfraquecer o comunismo mundial, trouxe, para o interior da instituição religiosa, o freamento de algumas práticas incentivadas pelo Papa que o antecedeu, Paulo VI, na esteira do Concílio Vaticano II. No Brasil, essas medidas não foram sentidas imediatamente no seio da igreja; contudo, aos poucos, a instituição deixou de ser o “grande guarda-chuva” que abrigou distintas correntes, passando, em pouco tempo, a ensimesmar-se (ASSIS, 2008),<sup>11</sup> ao passo que instituições partidárias, ONGs e outros organismos da sociedade civil foram recuperando seu protagonismo na esfera pública.

Os movimentos associativos de bairros sentiram esse impacto, a ponto de alguns estudiosos que tratavam da questão chegarem a utilizar a noção de “refluxo” dos movimentos sociais. Internamente, o MAB passou

<sup>11</sup> Na Diocese de Nova Iguaçu, é possível perceber de que forma esse processo foi vivenciado. Interessante notar que, em função da preponderância da corrente dita “progressista” durante o bispado de Dom Adriano Hypólito, essas transformações não devem ser avaliadas em uma perspectiva simplista, linear, como se práticas conservadoras fossem suplantando as progressistas; o que verificamos é muito mais o convívio dessas duas concepções de atuação religiosa.

por tensões que visavam a responder à nova forma de atuar nesse cenário. Sob a realidade do pluripartidarismo, três agremiações disputaram a hegemonia no seu interior: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT teve a sua fundação no município favorecida também pela militância de integrantes do movimento, e vale destacar que o “Movimento Pró-PT” chamou bastante atenção da repressão, a qual viu, no surgimento de núcleos da nova legenda, a continuação do projeto da esquerda opositora. Em outubro de 1979, circulou, no interior da comunidade de informações, documento produzido pela seção carioca do SNI que tratava justamente desse assunto:

[...] Através do segundo manifesto distribuído em Nova Iguaçu, esta seção tomou conhecimento que teria havido uma reunião do Núcleo Pró-PT da Baixada Fluminense no dia 05 de outubro de 1979 com a finalidade de desdobrar sua luta. [...] Sabe-se que o MAB (Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu), [...] vem apoiando o movimento Pró-PT. [...] Segundo ainda o noticiário, tal movimento visa a lutar pela legalização do Partido retro mencionado, inclusive criar novas sedes, confeccionar fichas dos militantes e organizar campanhas de finanças. Essa Seção não pode afirmar se existem organizações subversivas atuando na formação do PT nem quais são essas organizações; contudo, podemos acrescentar que os elementos que vêm promovendo reuniões Pró-PT neste município [...] são pessoas contrárias ao atual Regime do País, portanto não se cansam de criticar e até mesmo ofender de público autoridades constituídas desse Governo (APERJ, Série Comunismo 155, fols. 335F-335D. Pedido de busca nº 040/116/ARJ/1979/SNI/ARJ, outubro de 1979).

É interessante perceber, nesse documento que, de fato, a comunidade de informações propunha uma distinção entre a prática da subversão e a oposição não subversiva ao regime, a qual não deixava de ser oposição, mas sem o caráter subversivo. Isto porque, embora ambas fossem tratadas como ações contrárias ao regime, a subversão incluía outros expedientes que, em última instância, visavam a transformar moralmente a sociedade para o caminho da revolução socialista; ela era vista ainda com uma finalidade clara de derrubada do governo para implantação de um Estado de esquerda, comunista e ditatorial, aos olhos dos bastiões da democracia em vigor naqueles anos. Do nosso ponto de vista, a presença do PT em Nova Iguaçu, embora tenha incomodado os setores da linha dura, não chegou a

despertar a ira e a repulsa que a “esquerda tradicional” despertou nesses sujeitos. Cabe questionar o porquê dessa diferenciação, já que a repressão tinha informações de que muitos dos militantes da “esquerda tradicional” haviam sido incorporados às fileiras do PT.

## CONCLUSÃO

O propósito do capítulo foi discutir a importância que o MAB possuiu, como parte de uma vasta rede de movimentos sociais populares na Baixada Fluminense, e destacar a sua contribuição como um expoente da oposição à ditadura militar a partir da segunda metade da década de 1970. Parte da bibliografia que procurou analisar a atuação de movimentos populares de bairros pautados na ação direta, durante o período destacado, parece não ter percebido como eles foram capazes de criar uma esfera política baseada na dimensão da democracia participativa e plural, como ainda se vislumbra no Brasil de hoje. Outro papel importante que nos cumpriu destacar foi a relevância que essa rede social possuiu na formação de pessoas comuns, homens e mulheres, que passaram a entender o fazer político não como atribuição exclusiva de profissionais, mas como pertença do conjunto da coletividade, pois passaram a ressignificar e a reelaborar o sentido da política na localidade.

O MAB foi a expressão de várias coletividades e isso se deve ao fato de que, em sua origem, esteve presente um conjunto muito amplo de identidades. As matrizes discursivas existentes na formação do movimento, notadamente as de viés da esquerda marxista e do catolicismo de libertação, “progressista”, ao mesmo tempo em que geraram tensões inerentes à própria dinâmica social, mostraram-se muito mais profícuas na capacidade de trazer, para o interior da instituição, demandas e práticas de representação política que, do nosso ponto de vista, são entendidas hoje como imprescindíveis para democratizar a nossa democracia.

O longo processo de distensão/abertura política no Brasil pode ser analisado sob diversas dimensões. A tentativa por parte dos dois últimos governos ditatoriais de dismantelar o aparato repressivo é uma delas. A forma como atuou a comunidade de segurança e informações nesse contexto, justamente no momento de maior dinâmica dos movimentos populares sociais depois de 1968, é resultado da tentativa desses órgãos de demonstrarem aos governos a necessidade de se manter toda a estrutura autoritária que foi sendo construída depois do golpe. Se, desde as primeiras horas do fatídico 31 de março de 1964, as forças militares passaram a operar na região da Baixada Fluminense de forma sistemática, fazendo uso de todos os mecanismos da “velha” política tradicional, também foi possível perce-

ber, a partir da documentação produzida pelo próprio aparato estatal, que a atuação da Igreja Católica sob o bispado de Dom Adriano Hypólito, as mobilizações do MAB e o cenário contestatório da região foram utilizados pela “linha dura” como argumentos para legitimar a sua permanência.

As cidades da Baixada Fluminense, muitas das quais pensadas como estratégicas para o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro e de toda a região Sudeste, mas não somente por isso, foram diuturnamente espionadas. Em uma das visões do aparato repressivo, por se tratar de uma região carente em termos estruturais com uma população majoritariamente pobre e com indicadores de educação formal muito baixos, tratava-se de um terreno fértil para “subversão” dos comunistas que estavam infiltrados nos mais variados segmentos daquela sociedade, sobretudo na Igreja Católica, nos sindicatos, nas associações de moradores e em toda a rede de mobilização popular existente. Equivocadamente acreditavam que, se o Estado, nas suas três esferas, municipal, estadual e federal, atendesse às demandas materiais da população, evitaria a expansão dos oportunistas e dos “subversivos” de plantão.

Essa percepção foi equivocada porque os membros da repressão e do aparato administrativo estatal não foram capazes de perceber que tais movimentos populares ultrapassaram as reivindicações por melhorias materiais. Não que essas exigências por si não fossem legítimas, ainda mais no contexto em pauta, quando qualquer tipo de contestação era vista como afrontamento ao projeto de sociedade instituído pelos militares. Em suma, o modo como a comunidade de informações buscou impingir os atores sociais e políticos vinculados ao MAB, bem como a forma como esses mesmos atores foram capazes não somente de sonhar, mas sobretudo de criar no Brasil, ainda que em uma esfera micro, um modelo de sociedade baseado em valores de democracia participativa, fraternidade e solidariedade, os credenciam como alguns dos artífices da grande frente de oposição à ditadura militar brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, João Marcus F. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. Imagens da subversão: polícia política, imprensa e imaginário anticomunista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 207-228.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE. *Movimento sanitário brasileiro na década de 70: a participação das universidades e dos municípios – Memórias*. Brasília: Conasems, 2007.
- CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2005.
- CARVALHAL, Juliana Pinto. *A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do Movimento Nacional de defesa dos Direitos Humanos (1982-1986)*. Dissertação (Mestrado em História) – ICH/UFJF, Juiz de Fora, 2007.
- CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, 2005.
- GASPARI, Elio. *Ilusões armadas: a ditadura encurralada*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, dez. 2009.
- MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Hernandez; MONTEIRO, Maria Gabriela (orgs.). *Sociedade em movimento: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprinta Express; UERJ; Secretaria de Obras, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLII, n. 1, p. 52-67, jan.-jun. 2006.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – CCHN/UFES, Vitória, 2007.
- A GUERRA DO RIACHÃO. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1977.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCIARRETTA, Massimo. O “68” do catolicismo brasileiro e sua atualidade: o exemplo da diocese de Nova Iguaçu. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 5-18, jul.-dez. 2012.

SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade, um ritual entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu* (1982). Dissertação (Mestrado em História) – UFRRJ, Seropédica, RJ, 2013.

SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. *Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil* (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILVA, Percival T. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992*. Dissertação (Mestrado) – FGV-IESAE, Rio de Janeiro, 2011.

SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro, 2013.

STOTZ, E. N. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-20, 2005.

---

# Interdependência entre religião e política no bispado de Dom Adriano Hypólito no âmbito da Ditadura Civil-Militar

Alexander Souza Gomes

## INTRODUÇÃO

O presente capítulo é um desdobramento da pesquisa de minha dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-PPCIS), em agosto de 2012, na qual foi discutida a interdependência entre religião e política. A pesquisa procurou tornar patente a linha de ação pastoral da Diocese de Nova Iguaçu, no bispado de Dom Adriano Hypólito (1966-1995), utilizando os discursos por ele proferidos nos jornais litúrgicos *A Folha*, fundado no ano de 1974, e *Boletim Diocesano*, publicado em 1969. Foram usadas também entrevistas concedidas por leigos e religiosos que conviveram com o bispo, sobretudo no período em que a Diocese de Nova Iguaçu foi alvo de retaliações no âmbito da Ditadura Civil-Militar.

No memorial dedicado a Dom Adriano Hypólito, inaugurado no dia 09 de agosto de 1997, localizado no subsolo da Catedral Metropolitana de Nova Iguaçu, encontram-se os seus restos mortais e de outros religiosos, além de diversos objetos e depoimentos extraídos de jornais que retratam a trajetória desse terceiro bispo. O memorial pode ser visto como um espaço revelador da interdependência entre religião e política nessa cidade, uma vez que fica nítido que as matérias selecionadas procuram ressaltar a luta política de Dom Adriano, seus discursos e seus posicionamentos em prol dos pobres. Nele, são apresentados acontecimentos que marcaram o seu bis-

pado, como o seu sequestro, as pichações nas igrejas do local, a falsificação do semanário litúrgico *A Folha*, a detonação de uma bomba na Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, a explosão do fusca do bispo em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no bairro da Glória. Nesse sentido, pode-se assinalar que, nos documentos e nos objetos presentes no memorial, encontra-se um “discurso de poder” inscrito na preservação de uma memória, que procura não apenas denunciar as atrocidades cometidas contra Dom Adriano Hypólito e a sua diocese, mas também mostrar a força e a resistência da comunidade religiosa iguaçuana, traduzida em um sentimento histórico de luta contra o terror provocado por essas violências.

O capítulo divide-se em quatro partes. Na primeira, faz-se uma reflexão histórica da ação da Igreja Católica por meio da análise da influência do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais na América Latina. Na segunda parte, examina-se a interdependência entre religião e política no município sede da Diocese de Nova Iguaçu. Na terceira, busca-se compreender o discurso e a ação das pastorais sociais engendradas por Dom Adriano Hypólito, como tentativa de responder às arbitrariedades perpetradas em Nova Iguaçu pela Ditadura Civil-Militar, e os desafios para o enfrentamento das misérias espiritual e material, na região iguaçuana. Por fim, procura-se descrever o rechaço sofrido pela diocese em decorrência desse trabalho pastoral.

## **INFLUÊNCIA DO CONCÍLIO VATICANO II E DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS NA AMÉRICA LATINA NA AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL**

A partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 e de 1965, abre-se, na América Latina, uma discussão profunda sobre a realidade social por parte da Igreja Católica. Desde a convocação desse concílio pelo então Papa João XXIII, em 1959, e a escrita da Encíclica de autoria do pontífice, *Mater et Magistra*, publicada em 1961, é notória a preocupação papal com as causas sociais. Não obstante, as questões sociais, ainda que tratadas no concílio, adquirem maior dimensão e profundidade a partir das conferências episcopais realizadas na América Latina, ocorridas em Medellín, no ano de 1968, e em Puebla, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979; principalmente em Medellín, onde foi apresentada a tese de que não se pode evangelizar em um contexto social de miséria. As ações práticas decorrentes das conferências promoveram divisões no cerne da Igreja Católica no Brasil e na América Latina, tornando evidente que a

instituição é um conjunto de hierarquias distintas, e não um bloco monolítico.

Mediante as pesquisas realizadas, percebe-se que há indícios da ação da Igreja Católica no Brasil, contrariando uma interferência direta da Igreja local nas questões sociais e políticas. Exemplos disso são o apoio inicial da instituição à Ditadura Civil-Militar e a desaprovação da linha teológica da Teologia da Libertação pelo Vaticano, o que fica patente com o início do pontificado de Karol Woityla, em 1978.

No primeiro caso, documentos históricos e entrevistas concedidas, no âmbito da pesquisa, por padres e por estudiosos da área comprovam que, no processo da instauração do Regime Civil-Militar no Brasil, a Igreja Católica apoiou o Golpe. Como assinala padre Agostinho Pretto, os militares simplesmente decretam perseguição a todos os setores progressistas da Igreja Católica. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, foi realmente o decreto do silêncio e, a esse silêncio, seguiram-se outros. A Igreja, como instituição e o seu episcopado, seu “Corpo Grande”, apoiaram os militares, e o seu apoio significou um decreto de morte contra esses setores jovens (Entrevista concedida pelo padre Agostinho Pretto, set. 2010).

No segundo caso, pesquisas realizadas por Jessie Jane demonstram que, por meio da nova centralização romana, iniciada com o papado de João Paulo II, houve uma forte contração da presença da Igreja no cenário político no país (SOUSA, 2009, p. 50-64). Essa forma de centralização pode ser ratificada por intermédio das críticas perpetradas pelo Vaticano contra a Teologia da Libertação e pela perseguição a alguns teólogos. Em 06 de agosto de 1984, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé alerta, por meio da *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação (Libertatis Nuntius)*, traduzida como Mensagem de Liberdade, para os desvios e os perigos prejudiciais à fé e à vida cristã inerentes a certas formas de Teologia da Libertação que usam conceitos decorrentes do pensamento marxista (JOÃO PAULO II, 1984, p. 6).

Nota-se, destarte, que esse documento critica a postura de teólogos, padres e bispos que, ao buscarem uma explicação para a miséria e a pobreza dos milhões de habitantes da América Latina, utilizam ideologias marxistas. O advogado Paulo Rodrigues, ferrenho crítico da Teologia da Libertação, escreve que o materialismo histórico de Marx não explica as verdadeiras causas que geram a pobreza. De acordo com Rodrigues, reduzir tudo, em última instância, como queria Marx e quer Boff, ao determinismo econômico dos meios de produção é desconhecer as verdadeiras causas, não sendo, portanto, uma teoria científica. Ainda de acordo com o advogado, em vez de insuflar o ressentimento nos pobres carentes de bens materiais, os “teólogos da libertação” deveriam despertar, nos ricos e nos pobres, o espírito

da pobreza evangélica: “um dos graves defeitos da chamada ‘teologia da libertação’ é que ela não liberta o pobre: nem do pecado nem da fome” (RODRIGUES, 1985, p. 27-28). Na Encíclica *Laborem Exercens*, João Paulo II assinala, ainda, que o materialismo, mesmo em sua forma dialética, não está em condições de proporcionar a reflexão acerca do trabalho humano em bases suficientes e definitivas, para que o primado do homem sobre o instrumento capital possa encontrar uma adequada e irrefutável *verificação* e um *apoio* (JOÃO PAULO II, 2005, p. 49).

Após a publicação da *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, vê-se que, em seguida, no ano de 1985, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé condena trechos do livro *Igreja: carisma e poder*, de Leonardo Boff; o teólogo foi condenado a um ano do dito “silêncio obsequioso”, tendo sido, portanto, impedido de exercer quaisquer funções editoriais, de lecionar, de fazer declarações públicas e de emitir a sua opinião dentro do catolicismo. Outros documentos críticos à Teologia da Libertação ainda seriam publicados, tais como: a *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação* (*Libertatis Conscientia*), de 22 de março de 1986, e a *Carta do Papa à CNBB sobre a missão da Igreja e a Teologia da Libertação*, de 9 de abril de 1986. Esses documentos reforçam, mais uma vez, o posicionamento do Vaticano em relação à Teologia da Libertação, em curso na América Latina e no Brasil; para os bispos do Brasil, tais documentos indicam a necessidade de desenvolver corretamente a Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina, em plena fidelidade com a doutrina da Igreja Católica (JOÃO PAULO II, 1996, p. 92-93).

Nota-se que, para a Igreja Apostólica Romana, a opção de privilegiar os pobres não pode ser um sinal de particularismo ou de sectarismo; por isso, a Igreja não pode exprimi-la com a ajuda de categorias sociológicas ou ideológicas. Assim, no bojo da reflexão teológica há elementos que procuram acautelar os bispos contra os desvios e, especialmente, impedir que a linha de ação da Teologia da Libertação promova rupturas no cerne da própria Igreja Católica, ressaltando que, se as comunidades de base:

[...] viverem verdadeiramente em unidade com a Igreja local e a Igreja universal, serão uma autêntica expressão da comunhão e um meio de se construir uma comunhão mais profunda. Serão fiéis à sua missão na medida em que tiverem o cuidado de educar os seus membros na integralidade da fé cristã, pela escuta da Palavra de Deus, pela fidelidade ao ensinamento do Magistério, à ordem hierárquica da Igreja e à vida sacramental (JOÃO PAULO II, 1996, p. 56).

Outra questão a ser mencionada é a divergência da interpretação no que tange às dimensões soteriológica e ético-social ou ético-política da libertação humana. Nesse sentido, o posicionamento de alguns membros da Igreja como, por exemplo, o de Dom Adriano Hypólito, indica que não se deve reduzir a ação da Igreja apenas ao chamado espiritual, isso é desconhecer a força fermentadora do evangelho para todos os setores da vida social (*A Folha*, ano 6, n. 322, 16 de junho de 1978). Em outra publicação de *A Folha*, Dom Adriano Hypólito escreve que a Igreja tem de ser política na sua atuação pastoral, pois se ocupa com a dimensão comunitária das pessoas: “a pessoa humana é uma unidade no tempo e na eternidade. Daí a impossibilidade de pretender-se uma pastoral exclusivamente espiritual” (*A Folha*, ano 6, n. 325, 06 de agosto de 1978).

A discussão sobre a centralização romana é importante nesse estudo, porque permite distinguir diferentes concepções teológicas no interior da Igreja Católica e compreender de que forma tais concepções impulsionam um trabalho pastoral. No caso brasileiro, isso se iniciou com a criação da CNBB, em 1952, a qual, sob a influência das conferências episcopais latino-americanas, impôs uma nova forma de “Evangelização” centrada na “opção preferencial pelos pobres”.

## **O VÍNCULO ENTRE O RELIGIOSO E O POLÍTICO NO CERNE DA REALIDADE SOCIAL DE NOVA IGUAÇU**

Dom Adriano Hypólito assume a Diocese de Nova Iguaçu no ano de 1966 e, logo no início de seu bispado, em 1968, introduz o sistema colegial ou democrático de eleições para o preenchimento dos cargos diocesanos. No mesmo ano, sob sua orientação, foi criado o Movimento de Integração Comunitária (MIC) como primeira resposta possível aos problemas da Baixada Fluminense. De acordo com Percival Tavares da Silva, “entre 1964 e 1974, a única tentativa de organizar a população numa base permanente é o MIC, que visa organizar os católicos em vista da obtenção de melhores serviços urbanos” (SILVA, 2004, p. 31).

Entre as décadas de 1920 e de 1940, a situação fundiária na região da Baixada Fluminense tornou-se uma questão crucial que contribui para gerar tensões sociais na luta pela posse da terra, e a Igreja Católica local interfere na causa em favor dos menos favorecidos. O assassinato da irmã Maria Filomena Lopes Filha, que lutava pela causa da terra na região, em 07 de junho de 1990, é um acontecimento emblemático.

Além do fracionamento da terra no município de Nova Iguaçu, a falta de infraestrutura e de saneamento básico e a violência (homicídios e atuação de grupos de extermínio) são fatores que, decerto, contribuem para

projetar uma imagem negativa da Baixada Fluminense, tanto quanto para agravar a alarmante carência social da população local, elementos de reivindicação na pauta das pastorais sociais da Igreja Católica local e dos movimentos sociais (ALVES, 2003).

Dom Adriano Hypólito, em vários pronunciamentos em *A Folha* e no *Boletim Diocesano*, destaca a problemática social da Baixada Fluminense, interpretada por ele como uma “esquizofrenia social” (*Boletim Diocesano*, n. 249/250, out.-nov. 1989). Em decorrência do posicionamento do bispo, a Diocese de Nova Iguaçu foi identificada como não conservadora ou progressista. Obviamente, os termos “conservador” e “progressista” devem ser cuidadosamente empregados, porque são ambíguos, como o próprio bispo enxerga: “a Igreja, como Jesus Cristo, será sempre um sinal de contradição” (*A Folha*, ano 6, n. 323, 23 de julho de 1978). Todavia, a linha de ação conduzida por Dom Adriano Hypólito diante das problemáticas sociais da Baixada Fluminense e comparada a outras dioceses, como a do Rio de Janeiro no bispado de Dom Eugênio Salles, é o que justifica o uso do termo “não conservador” em nossa análise. Em *A Folha*, o bispo da Baixada Fluminense autodenomina-se não conservador quando avalia a postura do general Euclydes Figueiredo Filho ao criticar o seu trabalho pastoral:

Nota-se também um certo desejo de que a Igreja assumisse o papel de suporte do sistema político brasileiro. Ou pelo menos que ficasse restrita aos atos culturais, às obras de assistência, ao consolo dos pobres, dos doentes e dos aflitos, a uma fé individual e privada que não se preocupasse nunca com as estruturas do pecado social nem tomasse a defesa dos fracos e humildes. Quando a Igreja por seus bispos, padres, religiosos e leigos engajados sai deste esquema falso, porque incompleto, eis-nos atravessando turbulências e criando áreas de atrito (*A Folha*, ano 6, n. 323, 23 de julho de 1978).

Observa-se, assim, que o caminho encontrado por Dom Adriano Hypólito para escapar do referido “esquema falso”, segundo suas palavras, estava em uma ação missionária “fermentadora do evangelho” e “encarnada na realidade concreta” (*A Folha*, ano 6, n. 322, 16 de julho de 1978). Nesse caso, em decorrência do modelo de evangelização, especialmente após a posse de Dom Adriano Hypólito, como destacam João Marcus Figueiredo Assis e Maria Evonilde Assis, a Diocese de Nova Iguaçu:

[...] se tornaria referência na região Metropolitana do Rio de Janeiro no que se refere à experiência das Comunidades Eclesiais e Base (CEBs) e do apoio à Teologia da Libertação (TL), conhecimentos que marcam o perfil

das dioceses voltadas para as vinculações entre o religioso e o político (ASSIS; ASSIS, 2011, p. 4).

Santos e Ramos apontam o papel desempenhado por Dom Adriano Hypólito e ressaltam o trabalho pastoral engendrado em Nova Iguaçu em decorrência da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Comissão Pastoral Operária (CPO), dos periódicos *A Folha* e *Boletim Diocesano*, do Clube de Mães, do apoio ao Sindicato das Domésticas, entre tantos outros instrumentos de evangelização (SANTOS; RAMOS, 2008, p. 22 e 37).

Verifica-se, assim, que em virtude do trabalho pastoral do bispo de Nova Iguaçu, é possível visualizar a força da “opção preferencial pelos pobres”, lema inscrito no Concílio Ecumênico Latino-americano, realizado em Medellín, que redimensiona a visão e a postura da Igreja Católica, sobretudo no Brasil, diante da realidade social. Há exemplos que registram as ações de igrejas pelo Brasil realizando um trabalho pastoral que materializa a “promessa evangélica” na prática, tendo, como práxis, a conscientização e a formação dos leigos engajados. As ações político-pedagógicas praticadas na/pela Diocese de Nova Iguaçu são exemplos singulares na Baixada Fluminense.

Quando Dom Adriano Hypólito assume a Diocese de Nova Iguaçu, em 1966, tem ciência da tarefa árdua que lhe caberia, conforme declarou: “Foi Paulo VI quem me chamou para Nova Iguaçu, para a Baixada Fluminense, para esta paisagem humana com a qual me identifiquei, na qual sinto o peso dos imensos problemas humanos, porém ao mesmo tempo a força transformadora da graça divina” (*Boletim Diocesano*, n. 117, 01 de setembro de 1978). Dom Adriano Hypólito renuncia ao cargo de bispo “múnus episcopal” em 09 de novembro de 1994 e falece em 10 de agosto de 1996. Um ano depois de sua morte, inaugura-se, na Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, um memorial dedicado à sua vida e à sua obra.

## **O TRABALHO PASTORAL DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU E AS CONCEPÇÕES POLÍTICAS DE DOM ADRIANO HYPÓLITO**

Michael Löwy, na obra *Marxismo e teologia da libertação*, põe em relevo por que a Teologia da Libertação despertou tanta preocupação do Vaticano e, até mesmo, do Pentágono. Löwy afirma que tais questões estavam bem além do debate ideológico ou teológico, tratava-se de um desafio de poder, tanto social quanto clerical. Nesse contexto, várias referências apontam a Teologia da Libertação como um fenômeno religioso que reflete as questões sociais, promovendo mudanças e transformações no pensamento de membros da Igreja Católica, perturbando o campo político-cultural,

redefinindo não apenas um novo olhar sobre a teologia tradicional, mas também sobre a prática do trabalho pastoral. Esses estudos, no que concerne às mediações entre religião e política, acentuam o papel da Teologia da Libertação como teoria e prática política desenvolvida por padres e bispos não conservadores na América Latina que, no âmbito da Ditadura Civil-Militar, promoveram intensos debates e divisões no interior da própria Igreja (LÖWY, 1991, p. 98).

Tais estudos contribuem para uma melhor análise teórica das proposições pretendidas nessa pesquisa. Luigi Bodin, por exemplo, acentua que a opção política marxista e socialista é compatível com a opção cristã, porque toda realidade histórica é harmonizável com o Cristianismo, por isso, o autor enxerga a Teologia da Libertação como uma teologia política (BODIN, 1987, p. 158).

Scott Mainwaring, por sua vez, aborda o papel da Igreja e a sua relação com os movimentos sociais, destacando, em sua obra, um capítulo para retratar a Igreja e o movimento popular de Nova Iguaçu (1974-1985). Nesse estudo, há afirmações relevantes: para o autor, a prática religiosa se converte em prática política à medida que recebe o apoio de Dom Adriano Hypólito para a gestação do Movimento Amigos de Bairros (MAB) e para a conscientização política dos líderes e dos membros das pastorais sociais auferidas no âmbito da igreja local. Ressalta, também, o papel da Igreja Católica em um período de transição política e assinala os conflitos no âmbito da Igreja e as ações do Vaticano contra os teólogos da libertação e bispos progressistas, principalmente após a nomeação do conservador Alfonso Lopes Trujillo, em 1972, como secretário-geral da Celam (MAINWARING, 1989).

Essas indicações orientam a pesquisa porque ajudam a perceber que a dimensão teológica, inscrita nas conferências episcopais que ocorreram na América Latina, contribui para que dioceses progressistas realizem trabalhos de conscientização política nas suas pastorais cujos desdobramentos são visíveis no engajamento político dos cristãos em sindicatos, em partidos políticos, em movimentos sociais de bairro, passando a reivindicar justiça, direitos sociais, políticos e econômicos cerceados pelo governo.

A ligação de Dom Adriano Hypólito com essas questões é evidenciada, por exemplo, nos seus pronunciamentos sobre política e religião, nas suas intervenções na Conferência Episcopal de Puebla, onde se abstém de seu voto por acreditar que o documento produzido apresenta distorções e que a Igreja não pode se fechar para a realidade social, bem como no seu pronunciamento em defesa de Leonardo Boff quando foi condenado ao “silêncio obsequioso”.

Em inúmeras declarações para *A Folha*, o bispo opina abertamente sobre a sua preferência pelos pobres e torna patente seu posicionamento po-

lítico. Por exemplo, em uma das edições desse periódico, sob o título “‘Novos teólogos’ querem amaciar Medellín”, quando perguntado pelo periódico se a Igreja se politizava, Dom Adriano Hypólito responde que a Igreja Católica, a partir de uma reflexão mais séria sobre si, sobre a sua missão, sobre a sua atuação no mundo, convence-se de que está a serviço do plano de amor de Deus, um plano que atinge todas as dimensões da pessoa humana, da comunidade, do mundo. Sua missão, afirma o bispo, é anunciar a força libertadora do Evangelho; a isso chamam atividade política, exorbitar de atribuições, politização, camuflagem, subversão etc. Apesar de todas essas incompreensões, a Igreja se mantém fiel à sua missão salvífica (*A Folha*, ano 6, n. 324, 30 de julho de 1978).

Nos discursos proferidos por Dom Adriano Hypólito, fica evidente o seu posicionamento em relação às esferas política e social. Ele reconhece a degradação dos valores humanos que atinge os menos favorecidos. No âmago desses discursos, há evidências da ligação entre os aspectos religioso e político, ambos aparecem de forma interdependente. É possível, assim, perceber as críticas que o bispo tece acerca da realidade social da Baixada Fluminense. Através dos documentos diocesanos, observa-se que Dom Adriano Hypólito não se cala diante de tamanha violência, mesmo após os episódios que atingem diretamente a sua diocese, como as pichações na catedral e nas igrejas, as ameaças aos leigos, aos padres e, principalmente, ao próprio bispo, que foi sequestrado.

José Cláudio Souza Alves, abordando a realidade da Baixada Fluminense, assinala que “a violência surge aqui como toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, entendidos como o conjunto dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais”. Na compreensão do autor, o próprio Faria Lima (1974-1979), governador do estado do Rio de Janeiro, assegura a Dom Adriano Hypólito a apuração, até as últimas consequências, de tudo o que se relacionasse com o aparecimento de cadáveres na Baixada Fluminense (ALVES, 2003, p. 10-20; 137).

Para Dom Adriano Hypólito, a Igreja não deve se distanciar da realidade social. Sua missão na Terra está em servir ao Homem em todas as suas dimensões (*Boletim Diocesano*, 1978). O bispo não se intimida com as retaliações ao seu trabalho pastoral. Em *A Folha*, ele destaca que, em uma área metropolitana como a Baixada Fluminense, se concentram os mais diversos tipos de monstruosidades sociais. Quase todas as camadas da população vivem sujeitas a um regime de exploração escandaloso (*A Folha*, ano 4, n. 189, 04 de janeiro de 1978).

A dimensão da categoria “libertação”, na concepção do bispo, não se dissocia da concepção do Evangelho e tem como alicerce os princípios defendidos no Concílio Vaticano II. Nos seus discursos, entende-se o senti-

do que Dom Adriano Hypólito confere ao ideal de libertação e percebe-se que, para ele, a libertação depende da conquista de direitos e da autonomia do próprio povo: missão profética e realidade concreta são dimensões indissociáveis na sua concepção. Nota-se, assim, que o seu trabalho pastoral alinha-se na conscientização dos leigos como cidadãos, como cristãos e como membros da Igreja e, por isso, a instituição não pode se fechar aos problemas existenciais do Homem. Em *A Folha*, o bispo escreve que, em todos os problemas humanos, está em jogo, antes de tudo, a própria dignidade do Homem como imagem e semelhança de Deus. Por isso mesmo, tudo o que é humano é espiritual. Portanto, para Dom Adriano Hypólito, vale enfatizar que, na Bíblia Sagrada, “alma” tem o sentido de pessoa humana, a pessoa total, em todos os seus aspectos (*A Folha*, ano 6, n. 322, 16 de julho de 1978).

Em alguns documentos, o bispo observa a dimensão libertadora inscrita na Conferência Episcopal de Medellín: “A libertação de que fala o documento de Medellín, e de que falamos nós, só pode ser entendida com justiça quando a consideramos à luz da fé” (*Boletim Diocesano*, n. 116, 01 de agosto de 1978). Na passagem, fica evidente que, para Dom Adriano Hypólito, a Igreja não deve se calar diante da falta de dignidade humana. Cabe a ela ajudar o homem nesse processo de autovalorização. Para o bispo, a interdependência entre religião e política é fundamental em seu trabalho pastoral.

Em virtude dos discursos proferidos por Dom Adriano Hypólito, também é possível comprovar que ele não se cala em relação ao “caso Boff”, envolvendo um dos principais precursores da Teologia da Libertação no Brasil. O bispo polidamente discorda do posicionamento da Igreja Católica Romana e avalia que a postura da instituição desperta, em muitos grupos, a convicção de que pouco muda nas ações da Igreja: continua intolerante, repressiva, oportunista, autossuficiente, dona absoluta não só da verdade, mas dos métodos para impô-la. Dom Adriano Hypólito afirma que não se pode aceitar tal acusação, porém não é possível estranhar esse tipo de interpretação quando acontece o que aconteceu a Leonardo Boff (OLIVEIRA, S/D, p. 114).

Os esclarecimentos de Dom Adriano Hypólito em relação a Leonardo Boff registram a sua obediência à Santa Sé, posto que pertence à alta hierarquia da Igreja Católica. As suas críticas são polidas e bastante reflexivas. Entretanto, seus discursos, elaborados em uma linguagem simples, extraída do Evangelho, nem ocultam as mazelas do sistema capitalista nem retiram a atenção do Vaticano, que combateu ardorosamente uma teologia que, conforme a Conferência Episcopal de Medellín, buscava claramente “a opção pelos pobres”.

Nos discursos do bispo, na sua defesa de que a Igreja não deve se ocupar apenas com o lado espiritual e na sua argumentação a respeito de Boff, encontram-se evidências de que religião e política tornam-se interdependentes, e o resultado desse processo se inscreve em uma *ethicam humanae dignitatem*, que dimensiona o homem nos seus aspectos espiritual, cultural e material.

Decerto, o posicionamento crítico de Dom Adriano Hypólito foi estímulo para divergências. O bispo foi enquadrado como marxista e criticado dentro da própria Igreja Católica, sobretudo pela ala direitista no âmbito da Ditadura Civil-Militar. Em *A Folha*, em resposta a uma questão acerca da inconveniência de tratar da importância do socialismo como ideologia e sistema político, o bispo responde que não há inconveniente nenhum e que um jornal como *A Folha* deveria tratar de todos os assuntos que interessam aos leitores. Destaca a sua convicção, lição da filosofia e da história, de que não há perfeição absoluta nas coisas humanas nem sistema político que definitivamente resolva os problemas existenciais (*A Folha*, ano 4, n. 193, 01 de fevereiro de 1976).

É possível, assim, observar que Dom Adriano Hypólito não defende nem a proposta capitalista nem a socialista. No entendimento da concepção filosófica e histórica, compreende que ambos os sistemas não conseguiram resolver as injustiças sociais. Em outra passagem, cita estudiosos como o economista e político sueco Gunnar Myrdal e o sociólogo francês padre Lebreton, que diagnosticaram as condições de vida do Terceiro Mundo, advertindo os países desenvolvidos e as classes dominantes para as suas responsabilidades sociais (*A Folha*, ano 4, n. 195, 15 de fevereiro de 1976).

De certa forma, percebe-se que Dom Adriano Hypólito tece opiniões aos seus críticos. Fica evidente também que, para ele, não pode haver subversão na luta contra a fome, a miséria e a pobreza. Sua defesa não consiste na proteção das visões de mundo seja capitalista ou socialista. Sua luta está bem demarcada: resolver os problemas humanos, combater as injustiças sociais. Ele profere críticas também ao comunismo soviético ao afirmar que o comunismo conquista a Europa Central, além dos países bálticos, da Polônia, Bulgária e Romênia, chegando à Alemanha Oriental, à Hungria e à Tchecoslováquia. E reconhece, no mundo, os avanços do comunismo, embora nem sempre do soviético. Para o bispo, em síntese, o liberalismo exalta demasiadamente a pessoa humana e esvazia de valor a comunidade. Contra essa postura, o socialismo exagera e radicaliza os valores sociais e comunitários (*A Folha*, ano 4, n. 195, 15 de fevereiro de 1976).

No discurso do bispo, o comunismo soviético foi rechaçado pela sua extrema radicalização, pela violência e pela instauração de uma ditadura; por outro lado, o liberalismo, para Dom Adriano Hypólito, foi promotor

do individualismo da humanidade e, nesse sistema, residem as mazelas da exploração humana e do egoísmo, que geram a pobreza e a miséria. Sendo assim, seus discursos, pautados em concepções específicas de justiça e de fé, excluem proposições que o condenam como subversivo ou comunista. Deslegitima-se qualquer ideologia que exclua o ser humano de viver dignamente: trata-se de uma concepção religiosa alicerçada na defesa dos direitos humanos e do cidadão. Logo, os atos sofridos por ele e pela sua Diocese de Nova Iguaçu, em decorrência do trabalho pastoral realizado na Baixada Fluminense, podem ser vistos como atos de repressão que criminalizam diretamente a sua concepção política e a sua visão teológica.

Em entrevista concedida para a revista *Manchete*, em 19 de março de 1978, Dom Adriano Hypólito assevera que, independente do sistema, do regime ou da forma de governo, caberá à Igreja Católica, em um primeiro momento, realizar a sua missão profética de desmascarar os erros e apontar pistas de esperança e, em um segundo momento, lutar para não se corromper, isto é, não se deixar seduzir, acomodar ou amolecer por favores e por privilégios. O bispo acredita que tal tentação sempre foi atual e terrível, sobretudo quando certos regimes se identificam aparentemente com a Igreja, provocando a sensação de ser chegada a hora da “cidade de Deus” agostiniana no mundo. O bispo enxerga nesse processo um perigo, pois, em sua concepção, a forma mais efetiva de corrupção de jornalistas, de intelectuais, de políticos, de bispos e de padres e de quaisquer grupos de pessoas que perderam de vista a sua liberdade e a sua consciência está na concessão/aceitação de favores, de isenções e de privilégios. Para ele, a Igreja Católica não deve se afastar de princípios que defendam os direitos fundamentais do homem, na anunciação do evangelho de salvação e na pregação do Reino de Deus (*Boletim Diocesano*, n. 116, 01 de agosto de 1978).

Então, diante do exposto, qual é o limite de ação da Diocese de Nova Iguaçu?

Padre Agostinho Pretto, perante as perseguições dos militares (ele havia sido preso no ano de 1970) e das dificuldades para desenvolver a sua atividade junto aos trabalhadores, relata que pediu apoio a Dom Eugênio Salles para organizar a Pastoral Operária a partir de sua diocese, no entanto esse se negou veementemente a ajudá-lo. Em seguida, recorreu a Dom Adriano Hypólito, que declarou que há muito tempo esperava alguém disposto a atuar com os trabalhadores da Baixada, em sua maioria advindos da Paraíba, de Pernambuco, do Maranhão, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Em entrevista concedida para essa pesquisa, padre Agostinho Pretto disse que Dom Eugênio teve essa atitude porque era conservador e estava de acordo com os militares. (Entrevista concedida pelo padre Agostinho Pretto, set. 2010).

O depoimento de padre Agostinho Pretto evidencia que Dom Adriano Hypólito, mesmo limitado pelas ações da ditadura e rechaçado por alguns religiosos de dentro e de fora de sua diocese, os quais consideravam os seus atos subversivos, manteve a sua postura e a sua concepção teológica alicerçadas no Concílio Vaticano II. Entende-se que a categoria “social”, na concepção do bispo, orientada a partir dos ensinamentos do Evangelho, está comprometida com a realidade social, principalmente da Baixada Fluminense. Desses fundamentos são extraídos os impulsos construtivos para os mais diversos aspectos da vida social (*O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 1978).

Destacam-se, enfim, dois aspectos para a reflexão. O primeiro diz respeito à concepção teológica defendida pelo bispo. Ele não aprova a ideia de reduzir a ação da Igreja Católica apenas ao chamado espiritual. A ideia de libertação do homem é abrangente, é uma libertação que deve atingi-lo em várias dimensões: espiritual, cultural, comunitária, social e material (*A Folha*, ano 6, n. 322, 16 de julho de 1978). O segundo concerne ao diálogo da Igreja com a sociedade. Na medida em que essa concepção de libertação atinge inúmeros os aspectos da pessoa humana, a Igreja Católica não se pode fechar. Portanto, categorias como social, trabalho, libertação etc., na concepção de Dom Adriano Hypólito, devem ser compreendidas à luz da mensagem profética do Evangelho, porque “abre perspectivas de solução em todos os problemas existenciais. Fato histórico, a Ressurreição de Jesus Cristo se projeta em todas as situações da vida do homem e da comunidade” (*A Folha*, ano 4, n. 204, 18 de abril de 1976).

Compreende-se, assim, a defesa do Papa Paulo VI e do Concílio exposta por Dom Adriano Hypólito quando perguntado por *A Folha* a respeito de seu posicionamento atinente às acusações feitas ao Papa Paulo VI, taxado de herege e pressionado com declarações de deposição, porque teria se afastado da tradição no âmbito do Concílio Vaticano II. O bispo da Baixada Fluminense afirma que isso aconteceu e magoou profundamente a Igreja Católica, não apenas o Papa Paulo VI. Ratifica ainda que a tradição da Igreja tem, no Papa a garantia de fidelidade a Jesus Cristo e de adaptação à situação concreta da humanidade e assevera ter certeza de que Paulo VI, nos seus 15 anos como Pontífice, nunca se afastou da tradição viva da Igreja, tendo sido sempre e totalmente fiel (*A Folha*, ano 6, n. 343, 10 de dezembro de 1978).

Salvador Marcelino, em entrevista, disse que Dom Adriano Hypólito sustentava: “só o povo organizado é capaz de criar o novo e se libertar do egoísmo” (Entrevista concedida por Salvador Marcelino, out. 2010). O entrevistado assinala ainda que foi a Pastoral Operária de Nova Iguaçu a responsável por trazer à cidade o Encontro Nacional dos Trabalhadores

em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes). No evento, realizado entre os dias 13 e 14 de setembro de 1980, e ocorrido no Centro de Formação, em Moquetá, Dom Adriano Hypólito se responsabilizou pela abertura da reunião e ofereceu total apoio às atividades. Sua postura à frente da Diocese de Nova Iguaçu demonstra, como Krischke e Mainwaring escrevem, “opção consciente de estimular a autonomia dos movimentos populares” e ajuda a compreender como “incentivando grande número de pessoas a refletirem mais criticamente sobre política, as CEB’s ajudaram a despertar o desejo de participar politicamente” (KRISCHKE; MAINWARING, 1986, p. 85).

No *Boletim Diocesano*, Dom Adriano Hypólito escreve que a preocupação com a multidão de “operários” de espírito rural, o maior contingente humano da Baixada Fluminense, e com as suas famílias, as suas necessidades, os seus problemas, as suas frustrações, os seus traumas, os seus anseios e as suas esperanças é uma questão de “justiça” e de “caridade pastorais” e deve inspirar o trabalho pastoral (*Boletim Diocesano*, n. 115, 01 de julho de 1978). O posicionamento do bispo e o seu apoio substancial às causas sociais, especialmente à valorização do trabalhador, revela também a fragilidade da classe operária da Baixada Fluminense e do Brasil e evidencia motivações para o pronunciamento de Dom Cláudio Hummes na Primeira Assembleia Nacional da Pastoral Operária, em 1982, quando afirmou que a Pastoral Operária foi uma das melhores realizações da Igreja no Brasil e asseverou que não foi a classe operária que se afastou da Igreja Católica, essa é que não soube reconhecer como a luta dos operários faz parte da luta de Jesus Cristo (*Pastoral Operária*, 1987).

Assim, encontramos subsídios que apresentam a força religiosa como fator de explicação política. Dito de outra forma, as relações entre o religioso e o político, na concepção de Dom Adriano Hypólito, têm reflexo significativo nas ações desempenhadas pelas pastorais de sua diocese. No *Boletim Diocesano*, se evidencia o papel pedagógico assumido pelo bispo de Nova Iguaçu para conscientizar politicamente seus leigos, por acreditar que o povo deve assumir conscientemente os seus direitos e os seus deveres. Para ele, os indivíduos devem participar do processo social e, conforme seu entendimento, nenhuma instituição possuía mais condições de conscientizar as pessoas naquele momento do que a Igreja Católica, por conta de sua ligação com as bases. O bispo acreditava que a conscientização levaria à contestação, à pressão e à participação eficiente. Daí as áreas de atrito com os grupos do poder (*Boletim Diocesano*, n. 131, 01 de dezembro de 1978).

## O MEMORIAL: UM ESPAÇO DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA E REGISTRO DO RECHAÇO SOFRIDO PELA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU NO ÂMBITO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

O memorial dedicado a Dom Adriano Hypólito foi inaugurado no dia 09 de agosto de 1997. Os objetos expostos pretendem oferecer uma mensagem político-religiosa articulada e homogênea: os episódios ocorridos na diocese, os relatos registrados nos artigos de jornal e os depoimentos de leigos e religiosos contribuem para ratificar essa interdependência. O discurso político-religioso e a própria trajetória de vida do bispo alimentam o profetismo em torno de sua figura.

O coordenador do projeto para a construção do memorial foi o padre Agostinho Pretto, que procurou inserir, no espaço, painéis capazes de relembrar os fatos marcantes da trajetória do bispo, incluindo objetos de uso pessoal e a cripta com os seus restos mortais (*O Globo*, 27 de julho de 1997). Os arquitetos responsáveis pela construção foram Wilher Barbosa e Ronaldo Grana. Na inauguração do memorial, foi realizada uma missa na Catedral Santo Antônio de Jacutinga, e a Prefeitura de Nova Iguaçu promoveu a mudança do nome da Rua Aymorés, em Moquetá, para Rua Dom Adriano Hypólito.

Nos documentos que se encontram fixados no memorial, encontramos um discurso político-religioso que busca conscientizar os leigos, dando-lhes, por meio de exemplos da ação prática, subsídios para superarem a opressão; provas disso é a criação, pelo bispo, do Centro de Formação de Líderes, inaugurado em 21 de julho de 1973, e da Comissão de Justiça e Paz, em 12 de fevereiro de 1978.

Consoante à trajetória de vida do bispo e ao trabalho pastoral desenvolvido em Nova Iguaçu, padre Marcus, em entrevista, deixa claro que há interesse por parte de determinados grupos em abafar a memória de Dom Adriano Hypólito. Ele disse que esses grupos sempre tiveram interesse em provocar esse esquecimento: “Com ele em vida e ainda hoje. Vai desde a resistência, a indiferença e ao silêncio. E ao desconhecimento também” (Entrevista concedida pelo padre Marcus, set. 2011). Contudo, setores e indivíduos da Igreja agem de maneira diferente, entre eles, o padre Agostinho Pretto, que projetou o memorial e buscou construir e preservar certas memórias a respeito do bispo.

A manutenção de memórias atinentes ao bispo revela aquilo que Márcio Seligmann-Silva destaca acerca da narrativa dos testemunhos: “talvez a busca deste local do testemunho seja antes uma errância, um abrir-se para sua autenticidade, para suas fraturas e [seus] silêncios” (SILVA, 2008,

p. 78). Concebe-se, assim, o memorial como um espaço-memória, tomando como base os pressupostos teóricos de Pierre Nora ao assinalar que a memória tem a intenção de arrancar, do que ainda sobrou do vivido, um sentimento histórico profundo e mostrar que a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos. Nesse sentido, ela está sempre em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (NORA, 1993, p. 7).

Provavelmente, os incidentes relatados e ali expostos estão relacionados ao posicionamento da linha pastoral de Dom Adriano Hypólito. Alguns exemplos de retaliações sofridas pela diocese foram o sequestro do bispo em 22 de setembro de 1976, a falsificação do semanário litúrgico *A Folha*, em maio de 1977, a pichação das igrejas da diocese, que amanheceram com acusações de comunista ao bispo no mês de novembro de 1979, e a explosão da bomba no interior da Catedral de Santo Antônio de Jacutinga em 20 de dezembro de 1979.

Na avaliação dos leigos e dos religiosos, não restam dúvidas de que as ações contra o bispo de Nova Iguaçu foram estratégias orquestradas para arrefecer o trabalho pastoral por ele realizado. Rosana Xavier assinala, a respeito dos episódios, que todos os acontecimentos tornaram os membros da pastoral mais fortes e garantiram a eles a convicção de que estavam no caminho certo. Ela ainda disse que Dom Adriano Hypólito serviu, ele mesmo, como fonte de força para continuarem na luta, e assinalou que tudo isso aconteceu porque estavam incomodando e construindo um profetismo dentro da igreja (Entrevista concedida por Rosana Xavier, set. 2010). Esclarece-se um *modus operandi*: sempre que a diocese decidia realizar algum evento ou alguma atividade de cunho político sofria ações de violência contra o patrimônio religioso ou contra os próprios religiosos, conforme os dados que podem ser observados.

No ano de 1976, publica-se a Cartilha de Orientação Política da Diocese e, em 22 de setembro desse mesmo ano, Dom Adriano Hypólito é sequestrado, espancado e deixado nu; seu corpo é pintado de vermelho, e ele é abandonado em um matagal em Jacarepaguá, enquanto seu carro é levado até as vizinhanças da CNBB, na Glória, para ser destruído por uma bomba. Possivelmente, o sequestro do bispo foi algo recebido com muita indignação não apenas pelos leigos e pelos religiosos da Baixada Fluminense, pois mobilizou religiosos de outras dioceses e os meios de comunicação, que noticiaram o episódio. Até mesmo a imprensa internacional noticiou o episódio, escrevendo que o bispo, defensor dos direitos humanos e dos pobres, foi encontrado nu e amarrado em um subúrbio do Rio (*Periódico de España*, 1976).

Padre Agostinho Pretto denuncia e identifica o inimigo, causador dessas brutalidades: a Ditadura Civil-Militar, escrevendo que o inimigo comum era a Ditadura:

Esse era o inimigo comum. E esse inimigo comum nessa gestação nos criou muita dificuldade. Ele nos perseguia. Ele nos acompanhava; vigiava-nos; tomava nota das placas de nossos carros; ele soltava os cachorros nas nossas caras; ele pichava as paredes de nossas casas. Ele sequestrou e torturou (Entrevista concedida pelo padre Agostinho Pretto, set. 2010).

No início de 1977, Dom Adriano Hypólito foi escolhido como um dos representantes do episcopado brasileiro no Sínodo dos Bispos sobre Catequese. Em maio de 1977, no domingo de Pentecostes, o jornal diocesano *A Folha* foi falsificado e espalhado na Baixada Fluminense e na cidade do Rio de Janeiro, acusando alguns bispos de “comunistas”. Nesse mesmo ano, em 19 de junho de 1977, o grande debate sobre direitos humanos para a organização de uma Comissão Diocesana de Justiça e Paz foi impedido e proibido pelas forças de segurança, que cercaram o Centro de Formação de Líderes ostentando um verdadeiro aparato de guerra. Através do Decreto nº 01/78, Dom Adriano Hypólito criou a Comissão de Justiça e Paz. Na Assembleia da CNBB, em abril de 1978, o bispo foi eleito como um dos delegados para a Conferência Episcopal Latino-americana de Puebla. Nesse mesmo mês, a Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu denuncia novas ameaças contra ele: haviam dito que “o bispo não aprendeu a lição” e, por isso, “receberia um castigo” ainda mais violento do que da primeira vez. Essas ameaças geralmente chegavam por meio de telefonemas anônimos à diocese.

A criação da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, em 1979, que se deu oficialmente durante a missa de abertura da Campanha da Fraternidade e teve ampla divulgação pela imprensa, gerou outros episódios de tensão. Como órgão de assessoria e enfrentamento dos problemas relacionados aos direitos humanos, a Comissão Diocesana, assim como a então recém-criada Pastoral da Terra da Diocese de Nova Iguaçu e a Pastoral Operária, foram escolhidas como prioridade da ação pastoral diocesana, e isso desencadeou mais hostilidades daqueles que rejeitavam a linha pastoral, como, por exemplo, a pichação das igrejas e a explosão da bomba na catedral.

Em entrevista realizada por conta dessa investigação, perguntou-se ao senhor Salvador Marcelino se as autoridades do governo militar, sabendo que essas reuniões ocorriam na diocese, de alguma forma, não promoveriam retaliações. Em resposta, ele afirmou que houve retaliações como, por exemplo, o sequestro do bispo. Para Salvador Marcelino, a Igreja é, de fato,

diversificada. Um bispo de outra diocese que não é tão comprometido com a causa popular não sofre retaliação. A Igreja Católica, para ele, é igual a uma “arca de Noé”. Tem pessoas que são seduzidas pelo poder. Tem padre que é filho da burguesia (Entrevista concedida por Salvador Marcelino, out. 2010).

É possível chegar a, pelo menos, duas conclusões a partir da entrevista do senhor Salvador Marcelino e dos outros argumentos arrolados. A primeira é que tais incidentes, ocorridos em Nova Iguaçu, foram realizados em decorrência da linha de ação pastoral da diocese. A segunda é que se explicita o posicionamento político-religioso de Dom Adriano Hypólito: a Teologia da Libertação. Ainda em entrevista, o senhor Salvador Marcelino assinala:

[...] muita gente que está na Igreja pensa: por que as pessoas têm que se envolver com a questão política? Dom Adriano dizia: Teologia da Libertação é Evangelho. Você pega uma pessoa que reflete o Evangelho que é da alta burguesia, para ela Evangelho é uma coisa e Teologia da Libertação é outra. Ele não consegue ligar que o Império Romano hoje é o FMI, são os Estados Unidos (Entrevista concedida por Salvador Marcelino, out. 2010).

De acordo com o mesmo entrevistado, além disso, a motivação das pichações na catedral e em uma igreja no bairro da Prata, em Nova Iguaçu, em novembro de 1979, com acusações ao bispo e à sua linha pastoral, foi um encontro que aconteceria na diocese com os repatriados (Entrevista concedida por Salvador Marcelino, out. 2010).

Frei Clarencio Neotti, da Ordem dos Frades Menores (OFM), escreve que Dom Adriano Hypólito despertou uma nova mentalidade comunitária e converteu aos que se aproximavam de sua pastoral em pessoas que adquiriam consciência social e se punham a refletir e a assumir responsabilidades. Por isso, disse frei Neotti, o bispo começou a receber ameaças anônimas dos interessados na não conscientização do povo e na manutenção dos indivíduos como massa manipulada. Para frei Clarencio Neotti, na pessoa de Dom Adriano Hypólito, o povo foi ferido (Centro Informativo, 3 de julho de 1979).

A bomba que foi lançada contra a Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, no dia 20 de dezembro de 1979, danificando paredes e destruindo o sacrário, faz parte desse processo de retaliação contra a linha pastoral do bispo diocesano. Talvez esse tenha sido o episódio mais emblemático após o sequestro do bispo e o acontecimento que despertou a atenção de toda a Igreja Católica, mobilizando, no dia 30 de dezembro daquele ano, cerca de

10 mil pessoas em uma procissão de desagravo a Jesus Cristo (o sacrário foi destruído) e de apoio a Dom Adriano Hypólito. Nada disso intimidou o bispo de Nova Iguaçu, e diversos jornais registraram o atentado à catedral. O jornal O Globo, em 21 de dezembro de 1979, trouxe a seguinte manchete “Bomba explode no altar de igreja em Nova Iguaçu e bispo sofre ameaças”, e o jornal O Estado de S. Paulo escreveu: “Bomba explode na Catedral de Nova Iguaçu”. O jornal Gazeta de Notícias, em 21 de dezembro de 1979, estampava a manchete: “Terror não respeita mais nada”. Observa-se que as manchetes de jornal tratam com indignação o ato orquestrado que não respeita nem igrejas nem religiosos. Os próprios leigos, em depoimento, registram o episódio com pavor e com repugnância.

Rosana Xavier descreve bem o episódio e o trauma sofrido em decorrência dele, pois estava presente na ocasião. Em entrevista para essa pesquisa, quando perguntada a respeito da reação de Dom Adriano Hypólito no momento do incidente, ela respondeu que o bispo deixou o curso da vida dele normal: “Ele disse para não nos amedrontarmos diante disso e continuou o papel dele como a autoridade máxima de uma Diocese e continuou a vivenciar o profetismo dele, que era continuar na luta do povo e suas conquistas” (Entrevista concedida por Rosana Xavier, set. 2010).

A mesma entrevistada ainda afirmou que o atentado (a explosão da bomba no interior da catedral) tinha por objetivo enfraquecer o trabalho pastoral desenvolvido pelo bispo. Esses episódios, na concepção da maioria dos leigos entrevistados, fizeram com que o sentimento de “resistência” se transformasse em um lema na história da diocese e, por meio dele, mantém-se viva a memória de Dom Adriano Hypólito. Xavier ressaltou que a bomba foi um momento muito marcante na vida da diocese:

Agora, eu acho que tudo o que aconteceu: o sequestro, as pichações, o carro ter colocado fogo, isso tudo, fez com que a gente se sentisse mais forte e saber que estávamos no caminho certo. Dom Adriano serviu como uma fonte de força mesmo, da gente continuar na luta, pois estávamos no caminho certo (Entrevista concedida por Rosana Xavier, set. 2010).

A entrevista de Rosana Xavier aponta indícios da concepção político-religiosa do bispo Hypólito, que, mesmo sofrendo retaliações, abriu as portas de sua diocese, na década de 1980, para receber o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), ocorrido no Centro de Formação de Líderes, em Moquetá. Padre Agostinho Pretto, dissertando a respeito do posicionamento assumido por Dom Adriano Hypólito ao destinar a diocese para receber tais encontros e abrigar pessoas

perseguidas pela Ditadura Civil-Militar, assinala que esse foi o homem que Deus lhes deu na tragédia dos militares imposta (Entrevista concedida pelo padre Agostinho Pretto, set. 2010).

O resgate de um passado marcado por um período crítico, a Ditadura Civil-Militar, revela fraturas por causa das retaliações sofridas pela diocese e pelo próprio bispo. Isso produz incômodos em virtude da ação de governos repressores, porém, ao mesmo tempo, o teor da violência sofrida pela Diocese de Nova Iguaçu impede que tal trajetória seja esquecida, ficando guardada na memória daqueles que vivenciaram tais episódios e preservada em espaços-memória, como o memorial dedicado a Dom Adriano Hypólito.

## CONCLUSÃO

Esse capítulo procurou descrever o papel desempenhado por Dom Adriano Mandarinino Hypólito, terceiro bispo diocesano de Nova Iguaçu, nomeado para o cargo eclesiástico, em 1966, pelo então Papa Paulo VI, que, desde a sua chegada ao local, propôs um trabalho pastoral que respondesse aos anseios do “Povo sofrido da Baixada Fluminense”.

No estudo, verificou-se que a Teologia da Libertação influenciou os movimentos de base e as pastorais sociais da Igreja Católica brasileira, e que a manifestação concreta dessas práticas religiosas contribuiu para que os leigos engajados, os padres e os bispos passassem a interferir nas questões sociopolíticas e a reivindicar justiça social.

Intentou-se demonstrar que o trabalho das pastorais sociais da Diocese de Nova Iguaçu contribuiu para que os leigos envolvidos nessas questões adquirissem formação e consciência política. Dessa forma, observa-se que, no processo, o laicato ingressa em partidos políticos, filia-se a sindicatos e engaja-se em movimentos sociais de bairro, como, por exemplo, o MAB.

A partir da análise dessa interdependência entre o religioso e o político, quer dizer, da força religiosa como fator de explicação política, pode-se mensurar o trabalho pastoral engendrado, que teve como prioridade a “opção preferencial para os pobres”, e igualmente perceber as ambiguidades e os paradoxos no bojo da hierarquia eclesial por conta dessas práticas.

Certamente, tais práticas pastorais demonstram que o engajamento dos leigos ocorre mediante a sua conscientização e que o início desse processo de conscientização, em inúmeros casos, acontece nas bases da Igreja Católica. Dessa forma, o trabalho pastoral desenvolvido pela Diocese de Nova Iguaçu nos permite identificar a concepção teológica do bispo Dom Adriano Hypólito e o modelo de evangelização por ele colocado em prática.

Isso contribuiu para que essa diocese passasse a ser vista como “lugar de resistência”, abrigando diversos grupos, entre eles leigos engajados, militantes da esquerda e padres, como, por exemplo, Agostinho Pretto, que, no âmbito da Ditadura Civil-Militar no Brasil, partilhavam uma história, a da luta pela liberdade e pela emancipação humana. Em contrapartida, retaliações aconteceram enquanto essa linha pastoral se desenvolvia e se tornava uma ameaça aos detentores do poder local e ao governo militar.

Em suma, a pesquisa procurou acentuar que a prática pastoral da Diocese de Nova Iguaçu desdobrou-se em prática política, contribuindo para ampliar o campo de possibilidades de ação e para promover mudanças em favor do povo. Para que isso se tornasse possível, o bispo de Nova Iguaçu arregimentou esforços criando centros de formação e seminários, promoveu assembleias diocesanas e sínodos, abriu as portas da diocese para encontros como o Entoes, foi o porta-voz dos Sindicatos das Domésticas, atuou firmemente na luta pelos direitos humanos, criando a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, e promoveu mudanças na atuação da Cáritas Diocesana. É inegável que, sem esse trabalho pastoral, dificilmente, a diocese conseguiria projetar-se e auferir conquistas, principalmente em uma conjuntura crítica marcada pela Ditadura Civil-Militar.

Com base nas entrevistas realizadas e nos discursos produzidos pelo bispo Dom Adriano Hypólito em *A Folha* e no *Boletim Diocesano*, foi possível compreender não apenas a sua concepção teológica e o seu posicionamento crítico acerca das mazelas impostas pelo sistema político-econômico então existente, mas também verificar a luta do bispo pela emancipação do povo de Nova Iguaçu, enfrentando os desafios impostos pelo governo militar, que geraram conflitos diluídos em ameaças, assassinatos, sequestro, explosão de bombas, perseguição e intimidação ao bispo, à diocese e ao seu trabalho pastoral.

Várias referências utilizadas registram que o trabalho de evangelização de Dom Adriano Hypólito motivou as atrocidades e violências praticadas contra a diocese. O adjetivo atribuído ao bispo, “comunista”, reflete as ambiguidades e a má interpretação daqueles (de dentro e de fora da Igreja Católica) que reconheceram, na figura do bispo, uma ameaça. Não obstante, observa-se que o trabalho pastoral posto em prática abalava as estruturas políticas na medida em que procurava despertar a consciência crítica do povo.

Portanto, a pesquisa procurou evidenciar o cerne da concepção teológica do bispo, recuperando a sua trajetória e o trabalho voltado em prol do “povo marginalizado” de Nova Iguaçu, a fim de entender as imbricações entre fé e política em seu trabalho pastoral. Como subsídios para essa análise, foram utilizados referenciais que abordam as vinculações entre reli-

gião e política, assim como estudos específicos sobre Nova Iguaçu na época do bispado de Dom Adriano Hypólito. Por meio de entrevistas concedidas por leigos engajados e por padres, dos depoimentos do bispo em jornais de circulação no país e do discurso de Dom Adriano Hypólito extraído de semanários litúrgicos produzidos pela própria diocese, foi possível obter elementos relevantes que corroboram aquilo que se defende na investigação: a interdependência entre fé e política no âmbito do trabalho pastoral promovido pela Diocese de Nova Iguaçu como fator de explicação sociopolítica. Nesse sentido, explicitou-se a concepção de evangelização defendida por Dom Adriano Hypólito para que a Igreja se torne uma “Igreja-Povo”. Obviamente, a conscientização pastoral para o bispo ia além da percepção política, mas ele acreditava que dificilmente haveria discernimento cristão sem um esforço de lucidez política. Nesse aspecto, a unidade entre fé e política seria um caminho para conduzir a vida comunitária, despertando, no povo, a sua responsabilidade política e social.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. APPH, CLIO, 2003.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo; ASSIS, Maria Evonilde C. F. Militância e subjetividade: as influências da atuação religiosa e sócio-política de Dom Adriano Hypólito. Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, de 31/05 a 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 03: Religião e política: o saber religioso da política e o saber político do religioso.
- BODIN, Luigi. *O marxismo e a teologia da libertação*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenário do processo de escolarização da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM; CEDEC, 1986.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Antônio da Conceição. *Dom Adriano Hypólito: uma história de perseverança e coragem*. S/D.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de fé e política* (Reunião de textos de dom Adriano Hypólito). Mitra de Nova Iguaçu/Arquivo Diocesano, 1985.
- PASTORAL OPERÁRIA: 10 anos a serviço da classe operária. Duque de Caxias: CPO Nacional, 1987.
- RODRIGUES, Adriano Oliveira. *De Maxambomba à Nova Iguaçu (1833-90. S): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – UFF, Niterói, 1996.
- RODRIGUES, Paulo. *Igreja e anti-igreja: teologia da libertação*, São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- SANTOS, Eva Teresinha dos; RAMOS, Luciano França. O processo formativo de lideranças sociais e políticas na Baixada Fluminense – Duque de Caxias e Nova Iguaçu. In: BROSE, Markus (org.). *Lideranças para a democracia participativa: experiências a partir da Teologia da Libertação*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- SILVA, Bruno Marques da. *Fé, razão e conflito: a trajetória intelectual de Leonardo Boff*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2007.
- SILVA, Márcio Seligmann. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008.
- SILVA, Percival Tavares da. *Origem e Trajetória do Movimento Amigos de*

*Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992. (Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa). Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/IESAE, Rio de Janeiro, 2004.*

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Acomodações recíprocas: a Igreja Católica e o poder temporal na Argentina e no Brasil. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 50-64, jul.-dez. 2009.

### **Documentos Pontifícios**

JOÃO PAULO II. *Carta do Papa à CNBB sobre a missão da Igreja e a Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *Carta encíclica do sumo pontífice João Paulo II sobre o trabalho humano: “Laboren Exercens”*. São Paulo: Paulinas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 1984.

\_\_\_\_\_. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

### **Entrevistas**

FERREIRA, Rosana Xavier. Entrevista [30 set. 2011]. Nova Iguaçu-RJ: Centro Sociopolítico da Diocese. Entrevista concedida a Alexander de Souza Gomes.

GUIMARÃES, Padre Marcus Barbosa. Entrevista [19 set. 2011]. Nova Iguaçu-RJ: Catedral Santo Antônio de Jacutinga. Entrevista concedida a Alexander de Souza Gomes.

MARCELINO, Salvador. Entrevista [26 out. 2010]. Nova Iguaçu-RJ. Entrevista concedida a Alexander de Souza Gomes.

PRETTO, Padre Agostinho. Entrevista [set. 2010]. Nova Iguaçu-RJ. Entrevista concedida a Alexander de Souza Gomes.

---

# À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)<sup>1</sup>

Higor Codarin

O isolamento social das organizações que propuseram a luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira<sup>2</sup>, constituintes da autointitulada esquerda revolucionária, é unânime, apesar das distintas interpretações, como uma das causas de sua derrota política. (AARÃO REIS FILHO, 1990; GORENDER, 2014; RIDENTI, 2010). Na própria retórica das organizações, o principal indutor dos sucessivos reveses encontrava-se no isolamento diante das massas revolucionárias, em especial, dos trabalhadores. A atuação das esquerdas armadas pouco sensibilizou os setores sociais que buscava mobilizar para realizar a idealizada revolução brasileira. Em parte, isso fica evidente, conforme demonstrou Ridenti (2010, p. 163-177), pela inserção dessas esquerdas dentre os trabalhadores. Especificamente sobre a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), posteriormente denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), apenas 14% dos processados, segundo dados compilados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, eram trabalhadores manuais urbanos, empregados e/ou lavradores.

---

<sup>1</sup> Uma versão deste texto foi publicada na *Revista Diálogos* (v. 23, n. 2, 2019).

<sup>2</sup> Optamos pela utilização do termo “civil-militar” ao nos referenciarmos à ditadura. A consolidação do termo “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese e manutenção do golpe e da ditadura ao longo de seus vinte e um anos de existência. No entanto, devemos citar que não propomos uma atribuição genérica à responsabilidade da sociedade. Utilizamos o termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, apoiando-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti (2016).

Contudo, apesar de pouco numerosos, os trabalhadores também se fizeram presentes na esquerda armada brasileira. A atuação destes, em especial na Baixada Fluminense e em uma organização majoritariamente estudantil, como o MR-8, impulsiona novas perspectivas sobre a luta armada contra a ditadura brasileira, ainda não trabalhadas.<sup>3</sup> Assim, este capítulo tem o objetivo de contribuir ao debate historiográfico atual sobre o tema a partir de dois pontos principais: por uma perspectiva, lançar luz sobre o contexto social de uma área do estado do Rio de Janeiro pouco mobilizada a respeito do desenvolvimento da luta armada, através da organização política dos trabalhadores da Baixada Fluminense<sup>4</sup> em conjunto com os partidos e as organizações de esquerda. Além disso, compreender, sobretudo, a opção de alguns deles pelo enfrentamento armado contra a ditadura, buscando detalhar a integração desses militantes e sua atuação política no MR-8.

Para isso, como prelúdio, devemos realizar um traçado analítico sobre a formação do MR-8 e, principalmente, sua tática de atuação junto ao movimento operário, que o levou ao contato com Felix Escobar e sua esfera de relações com militantes na Baixada Fluminense.

## FORMAÇÃO DA DISSIDÊNCIA DA GUANABARA E A TÁTICA DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO

A Dissidência Universitária da Guanabara foi uma das diversas dissidências estudantis do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se estruturaram no período pós-golpe de 1964.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> É recente uma gama de trabalhos que buscam compreender os impactos da ditadura brasileira na Baixada Fluminense. Nesse sentido, notabiliza-se a coletânea *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: Movimentos sociais, repressão e poder local* (2016), e que agora ganha esta segunda edição revista e ampliada. Além disso, notabilizam-se as análises, aliadas à Comissão Estadual da Verdade, que buscaram deslindar a luta dos trabalhadores, rurais e urbanos da região, principalmente antes do golpe de 1964. Contudo, inexistem incursões diretas para a relação desses trabalhadores com a luta armada.

<sup>4</sup> Seguiremos aqui, conforme propõe Aline Maia (2017), a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o conceito de Baixada Fluminense. Ou seja, região composta pelos municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá.

<sup>5</sup> Além da DI-GB, organizaram-se no interior do PCB: Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), que se tornaria o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Dissidência do Rio Grande do Sul (DI-RS), que formaria o Partido Operário Comunista (POC) com remanescentes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop); Dissidência de São Paulo (DI-SP), que se integraria à Ação Libertadora Nacional (ALN) ou à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); Dissidência da Bahia (DI-BA), que promoveria uma fusão com a DI-GB; e Dissidência de Minas Gerais (DI-MG), que integraria a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente). (RIDENTI, 2010, p. 30)

Constituída enquanto fração<sup>6</sup> clandestina ao partido antes do golpe, no seio dos centros acadêmicos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e da Faculdade Nacional de Direito (FND), ambas integrantes da Universidade do Brasil (UB) no estado da Guanabara<sup>7</sup>, cultivava críticas à postura política do partido, que se intensificaram após a queda de João Goulart. Elegiam o PCB como principal responsável pela conjuntura resultante, especialmente devido aos desvios de direita que impregnavam sua linha política. Desvios que o impulsionaram para uma prática política *reboquista* – com relação a João Goulart e, conseqüentemente, à burguesia – *etapista* e, sobretudo, *pacifista* (PANDOLFI, 1995). Compelidos por novos modelos revolucionários, derivados da revolução chinesa e, principalmente, da revolução cubana, questionadores da hegemonia soviética enquanto propagadora de definições tático-estratégicas do movimento comunista internacional, criticavam, de maneira impiedosa, as posições políticas do PCB. Todas as críticas refletiam uma necessidade candente de oposição à inação do partido. O tempo era de ação. Irrompia, no horizonte, a perspectiva de refundar a esquerda nacional, com objetivo de torná-la, efetivamente, revolucionária.

Contudo, em período imediatamente posterior ao golpe, a perspectiva da fração não era romper com o partido. Ao contrário. Ao mesmo tempo em que se propunham a participar ativamente da reestruturação do movimento estudantil na universidade, fortemente abalado com o golpe, havia a necessidade de recrutar novos militantes para as fileiras do PCB. Aparenta ser contraditório, à primeira vista, recrutar novos militantes para o partido, visto as críticas que cultivavam ao PCB. Contudo, a manutenção dentro da estrutura partidária e a conseqüente atuação para incrementar suas fileiras atendia a duas perspectivas. Segundo depoimento de Daniel Aarão Reis (1987), militante da Dissidência, por um lado, a estrutura partidária deveria ser levada em conta pela extensa rede de contatos operários que o partido construiu ao longo de sua história. Por outro, havia a concepção de construir uma vasta articulação de esquerda que ganharia o VI congresso do partido, previsto para 1967, em favor de uma visão efetivamente revolucionária. Portanto, nesse período inicial, havia uma dupla possibilidade na atuação dos dissidentes no interior das estruturas do PCB: beneficiar-se dos contatos operários do partido, caso houvesse a ruptura, e/ou construir um movimento que alterasse sua linha política.

---

<sup>6</sup> “No jargão comunista, um agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas.” (AARÃO REIS FILHO; CAMURÇA, 2007, p. 145)

<sup>7</sup> Após a transferência da capital da federação para Brasília, seguindo os preceitos constitucionais, a antiga capital da federação foi transformada em um estado autônomo: o estado da Guanabara. O estado do Rio de Janeiro tinha como capital a cidade de Niterói.

No entanto, as discordâncias em relação às recomendações da hierarquia partidária, decorrentes das posições políticas do partido, construíam, gradativamente, uma situação insustentável, que atingiu o ápice em ocasião das campanhas eleitorais para o pleito legislativo em fins de 1966, culminando na insubordinação aberta dos dissidentes, que preconizavam o voto nulo, e subsequente ruptura com o partido. Foi a primeira das dissidências a romper com o Partidão, como ficara conhecido o PCB naquele momento. Assim, a partir de novembro de 1966, os dissidentes tornaram-se uma organização autônoma que, apesar da tática almejada, não conseguiu angariar nenhum contato operário da rede pecebista, tampouco estabelecer uma vasta articulação de esquerda no interior do partido.

Após a cisão, os dissidentes procuravam alternativas para responder às posições políticas que criticavam no PCB. Nesse sentido, já no início de 1967, na primeira resolução política autônoma, há uma concepção clara em favor da luta armada, mas ainda sem uma definição tático-estratégica que lhe impusesse contornos claros para a atuação política. Conforme indica depoimento de Vera Sílvia Magalhães, militante da organização:

Havia uma definição favorável [à luta armada], principalmente em contrapartida à posição do PC. Nós estávamos saindo do PCB, daquela linha pacifista. Então, como resposta ao pacifismo do PCB nós tínhamos uma posição sobre a luta armada. Mas não tínhamos uma tática de luta armada, não propúnhamos uma ação armada imediatamente. (MAGALHÃES, 1986)

Além disso, a significativa expressão que a DI-GB conquistava, gradativamente, junto ao movimento estudantil, em decorrência de sua tática de atuação a favor das reivindicações estudantis, que lhe legaria a posição de vanguarda das passeatas e manifestações na Guanabara no biênio 1967-1968, centralizavam a perspectiva de atuação da organização para o movimento de massas, arrefecendo discussões tático-estratégicas sobre a melhor maneira de deflagrar a atuação armada.

Apesar do protagonismo crescente junto à massa estudantil, os dissidentes mantinham a percepção de que o movimento estudantil, por si só, não seria suficiente para realizar a revolução que tornaria o Brasil um país autônomo e livre da exploração do homem pelo homem, como se dizia na época. Por isso, a DI-GB, em 1968, desloca alguns militantes para áreas periféricas da Guanabara, em específico para a favela de Nova Holanda, tendo em vista realizar trabalho político na região e no parque industrial próximo. Ao contrário da perspectiva de proletarianização ou limpeza ideológica dos militantes, concepção que encontrou abrigo em outras organizações de

esquerda armada, a visão política da Dissidência estava relacionada à concepção clássica de Lênin proposta, especialmente, no *Que fazer?* (1986), de trabalho político através de ações de agitação e propaganda. Os quatro militantes deslocados para Nova Holanda foram o embrião do que se tornaria, no ano seguinte, a Frente de Trabalho Operário (FTO), responsável pelo desenvolvimento de ações políticas junto ao movimento operário após a definição do grupo pela luta armada, em abril de 1969.

A segunda metade de 1968 concedeu o impulso final para a adesão da DI-GB à luta armada. O que, no ínterim entre a cisão com o PCB e as passeatas estudantis de 1968, eram dúvidas, a conjuntura do segundo semestre transformou em certezas. Com o declínio do movimento estudantil, impulsionado, entre outros fatores, pela postura repressiva da ditadura, que culminou, no final do ano, no Ato Institucional número 5 (AI-5), e as primeiras ações armadas de outras organizações, a DI-GB constatou que o caminho não apenas possível, mas inexorável, era a adesão às armas. O “golpe dentro do golpe”, na visão dos dissidentes, era a prova cabal do impasse irresolúvel do capitalismo no Brasil – consolidando a perspectiva da “utopia do impasse” (AARÃO REIS FILHO, 1990) – como também impossibilitava qualquer forma de manutenção das forças de mobilização estudantis anteriores. Assim, a partir do final de 1968, a DI-GB dá início à preparação do primeiro grupo responsável pela realização das ações armadas. Realizando as primeiras ações armadas no início de 1969, todas tendo em vista angariarem dinheiro e armas, a organização realizou sua III conferência, em abril, que concretizou, oficialmente, a via da luta armada como estratégia revolucionária. A partir daquele momento, deixaram para trás o estigma estudantil, quando se transformaram em Dissidência Comunista da Guanabara.

A linha política de abril de 1969, resultado das discussões da III Conferência, demonstra, com nitidez, os contornos e a integração da luta armada no modo como os dissidentes enxergavam a conjuntura brasileira. Além disso, e de maneira mais importante para este capítulo, evidencia de que maneira compreendiam a arregimentação e integração dos trabalhadores na organização e, conseqüentemente, na luta armada. Portanto, traremos, sucintamente, alguns pontos da linha política que elucidam essas duas perspectivas.

De início, como vislumbravam que a “[...] contradição fundamental da sociedade brasileira é a que põe em choque a burguesia e o proletariado”, impunham, para a ordem do dia, a necessidade da “etapa socialista da revolução brasileira” (DI-GB, 1969, p. 2-3). A partir da síntese entre a análise da cadeia de exploração resultante do capitalismo monopolista, que impulsiona os países periféricos à vanguarda da revolução mundial, e a integra-

ção completa do Brasil na lógica capitalista, as condições objetivas para a revolução estavam dadas.<sup>8</sup> Caberia, apenas, criar as condições subjetivas, que, à influência do foquismo<sup>9</sup>, realizar-se-iam através da guerra revolucionária, “[...] processo inevitável para o qual os revolucionários devem preparar-se e preparar as massas, especialmente o proletariado” (DI-GB, 1969, p. 4).

Deve-se salientar, contudo, que apesar da influência do foquismo cubano, os dissidentes não construíram uma concepção estritamente militarista<sup>10</sup> da luta armada. Ao contrário, percebiam-na:

[...] como um processo político e não como explicitação militar da luta política. [...] GR [guerra revolucionária] não é o foco guerrilheiro ou insurreição urbana. O processo armado não está contido nesta ou naquela forma de GR. Ele é muito mais do que isso porque não só engloba todas as formas armadas de luta, como também uma infinidade de formas não armadas que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta. (Ibidem)

Essa visão fica ainda mais evidente no momento em que fazem a análise sobre a situação do movimento operário e realizam conjecturas a respeito da tática de atuação junto aos trabalhadores.

Na perspectiva de construir a guerra revolucionária sob uma ótica operária, notam que o proletariado, ainda influenciado pela prática reformista do PCB, “[...] encontra-se num baixo nível de consciência e organização” (DI-GB, 1969, p. 8). Sendo assim, o processo de guerra revolucionária seria longo e árduo. Tendo em vista superar os obstáculos que afastavam os trabalhadores da revolução, desenvolveram a tática sobre o movimento operário. Deve-se ressaltar, inicialmente, que a DI-GB pressupunha a negação dos sindicatos como forma de atuação política, inclusive buscando afastar os trabalhadores da estrutura sindical, conforme fica evidente na crítica impiedosa aos sindicatos, enfatizando, principalmente, seu caráter conciliatório:

<sup>8</sup> Várias são as referências teóricas dos dissidentes para essa análise conjuntural. As principais delas são: Baran; Sweezy (1966); Gunder Frank (1964); Lênin (2004); Prado Júnior (1987).

<sup>9</sup> Em linhas gerais, segundo Denise Rollemberg, o foquismo se caracteriza pela possibilidade de uma vanguarda de guerrilheiros ser capaz, através da construção do foco guerrilheiro, subverter a ordem e revolucionar a sociedade. Para maiores detalhes, cf. Rollemberg (2001). Baseamo-nos, aqui, nos dois principais representantes da teoria foquista: Che Guevara, com seu *A guerra de guerrilhas* (1960), e Régis Debray, com *Revolução na Revolução* (1966).

<sup>10</sup> Segundo Gorender (2014, p. 94), o termo militarismo “[...] recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas militaristas eram aquelas que adotavam formas de luta e propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas.”

É nossa tarefa ganhar as massas para a negação dos sindicatos como forma de organização, alertá-las para seu caráter de conciliação com a burguesia. Assim, devemos, a todo momento, denunciar as vacilações dos sindicatos enquanto estrutura de organização [...]. Não devemos participar de eleições sindicais, pelo aspecto deseducativo e inconsequente inerente a essa posição, no atual momento. (Idem, p. 10, grifos nossos)

Desconsiderando os sindicatos como arena de luta política, vislumbravam o desenvolvimento de um “trabalho político-militar junto à classe operária”. Objetivando construir uma “infraestrutura político-militar”, atuariam, basicamente, a partir das ações de propaganda armada, realizadas nas portas das fábricas. A partir dessas ações, com objetivo de “[...] estimular lutas políticas e econômicas locais, propagar elementos estratégicos e fornecer exemplos concretos da viabilidade da luta contra as forças repressivas” (DI-GB, 1969, p.7), impulsionariam o movimento de massas. No bojo dessa movimentação, apareceriam os primeiros contatos, que no traçado analítico dos dissidentes, seriam as “parcelas avançadas”, potencialmente revolucionárias. Essas parcelas avançadas, após os contatos iniciais, deveriam ser integradas às fileiras da organização para, assim, atuarem constantemente sobre o movimento de massas, pois, nas palavras dos dissidentes: “as vanguardas só se formam em processos de massas” (DI-GB, 1969, p. 10).

Em síntese, nessa tática de atuação junto ao movimento operário, fica evidente a imprescindibilidade do movimento de massas, seja para caracterizar suas parcelas avançadas, seja para, posteriormente, organizá-las para atuação junto às massas. Para essa formulação, além da concepção que traziam da atuação no movimento estudantil, contribuíram, significativamente, as greves operárias ocorridas em Osasco e em Contagem no ano anterior. Essas, aos olhos dos dissidentes, evidenciavam a possibilidade de movimentação dos trabalhadores, apesar do recrudescimento do regime.

Assim, procurando dar consequências à linha política, a DI-GB dividiu a organização em três frentes: Frente de Trabalho Armado (FTA), responsável pelas ações armadas, Frente de Trabalho nas Camadas Médias (FTCM), responsável pela inserção junto aos estudantes e setores médios assalariados e, como já dissemos, Frente de Trabalho Operário (FTO), na qual enfocaremos a partir de agora.

Tencionando fortalecer a atuação no movimento operário, novos militantes foram designados para a FTO. Elegendo o setor metalúrgico como principal alvo das ações de propaganda armada, ao longo de 1969, realizaram diversas panfletagens em fábricas do setor. A partir delas, desenvolveram alguns contatos com os trabalhadores, que passaram a fornecer

informações sobre o cotidiano de trabalho, inclusive, sobre os “dedos-duros” que delatavam as mobilizações realizadas nas fábricas. Nesse sentido, Daniel Aarão Reis, naquele momento, dirigente da organização e responsável pela FTO, aponta para essa relação com os contatos e as medidas que tomavam, realçando a proximidade com os trabalhadores:

[...] a gente começou, nessa época das panfletagens, a ter alguns contatos operários, e eles nos davam informações: por exemplo, numa fábrica, o dedo-duro é tal pessoa. Na semana seguinte, a gente ia lá, pichava as portas de fábrica, identificava o dedo-duro, dizia para ele que, caso se comportasse mal, a gente ia matá-lo. Isso criava um “auê” incrível nas fábricas. Os operários adoravam (AARÃO REIS FILHO, 1987).

Nesta perspectiva, com a abertura dos novos contatos e visando desenvolver o trabalho junto aos operários, criaram um jornal, de nome *Força Operária*, que, a exemplo da tática de Lênin, deveria auxiliar na organização dos trabalhadores.

Uma dessas ações foi realizada na área dos estaleiros na região portuária da Guanabara, especificamente, na porta do estaleiro Ishikiwajima, na praia do Caju (BNM 192, p. 48). Em decorrência dessa ação, os dissidentes, já rebatizados como Movimento Revolucionário 8 de Outubro, obtiveram informações de Felix Escobar com um de seus filhos, trabalhador radicado em um dos estaleiros da região (SALGADO, 1988, p. 59). Assim, estabeleceu-se o contato entre Felix e o MR-8, o que abriria novos horizontes políticos para a organização e para a militância de Felix e dos demais trabalhadores da Baixada Fluminense nos anos seguintes.

### **A TRAJETÓRIA DE FELIX ESCOBAR E A LUTA PELA POSSE DA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE**

Morador de Duque de Caxias, a trajetória política de Felix Escobar, segundo depoimentos, remonta ao movimento sindical da década de 50, em específico, no sindicato dos autônomos (BNM 619, p. 118). Contudo, pela falta de informações, parece-nos, apesar da atuação nas campanhas pelo petróleo, foi apenas na década de 60 que a militância política adquiriu contornos mais nítidos, imersa no contexto de tensão social em diversas áreas da Baixada Fluminense, com uma atuação sistemática junto ao PCB.

Segundo Aline Maia (2017), pesquisadora relacionada à Comissão Estadual da Verdade, as velozes transformações socioeconômicas da Baixada Fluminense – até o início da década de 50, eminentemente rural – rela-

cionadas à sua inserção urbana de caráter periférico e industrial, são, a um só tempo, as razões constituintes das tensões sociais entre diversos agentes daquela localidade, como também as condições que proporcionaram, aos trabalhadores, métodos de organização e resistência às mais diversas formas de opressão que estavam postas naquele contexto.

Focalizando em um conflito específico pela posse da terra, relacionado à tentativa de expulsão de posseiros da fazenda São Lourenço, localizada próxima à Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém, distrito do município de Duque de Caxias, a pesquisadora teceu a convergência de diversas organizações de trabalhadores, urbanas e rurais, na mobilização pela manutenção do direito de posse. Segundo ela, as mudanças socioeconômicas na região, iniciadas com a instalação da FNM, construíram, gradativamente, um cenário de transição entre o rural e o urbano, que tiveram como principais consequências:

[...] a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e heterogeneidade do afluxo migratório que por ele transita e se instala em busca de terra, trabalho e moradia. [...] Novos atores ampliam os polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, grileiros e posseiros. É desta transição que emergem os tensionamentos sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. As ameaças de despejo aos lavradores das terras valorizadas dão face ao início das situações conflitivas que, ao final dos anos 1950, eclodiram de maneira violenta na região. Em reação, a organização de movimentos de resistência e luta também assume contornos contundentes e particulares (MAIA, 2017, p. 264).

Nessa intersecção entre diversos segmentos de trabalhadores é que se insere a concretização da militância política de Felix Escobar, ele mesmo exemplo desse processo, sendo lavrador, comerciante e pedreiro.

Participante das mobilizações pela manutenção dos posseiros nos conflitos nas regiões das fazendas de São Lourenço e Capivari, Felix era diretor do Sindicato dos Comerciantes e, segundo depoimento atribuído<sup>11</sup> a ele ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), passou a militar pelo PCB em 1962. Protagonista no processo de organização dos trabalhadores nessas áreas, com ampla inserção nas entidades sindicais e associações dos

---

<sup>11</sup> Todos os depoimentos colhidos nos processos judiciais são referidos como “atribuídos” a seu autor, com a consciência de que esses testemunhos foram obtidos sob condições de extrema violência física e psicológica ou não foram dados da forma como aparecem.

trabalhadores, o PCB incumbiu Felix de fomentar a criação de organizações de base junto aos trabalhadores, tendo em vista incrementar a recém-criada Associação de Lavradores de Duque de Caxias, visando transformá-la em uma entidade sindical, fato concretizado posteriormente. Com esse objetivo, Felix fundou uma organização de base no bairro Lamarão, área da FNM ocupada pelos posseiros (BNM 279, p. 2631-2633).

Apesar do sucesso em impedir a expulsão dos posseiros de terra nas diversas regiões, tendo como exemplo máximo a desapropriação da fazenda São Lourenço e subsequente declaração de utilidade pública da área, fato conquistado pela resistência armada dos trabalhadores da região, o golpe de 1964 não só reverteu as vitórias, como também perseguiu as lideranças e organizações dos trabalhadores, em um processo violento que envolveu prisões e torturas, desarticulando, consideravelmente, os trabalhadores e as organizações através das quais se mobilizavam (MAIA, 2017, p. 274-275).

Nesse cenário, Felix também foi perseguido. Em 1965, foi processado por integrar as fileiras do PCB, sendo uma das lideranças do comitê municipal do partido em Duque de Caxias, como também por participar, por intermédio do Sindicato dos Comerciantes, de uma greve realizada em dois de março de 1964. Além disso, era acusado, obviamente, de participar dos levantes em Capivari. Foi preso em junho de 1965, permanecendo seis dias na prisão (BNM 279, p. 2594-2595). A partir de então, seu caminho e o caminho da luta armada se cruzariam.

Concomitante ao processo de desarticulação dos trabalhadores na Baixada Fluminense após o golpe, teve início, conforme já citamos, um processo gradativo de críticas, pela cúpula e pelas bases do PCB, que acarretaram, ao longo dos anos seguintes, diversas cisões, das quais o partido não mais se recuperaria. Neste processo, a exemplo do que vimos com relação à DI-GB, intentando travar a luta interna, constituiu-se, nacionalmente, uma articulação denominada Corrente, capitaneada por Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista dos Santos, representantes de instâncias superiores da hierarquia do PCB até então. Por diversos fatores, incluindo significativas divergências tático-estratégicas, a vasta articulação fragmentou-se em duas organizações distintas: Ação Libertadora Nacional (ALN), radicada, especialmente, em São Paulo, pela influência de Marighella no Comitê Estadual do PCB, e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), radicado, com maior força, nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, também pela forte influência nos respectivos comitês estaduais. (GORENDER, 2014)

Nesse contexto, parte restante da estrutura do PCB na Baixada Fluminense que se manteve organizada, devido à presença dos militantes que

viriam a formar o PCBR, integrou as discussões para rompimento com o Partidão e subsequente construção de uma nova organização política. Segundo depoimento atribuído a José Carlos de Almeida, Felix Escobar fez parte de reuniões, em 1966, que discutiam a criação de uma nova organização, em oposição à proposta política do PCB (BNM 619, p. 119).

Apesar da falta de informações sobre a trajetória de Felix – e dos militantes que mobilizaria para atuação junto ao MR-8 – no ínterim entre 1966 e 1969, ao que parece, nenhum deles se envolveu de maneira significativa com o PCBR. Por um lado, esse fato pode ser justificado pela significativa desarticulação dos militantes na região após as investidas da repressão. Além disso, conforme indica Gorender, o PCBR nasceu “sob o signo da cisão, e não da unidade”. Na reunião que sacramentou a criação da nova organização, dissensões geraram crises internas que desaguaram na ruptura de parte dos militantes, com posterior ingresso no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (GORENDER, 2014, p. 114-116). Assim, ao que podemos inferir, Felix Escobar e os demais militantes que se integrariam ao MR-8 desenlaçaram-se dos partidos e das organizações de esquerda nesse período. Contudo, as investidas repressivas na região e a fragmentação das organizações de esquerda não resfriaram o ímpeto desses militantes, vinculados às lutas pela posse da terra. Ao contrário. Encontrariam uma nova alternativa de militância política em uma organização que propunha um enfrentamento radical ao regime, intentando construir uma nova sociedade.

### **O RAPTO DO EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO E O DESLOCAMENTO DE MILITANTES PARA A BAIXADA FLUMINENSE**

A aproximação de Felix Escobar com o MR-8, através do contato com um de seus filhos, realizou-se a partir de agosto de 1969. A possibilidade de seu ingresso na organização abria uma nova e promissora perspectiva. Sua rede de contatos, apesar de desarticulada, poderia servir para, finalmente, o MR-8 assentar base junto aos trabalhadores, objetivo buscado desde antes da ruptura com o PCB. Definiram, então, que Felix ficaria encarregado de reorganizar sua base para posterior desenvolvimento de um trabalho político na região. Contudo, nesse primeiro momento, o MR-8 pouco pôde desenvolver esse trabalho. Todas as perspectivas da organização ficariam em suspenso por um período, em decorrência da realização, em conjunto com a ALN, da ação mais ousada da esquerda armada brasileira: o rapto do embaixador norte-americano, realizado na semana da pátria de 1969.

O rapto, ideia desenvolvida dentre os quadros do MR-8, visava um duplo objetivo: por um lado, deveria divulgar os feitos da luta armada, rompendo a censura, demonstrando a possibilidade de enfrentamento ao regime. Por outro, intentava libertar presos políticos em troca da vida do embaixador. Pelo prisma desses objetivos táticos, a ação foi um sucesso incontestável. A ditadura cedeu às exigências, com a divulgação do manifesto nos principais meios de comunicação e libertação dos 15 presos políticos pedidos. No entanto, a partir daquele momento, os militares contra-atacariam, com uma política repressiva mais articulada e eficaz, amparada em uma legislação mais rígida, como a nova Lei de Segurança Nacional, que, entre outros fatores, instituía a pena de morte para crimes políticos.<sup>12</sup>

O contra-ataque do estado ditatorial colhe resultados práticos em curto prazo. Pelo MR-8, Cláudio Torres, dirigente da organização e participante do rapto, foi preso no dia nove de setembro. Pela ALN, resultados mais desastrosos. Virgílio Gomes da Silva, comandante militar do rapto, foi preso no dia 29 do mesmo mês, resultando em severas torturas que o levaram à morte no mesmo dia. Além dele, foram presos Paulo de Tarso e Manoel Cyrillo. Como se não bastasse, o fim do ano de 1969 traria uma outra grande perda para as organizações armadas. O principal líder da ALN, vanguarda no processo de ruptura com o PCB e adesão à luta armada, Carlos Marighella, foi assassinado em emboscada realizada pelo delegado Fleury, em São Paulo.

Imerso nesse contexto, o MR-8 teve de se retrair. A totalidade dos militantes passou a viver na clandestinidade. A organização voltaria às atividades somente no início de 1970. João Lopes Salgado, também participante do rapto, altamente procurado pela repressão, foi deslocado para a Baixada Fluminense, com objetivo de auxiliar Felix Escobar na arregimentação política, mas também para diminuir as possibilidades de ser preso. Felix o levou para a região da fazenda São Lourenço, ficando hospedado na casa de Francisco José da Silva, que havia sido presidente da Associação de Lavradores de Duque de Caxias no biênio de 1961-1962, participante dos levantes na fazenda São Lourenço (BNM 190, p. 96).

Em depoimento, João Lopes Salgado retrata qual foi sua primeira impressão ao chegar à área e as recomendações de Felix para poder desenvolver o trabalho político na região, como também demonstra a permanente vigilância dos órgãos de repressão no local, evidenciando a grande atenção com que os militares acompanhavam o cotidiano da região, que havia sido palco de grandes mobilizações dos trabalhadores:

---

<sup>12</sup> Para maior profundidade a respeito do desenvolvimento da estrutura repressiva de Estado imposta pela ditadura, cf. Fico (2001).

Lá no campo ele [Felix] foi logo me dizendo: “Olha, a melhor forma de você ficar aqui é você chegar com alguma coisa... pelo menos ser empreiteiro. Nós arranjamos umas pessoas para trabalhar pra você”. Realmente, arranhou umas duas pessoas que trabalhavam. Um mês depois, comecei a participar. Até para ficar parecido com eles. [...] A área demonstrou que tinha um potencial grande. A rede que ele [Felix] tinha demonstrava um potencial muito grande. Era tudo muito ‘queimado’. [...] nós víamos que a polícia estava presente. Tanto é que detectou minha presença lá. Nós deslocamos para a serra, ficamos clandestinos no meio do mato. [...] lá eu tenho um contato com um moço da serra, posseiro plantador de bananas. Ficamos no mato e o moço nos deu apoio (SALGADO, 1986, p. 60).

Assim, de forma molecular, o MR-8, nas figuras de Felix e João Lopes Salgado, buscava mobilizar os trabalhadores para a perspectiva da luta armada. Contudo, outras organizações também tentavam, no mesmo período, realizar um trabalho na região, mas com perspectivas distintas. Segundo depoimento atribuído a Francisco José da Silva, a Frente de Libertação Nacional (FLN) o procurou para ingresso na organização, fato que negou. (BNM 190, p. 95) João Lopes Salgado oferece-nos mais detalhes sobre a perspectiva de atuação da FLN, lembrando diálogo com um de seus membros, que relatou que a área seria utilizada para guardar embaixadores capturados, contrariando a perspectiva de trabalho político do MR-8, como também relata a apreensão de Francisco com a atuação daqueles militantes na área:

O Chico disse pra mim: “essa coisa vai feder”. Andavam armados, de jipe para cima e para baixo com o revólver no corpo. Tivemos uma reunião com eles. Nessa reunião eles disseram: “Bom, vocês chegaram depois.” Eu argumentava que ali era uma área de trabalho político importante, tinha muita massa e não seria bom fazer um “aparelho” para sequestrar ninguém, pedi para que ele analisasse com a direção, dizendo que o trabalho político seria longo, que estávamos ali há vários meses. Ele me respondeu: “Não, aqui é uma área militar” (SALGADO, 1986, p. 62-63).

Ao que pudemos inferir, com a pouca documentação encontrada, a FLN, integrada nesse momento à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dispunha de um sítio na região de Tinguá, Nova Iguaçu. Esse sítio seria utilizado para, segundo depoimento atribuído a Joaquim Pires Cerveira, guardar o embaixador alemão. No entanto, os militantes da FLN seriam

presos entre março e abril, desmobilizando não apenas a estrutura da FLN, mas também atingindo parte do trabalho desenvolvido por Felix e João Lopes, que teve de fugir da área, voltando para a Guanabara. (BNM 231, p. 442).

Apesar de, nesse momento, ser procurado em diversas regiões da Baixada Fluminense, Felix, ao que tudo indica, continuou o processo de reorganização dos militantes envolvidos nos levantes pela posse da terra, tentando agregá-los ao MR-8. Em meados de 1970, segundo depoimentos atribuídos, já havia recrutado dois novos militantes para a organização: Nilson Venâncio e José Gomes Teixeira, ambos de Duque de Caxias. Nilson, trabalhador da FNM, também havia participado dos levantes contra o despejo na fazenda São Lourenço. Através da resistência ao despejo, integrou-se ao PCB. (MAIA, 2017, p. 267) A partir de seu ingresso, passou a auxiliar Felix na tarefa de recrutamento de novos militantes. Segundo depoimento atribuído a João Joaquim Santana, presidente do sindicato dos comerciários de Duque de Caxias em 1964, Nilson Venâncio o procurou para trocar informações sobre o MR-8, assim como Felix Escobar procurou Milton Lopes da Costa, companheiro de sindicato. Apesar dessa conversa inicial, ambos se aproximariam do MR-8 apenas no ano seguinte, quando passariam a realizar tarefas auxiliares para a organização. (BNM 190, p. 100, 108-111; BNM 036, p. 153).

Ao contrário do que previam as análises políticas do MR-8, citadas anteriormente, apesar dos parcos avanços de Felix Escobar, não havia significativas indicações de um aumento no movimento das massas trabalhadoras. Além disso, na Guanabara, a repressão impunha grandes perdas ao MR-8. Ao longo dos meses de março e abril, boa parte dos militantes da organização foi presa, incluindo todos os dirigentes. Coube a João Lopes Salgado, Carlos Alberto Muniz, Stuart Angel e Sérgio Araújo Torres iniciarem um processo de reorganização. Encurralados, presos em seus “aparelhos”, os militantes se isolavam, cada vez mais, dos setores sociais que buscavam mobilizar. Diante dessa nova conjuntura, em que estavam mais distantes dos trabalhadores e em que a ditadura impunha derrotas constantes às organizações, com prisões, torturas e mortes à esquerda armada no geral, a direção reconstituída viu-se obrigada a discutir os rumos políticos da organização. Dessas discussões, iniciadas em setembro de 1970, surgiria uma nova tática de atuação junto aos trabalhadores. Marcada por um compromisso ético de manutenção da luta armada – a despeito das evidências que apontavam a falência da empreitada – e da expectativa sobre a possibilidade de desenvolver um trabalho na região rural da Bahia, a mudança representaria uma nova função aos militantes da Baixada Fluminense, que, além do recrutamento de novos trabalhadores da região, passariam a inte-

grar os grupos responsáveis pelas ações armadas e/ou seriam deslocados para a Bahia, em prol do desenvolvimento da guerrilha rural.

### **A INCORPORAÇÃO DOS MILITANTES DA BAIXADA FLUMINENSE NAS AÇÕES ARMADAS E O DESLOCAMENTO DE FELIX ESCOBAR E NILSON VENÂNCIO PARA A BAHIA**

Conforme aponta Ridenti (2010), nas organizações de esquerda armada brasileira, fez-se presente, de maneira significativa, a questão da morte. Todavia, o sociólogo nota que essa questão teve dois momentos distintos. Em um primeiro momento, a morte aparecia como “[...] contingência da luta armada, que traria a vitória política e, portanto, a vida, a médio e longo prazos.” (Idem, p. 263). Conforme apontava o foquismo cubano de Debray: “vencer é aceitar, desde o princípio, que a vida não é o bem supremo do revolucionário.” (s.d., p. 86). Além deste, haveria um outro momento – mais importante para o presente artigo – no qual as organizações já estavam significativamente marginalizadas e isoladas, quando a vitória política estava mais distante e a morte mais presente. Nesse momento, seguindo Ridenti: “O sacrifício pessoal e, no limite, a morte iam perdendo o sentido revolucionário, de conquista da vida, para ganhar contornos de obrigação moral com os companheiros caídos e com a sobrevivência do próprio grupo guerrilheiro.” (RIDENTI, 2010, p. 264)

Fizemos essa breve explanação sobre a questão posta por Ridenti para evidenciar que, com o aumento, ao longo do ano de 1970, das prisões dos militantes do *Oito*, como a organização ficou conhecida, essa dimensão do compromisso com os companheiros torna-se mais forte e, neste sentido, a mudança tática da organização, que postulava a permanência e o aprofundamento da luta armada, atendia, pelo menos em parte, a essa perspectiva de obrigação moral com os companheiros. Além disso, exercia forte influência a perspectiva aberta, após a fusão com os dissidentes do PCB na Bahia (DI-BA), de desenvolver um trabalho político na região rural da Bahia, proposta desenvolvida em contato com José Campos Barreto, radicado em Brotas de Macaúbas. A abertura dessa nova frente mantinha forte a crença de que, a exemplo das revoluções vitoriosas na China, Vietnã e Cuba, o campo incendiaria o Brasil e possibilitaria o início da idealizada revolução brasileira. Portanto, as discussões que alteraram a proposta política do MR-8 e que teriam significativo impacto na militância dos trabalhadores da Baixada Fluminense, foi gestada tendo como panorama esse contexto. Passemos a uma análise breve dessas mudanças.

A nova tática política começou a ser discutida em setembro de 1970, com um informe da nova direção-geral que seria referendado, na íntegra,

pelo documento político que concretizou a mudança tático-política da organização, em janeiro de 1971, de nome “Orientação para a prática”. No que importa aqui, o documento alterou, drasticamente, as posições referendadas na linha política de 1969. Afastaram a perspectiva de que “[...] as vanguardas só se formam em processos de massas” e deveriam ser organizadas “em cima de um trabalho de massas”. Assim, postulavam que as massas também se movimentariam “[...] pela repercussão que as ações da vanguarda obtêm em seu meio.”. Com isso, enxergavam, ilusoriamente, que parte dos trabalhadores, nos campos e nas cidades, “apresentam-se dispostos a empunhar um fuzil”. Portanto, como consequência prática, desconsideravam, ao contrário de outrora, a perspectiva de trabalho político de agitação e propaganda, criando os chamados Grupos Político-Militares (GPMs), responsáveis pelas ações armadas, que seriam, a partir daquele momento, “o instrumento fundamental para a vinculação política” com os trabalhadores. (MR-8, 1970, p. 11-12)

Dotado de fundamental importância, os novos Grupos Políticos-Militares, que não diferiam da antiga Frente de Trabalho Armado, sobrepueram-se às demais frentes da organização, que, na prática, foram extintas. A centralidade dos esforços, pelos menos no estado da Guanabara, passou a ser para a realização de ações armadas. E, seguindo essa instrução, os militantes da Baixada Fluminense passaram a integrar os grupos responsáveis pelas ações.

Ainda no fim de 1970, José Gomes Teixeira passou a viver na Guanabara, onde se integrou a um dos GPMs. Realizou, em 29 de dezembro, sua primeira ação armada, expropriando um carro pagador da fábrica Moinho de Luz. (BNM 036, p. 447) Nilson Venâncio, integrado ao mesmo GPM, realizaria sua primeira ação no dia primeiro de fevereiro, em expropriação ao supermercado Ideal, no Irajá. (BNM 638). No início de 1971, houve uma dinamização nas ações armadas do MR-8 para atender à demanda de sobrevivência dos militantes na clandestinidade e, além disso, poder fornecer recursos para a área rural em que o Oito desenvolvia trabalho político.

A área rural, concebida pelo MR-8, nesse momento, estava estruturada da seguinte maneira: com o trabalho desenvolvido na Bahia, apresentaram-se duas localidades com possibilidades de desenvolvimento de trabalho político: uma no oeste baiano, que passou a ser coordenada por João Lopes Salgado, em conjunto com José Campos Barreto; outra, no Recôncavo, compreendendo as cidades de Alagoinhas e Feira de Santana, para onde foi deslocado Felix Escobar, tendo em vista realizar trabalho político na região, como também Nilson Venâncio, alguns meses depois. (BNM 638, p. 325). Além dessas, o MR-8, por intermédio de Joaquim Antônio e João Geraldo Magalhães, ambos contatos realizados por Felix Escobar e Nilson

Venâncio na Baixada Fluminense, comprou uma fazenda em Cachoeiras de Macacu, para esconderijo dos exilados que voltariam clandestinamente ao Brasil para retomar a luta armada. Joaquim Antônio, inclusive, passou, nesse período, a realizar funções auxiliares para a organização, transportando diversos militantes por diferentes áreas do estado do Rio de Janeiro. (BNM 190, p.75)

Logo após a ida de Felix para a Bahia, segundo livro organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa acerca dos desaparecidos políticos, os agentes do Exército fizeram uma grande operação em Duque de Caxias para capturá-lo. Segundo o relato:

[...] em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100, mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofeteado violentamente pelos homens do Exército. (CABRAL; LAPA, 1979, p. 124)

Meses depois, percebendo a insustável situação em Duque de Caxias, a família de Felix se deslocou para Feira de Santana.

Apesar das evidências de que o cerco estava se fechando para os militantes da esquerda armada, a perspectiva ofensiva permanece. Se a perspectiva do desenvolvimento de um trabalho rural, ilusoriamente, parecia demonstrar a viabilidade da revolução brasileira, outro fator realçou, ainda mais, esse viés: o desligamento de Carlos Lamarca da VPR e subsequente ingresso no MR-8, entre os meses de abril e maio de 1971. A possibilidade de contar com o *capitão da guerrilha*, como Lamarca ficara conhecido, que havia desertado do Exército para se somar às fileiras da luta armada, realçou, ainda mais, o vislumbre de que o MR-8 estava no caminho certo e se tornara a principal organização de esquerda armada. No entanto, as consequências de seu ingresso, ao contrário do esperado, aprofundariam a caçada dos agentes de repressão aos militantes do Oito na Guanabara e terminaria de maneira trágica – não apenas para Lamarca, assassinado no oeste baiano meses depois – mas para o MR-8 em geral e, especificamente, para os militantes da Baixada Fluminense, tornando-se símbolo da derrota do projeto da luta armada.

## O CREPÚSCULO DO PROJETO REVOLUCIONÁRIO: PRISÕES, MORTES E DESAPARECIMENTOS

Como dissemos, o peso representado pela figura de Lamarca atraía, ainda mais, os esforços da repressão na caçada aos militantes do MR-8. E sua fama não demorou a repercutir em prisões no *Oito*. Relacionadas ou não, em abril, foi assassinado Mario de Souza Prata e capturada sua companheira Marilena Villas Boas, também assassinada depois de torturada. Ambos integravam os GPMs da organização. Lamarca, muito procurado, era trocado constantemente de aparelho pelos dirigentes do Oito na Guanabara. Em maio, novas prisões. Zaqueu Bento e Manoel Henrique, no dia 7, e Stuart Angel, no dia 14. Stuart, um dos dirigentes na Guanabara, iria assumir o comando da organização em Salvador. Contudo, foi preso em Vila Isabel. É quase certo que Stuart sabia a localização de Lamarca, e os torturadores sabiam disso. Diante de diversas sessões de tortura, não expôs as informações que tinha sobre Lamarca. Por isso, foi assassinado, e seu corpo nunca foi encontrado.<sup>13</sup>

A situação de Lamarca ficava, a cada dia, mais insustentável na Guanabara. Todos os militantes que tinham contato com ele eram severamente torturados ou mortos, se presos. Foi o caso de José Gomes Teixeira, que hospedou Lamarca e sua companheira Iara Iavelberg, em Ramos, antes de o ex-capitão ser deslocado para a Bahia. Ao que tudo indica, também não deu informações sobre o paradeiro de Lamarca. Preso no dia 11 de junho quando ia retirar o pagamento de sua aposentadoria, foi severamente torturado na base aérea do Galeão e, segundo relatórios do DOPS, cometeu "suicídio"<sup>14</sup> no dia 23. (BNM 036, p. 135; PATARRA, 1992, p. 470; BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 165). Nesse contexto de caçada, ficou definido que Lamarca e Iara não poderiam mais ficar na Guanabara. Deveriam ser transferidos para a Bahia.

Chegando à Bahia, Lamarca e Iara tiveram de se separar. O ex-capitão foi para Brotas de Macaúbas a fim de fortalecer o trabalho realizado na região, e Iara foi para Feira de Santana, onde moraria com Felix Escobar, mantendo uma fachada de pai e filha. Lá, ao que indica sua biógrafa, enfrentou problemas na convivência com Felix, relacionadas ao autoritarismo e patriarcalismo do operário:

<sup>13</sup> Para maiores detalhes sobre o caso de Stuart Angel e a trajetória de sua mãe, Zuzu Angel, em busca da localização de seu corpo, cf. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS (2007), p. 160-162; VALLI (1987)

<sup>14</sup> O caso de José Gomes Teixeira, analisado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, apesar de constatar que sua morte está, obviamente, relacionada à militância política, não esclarece se, realmente, ele cometeu suicídio ou se foi mais um dos casos de suicídios forçados. Para maiores detalhes, cf. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS (2007).

Ao operário irritavam seus gestos lentos, a brancura. Fina demais. Ofendia-o vê-la organizar as crianças da rua em brincadeiras pedagógicas, ou apenas ler, quieta. Instava-lhe que ajudasse no tanque, no fogão. [...]. [Iara] Tentou argumentar. Ler e refletir são tarefas comparáveis, em importância, às ações em portas de fábricas; segregar companheiras na cozinha configura um resquício patriarcal. Felix, ultrajado, não engoliu a petulância da jovem classe-média a dar-lhe lições e gritou, muito rude. (PATARRA, 1992, p. 478 e 483).

Diante da situação insustentável, Iara saiu da casa de Felix para o apartamento de outros militantes do Oito, na capital baiana.

Apesar da mudança de estado, a caçada a Lamarca continuou. No mês de agosto, após algumas prisões em Salvador, os órgãos de repressão descobriram o paradeiro de Iara, no bairro da Pituba, onde, apesar dos relatos da época apontarem que ela cometeu suicídio quando estava cercada, foi assassinada pelos agentes do Estado. (BRASIL. SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 173-174)

A partir desse momento, intensificaram-se as buscas por Lamarca, que culminaram em seu assassinato e na morte de José Campos Barreto. No dia 17 de setembro de 1971, tentando fugir do cerco montado em Brotas de Macaúbas, foram encontrados pela repressão que, sem prendê-los, os assassinou. Era o fim da perspectiva do campo do MR-8 e o início do fim da luta armada. Denise Rollemberg, em texto que promove uma reflexão sobre Carlos Lamarca, faz uma interessante ligação simbólica entre sua morte e a morte da luta armada enquanto projeto revolucionário que, a exemplo do *capitão da guerrilha*, estava isolada e não conseguiria mobilizar as massas revolucionárias, podendo ser representativa do MR-8 neste momento:

[...] Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, à espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares [...] a fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvaía, que não sabia que Iara já havia morrido. [...] O isolamento, o cerco, a perseguição, com forças que de tão desproporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil. A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada. (ROLLEMBERG, 2007, P.75)

Assim, com a estrutura na Bahia totalmente desarticulada, Felix Escobar e Nilson Venâncio tomaram rumos distintos. Felix retornou à Bai-

xada Fluminense, e Nilson, depois de perder contato com o MR-8, buscou trabalho em Feira de Santana e procurou se estabelecer em terras devolutas. (BNM 638, p. 325). Todavia, se a perspectiva da luta armada estava praticamente sepultada, os órgãos de repressão mantinham vívido o ímpeto de capturar os militantes remanescentes. Nessa caçada, todos os militantes da Baixada Fluminense seriam presos e o principal deles, Felix Escobar, seria assassinado, passando a figurar entre as dezenas de desaparecidos políticos.

Nilson Venâncio foi preso em Feira de Santana. Os demais: Joaquim Antônio, Francisco José da Silva e Milton Lopes da Costa, que realizavam tarefas auxiliares para a organização, foram presos, ao que indicam as parcas informações, na Baixada Fluminense. (BNM 190). Por fim, apesar de controversa em relação ao momento e com pouquíssimas informações sobre o que se seguiu, em fins de setembro ou início de outubro, Felix Escobar se encontra com Joaquim Santana em Nova Iguaçu, momento em que ambos foram capturados.<sup>15</sup> Felix, procurado de longa data pelos agentes de repressão, ao contrário dos demais, não foi mantido em cárcere. Assassinarão-no e desapareceram com seu corpo. Recentemente, em 2015, através dos esforços da Comissão Nacional da Verdade (CNV), seus restos mortais foram localizados. Felix havia sido enterrado como indigente no cemitério Ricardo de Albuquerque, no dia 20 de outubro, em decorrência de um falacioso atropelamento no bairro de Cordovil, supostamente ocorrido no dia 3 do mesmo mês.<sup>16</sup>

Seu assassinato e subsequente desaparecimento talvez possam ser interpretados não apenas como uma maneira de os agentes repressivos – conforme as palavras da Procuradoria Geral da Justiça Militar – extirparem “definitivamente esse ‘câncer social’” (BNM 567, p. 170), simbolizado pela luta armada, mas também, e mais importante, extirpar a possibilidade de organização dos trabalhadores na tentativa de manutenção e avanço na conquista de direitos sociais. Se é possível, por intermédio da trajetória que realizamos neste capítulo, perceber, apesar das rupturas, uma linha de continuidade entre as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores na manutenção do direito da posse da terra e a opção de parte desses militantes pelo ingresso e/ou auxílio ao MR-8 na luta armada, o assassinato de Felix Escobar também se apresenta como uma tentativa de a ditadura terminar o processo

---

<sup>15</sup> Uma segunda versão aponta que sua captura tenha sido realizada em Belfort Roxo. Contudo, o próprio relatório produzido pela CNV aponta para a escassez de informações sobre o momento da captura e subsequente assassinato. (CNV, 2014, p. 746-747)

<sup>16</sup> Os dados sobre a localização dos restos mortais de Felix não constam nos relatórios da Comissão da Verdade por terem sido confirmados posteriormente. Chegamos a eles devido à notícia divulgada no site do governo brasileiro. (2015)

de repressão iniciado pós-golpe de 1964 às mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais da Baixada Fluminense.

## CONCLUSÕES

O projeto político da luta armada, apesar das diversas organizações que o propuseram, pouco sensibilizou os trabalhadores urbanos e rurais brasileiros. São diversos os fatores indicativos das razões da baixa participação nos grupos armados, que tomavam para si a posição de vanguarda dos trabalhadores. Por uma perspectiva, deve-se ressaltar que a maioria das organizações propunha a negação do PCB, presente, consideravelmente, dentre os trabalhadores. Negando o PCB e buscando refundar a esquerda em uma perspectiva revolucionária, negavam, em sua ampla maioria, também as formas de trabalho político do partido, inclusive, como vimos, os sindicatos, historicamente importantes nas mobilizações dos trabalhadores. “Olhando para o futuro, eliminaram o passado. Figurando-se como marco zero, desprezaram experiências e tradições e deram um salto – uma fuga – para a frente.” (AARÃO REIS, 2017, p. 374-375)

Além disso, por outra perspectiva, a baixa participação explica-se, em parte, pela escalada da repressão que, atingindo seu ápice a partir do AI-5, dificultava, sobremaneira, a mobilização e a organização de setores sociais contrários ao regime. Por fim, foi fundamental a recuperação econômica promovida pelos governos militares que, através de um processo de modernização conservadora, consolidou altas taxas de crescimento, a partir de 1968, que passaram à história como “Milagre Econômico”. Conforme apontam Luna e Klein (2014), apesar do forte aspecto concentrador de renda, o “Milagre Econômico” inseriu parte significativa da sociedade brasileira na esfera de consumo, desestruturando a visão da “utopia do impasse” da esquerda armada sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Contudo, se esses fatores combinados explicam, sinteticamente, as razões da baixa adesão dos trabalhadores ao projeto da luta armada, pudemos notar que, apesar de pouco numerosos, fizeram-se presentes na esquerda armada brasileira. A despeito da forte repressão à movimentação dos trabalhadores após o golpe de 1964 na Baixada Fluminense, que logrou dismantelar e desmobilizar as principais formas de organização na luta pelos seus direitos – em especial pela posse da terra –, parte deles mantiveram-se inquietos diante do caminho que a ditadura impunha, autoritariamente, à região e, no limite, ao Brasil. Buscaram alternativas de ação política no enfrentamento armado à ditadura, participando, inclusive, de ações armadas. Assim, há uma notória relação entre a politização dos trabalhadores rurais e urbanos da Baixada Fluminense no início da década de 60 com a opção de

uma parcela em ingressar na luta armada. Joaquim Antônio, em depoimento atribuído, aponta que Felix Escobar, ao propor o ingresso no MR-8, disse que trazia uma proposta de melhora de vida. (BNM 190, p. 77). Ingressaram na luta armada com essa esperança: melhorar de vida. Não individualmente, mas coletivamente.

## REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1987.
- \_\_\_\_\_. A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_; CAMURÇA, Marcelo. "O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB." In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (Orgs.) Revolução e democracia (1964 - ...) Coleção As esquerdas no Brasil: v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-148
- \_\_\_\_\_. "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita." In: FERREIRA, Jorge. (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 319-377.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BRASIL. Investigação da CNV revela o destino de Felix Escobar. 28/01/2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cidadania-e-inclusao/2015/01/investigacao-da-cnv-revela-o-destino-de-felix-escobar> Acesso em: 04/07/2018.
- BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; vol. 3. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL: NUNCA MAIS. Pasta-Processo: 036, 190, 192, 231, 279, 567, 619, 638. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). Desaparecidos Políticos. Rio de Janeiro: Opções/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- CODARIN, Higor. O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019.
- DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. Situação Internacional. 1969, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Organizações de Esquerda, Série 02.
- DEBRAY, Régis. Revolução na Revolução? (1966), São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d.
- FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FRANK, Andreas Gunder. "A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo". In: STEDILE, João Pedro (Org.) A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.

GUEVARA, Ernesto "Che. Guerra de Guerrilhas (1961), 10ª ed. São Paulo: edições populares, 1987.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA; Oldack. Lamarca, o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 1980.

LÊNIN, V. I. Obras escolhidas, tomo I. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. "Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1986.

MAIA, Aline B. "Conflitos e repressão no campo do Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): Articulações rufo-fabris na Baixada Fluminense." Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.7, nº1, p. 257-282.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, DIREÇÃO-GERAL. Tribuna de Debates: Setembro 1970, mimeo. In: Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM/Unesp), coleção Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro. Localização: Caixa 10

PATARRA, Judith. Iara. Reportagem biográfica. 2ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio A revolução brasileira. (1966) 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2ªed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. "The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context". Bulletin of Latin American Research. Early View (Online Version of Record published before inclusion in an issue). Edited By: Jasmine Gideon, Geoffrey Kantaris, Patricia Oliart, Lucy Taylor, Ann Varley and Matthew Brown. Online ISSN: 1470-9856.

ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_. "Esquerdas revolucionárias e luta armada". In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.) A Baixada Fluminense e a ditadura militar: Movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba: Prismas, 2016.

SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida a Daniel Aarão Reis e Vera Sílvia Magalhães, 17 de julho de 1988. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

VALLI, Virginia (org.) Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

---

## Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista – 1964/1975

Allofs Daniel Batista

“Palavra de honra que esta revolução tem que parar para pensar. Estamos nos encaminhando para a mesma situação que gerou a ditadura Vargas. [...] É necessário, com urgência, enfim, a normalidade democrática plenamente devolvida e desenvolvida”  
(Márcio Caulino, 08/05/1966).

**A** Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (PCNI) sofreu duas intervenções federais nos anos do regime civil-militar, uma em 1966 e a outra em 1969. Nos dois casos, a prefeitura enfrentava um período de instabilidade motivado por eventos políticos relacionados a denúncias contra os prefeitos e funcionários diretamente ligados a eles. Denúncias que partiam da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI).

Nosso objetivo é examinar esse processo, associando-o a um projeto que transferia o Poder Executivo municipal do partido de oposição para o partido do governo. Assim, apesar de preservar o verniz democrático, verificamos que o regime ditatorial buscou concentrar, em seus apoiadores, o poder político em cidades de médio e de grande porte, tendo, por exemplo, o caso de Nova Iguaçu.

Em todo o período ditatorial (1964-1985), passaram pela chefia do Executivo municipal nada menos do que quinze prefeitos, sendo onze somente de 1964 a 1975. Desses, nove se revezaram apenas nos anos desde o golpe de Estado, em 1964, até fevereiro de 1969, dois meses após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Ou seja, as alterações de chefes do Executivo iguaçuano concentram-se majoritariamente nos cinco anos iniciais do regime autoritário. A alternância no cargo diminui, como é perceptível, após a segunda intervenção no Executivo da cidade, ocorrida em fevereiro de 1969.

Essas intervenções guardam em comum certo rito. Primeiro, faz-se uma denúncia de irregularidades do prefeito no exercício de suas atribuições; segue-se com o afastamento das funções por um período regimental, votado na Câmara Municipal de Nova Iguaçu; com a condução e a execução aceleradas do processo de cassação, finaliza-se o processo com a cassação sempre definitiva. Importante frisar que os dois casos de cassação de prefeitos deram por encerradas as carreiras políticas dos respectivos envolvidos.

Nas duas ocasiões, os denunciantes foram os vereadores. As denúncias terminaram no afastamento dos prefeitos, ambos eleitos para o cargo; inicialmente a função de chefe do Executivo local foi ocupada pelo presidente da Câmara em exercício. Após interregno de alguns meses, um interventor era nomeado como substituto. No caso estudado, os dois interventores eram civis e haviam sido atuantes nos cargos de vice-diretor ou de diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana ou do Colégio Municipal Monteiro Lobato<sup>1</sup>, ou de ambos. Ou seja, os substitutos eram atores sociais ligados de alguma forma à sociedade iguaçuana e de municípios limítrofes.

Não buscamos estabelecer, nesse estudo, um padrão, uma vez que os contextos e os atores políticos se alteram no decorrer do período. Devemos somente destacar tais semelhanças como ponto de partida para a abordagem que prosseguirá nas próximas páginas, nas quais pretendemos discutir, além dessas semelhanças, algumas particularidades e estabelecer relação com mais um caso de cassação de prefeito na Baixada Fluminense. Isso por considerarmos que tais processos se vinculam a um contexto mais amplo de controle da política fluminense pelo regime ditatorial.

---

<sup>1</sup> A atuação em colégios na cidade de Nova Iguaçu como professor e diretor de unidade está relacionada diretamente ao predomínio de um grupo político ligado aos membros das famílias Abraão/David da cidade de Nilópolis. Simão Sessim, antes de iniciar a sua longa carreira política, foi professor e diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana, no que foi seguido por Ruy de Queiroz e Joaquim de Freitas. Estes últimos, antes de ingressarem em carreiras políticas, foram professores e diretores nos colégios mencionados, sendo nomeados interventores e depois eleitos prefeitos de Nova Iguaçu. O deputado Jorge David é quem controlava as indicações no Instituto de Educação Rangel Pestana, utilizando-as para fortalecer seu grupo político e ampliar sua base eleitoral para outras regiões além do pequeno município de Nilópolis, local de onde todos os citados são oriundos, com exceção de Joaquim de Freitas, que possui origem desconhecida. Para conhecer melhor o poder político estabelecido por essas duas famílias, ver BEZERRA (2010).

## O GOLPE E SEUS PRIMEIROS REFLEXOS

O contexto do imediato pós-golpe em Nova Iguaçu deixou a política local e os seus atores em estado de alerta. Aliás, essa foi a expressão utilizada pela Câmara de Vereadores ao se dirigir ao povo em nota publicada no *Correio da Lavoura*, um periódico regional que também era utilizado como veículo oficial tanto dos atos do Legislativo quanto do Executivo de Nova Iguaçu. Dr. Bolivard Gomes Assumpção, presidente daquela casa legislativa, mandou então publicar os seguintes “ESCLARECIMENTOS AO POVO”:

A Câmara Municipal de Nova Iguassú faz saber ao povo o seguinte:

1º) Desde o dia 2 do corrente [abril de 1964], acha-se em sessão permanente, valendo dizer que os sr. Vereadores acham-se em estado de alerta, averiguando os fatos e acontecimentos políticos do momento, os quais vêm acompanhando com tãda atenção.

2º) Até agora a Câmara não sofreu coação alguma, e a mais ampla liberdade tem se oferecido aos sr. Edis.

O sr. Presidente cumpre ainda o seu dever ao esclarecer mais o seguinte: – Em sessão permanente nada se pode deliberar, segundo a Lei e o Regimento que nos regem. Havendo um fato grave ou uma motivação importante sôbre os quais tenha a Câmara que deliberar, então, atendendo a um requerimento assinado, no mínimo, por sete Vereadores, o sr. Presidente convocaria uma sessão extraordinária, com um fim específico, consoante manda a Lei e o Regimento, para os sr. Vereadores, em plenário, decidirem ou deliberarem.

O povo pode confiar em sua Câmara, nos srs. Vereadores, pois estamos nós todos atentos, acompanhando os acontecimentos, esperando apenas que subsídios nos cheguem para que, dentro da Lei e do nosso Regimento, possamos tomar as providências que nos caibam, livres e conscientes, no momento exato.

Câmara Municipal [Nova Iguassú], 4 de abril de 1964 (“Esclarecimentos ao Povo”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 5 abr. 1964, p. 2, grifos meus).

Nessa mesma edição do jornal, o deputado estadual Darcílio Ayres Raunhetti (União Democrática Nacional – UDN), liderança da ala renovadora de seu partido, declarava, em entrevista, acreditar que o país passava por mudanças radicais após o momento em que se impunha a opção entre “Democracia e Comunismo” (“Entrevista de hoje”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 5 abr. 1964, p. 7).

Na verdade, notamos que, nas declarações públicas feitas ao longo do mês de abril as instituições e as personalidades do mundo político da cidade buscaram estabelecer discursos de aprovação e de distanciamento com o movimento iniciado na madrugada de 31 de março de 1964. Parece que, na cidade, o golpe pegou a todos de surpresa.

Mas é logo percebida a alteração de alguns discursos, pois, com o passar do mês de abril, o desfecho do golpe apresentava contornos mais nítidos. A CMNI, por exemplo, não tardou em alinhar-se ao expurgo que se verificava em nível nacional, colaborando ao cassar o mandato de um de seus vereadores sob acusação de atuação suspeita junto aos comunistas na Baixada Fluminense.

A exemplo do que realizara a Assembleia Legislativa fluminense, que cassara o mandato dos “deputados estaduais comunistas”<sup>2</sup>, a CMNI contribuiu também com o expurgo ao cassar Ismael Ramos. Na mesma semana em que era empossado o ministério do presidente Castelo Branco, o deputado estadual fluminense Elzio Ramalho<sup>3</sup> e o vereador Ismael Ramos, dois políticos iguaçuanos filiados ao Partido Social Trabalhista, sofriam cassação:

A Assembléia Legislativa fluminense já cassou os mandatos dos deputados comunistas que ali tinha[m] assento, inclusive o de Elzio Ramalho, cujo suplente, o ex-prefeito deste município, sr. Ari Schiavo, acaba de assumir a sua cadeira e está disposto a servir, com todo o empenho e dedicação, ao povo e a terra que ele representa.

À semelhança da Assembléia Legislativa, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, convocada extraordinariamente, cassou o mandato do membro de sua Mesa Executiva, o vereador Ismael Ramos.

Assumirá sua cadeira, como suplente, o sr. Naim André (“A Câmara Municipal...”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 19 abr. 1964, p. 1).

Isso significa que o alerta dado nos “Esclarecimentos ao Povo” foi cumprido, a Câmara, em sessão extraordinária, tomou as decisões que lhe couberam, conforme o presidente da casa prognosticou. Alinhar-se ao movimento político mais amplo era uma necessidade naquele momento.

<sup>2</sup> Deputados estaduais comunistas, identificação tal qual se verificou nos registros jornalísticos naquela ocasião.

<sup>3</sup> Sobre a atuação de Elzio Ramalho junto aos comunistas do estado do Rio de Janeiro, ver, entre outras edições, *Novos Rumos*, disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=122831&pagfis=564&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>> e em <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=122831&pagfis=2315&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>>.

O alinhamento às orientações oriundas do chamado “Comando Supremo da Revolução” baseou-se nas ações dos militares e nos objetivos expressos no Ato Institucional exarado pelo comando. O primeiro objetivo era a cassação dos direitos políticos de cem cidadãos, assinado pelos chefes das Forças Armadas em 10 de abril de 1964<sup>4</sup>, modelo de conduta a ser seguido em todos os ambientes. Ao realizar o expurgo em nível local, a Câmara alinhou-se aos ditames do regime civil-militar, cumprindo o seu papel, ficando em dia com a “revolução” em marcha e sinalizando que a mensagem fora compreendida.

Elzio Ramalho foi secretário do Congresso de Associações de Bairro de Nova Iguaçu, realizado em março de 1960, segundo noticiou o semanário *Novos Rumos*<sup>5</sup>. O mesmo periódico publicou a propaganda eleitoral de Ismael Ramos e de Elzio Ramalho como candidaturas apoiadas “pelos comunistas do estado do Rio de Janeiro” para a campanha de 1962<sup>6</sup> que, na Guanabara, teve como candidato a governador Tenório Cavalcanti<sup>7</sup>. Entre outras atividades, Elzio Ramalho era presidente da seção iguaçuana do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Cíveis do Brasil (UNSP). Tais relações com o comunismo certamente causaram as perdas dos mandatos de ambos na primeira fase do expurgo.

No entanto, a cassação de Ismael Ramos não deixou a cena política iguaçuana em estado de tranquilidade, e a CMNI se manteve em sessão permanente para outras finalidades. O engenheiro Frederico Fernandes pediu exoneração ao prefeito Aloízio Pinto de Barros, que prontamente o atendeu em seu pedido. O servidor pediu exoneração nos primeiros momentos após o golpe, desligando-se da função de chefe da Divisão de Obras (DVO) e deixando a cidade em seguida. Pois, em sessão permanente, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu pôs-se a investigar, além do vereador cassado, o ser-

---

<sup>4</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>>.

<sup>5</sup> Lançado no Rio de Janeiro, então capital federal, em 28 de fevereiro de 1959, *Novos Rumos* foi um semanário de circulação nacional editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), denominado à época Partido Comunista do Brasil. Junto com *A Classe Operária*, *Voz Operária* (substituído por *Novos Rumos*) e *Imprensa Popular*, também criados pelo PCB, foi um dos mais importantes jornais da esquerda brasileira. Extinto em 19 de abril de 1964, em consequência do golpe que iniciou a ditadura no Brasil. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos-rumos>>.

<sup>6</sup> No pleito de 1962, os candidatos do PST mais votados em Nova Iguaçu foram os vereadores Armando Dias, Ismael Ramos e Nain André (suplente), e os deputados estaduais Elzio Ramalho e Ary Schiavo (suplente). Os suplentes foram empossados em decorrência dos afastamentos dos candidatos eleitos. O PST consta entre os partidos de origem trabalhista que receberam apoio da campanha dos comunistas, ilegais desde 1947.

<sup>7</sup> O controverso político fluminense, após ser vetado pelos udenistas, aliou-se aos membros do PST, que tinha origens no PCB, por onde pôde se candidatar ao governo da Guanabara, sendo derrotado por Carlos Lacerda.

vidor que pediu exoneração do posto sob suspeita de prática de doutrinas esquerdistas. Fernandes mantinha relações bastante próximas com Aloízio Pinto de Barros.

Isto, somado ao fato de Ismael Ramos ser vereador da sua base aliada<sup>8</sup>, levou Barros a se manifestar publicamente em fins de abril. Enquanto no governo do estado do Rio de Janeiro, Badger da Silveira, do mesmo partido do prefeito iguaçuano, também enfrentava problemas com o pedido de exoneração de seu secretariado e um posicionamento de cisão posto pelo diretório regional da UDN, Aloízio Pinto de Barros veiculava uma mensagem, “Do Prefeito ao povo iguassuano”.

Após um preâmbulo no qual ressaltava a superação das ameaças recentes à tranquilidade da nação, advindas do sofrimento decorrente da infiltração de elemento estranho à tradição e à história, Barros anunciou que trazia palavras de “tranquilidade e fé na democracia”. Assegurou, em seguida, que mantinha e manteria uma linha de governo que se assentava em valores democráticos, apoiando-se nas classes produtoras para atingir os objetivos “democráticos” da corrente “revolução”:

[...] com esteio nos verdadeiros democratas, nos que amam a pátria deveras, nos iguaçuanos preocupados com nossos problemas, nos industriais, nos comerciantes, nos representantes das diversas profissões liberais, nos trabalhadores e no povo que querem a grandeza de nosso Município, haveremos de engrandecê-lo, levando, outrossim, nossa parcela de contribuição a essa obra grandiosa de restauração democrática, porque, antes e acima de tudo, esta é nossa Pátria (Aloízio Pinto de Barros, “Do Prefeito ao Povo iguassuano”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 26 abr. 1964, p. 1).

Na semana seguinte, Geraldo Miquelotti, presidente do comitê iguaçuano da UDN, escreveu uma resposta pública ao que considerou uma ofensa, conforme suas palavras, em um ato de desagravo. Miquelotti desferiu acusações abertas de que a declaração do prefeito seria mero expediente, visando “salvação de última hora”. Isso aconteceu na mesma semana em que foram afastados do cargo o governador fluminense e o seu vice, no desenlace da crise aludida, na qual a UDN pronunciou-se, recusando a compor com o governo de Badger da Silveira. Sua linha de ataque apresentava o seguinte teor:

---

<sup>8</sup> Ismael Ramos era vereador pelo PST. Exercia o cargo de 2ª secretário da Comissão Executiva da CMNI. Ver CL de 27/01/1963.

A U.D.N. [...] vê-se na obrigação de respondê-la [a nota do prefeito], fixando a sua discordância, principalmente nos seguintes aspectos:

a) – Ao que sabemos, dentre vários elementos que o cercavam, um altamente prestigiado por sua Exa. [Frederico Fernandes Pereira], encontra-se em lugar incerto, e não sabido, foragido, ao que nos parece, das responsabilidades assumidas pelo seu comprometimento com forças esquerdistas;

b) – Outro, seu porta voz e líder na Câmara Municipal [Ismael Ramos], teve seu mandato cassado, por unanimidade, numa flagrante demonstração do conceito negativo que gozava entre seus pares.

Não fossem outras, apenas por estas duas já se fixariam os objetivos do seu pronunciamento, que visa apenas uma salvação de última hora.

Por isso, o protesto dos democratas iguassuanos não poderia faltar, nesta hora em que responsabilidades são fixadas, cabendo a cada um aceitar o julgamento popular, onde há de prevalecer a conduta permanente do homem público e não os pronunciamentos de conveniência (Geraldo Miquelotti, “Ao Povo”, Correio da Lavoura, Nova Iguaçu – RJ, 03 mai. 1964, p. 1)

Sem citar nomes, óbvios para quem conhece os eventos transcorridos nos dias que se seguiram ao golpe de Estado, o udenista recolocou o prefeito em uma posição incômoda. Se Ismael Ramos era seu porta-voz na Câmara, sendo cassado por unanimidade, e Frederico Fernandes Pereira contava com especial prestígio do prefeito, e ambos eram perseguidos pelo regime<sup>9</sup>, era necessário ao prefeito parecer publicamente como um democrata, segundo a indução do discurso de Miquelotti. Mas o prefeito, em sua estratégia, não contou com a pretensão dos udenistas de resguardar os títulos de “democratas iguassuanos”.

Nosso entendimento é que certos agentes do campo político receberam o golpe como um instrumento de reordenação da ordem estabelecida; alguns políticos represados pelo sistema democrático instituído até então poderiam ser retomados e, para grupos e indivíduos derrotados no jogo eleitoral vigente, o golpe seria um meio para alcançar os seus objetivos. A forte repressão contra os comunistas e contra qualquer personagem político

---

<sup>9</sup> Ismael Ramos, além da cassação na CMNI, foi expulso da Associação Comercial de Nova Iguaçu (ACINI), visto que ocupava como um comerciante associado a essa entidade por ser o proprietário da farmácia São Jorge. Após a sua cassação, retirou-se da vida pública e, segundo um dos seus ex-funcionários, andou “sumido por uns tempos”, com rumores de ida para Cuba. Frederico Fernandes esteve ausente desde o pedido de exoneração que encaminhou ao prefeito na semana do golpe.

mais progressista naquele momento oportunizaria a remoção de políticos adversários, vencedores até abril de 1964.

No entanto, associar membros do campo político iguaçuano ao comunismo poderia ser arriscado, pois esse era um campo relativamente pequeno e poder-se-ia resvalar em aliados e colocar-se em perigo, porque, no contexto pré-golpe, denunciadores poderiam ter se aliado ocasionalmente aos denunciados. Sendo assim, restava outro caminho para afastar adversários do jogo político, o da acusação de má gestão, de malversação, de improbidade e de outras faltas graves na gestão da coisa pública, sobretudo corrupção. Os canais de acesso ao poder político local não seriam mais necessariamente os mesmos conhecidos desde o fim da ditadura Vargas.

O binômio em que se sustentavam os argumentos dos militares para interferir na política nacional – o combate ao avanço do perigo vermelho e à imoralidade da política praticada no país – servia como anteparo aos que se declaravam portadores de moral pública respeitável, comparável e compatível à moral dos que comandavam o Estado naquele momento. Ao mesmo tempo, vedava o acesso de qualquer indivíduo que se ligasse ou se visse ligado ao comunismo e à corrupção.

Notamos que políticos alinhados a uma postura mais conservadora não hesitaram em se aproximar dos militares no novo regime. Apesar de sabermos que as generalizações políticas em termos de filiação partidária devem ser evitadas, no caso da UDN iguaçuana, podemos dizer, com clareza, que buscava estabelecer uma autoimagem de si, a de um partido da ordem democrática alinhado com o anticomunismo<sup>10</sup> e com a lisura na conduta pública tal qual preconizavam os próceres militares.

Ao final do primeiro mês do novo regime, o prefeito Aloízio Pinto de Barros precisava lidar com um momento de acentuada instabilidade. Entrevistado pelo *Correio da Lavoura* em 10 de maio, Barros demonstrou interesse em governar e em concluir projetos iniciados em seu tempo de mandato, então com um ano e dois meses. Aproveitou a oportunidade para, ao mesmo tempo, garantir a intenção de bem governar e para denunciar a falta dos devidos repasses estaduais e federais. Além desse problema de divisas, o prefeito destacou: “a atual administração sofreu dois impactos. O primeiro uma greve geral e o segundo com a revolução dos últimos dias, acarretando esta uma reformulação de todo seu esquema administrativo”. Ainda que de maneira dissimulada, reforçando os aspectos administrativos, e não os aspectos políticos, nota-se que o prefeito confessa dificuldades no “pós-revolução”. Não tardou em defrontar-se com problemas estritamente políticos.

---

<sup>10</sup> Sobre o anticomunismo, ver Motta (2002).

## ALOÍZIO PINTO DE BARROS: PROCESSO DE AFASTAMENTO, CASSAÇÃO E A 1ª INTERVENÇÃO FEDERAL

O ano de 1964 seria bastante complicado para a administração municipal mesmo sem o golpe de abril. O prefeito Aloízio Pinto de Barros havia se eleito no pleito de 1962 sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, a mesma do presidente deposto. Dentre os seis candidatos ao posto de chefe do Executivo municipal, obteve expressiva vitória, com 19.768 dos votos computados. Seu antecessor foi Sebastião de Arruda Negreiros que, entre outras polêmicas, deixou a prefeitura com a folha de pagamento atrasada e com uma elevada quantidade de cargos nomeados, excedendo com despesas de pessoal as receitas municipais.

O petebista eleito contava com o apoio dos trabalhistas<sup>11</sup> na Câmara, o que garantia maioria na casa legislativa, e com o apoio popular, respaldado na forte votação que o partido do governo havia recebido na cidade. Naquele município, por exemplo, Badger da Silveira recebeu 28.628 votos.

Com uma base política de seis vereadores, quatro do PTB e dois do PST, Barros conseguiu estabelecer uma aliança em termos de governabilidade com os três vereadores do Partido Social Democrático, além de uma composição oscilante de sua base com vereadores de outras legendas menos expressivas, como o Partido da República, o Partido Social Progressista e o Partido Socialista Brasileiro, com dois vereadores cada, e o Partido Democrata Cristão, com um vereador. Restou, aos três vereadores da UDN, a oposição sistemática, em uma casa legislativa com dezenove membros. Essa configuração podia ser alterada de forma circunstancial, mas se manteve como o desenho político legislativo no primeiro ano de mandato até a implantação do novo regime político em 1964.

Os deputados estaduais e federais do PTB iguaçuano foram, de longe, melhor votados do que os seus concorrentes. Para efeito de comparação, podemos apresentar Edésio da Cruz Nunes, do PTB, com seus 14.937 votos recebidos. Esse candidato a deputado federal, sozinho, obteve quase o dobro dos votos de um político reconhecidamente influente na cidade, Getúlio Barbosa de Moura, do PSD, que recebeu 7.871. Comparado aos mais votados de outros partidos, Nunes obteve vantagens ainda maiores, tendo quase seis vezes mais votos do que o candidato da UDN, Luiz de Carvalho (2.558),

---

<sup>11</sup> Por trabalhistas estamos compreendendo os vereadores eleitos em legendas como PTB e PST, os quais, juntos, perfaziam seis vereadores somente nos dois partidos, pertencentes à base do governo Aloízio Pinto de Barros. O PTB foi a legenda que conseguiu o vereador mais votado e a maior bancada da CMNI eleita nesse pleito ("O resultado completo das eleições", *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu - RJ, 28 out. 1962, p. 2).

e do que o já famoso Tenório Cavalcanti (2.859)<sup>12</sup>, que concorreu pelo PST. Esses são números do colégio eleitoral de Nova Iguaçu, que recebeu 81.455 eleitores naquele ano, com abstenção da ordem de 22% (“O resultado completo das eleições”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 28 out. 1962, p. 2).

A despeito de suas vitórias políticas, o prefeito enfrentava dificuldades administrativas. O município passava por graves problemas financeiros, e o governo de Barros havia herdado, de seu antecessor, diversas complicações, tais como a ausência de máquinas e de equipamentos necessários para a Divisão de Obras da cidade. Além disso, houve uma greve dos servidores em decorrência do atraso no pagamento do pessoal de, pelo menos, três meses acumulados do exercício de 1962, entre outros problemas. Tudo foi noticiado nos primeiros dias após a sua posse (“Prefeito, Vereadores e imprensa visitam a garagem da prefeitura”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 10 fev. 1963, p. 1).

Em março de 1963, ademais, Aloízio Pinto de Barros interveio no Hospital Iguassú<sup>13</sup>, o único da cidade à época. A instituição hospitalar passava por tão profunda crise que os atrasos superavam seis meses de vencimentos sem pagamento (“Arauto, o Hospital e a intervenção do Prefeito”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 17 mar. 1963, p. 1). Uma reclamação constante era a ausência dos repasses devidos pelos governos federal e estadual. Sem os repasses, conforme observou o próprio prefeito em entrevista já comentada anteriormente, era difícil honrar as despesas e ainda encetar novos projetos.

Em 1964, juntavam-se ao rol de problemas administrativos os de ordem política trazidos com o golpe de abril. Mostramos que a política iguaçuana, por meio de parlamentares em nível estadual e municipal, sofreu com o expurgo posto em prática com o Ato Institucional nº 01 (AI-1). Observamos, ainda, que ao menos um servidor municipal esteve sob investigação da Câmara de Vereadores e que, após declaração do prefeito à população no periódico local *Correio da Lavoura*, houve tentativa de associar publicamente Barros aos indivíduos atingidos pelo expurgo em nível municipal.

Acrescente-se o seguinte aspecto: Aloízio Pinto de Barros era oriundo do serviço cartorial, antes da candidatura e da posse na prefeitura da cidade, exercia atividade serventuária. Em agosto daquele ano, o prefeito solicitou à Câmara Municipal de Nova Iguaçu permissão para seu licenciamento de trinta dias, com o intuito de participar na prova de títulos para o

<sup>12</sup> O total de votos de Tenório Cavalcanti foi de 5.859, rendendo-lhe um assento na deputação. Os 2.859 votos referidos são apenas das seções eleitorais iguaçuanas, e os votos restantes são majoritariamente decorrentes das seções de Duque de Caxias e de São João do Meriti.

<sup>13</sup> O Hospital Iguassú foi inaugurado em 31 de março de 1935. Antes, houve a presença de líderes políticos locais na solenidade de lançamento da sua pedra fundamental, feita pelo presidente Getúlio Vargas em 1931. A instituição contava com uma gestão filantrópica, arcando com as suas despesas a partir de doações e de subvenções públicas.

cargo de tabelião do Cartório do 4º Ofício de Nova Iguaçu (Aloízio Pinto de Barros, “Motivos de um pedido”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 30 ago. 1964, p. 2).

Segundo noticiou o *Correio da Lavoura*, na Câmara Municipal, a apreciação do pedido de licenciamento se deu em sessão “prolongada e tumultuada”, iniciada às 20 horas da quarta-feira, 26 de agosto, e estendida até alta madrugada. Passados alguns minutos das 3 horas da manhã de quinta-feira, se encerrava a transmissão do cargo ao vice-prefeito.

Notamos que, ao expor à população iguaçuana os “Motivos de um pedido” de afastamento, Barros fez questão de ressaltar que se afastava do cargo temporariamente e que logo retomaria as suas funções como chefe do Executivo. Também destacava que o concurso para o qual concorreria com prova de títulos era um direito inalienável, conquistado após anos de exercício de ofício serventuário, direito do qual não abriria mão. Duas informações podem ser obtidas a partir desse esclarecimento prestado pelo prefeito licenciado. A primeira delas diz respeito à legalidade do seu direito de licença, conforme pedido encaminhado à Câmara de Vereadores, que lhe autorizou o afastamento. A segunda, destacada por Barros de maneira um tanto metafórica, refere-se aos destinos políticos iguaçuanos que não estavam totalmente tranquilos: “Sei do passo que enceto. Não me são estranhas as consequências, umas previsíveis; outras por conta de razões políticas, diante das quais **a nau administrativa oscilará**” (Aloízio Pinto de Barros, “Motivos de um pedido”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 30 ago. 1964, p. 2, grifos meus). E, como veremos a seguir, oscilou.

Decorrido o período de um mês, Barros não retomou as funções de prefeito. Fortalecia-se, no posto, o vice-prefeito eleito<sup>14</sup> e prefeito em exercício João Luiz do Nascimento, que ficou no cargo por muito mais tempo do que o período de afastamento inicial de 30 dias.

Castelo Preto<sup>15</sup>, pseudônimo do autor da então recém-lançada coluna “Política Iguassuana”<sup>16</sup>, fazia menção às intenções do prefeito interino que, conforme informava o colunista, criava alianças com o Legislativo municipal mediante “atos de cortesia” para permanecer no poder (Castelo Preto, “Política Iguassuana”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 11 out. 1964,

<sup>14</sup> O sistema eleitoral do período comportava candidaturas independentes para prefeitos e vice-prefeitos, que não seriam necessariamente de um mesmo partido. O mesmo ocorria para os demais cargos executivos, gerando muitas situações em que o vice era de partido distinto, como foi o caso de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

<sup>15</sup> Ao que tudo indica, o pseudônimo é uma alusão ao jornalista Carlos Castello Branco, conhecido pela sua cobertura da vida política nacional e autor de diversos livros sobre a política brasileira a partir de sua atuação jornalística no período, como é o caso de *Introdução à revolução de 1964*, publicado em tomos pela editora Artenova em 1975.

<sup>16</sup> “Política Iguassuana” foi uma coluna de curta duração no *Correio da Lavoura* na qual o autor tecia comentários sobre a política local, muitas vezes especulando sobre os interesses individuais de alguns políticos da cidade.

p. 3). A mesma nota aludia ao fato de que Aloízio Pinto de Barros poderia permanecer afastado definitivamente do cargo. Em outra coluna do *Correio da Lavoura*, encontrava-se a seguinte indicação:

CÂMARA EM ATIVIDADE – após longo período de recesso, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu voltou a se reunir dia 7 último, em regime extraordinário, desta feita para apreciar e julgar a denúncia formulada por vereadores sobre a perda do mandato de prefeito do Sr. Aloízio Pinto de Barros (BARBOSA, 1964, p. 9).

No momento em que retornaria ao exercício do cargo executivo, Aloízio Pinto de Barros se deparou com os seus vaticínios políticos em curso. A Câmara Municipal de Nova Iguaçu reuniu-se para, em sessão extraordinária, julgar o fato de que Barros, cujos objetivos foram alcançados no concurso para assumir o cargo de titular no Cartório do 4º Ofício, exerceria concomitantemente as funções de chefe do Executivo municipal e as de tabelião.

O processo iniciado em meados de outubro terminou em novembro. No mesmo dia em que foi empossado pelo governador do estado do Rio de Janeiro como tabelião do 4º Ofício de Nova Iguaçu (15/10/1964), foi afastado por 90 dias do cargo de prefeito. Em mais uma reunião extraordinária, que atravessou a madrugada, a Câmara votou e decidiu pelo afastamento, por 13 votos favoráveis em um total de 19 vereadores, decisão publicada sob o título de deliberação nº 131 da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Esses foram os trâmites que levaram ao afastamento e à posterior cassação do prefeito Aloízio Pinto de Barros. O petebista recorreu da decisão, mas não alcançou êxito, pois se manteve o seu vice-prefeito no cargo. João Luiz do Nascimento manteve-se à frente da prefeitura ainda após o estabelecimento do bipartidarismo em 1965 e em 1966, descompatibilizando-se do cargo em setembro para pleitear um mandato de deputado, pela Arena, na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, em novembro do mesmo ano.

Sobre Aloízio Pinto de Barros, após o afastamento e a cassação, apenas uma pequena nota, publicada nos idos de abril de 1966, referia-se ao seu pedido de recursos encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (Márcio Caulino, “Por enquanto é isto”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 24 abr. 1966, p. 9). Nada mais encontramos a seu respeito, restando somente a certeza de que não logrou êxito e a confirmação de que seu vice permaneceu no cargo.

Não significa, em absoluto, que João Luiz do Nascimento tenha saído ileso do mandato. Adecard Aguiar, vereador pelo PR, acusava-o sis-

tematicamente por má administração dos recursos municipais, afirmando que o prefeito não recolhia, da Caixa Econômica Federal, os recursos descontados da folha de pagamento dos servidores municipais e que não cumpria a lei de licitações, entre outras acusações feitas no plenário da Câmara e veiculadas em jornal (Adecard Aguiar, “A verdade sem máscara”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 03 abr. 1966, p. 2).

No entanto, as acusações não ecoaram na casa legislativa. A CMNI aprovou moção de desagravo e solidariedade ao prefeito com mais de 10 assinaturas, a maioria dos 19 vereadores da casa. De qualquer maneira, o fim de mandato de Nascimento não foi plenamente pacífico, pois, apesar da moção proposta e aprovada por parte da vereança, ainda existiam vozes dissonantes naquela casa. Notemos que, sob acusações de tal ordem, o já arenista João Luiz do Nascimento não sofreu cassação e nem teve a carreira política interrompida.

Pelo período de um mês, entre a descompatibilização do prefeito municipal e a nomeação de interventor federal, José de Lima<sup>17</sup>, presidente da Câmara de Vereadores, exerceu a chefia do município, sendo sucedido pelo primeiro interventor do regime na cidade de Nova Iguaçu. A nomeação do interventor foi feita pelo presidente da República. Ao assumir a prefeitura, Joaquim de Freitas tornou-se o quarto prefeito iguaçuano desde o golpe. Freitas tinha a missão de conduzir a prefeitura até a transmissão do cargo ao vencedor do pleito de 15 de novembro de 1966, o que se deu em 31 de janeiro de 1967.

Notamos que não há uma motivação explícita para a nomeação de um interventor nesse momento. O presidente da Câmara seria o substituto natural para o caso de afastamento do prefeito, como aconteceu. A intervenção atendeu a critérios estranhos à política local, enfraquecendo a posição do Legislativo municipal, mas, ao mesmo tempo, fortalecendo a atuação arenista municipal com a indicação de um membro de seu diretório para a interventoria.

Datam, desse período, a consolidação das organizações dos diretórios da Arena e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>18</sup>. O biparti-

---

<sup>17</sup> José de Lima foi eleito pelo PSD e, após o estabelecimento do bipartidarismo, o seu partido foi desconhecido. Em nota, o colunista João Barbosa, do *Correio da Lavoura*, informou que Lima lhe comunicou pessoalmente: “continuará trabalhando até o fim de seu mandato de vereador em benefício do povo e depois se dedicará exclusivamente a sua atividade profissional, pois é titular da Coletoria Estadual em Belford Roxo” (João Barbosa, “Notícias 66”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 16 out. 1966, p. 9).

<sup>18</sup> Cronologicamente, foram instalados, nas respectivas datas, os diretórios municipais. Em 04 de maio, com a formação do Gabinete Executivo Municipal do MDB iguaçuano, elegeram-se o deputado federal Edésio da Cruz Nunes, como presidente; como vice-presidente, o deputado estadual Ary Schiavo; e como secretário, o deputado estadual Zorli Martins. Em 07 de maio, elegeram-se os membros da Comissão Diretora Municipal da Arena: deputado José Haddad, presidente; Walter Faria Paxeco, vice-presidente; Dr. Ronald Cardoso Alexandrino, secretário.

darismo imposto pelo governo federal demorou a ser organizado em nível local, ocorrendo, somente em fins de abril e princípios de maio, as definições das seções iguaçuanas, depois de muita disputa entre os políticos locais. E, mesmo após a consolidação das legendas no município, muitas mudanças partidárias se dariam em decorrência da obrigação de comportar antigos adversários em apenas duas legendas<sup>19</sup>.

Um exemplo do que estamos afirmando em relação às dificuldades de composição nos novos partidos é o caso do deputado Darcílio Ayres Raunheitti. Famoso como arenista, o ex-udenista esteve no pleito de 1966 disputando uma cadeira de deputado estadual pelo MDB, filiado ao diretório de Nova Iguaçu. Segundo o desenrolar das notícias daquele ano, a sua intenção seria fazer alguma indicação de candidatura a prefeito, a sua ou a de seu irmão Fábio Raunheitti, pretensão que foi derrotada pelo grupo de Edésio da Cruz Nunes e de Ary Schiavo, respectivamente, presidente e vice-presidente do diretório emedebista municipal. Algum tempo depois, Darcílio Raunheitti passaria a compor as fileiras do partido do governo.

### 1966: A PRIMEIRA CONSULTA ÀS URNAS NO BIPARTIDARISMO

Como se poderia esperar, o estabelecimento do bipartidarismo prescrito no Ato Institucional nº 2 (AI-2) causou muitas alterações na política institucional local, como também ocorreu em todo o Brasil. O quadro a seguir refere-se aos líderes de cada partido naquele momento. Podemos perceber que deputados com mandatos ainda da fase pluripartidária tomaram a frente de seus respectivos partidos no novo sistema.

Quadro 1: Composição das diretorias dos diretórios municipais (ARENA e MDB) em 1966

| ARENA           |                              |                   |
|-----------------|------------------------------|-------------------|
| Presidente      | José Haddad (ex-PSD)         | Deputado Federal  |
| Vice-presidente | Walter Faria Paxeco (ex-PTB) | Deputado Estadual |
| Secretário      | Ronald Cardoso Alexandrino   | -                 |
| MDB             |                              |                   |
| Presidente      | Edésio da Cruz Nunes         | Deputado Federal  |
| Vice-presidente | Ary Schiavo                  | Deputado Estadual |
| Secretário      | Zorli Martins                | Deputado Estadual |

Fonte: *Correio da Lavoura*, edição 2.555.

~~O MDB em Nova Iguaçu contava, então, com duas forças políticas. Como vogais, os vereadores Valdir Almeida, Mauro Miguel, Sérgio Gaspar, e os deputados Sarustiano de Brito Cunha e Jorge Lima. Fonte: *Correio da Lavoura*, edição 2.555, p. 2.~~

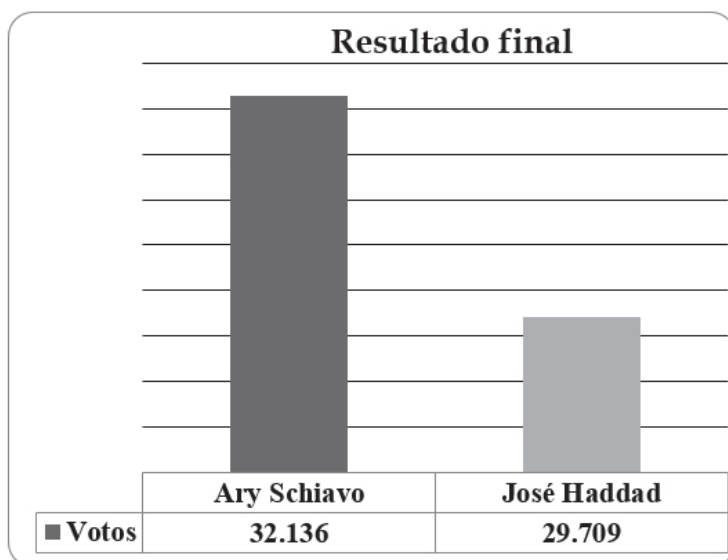
<sup>19</sup> Sobre a composição dos partidos no bipartidarismo, ver, entre outros, Grinberg (2009).

putado federal Edésio da Cruz Nunes, do PTB, que pretendia se candidatar ao governo do estado do Rio de Janeiro, e Ary Schiavo, deputado estadual pelo PST e pré-candidato à prefeitura municipal. O segundo desenvolveu campanha pelo município e contava com aberto apoio do *Correio da Lavoura*, como discutiremos.

Tanto Ary Schiavo quanto Edésio da Cruz Nunes eram, pois, pré-candidatos em franca campanha pelo município e por todo estado do Rio de Janeiro desde antes do estabelecimento do novo sistema partidário. Os deputados compareciam a eventos e a inaugurações no território fluminense buscando fortalecer as suas posições políticas e as alianças que seriam necessárias para uma candidatura de Nunes ao governo estadual. Conseguiram articular gradativamente um grupo político, gerando, com isso, alguma força e coerência interna.

Basta dizer que Schiavo venceu o seu adversário no pleito de novembro de 1966. Mesmo recebendo franco apoio da esfera federal e principalmente da estadual, José Haddad não viu a sua candidatura superar a do emedebista, perdendo por margem de 3,93%, uma diferença de 2.427 votos de um total de 61.845 depositados nas urnas iguaçuanas em 1966.

Gráfico 1: Votação dos candidatos a Prefeito de Nova Iguaçu – 1966



Fonte: Apuração dos votos divulgada no *Correio da Lavoura*, em 27 de novembro de 1966.

O jornal *Correio da Lavoura* acompanhou e noticiou o processo de apuração dos votos, tornando possível conhecer alguns detalhes, como o

número de candidatos por posto e os seus partidos. Além dos mais votados para prefeito, podemos identificar o resultado das urnas para os diversos postos legislativos. O certame teve os seguintes candidatos em campanha na cidade:

Quadro 2: Candidaturas da ARENA para a campanha eleitoral de 1966

| CARGO             | CANDIDATO                  |
|-------------------|----------------------------|
| Senador           | Paulo Tôrres               |
| Prefeito          | José Haddad                |
| Deputado Estadual | Raul Silva Junior          |
| Deputado Estadual | Ronald Cardoso Alexandrino |
| Deputado Estadual | Salustiano de Brito Cunha  |
| Deputado Estadual | João Luiz do Nascimento    |
| Deputado Estadual | Jorge Lima                 |
| Deputado Estadual | Valcyr de Almeida          |
| Deputado Federal  | Miguel Couto               |
| Deputado Federal  | Paulo Biar                 |
| Deputado Federal  | Daso Coimbra               |
| Deputado Federal  | Lucas Figueiras            |
| Deputado Federal  | Mario Pedrosa Lins         |
| Deputado Federal  | Lourival Ribeiro           |
| Deputado Federal  | Luiz Braz                  |

Fonte: *Correio da Lavoura*, diversas edições.

Quadro 3: Candidaturas do MDB para a campanha eleitoral de 1966

| CARGO             | CANDIDATO                 |
|-------------------|---------------------------|
| Senador           | Augusto de Gregório       |
| Prefeito          | Ary Schiavo               |
| Deputado Estadual | Zorly Martins             |
| Deputado Estadual | José Montes Paixão        |
| Deputado Estadual | Antonio Mota              |
| Deputado Estadual | Rodolpho Quaresma         |
| Deputado Estadual | Adjovaldo Silveira        |
| Deputado Estadual | Darcílio Ayres Raunheitti |

|                  |                          |
|------------------|--------------------------|
| Deputado Federal | Adecard Aguiar           |
| Deputado Federal | Antonio Gaspar           |
| Deputado Federal | José Jorge               |
| Deputado Federal | Edésio da Cruz Nunes     |
| Deputado Federal | Getúlio Barbosa de Moura |
| Deputado Federal | Saturnino Braga          |
| Deputado Federal | Ario Theodoro            |
| Deputado Federal | José Maria Ribeiro       |
| Deputado Federal | Glênio Peçanha           |

Fonte: *Correio da Lavoura*, diversas edições.

Destacamos que nem todos esses candidatos eram políticos de Nova Iguaçu, como são os casos notórios de Saturnino Braga, do MDB, e de Miguel Couto, da Arena, ambos candidatos a deputado federal. O mesmo ocorreu com os candidatos ao Senado, sendo capitão Paulo Tôrres o representante da Arena e ex-interventor do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, foi verificada uma superioridade de votos nos políticos naturais ou radicados em Nova Iguaçu, algo importante a ser observado.

Cumprе ressaltar que, nessa oportunidade, não se utilizaram as sublegendas. Ainda assim, como já é amplamente reconhecida pela historiografia, a composição dos partidos era algo complexo durante o bipartidarismo. Sobre a composição dos partidos nesse primeiro teste eleitoral, após o estabelecimento do novo regime político e de seu sistema bipartidário, a explicação do candidato Rodolpho Quaresma, do MDB, parece ser bastante eloquente:

O valor das siglas partidárias, mais do que nunca, está nos homens que as representam.

Conscientemente, sabemos que neste 15 de novembro o partido político não tem significação.

Não tem eles plataforma ideológica, organizados no alvoroço de uma redemocratização, trazem no seu bojo apenas o valor ou desvalor de cada candidato (Rodolpho Quaresma, “A hora é esta!”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 13 nov. 1966, p. 9).

O artificialismo dos partidos era observado anteriormente, sempre por membros da oposição. Poucos dias antes do estabelecimento das seções regionais do MDB e da Arena em Nova Iguaçu, Edson Fonseca Labuto exprime as seguintes considerações sobre o novo regime partidário:

Como se sabe, a ARENA e o MDB não são partidos políticos, mas “organizações com atribuições de partidos políticos”, consoante o que dispõe o Ato Complementar n. 4. Trata-se de solução transitória. Os partidos políticos, que serão dois ou três ou quatro, estruturar-se-ão em 1967, conforme artigo do aludido AC-4, nos termos dos estatutos dos Partidos, que vigorarão novamente (“Sôbre política municipal”, Correio da Lavou-  
ra., Nova Iguaçu – RJ, 01 mai. 1966, p. 9).

Parece-nos que uma das estratégias das campanhas do MDB, ou desses emedebistas em particular, era desmoralizar o sistema eleitoral imposto por meio da denúncia de falta de plataforma ideológica. Essa inconsistência ideológica ou institucional pode ser verificada na avaliação que se faz dos políticos, comparando-se os partidos aos quais eles estiveram filiados no imediato pré-1964 com suas opções em pleno bipartidarismo, no pleito de 1966.

Quadro 4: Filiação partidária dos políticos iguaçuanos no multipartidarismo e no bipartidarismo - 1962/1966

| POLÍTICOS DE NOVA IGUAÇU  | 1962 | 1966  |
|---------------------------|------|-------|
| Adecard Aguiar            | PR   | MDB   |
| Adjovaldo Silveira        | PSP  | MDB   |
| Antonio Gaspar            | PTB  | MDB   |
| Ario Wolz Teodoro         | PTB  | MDB   |
| Ary Schiavo               | PST  | MDB   |
| Darcílio Ayres Raunheitti | UDN  | MDB   |
| Daso de Oliveira Coimbra  | PSD  | ARENA |
| Edésio da Cruz Nunes      | PTB  | MDB   |
| Getúlio Barbosa de Moura  | PSD  | MDB   |
| Jorge Lima                | PSD  | ARENA |
| Jorge Sessim David        | UDN  | ARENA |
| José Haddad               | PSD  | ARENA |
| José Jorge                | PDC  | MDB   |
| José Montes Paixão        | PSD  | MDB   |
| Luiz Guimarães            | UDN  | ARENA |
| Mário Guimarães           | UDN  | ARENA |

|                            |     |       |
|----------------------------|-----|-------|
| Ronald Cardoso Alexandrino | UDN | ARENA |
| Sérgio Gaspar              | PR  | ARENA |
| Valcyr de Almeida          | PDC | ARENA |
| Zorly Martins              | PTB | MDB   |

Lembrando-se da questão das sublegendas, Ary Schiavo chegou a declarar o seu agradecimento ao deputado José Montes Paixão que, além de abrir mão de concorrer no mesmo pleito pela sublegenda em Nova Iguaçu, abraçou firmemente a campanha de Schiavo, então recentemente filiado ao mesmo partido, uma prova da conquista de unidade do MDB iguaçuano naquele momento. O mesmo se verificou na candidatura de José Haddad pelo Arena, partido que lançou uma única candidatura, sem recorrer ao expediente das sublegendas.

A política iguaçuana, nos anos anteriores ao golpe, é explicada diversas vezes como uma disputa entre caciques políticos. Notórios, dentre os demais personagens, foram dois antagonistas, Getúlio Barbosa de Moura e Mário Guimarães. Os dois chefes políticos são considerados, por diversos motivos, os divisores da política em nível local. Entrevistados e fontes jornalísticas consultadas mencionam o confronto existente entre os dois políticos, clivagem que acabava constituindo a política da cidade em getulistas e em maristas.

Nossa opinião é a de que a afiliação de políticos em atividade no pré-1964 esteve ligada às alianças constituídas com esses dois atores preponderantes no cenário político iguaçuano desde a década de 1930. Após a decisão de Mário Guimarães, ex-UDN, de filiar-se à Arena, e de Getúlio Barbosa de Moura, ex-PSD, de alinhar-se ao MDB, os demais políticos confirmaram as suas lealdades para cada um desses caciques locais.

Notamos, no entanto, que as lideranças tradicionais estavam abaladas e novos atores passavam a integrar o espaço, caso de Edésio da Cruz Nunes. O político petebista não possuía carreira política na Câmara Municipal, debutou em Nova Iguaçu como candidato a deputado federal e foi eleito em 1962. Nunes foi considerado uma liderança de expressão no MDB, tornando-se o primeiro presidente no diretório municipal iguaçuano<sup>20</sup>, em sessão eleitoral da qual Getúlio de Moura retirou-se com seus correligioná-

<sup>20</sup> Por sua atuação oposicionista, ele será cassado, perdendo os seus direitos políticos por dez anos, como vemos através do “Decreto de 07 de fevereiro de 1969”: “O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve: CASSAR: Os mandatos eletivos e suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos, dos seguintes cidadãos: Edésio da Cruz Nunes – Deputado Federal – RJ” Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-36394-7-fevereiro-1969-547273-publicacaooriginal-61977-pe.html>>.

rios (“Eleito o gabinete Executivo municipal do MDB”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 08 mai. 1966, p. 2). Getúlio de Moura tinha a pretensão de lançar José Montes Paixão, seu afilhado político, como candidato a prefeito. No entanto, o grupo de políticos de origem nos partidos trabalhistas, liderado por Edésio Cruz (PTB) e Ary Schiavo (PST), constituiu uma aliança para vencer o velho pessedista. Moura, apesar de ver seu projeto derrotado, deu provas de sua força política e liderança na cidade, sendo o deputado federal mais votado, com 17.861 votos, contra 9.712 de Edésio da Cruz, segundo mais votado naquele ano.

Para dar prosseguimento à narrativa dos eventos políticos, retomamos a informação, já mencionada, de que o MDB venceu as eleições de 1966. Além de Ary Schiavo, a legenda de oposição fez doze dos dezenove vereadores municipais.

Ao tomar assento na chefia do Executivo municipal, Ary Schiavo podia considerar que gozava de uma governabilidade bastante confortável. Sua posse foi noticiada como uma “Espontânea e consagrada manifestação popular” na qual a sua condução se deu nos braços do povo. Um dia antes, foi realizada a instalação da nova Câmara Municipal. Na cerimônia, além de juramento e da posse, ocorreu a eleição da nova mesa diretora da casa. Na ocasião, não participavam, na plenária, os vereadores da Arena, que boicotaram tal eleição. Os motivos do boicote não puderam ser esclarecidos com as fontes consultadas. De qualquer modo, a eleição da mesa diretora realizou-se apenas com os emedebistas presentes. Seguiu-se, então, com uma mesa diretora totalmente composta pelos correligionários de Schiavo.

Ary Schiavo governou o município de 31 de janeiro, data de sua posse, até agosto, quando se licenciou para representar o município em atividades de chefia política fora do território nacional. No período, tomou algumas medidas: equiparou os salários dos servidores ao salário mínimo vigente, isentou as multas em impostos municipais atrasados, tomou parte na discussão sobre o cumprimento da semana inglesa no comércio local (“Decidido: comércio não mais funcionará aos domingos...”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 05 mar. 1967, p. 1), buscou solucionar o problema de abastecimento de água no centro e na localidade de Mesquita, fez a CMNI aprovar novo código tributário municipal e encampou a construção, a reforma e a ampliação de alguns grupos escolares na cidade.

Duas ações são merecedoras de destaque. Ary Schiavo não acatou o pedido de aumento das passagens dos ônibus da cidade e atacou o problema de infraestrutura com uma série de obras emergenciais em decorrência dos estragos causados por tempestades no município. Em outro contexto, podem parecer atividades administrativas rotineiras, vulgares, mas essas

duas últimas ações acabaram por ser associadas a uma sequência de acontecimentos que culminaram na cassação do mandato do prefeito.

Uma crise entre vereadores e prefeito se iniciou quando Schiavo encaminhou proposta de crédito extraordinário após catástrofes decorrentes de temporais em fins de fevereiro de 1967, o que se apreciou na Casa Legislativa em meados de abril. Na mesma época, seguiram pedidos de majoração das passagens municipais, encaminhados por três vereadores emedebistas ao prefeito. Com a negativa do prefeito à solicitação dos vereadores veio a retaliação, que se deu na forma de não aprovação do pedido de crédito extraordinário. Os três vereadores do MDB votaram com os arenistas, derrotando o pleito do prefeito por 10 votos a 9. Hércio Chambarelli, Nagi Almawy e Luiz Carlos Freitas foram os vereadores emedebistas que votaram com a Arena. Daí em diante, a prefeitura passou a ter minoria, e a governabilidade, que se acreditava garantida na eleição, foi perdida definitivamente até o ato de cassação.

Afastado oficialmente do cargo e, em viagem à Alemanha Ocidental, Schiavo foi processado pela CMNI e depois foi definitivamente cassado após denúncias de irregularidades da sua gestão. O processo de cassação é demasiado complexo, mas seu resultado pôs à frente do Executivo municipal, pela segunda vez naqueles anos, o vice-prefeito eleito.

Antonio Joaquim Machado assumiu, então, o mandato para cumpri-lo também parcialmente. Em 1968, sofreu acusações de ordem administrativa, como o seu antecessor. Na expectativa de manter-se no posto, mudou-se do MDB para a Arena, mas ainda assim foi cassado, cedendo espaço para o presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Na ocasião, com 28 anos de idade, o jovem descendente de libanês Nagi Almawi, um dos vereadores do MDB que apresentou a proposta de alteração nos preços das passagens ainda no governo Schiavo, ascendeu ao posto de chefe do Executivo municipal a partir da presidência do Legislativo. Permaneceu no posto por pouco menos que cinco meses. Ele foi o prefeito municipal de Nova Iguaçu no momento do Ato Institucional nº 05 (AI-5), quando, a exemplo do restante da nação, a cidade sofreu com o fechamento da Casa Legislativa, com a forte repressão e com a censura aos direitos civis.

Ainda com o Legislativo municipal interdito, Nagi Almawi transmitiu o posto de prefeito para o segundo interventor federal, o professor João Ruy de Queiroz Pinheiro, que assumiu como nono prefeito da cidade desde abril de 1964.

## **UM INTERVENTOR PREPARA A VITÓRIA DA ARENA**

Desde 24 de fevereiro de 1969, Nova Iguaçu esteve sob o comando político exclusivo da Arena, dado o afastamento dos emedebistas do cargo executivo e o fechamento da Câmara Municipal, reflexo do quinto ato institucional desde o golpe.

Pouco tempo após o início do mandato de Ary Schiavo, em 1967, houve rumores de que o emedebista teria o mandato estendido em decorrência de um decreto emitido por Costa e Silva no final de seu governo (“Notícias 67”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 19 mar. 1967, p. 7). Tal decreto tinha o objetivo de regular os calendários eleitorais e promover a coincidência dos mandatos das prefeituras municipais, o que havia sido perdido em decorrência das diversas cassações e intervenções ao longo dos primeiros anos do regime. A confusão se dava por conta de seu segundo artigo, em que se afirmava: “A coincidência geral das eleições municipais, na forma prevista na Constituição a entrar em Vigor, operar-se-á a 15 de novembro de 1972”.<sup>21</sup> Tal proposição, com certeza, causou alvoroço político, pois abortava projetos de poder não apenas de arenistas que almejavam a prefeitura no próximo pleito, como também de indivíduos do MDB que eram dados como candidatos, como Darcílio Aires Raunheitti (“Darcílio é lançado a prefeito”, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 26 fev. 1967, p. 2).

A crise estabelecida entre a Câmara e o prefeito também foi posterior à constatação da dilatação do mandato de Ary Schiavo. No entanto, outros elementos compõem esse cenário político complicado. Em entrevista concedida por Nagi Almawi ao autor dessa investigação, o entrevistado, vereador naquela ocasião, indicou ter acontecido uma reunião com todos os vereadores em uma casa no centro da cidade. No encontro, que teria durado mais de doze horas, estavam presentes autoridades militares que ele não nomeou. Em sua narrativa, expôs que, na ocasião, havia uma preocupação com a integridade física dos políticos ali presentes e que o teor da reunião seria a cassação do prefeito. Quanto aos responsáveis pela convocação de tal encontro e o envolvimento de políticos da cidade com os militares, o entrevistado foi reticente e se negou a aprofundar a narrativa acerca desses aspectos (Entrevista concedida por Nagi Almawi, jan. 2014). Após o mencionado encontro, Schiavo foi cassado por unanimidade pelos vereadores presentes na sessão extraordinária da CMNI.

Importante, nesse momento, ressaltar que, após a segunda interventoria na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, a Arena venceu todas as disputas eleitorais até o fim do bipartidarismo.

João Ruy de Queiroz Pinheiro, conhecido por doutor ou professor Ruy de Queiroz, foi um personagem interessante na transferência do poder

---

<sup>21</sup> BRASIL, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-37-14-marco-1967-364745-norma-pe.html>>.

político das mãos dos emedebistas para uma hegemonia arenista na cidade. Oriundo de Nilópolis, era filho da proprietária do Colégio Anacleto de Queiroz, também em Nilópolis<sup>22</sup>. Segundo consta em uma biografia de Ruy de Queiroz, Stella de Queiroz Pinheiro, a sua mãe, foi:

[...] educadora e política, com participação ativa na história da baixada fluminense, foi vereadora, única mulher na América Latina a comandar um Tiro de Guerra EIM 400 (formou 900 soldados), fundadora da Cruz Vermelha e dos Hospitais de Nilópolis e Nova Iguaçu (Disponível em: <<http://marcosmanso.com.br/blog/?p=67>>. Acesso em: 12 set. 2013).

Nesse período, Nilópolis passou por um momento no qual começava a se constituir a aliança entre as famílias libanesas Abraão e David em torno de um projeto de poder associando a política, a contravenção e a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis e constituindo a tríade do poder em torno da família Beija-Flor (BEZERRA, 2010). No que diz respeito aos seus laços familiares, Queiroz foi, ainda, cunhado de José Ribamar Zamith<sup>23</sup>, capitão e comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil na Vila Militar.

Oriundo de Nilópolis, João Ruy de Queiroz começou a criar um vínculo entre os interesses políticos locais e a ação da repressão militar na Baixada Fluminense:

Então, você tem em Nilópolis aquele núcleo que girava em torno do Simão Sessim, do Anísio. [...] o Jorge David, o Ruy de Queiroz... A família do Ruy de Queiroz sempre foi envolvida com isso, tanto que ele foi interventor em Nova Iguaçu. Eles eram muito ligados com o pessoal dos órgãos de repressão, ao DOPS, ao Serviço Nacional de Informação do Exército ali da Vila Militar. Essa gente toda era ligada. [...] Eles eram dedos-duros.

<sup>22</sup> Segundo afirmações em conversas informais com pessoas ligadas à política iguaçuana da época, a mãe de Ruy de Queiroz, proprietária do Colégio Anacleto de Queiroz, seria "a única mulher para quem os militares prestavam continência naqueles tempos".

<sup>23</sup> Sobre o capitão Zamith, transcrevemos o seguinte relato: "A criação dessa companhia [Batalhão de Caçadores - hoje 59º Bimtz] coincidiu com a chegada em Maceió do capitão Zamith (José Ribamar Zamith), comandante da PE (Polícia do Exército) no Rio de Janeiro e responsável pela invasão do Calabouço, o restaurante da União Nacional dos Estudantes (UNE) destruído à bala pela repressão. O capitão Zamith figura no livro 'Tortura Nunca Mais', editado pela Arquidiocese de São Paulo; em 1970 ele desembarcou em Maceió para servir como chefe do S-2; era mais temido no quartel do que o comandante, tenente-coronel José de Barros Paes, por coincidência, alagoano. O capitão Zamith foi um dos entusiastas da criação da Companhia Anti-Guerrilha, mas não foi comandá-la; a missão coube ao capitão Uchoa, que também era carioca, da linha dura e, igual a Zamith, magro e tabagista." Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Reportagens+Especiais&vCod=2680>>.

A gente chama de dedos-duros, eles eram pessoas que começavam a apontar e fazer cartório de quem era comunista e quem não era... (Entrevista concedida por Machado, compositor, apud BEZERRA, 2010, p. 25).

Com Ruy de Queiroz, Nova Iguaçu ingressou, nos anos 1970, sob o comando da Arena. Interessante notar que, após a sua intervenção, que durou pouco menos de um ano, a cidade de Nova Iguaçu teve três eleições até a queda do bipartidarismo. Na primeira, o médico e ex-vereador Bolivard Gomes de Assumpção venceu para cumprir um mandato de apenas dois anos, com a finalidade de regular o calendário eleitoral municipal com os demais<sup>24</sup>. Na sequência, a prefeitura recebeu os dois interventores federais como prefeitos eleitos pela legenda da Arena. Joaquim de Freitas retornou à prefeitura, agora eleito, em janeiro de 1973, e o próprio Ruy de Queiroz foi eleito em 1976, tomando posse em janeiro do ano seguinte.

Além desses, João Batista Barreto Lubanco, um advogado iguaçuano que havia sido interventor estadual em São João de Meriti, também na Baixada Fluminense, foi o vice de Joaquim de Freitas. Quando Freitas se afastou do cargo de prefeito para não ser cassado por má administração, seu vice assumiu a prefeitura para concluir o rol dos 11 prefeitos em 1975, sendo o décimo primeiro desde a cassação de Aloízio Pinto de Barros.

A vitória da Arena foi, enfim, uma vitória da política ditatorial, pois, se excetuando os dois anos de mandato tampão de Bolivard Gomes de Assumpção, que possuía atuação político-partidária antes de 1964, os anos 1970 foram aqueles nos quais a cidade teve, como governantes, três personagens sem atuação política no período anterior à implantação do regime autoritário, os quais, após ingressarem em postos de interventoria, foram novamente conduzidos ao posto de chefe do Executivo por meio do voto. Ou seja, nos anos 1970, Nova Iguaçu foi governada por três prefeitos que compunham o campo político ao lado do governo, eleitos após atuarem como interventores na cidade (é o caso de Joaquim de Freitas e Ruy de Queiroz) ou em um município vizinho (situação de Lubanco, ex-interventor em São João do Meriti).

Os projetos políticos para o Executivo tiveram que se adequar a essa realidade. Se, na segunda metade dos anos 1960, os projetos ainda eram favoráveis à oposição ao regime, revestida de aspectos formalmente democráticos, nos anos 1970, viram-se totalmente submetidos ao projeto governista e arenista. Um misto de demandas políticas locais e de interesses mais gerais do regime, reforçado pelas medidas extremamente rígidas contidas

---

<sup>24</sup> BRASIL, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-37-14-marco-1967-364745-norma-pe.html>>.

no aparato legal de exceção como o AI-5, acabou por transformar a vida política na cidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

BATISTA, Allofs Daniel. Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar. In: GARCIA, Graciela; SALES, Jean; SILVA, Lúcia (orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 107-132.

\_\_\_\_\_. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, p. 193-216, jan.-jun. 2011.

BRASIL NUNCA MAIS. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro, 2008.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

---

# Interferência militar e poder familiar em Nilópolis

Luiz Anselmo Bezerra

O autor de um relevante estudo sobre a história recente da Baixada Fluminense considera o caso do município de Nilópolis como sendo o modelo mais bem-acabado de controle político baseado na conjunção de poder militar, poder familiar e contravenção após 1964 (ALVES, 2003, p. 104). De fato, a interferência militar foi fundamental na montagem da estrutura de poder constituída com base nos vínculos de parentesco indireto e na afinidade de interesses econômicos e políticos-eleitorais entre determinados membros de duas famílias de origem libanesa estabelecidas no lugar: os Sessim David e os Abraão David. É preciso, no entanto, termos em mente que não se deve atribuir ao situacionismo dos representantes do poder familiar após o golpe toda a razão para a força e a longevidade do seu esquema local.

## ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS DA INTERFERÊNCIA MILITAR NA POLÍTICA NILOPOLITANA

Uma reconstituição do quadro político nilopolitano anterior ao golpe revela atuação de lideranças que estiveram envolvidas com o processo de emancipação em 1947. Lucas de Andrade Figueira, considerado o principal articulador do processo, ficou conhecido como “libertador de Nilópolis” e passou a explorar o seu prestígio e a exercer ainda mais influência ao se tornar deputado estadual (ARAÚJO, 1964, p. 65).

João Moraes Cardoso Júnior, o primeiro prefeito eleito, também foi o primeiro vereador distrital por Nilópolis na Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em 1937. Portanto, na época da emancipação, ele já contava com

experiência na carreira política e, pelo que se percebe a partir de informações disponíveis acerca de sua atuação, é possível supor também a sua forte influência na localidade, pois se elegeu prefeito mais duas vezes, em 1954 e 1967.

Casos semelhantes ao de Lucas Figueira foram os de dois outros políticos locais, os quais iniciaram a carreira por meio de mandatos no Legislativo municipal e conseguiram se tornar deputados influentes. O primeiro deles foi Egídio Mendonça Thurler, vereador na primeira legislatura, de 1947 a 1950, prefeito entre 1951 e 1955, e deputado por três legislaturas consecutivas pelo (PTB) até se tornar secretário de Viação e Obras Públicas no governo de Badger Silveira em 1962. Jarbas Lopes foi vereador na segunda legislatura, de 1951 a 1954, e tornou-se deputado pelo PSD em 1958, depois ocupou um cargo importante na antiga Companhia de Transportes da Baía da Guanabara, no mesmo governo de Badger Silveira. Ambos foram chefes de seus partidos em Nilópolis durante a existência do antigo estado do Rio.

A concepção acerca da atividade político-partidária no lugar, que costumeiramente aparece em relatos referentes ao período anterior ao golpe, estabelece uma atitude de condenação moral às correntes práticas de corrupção eleitoral e de intercâmbio de favores, dando a entender que seriam traços característicos de uma cultura política da região, marcada também pela “pistolagem”.

Miranda, antigo morador que veio ainda menino para Nilópolis nos anos 1940, discorre com indignação sobre a forma fraudulenta como os processos eleitorais transcorriam na localidade no período anterior ao golpe. O tom de sua fala talvez seja justificado pela ideia de que os aspectos considerados negativos da prática política venham sendo, ao longo do tempo, mantidos e reforçados pelas lideranças partidárias que se sucedem. Ele recorda uma tática ilegal de campanha utilizada em benefício de um dos políticos que já mencionamos e de um vereador conhecido na época:

[...] Egídio Mendonça Thurler foi o grande líder do PTB em Nilópolis. Esse camarada, logo quando chegou aqui, trabalhava na cancela [era fiscal de barreira] que tinha entre Nilópolis e Anchieta. Tinha cancela dos dois lados, porque lá era o estado da Guanabara, era Distrito Federal, e aqui era estado do Rio. Ele trabalhava ali e se elegeu vereador em Nilópolis trazendo gente de fora. Antigamente buscavam pessoas, isso trazia voto. Tinha vereador, como o Jerônimo, que morava na Piedade, ele transferia de lá 400, 300 votos e se elegia aqui. Egídio trazia caminhões de Porciúncula com gente pra votar em Nilópolis, e se elegia vereador. Tinha gente que trazia de favela do Rio de Janeiro 200, 300 pessoas, pra votar aqui naquela época. [...] Havia realmente

muita corrupção em campanha (Entrevista concedida por Miranda ao autor da pesquisa, jan. 2009).

Incluindo a eleição para a segunda legislatura municipal (1951-54), Jerônimo Moreira da Rocha exerceu o mandato de vereador por três vezes consecutivas (ARAÚJO, 1964, p. 11-12). A prática em larga escala do transporte de eleitores, para além de ser indicativa do alto grau de corrupção existente na época, aponta também para a ideia de que os deputados influentes em Nilópolis até 1960 não tinham a sua votação totalmente concentrada no município.

Havendo, portanto, lideranças articuladas de tal forma para o controle do eleitorado, supõe-se que a ascensão de políticos concorrentes fosse algo bastante difícil. No entanto, em 1962, um membro da família Sessim, o doutor Jorge David, conseguiu se eleger deputado estadual no antigo estado do Rio pela UDN), um partido sem grande representação em Nilópolis.<sup>1</sup> A profissão de médico teria favorecido seu ingresso na carreira política, na medida em que conquistou popularidade trabalhando em uma região que apresentava enorme precariedade nos serviços de saúde, e isso em associação com um estilo de fazer política baseado no intercâmbio de favores – “atendendo as pessoas sem cobrar”.

Contudo, até os primeiros desdobramentos do golpe de 1964, no poder local, não se tinha uma concepção acerca das famílias Sessim e Abraão enquanto elos de um grupo político, o que se tornou facilmente perceptível dos anos 1970 em diante. A identificação dos Sessim com as forças apoiadoras da ditadura constitui a base para a construção de uma visão que atribui à família a força de um grupo político em ascensão.

O marco inicial da intervenção militar em Nilópolis se deu com a cassação, ainda em 1964, do prefeito Eracydes Lima de Carvalho, que embora não tivesse tendência política esquerdista, como recorda um dos colaboradores dessa pesquisa, se viu obrigado a deixar o cargo. Com isso, João Batista da Silva, o então procurador geral de Nilópolis, ocupou a vaga, ficando à frente da prefeitura entre 1964 e 1966. Até o fim do mandato, em 1967, assumiram o vice Zélio Sabino Barbosa e, ainda em 1966, o interventor Francisco Gonçalves Filgueiras.

Não dispomos de mais informações institucionais acerca dessas substituições no principal cargo do Executivo municipal, de modo que não temos como tirar conclusões a respeito de possíveis interferências dos po-

---

<sup>1</sup> O breve perfil que Raimundo Araújo (1964) apresenta em seu livro para cada uma das “figuras” políticas que atuaram em Nilópolis entre a emancipação e o golpe de 1964 leva a crer que havia uma representatividade menor na localidade de políticos ligados à UDN frente a políticos de outros partidos, como o PTB, o PSD e mesmo o Partido Trabalhista Nacional (PTN), do deputado Lucas de Andrade Figueira.

líticos identificados com as forças do golpe (TORRES, 2004, p. 170). No entanto, entrevistando antigos moradores do município, observamos relatos de situações a partir das quais eles constroem uma memória que relaciona a ascensão política das lideranças da família Sessim – antes mesmo dos representantes do ramo dos Abraão – aos desdobramentos da interferência militar.

Retomando o depoimento de Miranda, em um dado momento de sua entrevista, após falar da influência das antigas lideranças políticas da localidade, ele comenta:

A família deles [dos Sessim David] só começou a ter ascensão depois que os políticos de antes foram cassados. Quando veio a revolução, cassaram o Lucas Figueira, o Jarbas Lopes, que na época, acho que era presidente das Barcas; ele foi nomeado, era do PSD. E o Egídio Mendonça Thurler era do PTB de João Goulart, chegou a ser o primeiro secretário de governo que teve o estado do Rio, sendo de Nilópolis; depois, o segundo secretário de governo do Rio, também de Nilópolis, foi Gouveia Filho, secretário do Brizola. Mas o primeiro que existiu, de Nilópolis, foi Egídio Mendonça Thurler, que era do PTB, secretário de Obras no governo do irmão do Roberto Silveira, Badger Silveira. Então, depois que esse pessoal foi cassado, é que houve a ascensão política deles (Entrevista concedida por Miranda ao autor da pesquisa, jan. 2009).

Fica evidente o impacto que a “operação limpeza”, mediante cassações, teve em Nilópolis, ao afastar do cenário político os representantes do Legislativo estadual que tinham, na localidade, um importante reduto eleitoral. Lembrando que a capital do antigo estado do Rio era Niterói, compreende-se a projeção que esses políticos alcançaram em vista dos cargos que ocuparam em setores estratégicos de governo. Portanto, reduziu-se consideravelmente a concorrência para os situacionistas.

Outras duas visões que serão apresentadas sobre a ascensão política das famílias Sessim e Abraão têm a ver com a atuação de seus principais representantes enquanto colaboradores dos militares na perseguição aos inimigos políticos do regime.

Na entrevista concedida por Machado, professor aposentado que trabalhou na rede pública de ensino na Baixada Fluminense durante os anos 1960 e 1970, ele atribui o papel de delatores a figuras como o então deputado estadual Jorge David, o professor Simão Sessim, irmão do deputado, e o professor Rui Queiroz, filho da proprietária do Colégio Anacleto de Queiroz, que funcionou em Nilópolis de meados da década de 1940 até os anos

1990. Machado inicia a fala a partir de um esforço de memória para remontar o quadro político da época:

Veja bem, essa minha visão é “uma” visão, e sendo particular, pessoal, deve ser unilateral, sei lá... Mas vamos ver o que acontece em 64. Nilópolis sempre foi um município da Baixada Fluminense de situação, vamos chamar assim. Vou rotular, tudo bem? Nunca foi de oposição. Nilópolis sempre esteve com o poder, sobretudo com o poder militar, com o poder daqueles “anos de chumbo” que nós vivemos. De 64 pra cá, saíram de Nilópolis vários interventores, que até nem eram pessoas muito bem preparadas pra isso, estavam muito longe disso. Na realidade, foram oportunistas que serviram naquele momento aos interesses, inclusive, ao poder que foi instituído, que se impôs à população de uma maneira geral. Então, você tem em Nilópolis aquele núcleo que girava em torno do Simão Sessim, do Anísio. E o Anísio nem muito, porque ele sempre foi envolvido com banca de bicho, esse tipo de coisa. Então, ele era uma figura que quase não saía... Contraventor era uma figura que só saía de noite, senão a polícia pegava e achacava. Hoje, não! Eles namoram modelos, tomam chá com o presidente, aparecem em carros alegóricos... Eles usaram a escola de samba até pra poder sair daquela forma de clandestinidade em que viviam. Mas o Simão Sessim, o Jorge David, o Rui Queiroz... A família do Rui Queiroz foi envolvida com isso, tanto que ele foi interventor em Nova Iguaçu, eles eram muito ligados ao pessoal dos órgãos de repressão, ao DOPS, ao serviço de informação do Exército ali da Vila Militar. Essa gente toda era ligada. [...] Eles eram “dedos-duros”. A gente chama assim porque eles eram pessoas que começaram a apontar e “fazer cartório” de quem era comunista e quem não era (Entrevista concedida por Machado ao autor da pesquisa, jan. 2007).

Pelo retrospecto feito aqui do momento anterior mais próximo do golpe de 1964, é possível assinalar que as principais lideranças locais estavam vinculadas ao então governador do antigo estado do Rio, o trabalhista Badger Silveira. Com a mudança política, a tendência foi a projeção de políticos que se identificavam com as forças do golpe ou que procuraram se alinhar de forma “oportunista” a elas. Tanto que, para Machado e para Miranda, foi a partir daí que surgiram os sinais da formação de um núcleo de poder em Nilópolis articulado pelos membros da família Sessim, enquanto colaboradores do regime. E cabe uma observação, considerando o próprio relato de Machado, quando ele faz menção ao envolvimento de Anísio

com esse núcleo: a fragilidade financeira de uma organização de natureza clandestina, que ainda se encontrava em vias de estruturação no momento posterior ao golpe, deixava o contraventor sob a dependência da proteção oferecida pelos Sessim, por meio de status profissional e influência política decorrente do apoio às forças do golpe de 1964.

Ao que tudo indica, a adesão dos Sessim ao situacionismo se deu sem a necessidade de qualquer imposição, eles foram partidários de primeira hora do regime militar. Alves (2003, p. 104) nota, inclusive, a proximidade do deputado Jorge David com a autoridade militar responsável pelas articulações que levaram às principais ações nos municípios da Baixada durante a interferência militar, o comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército, o capitão José Ribamar Zamith, da Vila Militar, em Deodoro.

No que se refere à atuação do então deputado Jorge David como colaborador dos militares nos assuntos políticos relativos ao município, Pedro, outro morador entrevistado para a pesquisa, relata uma situação que vivenciou na condição de militante estudantil:

Bom, quando fazíamos aqui o científico, foi fundada a Associação Municipal dos Estudantes Secundários de Nilópolis. E a associação tinha uma atuação bastante razoável porque ela discutia política. Havia uma articulação com a UNE e, então, os estudantes aqui ficavam sempre atualizados com a questão política. Nós podemos dizer que foi um período em que se lia muito, e se procurava se atualizar em relação à questão política, a questão social. [...] Então, a associação atuou nesse sentido, quer dizer, havia eleições, tudo direitinho, era um processo democrático interessante. Mas quando houve o golpe militar, a associação foi perseguida. Foi fechada! No princípio, se não me engano, houve uma intervenção. E o estudante que entrou como interventor, a primeira declaração dele que saiu no jornal local, "A voz dos municípios fluminenses", dizia que a associação, dali pra diante, teria um caráter recreativo e cultural, no sentido de esportes, essa coisa, mas que associação de estudante não era pra ficar discutindo política... [...] Quando houve intervenção aqui, à frente disso estava o doutor Jorge David. E ele [o estudante], me parece que era ligado ao doutor Jorge David ou ficou ligado... Ele, então, tinha um pensamento mais à direita também. Então, as coisas se fundiram. A primeira declaração dele foi aquela, e realmente ali a associação se acabou. [...] O doutor Jorge David já era deputado estadual. Naquela época, o estado do Rio era um estado, e a Guanabara era outro. Então, ele era de Niterói, deputado, e ficava lá na Assembleia de Niterói. Com a intervenção na associação, o então presidente

da associação que tentou resistir. Embora o presidente fosse uma pessoa muito querida entre os estudantes, ele não era propriamente, digamos assim, um estudante de esquerda. Havia, na associação, realmente, outros grupos que se reuniam à parte. Havia cursos de formação, havia todo um aprendizado no marxismo. Alguns grupos, mas não o presidente. O presidente não participava desse tipo de discussão. A questão política era discutida, mas ele não chegava a ponto de um alinhamento ideológico, vamos dizer, marxista. Enquanto que outros estudantes, no grupo que eu estava, fizeram toda uma formação nessa área. E ele, quando houve a intervenção, foi preso, apanhou, foi pra delegacia aqui, depois ia ser remetido lá para o Exército... E ele recebeu lá muita pancada na delegacia, ele apanhou muito! E a gente não tinha muito o que fazer. Então, a gente recorreu a um advogado na época que era alinhado com o nosso grupo, que era o doutor J. C., que procurou aliviar... E ele acabou sendo solto, porque não representava assim um perigo. Era um estudante que presidia a associação, mas não tinha nenhuma conotação maior que representasse um perigo aí para os golpistas. Como eles estavam prendendo todo mundo, então quer dizer, ele foi (Entrevista concedida por Pedro ao autor da pesquisa, set. 2009).

Primeiramente, entende-se que havia uma iniciativa para organização dos estudantes no município antes do golpe e, embora estivessem distantes do centro do Rio e de Niterói, eles dispunham de um canal de contato com a União Nacional dos Estudantes (UNE) que, juntamente com o investimento em formação por parte de alguns membros da associação criada em Nilópolis, mantinha-os atualizados em relação ao debate das questões estudantis e de caráter político mais amplo. Assim, até a ideia de uma localidade isolada, sem movimentação política dos jovens, deve ser compreendida como uma construção decorrente das relações de poder que passaram a prevalecer após o golpe.

A perseguição que se abateu sobre a associação, com a mudança de direção, se desenvolveu em etapas para promover um esvaziamento político da mesma. O então deputado Jorge David aparece como o principal articulador da pressão contra a organização estudantil e teria mostrado habilidade ao adotar primeiramente uma estratégia de cooptação de uma liderança dos estudantes afinada com o seu perfil político. A proposta para que a associação assumisse um caráter esportivo e cultural mostrava, para o entrevistado, a intenção de enquadrar a militância dos estudantes. Esse novo papel atribuído à associação condizia com as atividades às quais o de-

putado estava ligado, pois, desde a juventude, envolveu-se com associações esportivas, tanto que chegou a ter um programa transmitido por alto-falante chamado “Nilópolis Esportivo”, entre os anos 1942 e 1952. Também foi fundador do time de futebol de várzea, Central de Nilópolis, atuou como médico do Esporte Clube de Nova Cidade e da Seleção de Nilópolis, chegando a ser médico do time de coração do falecido contraventor Castor de Andrade, o Bangu Atlético Clube, campeão carioca de 1966 (FREITAS, 2000).

O entrevistado ressalta diferenças de posicionamento entre os membros da associação, e isso teria sido explorado na intervenção articulada pelo deputado, certamente na tentativa de conferir algum tipo de legitimidade à sua ação. Contudo, diante da resistência dos estudantes contrários à intervenção, partiu-se para a intimidação violenta, que resultou no fechamento da associação. Mesmo que o antigo presidente tenha sido liberado após ser preso e se tornar vítima de agressões físicas, sua punição provavelmente passou a ser concebida como exemplo do que poderia acontecer com outros tipos de insubordinação aos colaboradores do regime militar na localidade.

O fato de Nilópolis ter sido sempre um município de menor expressão em relação ao de Nova Iguaçu fez com que muitos dos professores da região atuantes no hoje chamado ensino médio procurassem trilhar as suas carreiras em escolas iguaçuanas. Segundo informações obtidas junto a Machado, houve um grupo de professores de Nilópolis que tinha muitas afinidades profissionais e políticas entre si; desse grupo fizeram parte Simão Sessim, que foi diretor do Colégio Estadual Aydano de Almeida, em Nilópolis; Armando Arosa, um dos antigos proprietários do Colégio Olindense, localizado no bairro de Olinda, também em Nilópolis, e o professor Rui Queiroz cuja família era dona do Colégio Anacleto de Queiroz, como foi dito anteriormente. Machado conta que Rui Queiroz foi o primeiro do grupo a ingressar como professor no Instituto Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, importante centro de formação de professores, que hoje funciona ao lado da sede da Coordenadoria da Secretaria de Educação do Estado, responsável por parte dos municípios da Baixada.

Filiado à UDN entre 1962 e 1965, Simão Sessim tornou-se membro do partido da situação logo que passou a vigorar o bipartidarismo.<sup>2</sup> Em relação à sua projeção profissional, pode-se supor que o cargo de deputado de seu irmão Jorge David, pelo antigo estado do Rio, tenha influenciado para que Simão Sessim assumisse, entre 1964 e 1969, a direção do Instituto

---

<sup>2</sup> PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Simão Sessim – PP / RJ. (biografia, mandatos eletivos, filiações partidárias, atividades partidárias, atividades profissionais e cargos públicos, estudos e graus universitários, atividades parlamentares, condecorações, obras publicadas, missões oficiais. Documento produzido em 17/11/2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

de Educação Rangel Pestana. Para assumir a direção de escolas estaduais geralmente é necessário um tipo de mediação política e, naquele momento, ainda não havia acontecido a fusão dos dois estados, o que conferia a Jorge David um poder de interferência maior nos assuntos da Baixada.

Em 1969, Simão assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu na qual ficou até 1970, deixando o cargo para subir à posição de chefe do gabinete municipal de Nova Iguaçu. Foi justamente nesse período que o professor Rui Queiroz esteve à frente do governo municipal como interventor. Queiroz e Simão eram amigos com afinidades profissionais e políticas. Desse modo, podemos compreender a afirmação de Machado quando disse que “saíram vários interventores de Nilópolis”. Além dos dois que passaram pelo governo do município, o nilopolitano Rui Queiroz, afinado com as autoridades militares, alcançou grande projeção política em Nova Iguaçu.

Por conta do início de sua carreira profissional, entendemos o porquê de Simão Sessim se vincular, como deputado, aos “favores” na área de Educação. Professores da rede estadual em Nilópolis comentam que, em certo tempo, era comum que profissionais da rede solicitassem interferência do deputado para agilizar transferências entre unidades escolares e para obter licenças ou recomendações para cargos de direção.

Um episódio da política nilopolitana ocorrido em 1970 pode ser tomado como marco da conjunção de interesses entre o ramo dos Sessim e o ramo dos Abraão. Trata-se do processo de impeachment do prefeito João Cardoso, político influente na localidade que havia sido eleito para o cargo pela terceira vez em 1967. Naquele momento, dois representantes das famílias exerciam mandatos políticos pela Aliança Renovadora Nacional (Arena): Jorge David, no Legislativo estadual, e Miguel Abraão, o irmão mais velho de Anísio Abraão David, no Legislativo municipal. Uma edição do jornal *Correio da Manhã*, comentada no estudo de Alves (2003, p. 104), noticiou o afastamento de João Cardoso em abril de 1970. O fato se deu mediante votação da Câmara Municipal, sustentada pela acusação de que o prefeito teria praticado “atos lesivos ao erário da municipalidade”. O trecho da reportagem diz:

Por 14 votos contra 3, a Câmara de Vereadores de Nilópolis decidiu, na madrugada de ontem, pelo impeachment do prefeito João Cardoso, acusado pelo promotor da Comarca, Sr. Hugo Gonçalves Roma, de praticar atos lesivos ao erário da municipalidade. [...] A denúncia está fundamentada no excesso de funcionários que recebiam sem trabalhar e aponta o filho do prefeito, Roberto de Moraes Cardoso, como um funcionário que acumulava cargos na secretaria de finanças no gabinete

do próprio prefeito e na superintendência de serviços externos da prefeitura. Do documento consta ainda que ele, usando material da municipalidade e mão de obra de servidores, construiu um prédio na Rua Lúcio Tavares. O ex-funcionário Anísio Abraão David, irmão do 1º Secretário da Câmara, Miguel Abraão, e primo do deputado Jorge David, presidente do Diretório da Arena local, declarou, no depoimento, que sempre recebeu da prefeitura sem trabalhar, fato que também ocorria com cem outros servidores. Já o vereador Antonio Porto, compadre do prefeito, renunciou à comissão especial para a qual foi indicado, alegando que “muita gente recebeu dois pagamentos” inclusive o chefe da divisão administrativa, arrolado como testemunha no processo, “também deveria ser punido” (“Nilópolis afasta prefeito Cardoso”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1970, p. 10).

A informação de que a votação pelo afastamento do prefeito aconteceu na madrugada leva-nos a crer na existência de uma ação conspiratória. A indicação de que a denúncia foi encaminhada através de um agente da Justiça, envolvendo testemunhas e o apoio de políticos, sugere a existência de uma ação bem articulada. Não cabe aqui nos preocuparmos com a comprovação das denúncias, mas apenas assinalarmos que o desvio de dinheiro público, a contratação de funcionários fantasmas (empregando familiares) e o uso de bens públicos em prol de interesses particulares eram práticas que aconteciam mediante o controle das principais fontes de recursos da esfera municipal. Daí o empenho dos Sessim, em conjunto com os Abraão, para distanciarem do cenário político os concorrentes não afastados pela interferência militar.

A declaração de Anísio Abraão David, admitindo receber salários sem trabalhar quando estava empregado na prefeitura, pode parecer estranha. No entanto, a sua motivação para depor contra o prefeito, assumindo participação no esquema, pode ser pensada como decorrente de um simples descontentamento com uma possível demissão ou como resultado das garantias oferecidas por políticos da sua família, tendo em vista os riscos que correria ao confirmar uma das acusações contra João Cardoso. Acreditamos que a segunda possibilidade, sem desconsiderar a primeira, tenha sido a verdadeira motivação, em função da conjunção de interesses entre os Sessim e os Abraão. A fala atribuída a um dos aliados do prefeito aponta para o envolvimento de outra testemunha que teria sido beneficiária do esquema. Essa talvez estivesse ao lado do grupo emergente que, logo depois do ocorrido, passaria a contar com aliados à frente do principal cargo do Executivo, como foi o caso do emedebista Gilberto Rodrigues – suas relações

peçoais com o poder familiar se sobrepuseram à questão partidária – e do interventor estadual Reinaldo Doyle Maia. Tanto foi assim que o professor e advogado Simão Sessim tornou-se procurador-geral de Nilópolis exatamente nesse momento, entre 1971 e 1972, como informa seu perfil no Portal da Câmara dos Deputados. Ele deve ter se afastado do cargo para lançar sua candidatura a prefeito nas eleições de 1972.

Até aqui, destacou-se basicamente a projeção de um dos ramos do poder familiar em Nilópolis; asseguramos que isso aconteceu sem envolvimento direto dos Sessim na exploração de atividades relacionadas ao jogo do bicho. Foram representantes dos Abraão que despontaram nesse ramo de negócios ilícitos. Anísio Abraão David, conforme a entrevista citada, integrou um plano secundário em relação às decisões do núcleo do esquema familiar. A sua ascensão como chefe do jogo do bicho está diretamente ligada à obtenção de garantias de imunidade frente ao aparato policial por conta dos vínculos de parte dos Sessim com as autoridades militares.

Nesse texto, não pretendemos discutir em detalhes a trajetória de Anísio Abraão David na contravenção, algo que tentamos fazer no estudo *A família Beija-Flor* contando com fontes jornalísticas e elementos da memória subterrânea dos antigos moradores do município de Nilópolis (BEZERRA, 2010, p. 31-46). Basta apenas destacar que a maior concentração do jogo do bicho na Baixada Fluminense foi resultado de um processo inseparável da interferência militar na região, consolidando o poder de uma organização que se fortaleceu também por meio da colaboração de ex-agentes da repressão. Esse aspecto especial do braço armado da organização do jogo do bicho foi muito bem discutido em recente reportagem investigativa dos jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara – “Todos os homens de Anísio / Um torturador do DOI-CODI na Beija-Flor. Especial: Nos porões da contravenção”, *O Globo*, País, Rio de Janeiro, 7 out. 2013, p. 6-7).

As articulações entre políticos e agentes da contravenção em Nilópolis começaram a se desenvolver antes que houvesse um relacionamento institucional entre jogo do bicho e escola de samba, o que confirma a ideia de que o primeiro seria só um reduto eleitoral considerável (CHINELLI; SILVA, 2004, p. 208). Com base em conversas informais com antigos moradores de Nilópolis e nas informações da investigação realizada pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) em 1976<sup>3</sup>, é possível inferir

---

<sup>3</sup> Informações significativas foram obtidas em consulta à pasta temática “Jogo do bicho e tráfico de tóxicos em Nilópolis (1976)”, disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, localizada no fundo Polícias Políticas; Setor: Secreto; pasta 156; folhas 437 a 458. Informações diretas sobre os mecanismos que explicam as articulações de políticos, das organizações do jogo do bicho e da polícia são de difícil acesso. Para o caso de Nilópolis, porém, existem documentos oficiais que asseguram a interferência do poder familiar na polícia local a partir da ditadura civil-militar como fator da expansão dos negócios do contraventor Abraão David. Um levantamento de informações realizado pelo extinto DGIE, órgão que substituiu

que a candidatura de Simão Sessim à Prefeitura de Nilópolis, em 1972, contou com o suporte financeiro do jogo do bicho. No que diz respeito à eleição de Miguel Abraão para vereador em 1968, não dispomos de nenhum dado que confirme a relação.

## **A BEIJA-FLOR DE NILÓPOLIS NA PROPAGANDA DA DITADURA CIVIL-MILITAR**

O fortalecimento da organização do jogo do bicho chefiada por Anísio Abraão David permitiu que ele investisse em diversas atividades, ampliando, assim, a sua influência social. Além da transferência direta de recursos financeiros para a campanha política de parentes, o fortalecimento da organização chefiada por ele permitiu que o banqueiro do bicho criasse uma fama de benfeitor, gradativamente ampliada e convertida em apoio político para seus parentes e aliados. Em sua entrevista, Miranda destaca o grande êxito de Anísio Abraão David:

Essa coisa de favores, sempre foi mais político que fez. A figura do bicheiro bom, de fazer favores, apareceu com Natal [da Portela]. Ele tinha o costume de construir barraco quando o pessoal precisava, de comprar material pro cara construir, ajudar orfanato... O Natal criou esse paternalismo, ele tinha isso, e você não ouvia falar de ninguém mais! Depois é que se ouviu falar: "Turcão faz isso"; "fulano de tal faz aquilo"... E aqui, o Anísio criou esse modelo de paternalismo, ajudou muito a família a evoluir politicamente. O Anísio é um dos grandes responsáveis pela ascensão política da própria família (Entrevista concedida por Miranda ao autor da pesquisa, jan. 2009).

É certo que as operações do jogo do bicho em Nilópolis rendiam bons dividendos aos pequenos banqueiros envolvidos no negócio antes da ascensão de Anísio Abraão David. Todavia, não há indicações de que tais banqueiros tenham cultivado fama de benfeitores da população pobre na localidade, o que não quer dizer que isso não fizesse parte de seus horizontes. A capacidade dos chefes da contravenção em oferecer ajuda pessoal

---

o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) logo após a fusão dos estados do Rio e da Guanabara, apontava uma série de indícios nesse sentido. A motivação do trabalho dos investigadores era averiguar o nível de relacionamento do então prefeito Simão Sessim com Anísio Abraão David. O DGIE atuou de maneira sistemática no monitoramento de assuntos variados na Baixada Fluminense entre os anos de 1975 e 1982. Investigavam-se as atividades consideradas subversivas, os ilícitos nas administrações municipais, as atividades político-partidárias legais, as manifestações da imprensa local e as atividades do clero, além da contravenção.

no âmbito de sua área de atuação, assim como patrocínio para atividades comunitárias, foi estratégica na organização das atividades do jogo do bicho na ilegalidade (CHINELLI; SILVA, 2004, p. 220-221).

Embora fosse uma escola de samba desconhecida da Baixada Fluminense, desfilando no segundo grupo, a Beija-Flor provavelmente era o único meio utilizado pelos banqueiros do jogo do bicho para conquistar uma projeção pública que resultasse na aceitação do seu relacionamento com os políticos.

De qualquer maneira, é importante compreender que o situacionismo político não conseguiu tão facilmente garantir a legitimidade do esquema político de base local que se consolidava apoiado na contravenção. Mesmo conquistando certa estabilidade nos seus empreendimentos, o domínio de Anísio Abraão David nunca foi inabalável. Ele esteve preso em 1972 por militares da Aeronáutica (“Anísio confirma: houve o almoço com policiais antes do sequestro”, *O Globo*, Grande Rio, Rio de Janeiro, 8 fev. 1981, p. 4). Além disso, o relatório mencionado anteriormente, da investigação do DGIE realizada em 1976, mostra que o envolvimento dos políticos do ramo dos Sessim com um parente contraventor preocupava as autoridades da ditadura, mesmo que tais indivíduos fossem aliados de primeira hora dos militares.

Sendo assim, os mecanismos que deram sustentação à rede responsável até hoje pela articulação das relações entre políticos e contraventores se consolidaram a partir do envolvimento dos banqueiros do jogo do bicho ligados ao ramo dos Abraão David com a escola de samba Beija-Flor. Isto fez com que a agremiação passasse a operar como “espaço de mediação entre o jogo do bicho e a ordem político-institucional” (CHINELLI; SILVA, 2004, p. 208), na medida em que Nélson Abraão, irmão de Anísio, assumiu a diretoria ocupando o cargo de presidente administrativo<sup>4</sup>.

Quando Nélson Abraão passou a desempenhar a mencionada função na Beija-Flor, alcançada mediante um processo eleitoral interno realizado em 1972, a preparação para o carnaval do ano seguinte orientou-se para a definição de um enredo vinculado à propaganda oficial das “realizações” do governo militar. Não temos como esclarecer exatamente se a proposta

---

<sup>4</sup> Em relação aos irmãos Anísio e Nélson Abraão, convém esclarecer que sua aproximação com o universo do samba se deve, a princípio, ao fato de terem sido jovens que tomavam parte das opções de lazer de caráter popular existentes no município, antes mesmo de se envolverem com os negócios do jogo do bicho. Anísio, por sua vez, logo que deu os primeiros passos no mundo da contravenção, teve uma rápida passagem pela presidência da escola de samba Beija-Flor, entre 1965 e 1966. Nas condições em que a escola se encontrava naquele momento, para um banqueiro de bicho assumir o status de patrono da mesma não era necessário que fosse tão poderoso, assim, o auxílio financeiro prestado à escola não destoava tanto de outros favores. É bastante provável que o afastamento de Anísio tenha sido motivado pela fragilidade de seu incipiente negócio, o que exigia dele uma dedicação maior.

partiu da própria diretoria da agremiação carnavalesca, controlada pelos agentes da contravenção, ou se resultou de uma orientação dos políticos da família Sessim que, naquele momento, comandavam o diretório local da Arena.

Em artigo que investigou a associação da Beija-Flor com a ditadura civil-militar, evidenciada na série de três enredos considerados ufanistas ou de exaltação do regime, Adriano de Freixo e Edmundo Tavares (2005, p. 135) analisam o processo de desdobramento lógico da presença, na diretoria da escola, dos agentes da contravenção originários do ramo dos Abraão que compunham o poder familiar em Nilópolis junto com os Sessim.

Nos anos do “milagre”, houve um investimento maciço por parte da ditadura em propaganda de tom ufanista. Nesse sentido, a transformação de associações como escolas de samba em canais de divulgação para o projeto político-ideológico do regime cumpriu um papel na estratégia de ampliação de sua influência junto aos setores populares.

Como explicam Mendonça e Fontes (1994, p. 52), entre 1968 e 1974, os múltiplos instrumentos de legitimação do regime militar calcaram-se no binômio “segurança nacional/desenvolvimento”. Portanto, houve uma tendência para o condicionamento da legitimidade do governo ao seu grau de eficiência econômica e financeira.

Analisando a letra do samba-enredo da Beija-Flor para o carnaval de 1973, facilmente identificamos termos-chave cujo sentido oficial correspondia ao discurso que expressava a ideologia do período do “milagre”, a começar pelo título da composição musical do samba, “Educação para o desenvolvimento”.

As menções aos projetos do governo militar na área da educação, como a reforma do ensino e a criação da cidade universitária, destacaram uma iniciativa voltada especificamente para os setores populares. O refrão do samba-enredo trazia versos que faziam referência ao Movimento Brasileiro da Alfabetização criado em 1967: “Uni-duni-tê / Olha o A-B-C / Graças ao MOBREAL / Todos aprendem a ler” (Autores: César das Neves e Darven Valentin).

Como as ações governamentais no campo educacional não estavam dissociadas do caráter autoritário do regime, tanto a contestação de organizações estudantis e de profissionais de educação quanto as políticas implementadas eram duramente reprimidas, até porque tais setores eram bem representativos na oposição mais ampla à ditadura.

Essa foi uma das razões básicas para que setores da imprensa e da intelectualidade contrários ao regime militar manifestassem insatisfação em relação ao tema de enredo apresentado no desfile da então desconhecida Beija-Flor. Contudo, a escola conquistou um vice-campeonato no segundo

grupo, o que lhe deu a chance de desfilar entre as grandes escolas do carnaval carioca no ano seguinte. Em 1974, a Beija-Flor seguiria na mesma linha para a definição de seu enredo, dessa vez, voltado à divulgação de projetos de impacto do governo em infraestrutura: transporte, energia e comunicação. Os versos do samba “Brasil no ano 2000” expressavam a perspectiva otimista associada à ideia de que o país estaria se preparando para ser uma grande potência: “No Brasil do ano dois mil / Quem viver verá / Nossa terra diferente / A ordem do progresso / Empurram o Brasil pra frente” (Autores: Walter de Oliveira e João Rosa).

Para frustração daqueles que confiaram nessa previsão, os primeiros sinais de esgotamento do “milagre” começaram a aparecer por volta de 1973. De acordo com Mendonça e Fontes (1994, p. 52), isso se deu em razão das “contradições internas que o modelo econômico exacerbava e que estavam presentes na sua própria construção” e da inversão da conjuntura internacional marcada pela chamada “crise do petróleo”. Nesse sentido, as autoras argumentam que a redução das elevadas taxas de crescimento econômico, apresentadas desde 1968, foi responsável por retirar a precária base de legitimidade popular que o regime buscou mobilizar.

A partir daí, as tentativas do regime em granjear o apoio popular foram tornando-se cada vez mais inviáveis. A inesperada vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974, por conta do investimento maciço em propaganda feito pelo partido da situação, veio confirmar a insatisfação crescente frente ao regime.

Freixo e Tavares (2005, p. 133-137) colocam em discussão a existência de uma estratégia realmente definida por parte da diretoria da Beija-Flor que intentasse obter vantagens no julgamento dos desfiles pelo simples fato dos enredos apresentados pela escola exaltarem as “realizações” do regime militar.

Lê-se no libreto *Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor Acompanha com Ordem e Progresso o Desenvolvimento do Brasil – O Grande Decênio*, de título bastante sugestivo e elaborado para a promoção do carnaval de 1975, na introdução ao texto da sinopse do enredo, informações que sustentam a referida estratégia:

A escolha do tema-enredo é, quase sempre, nas escolas de samba, motivo para debates acirrados, em alguns casos, até para desentendimentos internos. Isto, entretanto, não ocorre no G. R. E. S. BEIJA-FLOR que, há dois anos consecutivos, entregando o assunto aos cuidados do jornalista e professor Manoel Antônio Barroso apresentou enredos inéditos que, além de muito aplaudidos não apenas pelos “experts” em samba, mas também pelas autoridades e pelo povo em geral, pos-

sibilitaram à escola diferentes colocações nos carnavais de 1973 (vice-campeonato no Grupo II) de 1974 (sétimo colocação no super desfile), vencendo, inclusive, co-irmãs mais experimentadas naquela competição. Para o carnaval de 1975, ainda sob orientação da mesma diretoria, o G. R. E. S. BEIJA-FLOR escolhe, pacificamente, como nos anos anteriores, outro enredo inédito. Ao contrário do que aconteceu no ano passado, quando apresentou um tema sobre o futuro (Brasil Anos Dois Mil), mostrará ao povo, no carnaval de 1975, um enredo falando do presente, isto é, como base no que ocorre atualmente no Brasil. O GRANDE DECÊNIO é o seu título (Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor Acompanha com Ordem e Progresso o Desenvolvimento do Brasil – O Grande Decênio. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Luna, 1975, p. 8).

Com base nas poucas referências verificadas nos testemunhos orais de antigos componentes da agremiação, podemos afirmar que a escolha dos “temas-enredo” havia ficado totalmente a cargo da diretoria a partir do momento em que Nelson Abraão assumiu a presidência da Beija-Flor. O expediente tinha aprovação dos componentes, conforme relata um compositor, e levava em conta a posição delicada dos contraventores que estavam no comando da escola:

Era uma época de perseguição em todos os sentidos, principalmente intelectual. E para quem trabalhava coisas criativas era perigoso, a qualquer momento a gente podia ser prejudicado, e até no desenvolvimento da escola, que estava crescendo. Então, era bom que fizessem enredos que não complicassem o progresso da escola. Eles [contraventores] tinham de ter cuidado com isso por conta lá da vida pessoal deles, que podia ser abalada... Eu não mexia com a vida pessoal das pessoas que estavam ajudando a escola crescer. Havia o patrono, e você podia trazer problema pra quem estava ajudando. Então, eu acho que a escola queria se desenvolver, não queria discutir política governamental com ninguém. Nosso negócio era cultura popular, não era política governamental, ela estava fazendo cultura popular, estava focada nessa manifestação popular (Entrevista concedida por Josiel ao autor da pesquisa, ago. 2005).

Os autores a que nos referimos anteriormente observam justamente essa postura pragmática por parte dos componentes quanto à escolha dos

temas de enredo. Quanto ao sucesso da estratégia planejada pela cúpula da Beija-Flor, Freixo e Tavares (2005, p. 137) consideram-na limitada em vista dos modestos sétimos lugares conquistados no desfile de primeiro grupo nos carnavais de 1974 e de 1975. Além disso, os enredos de exaltação teriam servido para atribuir à Beija-Flor o rótulo de “escola oficial do regime” e, em consequência disso, a escola conquistou a antipatia de setores da intelectualidade e da própria mídia em um momento de crescente contestação ao poder dos militares. Em razão disso, cabe mencionar que o carnavalesco Joãozinho Trinta tornou-se alvo de duras críticas, seu trabalho artístico foi reduzido porque associado aos interesses envolvidos no projeto político das famílias governistas, articuladoras da escola de samba.

Portanto, a apresentação do enredo comemorativo dos dez anos do regime consolidou a imagem de “apologista da ditadura” para a Beija-Flor. Como não dispomos de materiais para tratar da performance dos desfiles em questão, a transcrição de alguns trechos da sinopse publicada no livreto de 1975 ajuda-nos a melhor compreender a proposta do enredo, organizada em seis quadros em prol da divulgação das “realizações” do governo: a) Transportes (marinha mercante, rodovias e ferrovias); b) Indústria e Comércio; c) Economia e Finanças; d) Trabalho; e) Educação e Cultura; f) Ciência e Tecnologia. Vamos apenas destacar as passagens que se referem aos projetos de impacto mencionados na letra do samba-enredo:

QUADRO “D”. TRABALHO. O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM E POSSIBILITA, SOBREMANEIRA, O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO. Na área do trabalho, nosso desenvolvimento não é menos admirável. Graças a uma sadia orientação implantada entre nós, o problema do desemprego foi desaparecendo, aos poucos, e hoje já não mais existe. As mesmo tempo o trabalhador se tornou mais valorizado e teve amparo mais eficiente, através de leis mais humanas. Tudo isso porque só com o trabalho eficaz, teremos produção para o mercado interno e para as exportações. Dentro dessa filosofia, foi criado o FUNRURAL, para amparar o homem do campo, que hoje conta com todos os tipos de assistência, inclusive aposentadoria. O mesmo se dá com os demais trabalhadores que, além de melhor atendimento no INPS – agora realmente capacitado para suas verdadeiras finalidades – foram beneficiados com a criação do BNH que lhes facilita a aquisição de casa própria e com o surgimento do PIS – Plano de Integração Social, que permite ao empregado participar do lucro das empresas. Os funcionários públicos ganharam um órgão similar, que é o PASEP. [...]

QUADRO “E”. EDUCAÇÃO E CULTURA. UMA NAÇÃO SÓ PODE SE DESENVOLVER SE SEU POVO

POSSUIR BOM ÍNDICE CULTURAL. Embora há muito preconizada, a reforma do ensino no Brasil só foi possível depois de 1964. Até então, o ensino universitário era privilégio dos filhos das famílias abastadas. Jovens cujas famílias eram da classe média, dificilmente iam além do ensino médio. Não chegavam aos bancos das universidades que, por sinal, existiam em quantidade bem reduzida. Compreendendo que seu desenvolvimento depende muito da cultura de seu povo, o país deu maior atenção ao problema educacional. Paralelamente com o início da erradicação do analfabetismo e com a criação do MOBRAL e do Projeto Minerva, ampliou-se, enormemente o número de escolas primárias. Surgiram, também, inúmeras escolas de nível médio, bem como numerosas faculdades particulares, oferecendo mais chances para todos [...] O mesmo ocorreu com o ensino profissional, com melhoramentos introduzidos nas escolas do SENAI e do SENAC, e, ainda, em outras instituições de ensino técnico-especializado. [...]. (Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor Acompanha com Ordem e Progresso o Desenvolvimento do Brasil – O Grande Decênio. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Luna, 1975, p. 12-13).

A permanência da Beija-Flor no desfile de primeiro grupo pode ser considerada uma importante conquista, visto que a escola, há um bom tempo, apresentava dificuldades para se organizar. Portanto, gira em torno disso a polêmica acerca de um favorecimento como retribuição às homenagens prestadas ao regime militar.

A entrevista de Machado, um intelectual identificado com setores do samba que se colocam criticamente em relação à projeção da Beija-Flor ao desfile de primeiro grupo, expressa muito bem a sustentação do favorecimento em função da questão política:

[...] Eu sempre achei que a projeção da Escola de Samba Beija-Flor para o desfile de primeiro grupo esteve muito ligada a essa influência política, de maneira direta ou indireta. Naquela época, num momento logo posterior à situação do golpe, você vai ter a criação de dois partidos apenas: Arena e MDB. Arena representando a situação e MDB como uma força de oposição. E aí, em Nilópolis, a ARENA sempre venceu, e não tinha oposição porque não se criava em Nilópolis. Eles [os representantes do poder familiar] sempre estiveram muito de perto em relação a isso. E a Beija-Flor ascendeu ao grupo especial graças a essa situação. Porque, quando houve a fusão do estado do Rio com o da Guanabara,

a Beija-Flor não tinha expressão, nunca teve, e naquela época menos ainda. Não tinha expressão para ser a escola de samba do grupo especial, porque era uma escola desconhecida da Baixada Fluminense, de um município desconhecido chamado Nilópolis... Sob a fusão do antigo estado do Rio – que tinha como capital Niterói – e do estado da Guanabara, quem deveria representar o antigo estado do Rio era uma escola de Niterói, até muito mais antiga que a Beija-Flor, que era a Viradouro. Ou a Cubango poderia ser também, ela é bem mais antiga que a Beija-Flor. No entanto, inexplicavelmente, pegaram uma escola da Baixada, e não pegaram de Nova Iguaçu, que tinha o Leão, mais conhecido que a Beija-Flor. Então, pegaram a escola de Nilópolis e colocaram no desfile de primeiro grupo. [...] Agora, seria o caso, por exemplo, de você me perguntar – o que deve estar passando na sua cabeça: e se o Anísio e a família não estivessem na escola, a Beija-Flor seria a mesma? Eu creio que a Beija-Flor seja o que seja não porque o Anísio e a família estavam na escola, mas eu quero crer que a Beija-Flor seja o que seja porque serviu aos desígnios do projeto do governo militar de 1964. Qualquer pessoa que estivesse à frente, servindo também, estaria no mesmo patamar. Por quê? Para você ter uma ideia, depois [após 75] se tornou muito comum, por exemplo, as quadras serem frequentadas pelo filho do Figueiredo. O Paulo Figueiredo até hoje frequenta a Beija-Flor, ele tem uma ala e vive dessa ala! Acho que a filha do Geisel vinha aí. Os generais vinham, volta e meia estavam aí na quadra. Não que eles não conhecessem as outras escolas, mas não iam a elas. Não me lembro deles em nenhuma outra quadra de escola de escola. Agora, eles vinham muito aqui. Pode ser que isso fosse só em nível de amizade, mas havia gente deles por aqui (Entrevista concedida por Machado ao autor da pesquisa, jan. 2007).

Machado é uma pessoa profundamente envolvida com o mundo do samba, vivenciou tanto escolas sediadas na Baixada Fluminense quanto no subúrbio do Rio, daí a necessidade de atentar para a relevância da perspectiva comparativa na qual se baseia para construir a sua argumentação. De acordo com a reflexão apresentada, no universo carnavalesco, a fusão dos dois estados significava, para uma escola de samba do antigo estado do Rio, originária de um dos municípios mais representativos, a ascensão para o desfile do primeiro grupo. Nesse sentido, o entrevistado indica, em primeiro lugar, os nomes de escolas da capital do antigo estado do Rio, Niterói e, em segundo lugar, uma agremiação de Nova Iguaçu que se julgava, na

época, mais expressiva do que a Beija-Flor. Para Machado, a influência política proporcionada pelas lideranças de Beija-Flor teria compensado a sua falta de “expressão” por ser uma escola “desconhecida”. Daí o tom irônico de sua fala ao dizer que a escola teria sido promovida ao desfile de primeiro grupo de forma inexplicável.

É importante esclarecer que, após a junção dos dois colégios eleitorais, a corrente do MDB que havia se tornado a principal força política em Niterói sob a liderança do senador Amaral Peixoto, apoiada por grupos oriundos do extinto PTB, foi derrotada na disputa interna do partido de oposição travada com a corrente chaguista (DINIZ, 1982, p. 96).

A liderança de Chagas Freitas no MDB não representou efetivamente oposição ao regime, muito pelo contrário, já que a sua indicação para o governo do estado da Guanabara, em 1970, conferiu ao partido o caráter de situacionista no estado (DINIZ, 1982, p. 85). Isso chegou a tal ponto que, em meio aos embates entre as referidas facções do MDB pelo controle do partido após a fusão em 1975, se colocou a possibilidade da transferência de Chagas para a Arena, o que demonstrava como o seu modo de atuação política não era incompatível com as práticas dos políticos arenistas (DINIZ, 1982, p. 93).

Essa reflexão serve de base para compreendermos por que o esquema político de base local controlado pelas famílias Abraão e Sessim se adaptou tão bem à penetração da máquina chaguista no eleitorado dos municípios do antigo estado do Rio após a fusão.

A partir da entrevista, pudemos perceber que havia tanto o interesse dos representantes do poder familiar, no sentido do estreitamento dos laços com os militares e os seus colaboradores, quanto um projeto por parte das autoridades do regime para aumentar a sua influência nos setores populares, por meio de lideranças governistas locais. Desse modo, é preciso tomar cuidado para não desconsiderarmos o papel de alguns atores sociais na medida em que damos ênfase a outros, ou seja, não podemos reduzir a ascensão da Beija-Flor no carnaval carioca ao fato da agremiação ter “servido aos desígnios do projeto do governo militar de 64”, descartando uma série de outros processos.

A apresentação dos enredos de exaltação do regime militar, independente dos ganhos ou das perdas que tenham trazido para a Beija-Flor, confirmou o potencial da escola de samba enquanto agente político e, portanto, fez crescer também seu papel enquanto espaço de mediação entre o jogo do bicho e a ordem político-institucional.

É interessante também observarmos que, para o primeiro carnaval após o advento da fusão, a diretoria da Beija-Flor investiu em uma profunda transformação no modo de concepção e de produção do desfile da escola de

samba. A partir desse momento, o apoio financeiro do jogo do bicho assumiu grandes proporções, dando suporte ao trabalho da equipe de artistas liderada pelo carnavalesco Joãozinho Trinta, contratado para coordenar a produção do desfile do carnaval de 1976. Cabe lembrar que desenvolvemos uma discussão desse processo nos capítulos dois e três do estudo *A família Beija-Flor*; por ora, destaque-se que a mudança relacionada à série de vitórias da Beija-Flor no carnaval das grandes escolas do Rio de Janeiro trouxe uma ampliação extraordinária de sua base social, potencializando o seu papel enquanto instrumento eleitoral.

Com os banqueiros do jogo do bicho à frente da diretoria da Beija-Flor, partidos e máquinas políticas interessados em explorar o reduto eleitoral da escola ficavam obrigados a se relacionar com essas lideranças. E o caso da Beija-Flor tem sua particularidade pelo fato de a agremiação ter se tornado um instrumento político prioritariamente a serviço dos representantes diretos do poder familiar. Esse controle exclusivo é plenamente reconhecido pelos componentes da escola, como se pode compreender pelo comentário de Josiel:

Antes dos políticos da família Abraão, havia outros candidatos que, na época, não eram tão próximos assim, não eram tão chegados, não frequentavam a escola, mas o seu Heitor [último presidente administrativo da Beija-Flor antes de Néelson Abraão] tinha acesso ao deputado Lucas de Andrade Figueira. Sempre houve ligação política, participação dos políticos procurando esses votos. Não era sempre, mas na época de campanha, eles se manifestavam. [...] Os políticos que fizeram da Beija-Flor uma plataforma de votos foram aqueles ligados à família Abraão: o Jorge David e o Simão Sessim. Eles entravam para apanhar esses votos da escola. [...] Se você, sendo componente, dissesse que ia pedir voto pro seu tio que era candidato a deputado, o que fosse... Ali, não! "Ah, mas eu sou componente!". "É componente, mas aqui não é lugar de fazer campanha política, aqui é lugar de samba". "Ah, mas seu fulano veio aí!". "Seu fulano veio aí, mas com autorização da diretoria, e acabou!". Não tinha muita conversa. Você sabe que é uma coisa arriscada ficar discutindo sobre o que não é da sua função. O componente não tinha essa politização toda pra ficar discutindo boato de quem ia ser candidato a vereador... Não tinha essa força toda, e ninguém tinha esse interesse de estar discutindo com a diretoria o apoio político pra quem quer que fosse. E também, a diretoria pedia pra votar naquele candidato, e você votava se quisesse. Muitas vezes, você dizia que votava naqueles que eles pediam, e na hora do voto,

votava em outro. Entendeu? Você não era obrigado a votar em quem eles queriam, podia até dizer que ia votar, mas no dia do voto, votava em quem você queria. Não existia esse cabresto todo que pensam que existia. Podem até pensar que existia, mas não existia. Esse voto de cabresto de todo mundo, maciçamente, votar em alguém que foi mandado. O camarada ter um candidato, e você ter outro: “Não, eu vou votar ali, porque seu cicrano da escola mandou”. Isso aí acontecia na cabeça de alguns, como até hoje acontece, mas não na cabeça de todos. Muitos obedecem e muitos se deixam encabrestar, mas nem todos (Entrevista concedida por Josiel ao autor da pesquisa, ago. 2005).

A partir da diretoria dos Abraão David, a Beija-Flor passou a ser reconhecida como um instrumento político – “uma plataforma de votos” – a serviço de um grupo definido; as relações com a escola deixaram de ser esporádicas e se institucionalizaram. Interessante notar que, quando o depoente se refere aos políticos “da família” Abraão, existe a percepção de que esses e os Sessim não são exatamente do mesmo grupo de parentesco.

Chinelli e Silva (2004; 2008) observam que as escolas de samba tradicionalmente se apresentaram publicamente como associações de natureza apolítica. A diretriz adotada pela diretoria dos Abraão identifica-se dessa maneira, mas o que se percebe, na prática, é o controle da agremiação enquanto espaço político.

O ponto mais importante do relato, contudo, diz respeito ao fato de a agremiação carnavalesca ser um reduto eleitoral, mas que não se constitui pela simples manipulação do pensamento político dos componentes, até porque não haveria um controle absoluto na tentativa de mobilização dos seus votos. Nesse sentido, podemos até considerar que, enquanto componente da escola, o entrevistado está querendo afirmar a sua identidade diante daqueles que poderiam considerar a figura do sambista como alguém alienado politicamente, ou seja, despreocupado com os assuntos sérios da vida em sociedade – ele ressalta que “não existia esse cabresto todo que pensam que existia”.

Se considerarmos que, no contexto das eleições legislativas de 1978, esse mecanismo articulado em torno da Beija-Flor estava operando com êxito, podemos compreender como o poder familiar em Nilópolis entrou em sintonia com a penetração da máquina chaguista no eleitorado dos municípios do antigo estado do Rio.

De acordo com a explicação de Diniz sobre a tática eleitoral do grupo chaguista voltada para tais municípios, compreende-se que, em termos de alianças e composições eleitorais, houve o privilégio daqueles de maior

expressão eleitoral. Assim, Nilópolis não teria se tornado um alvo da expansão chaguista por sua pequena expressão em relação aos demais municípios da região. Como a tática chaguista se baseava no estabelecimento de alianças prioritariamente com políticos “enraizados” nos municípios focados (DINIZ, 1982, p. 73), seria muito difícil que, depois da interferência militar, existissem candidatos mais enraizados em Nilópolis que os representantes diretos e aliados dos Abraão e dos Sessim.

No entanto, o investimento do banqueiro do bicho Anísio Abraão David para as eleições de 1978 foi feito tanto na candidatura de políticos do partido situacionista – foi o caso dos representantes diretos do poder familiar em Nilópolis que se sagraram vitoriosos, Simão Sessim como deputado federal e Jorge David como deputado estadual – quanto de políticos do partido de oposição, vinculados, porém, à corrente chaguista do MDB, o delegado Péricles Gonçalves e o advogado nilopolitano Gilberto Rodrigues.

Em sua análise concernente à ampliação das bases de sustentação da máquina chaguista, após a fusão do antigo estado do Rio com o estado da Guanabara, Eli Diniz percebeu, nas articulações de políticos, das escolas de samba e do jogo do bicho, um traço típico tanto da política carioca quanto da fluminense. Expondo a ligação de alguns parlamentares vinculados a essa corrente política com agremiações carnavalescas, a autora faz referência ao apoio concedido pelos dirigentes da Beija-Flor de Nilópolis à candidatura do então delegado emedebista Péricles Gonçalves para a Câmara Federal. Convém esclarecer que o reduto eleitoral de Gonçalves ficava mais circunscrito ao município de Nova Iguaçu, dessa forma, o apoio concedido à sua candidatura pelo contraventor Anísio Abraão David deve ser pensado muito mais em termos de recursos financeiros e de prestígio em sentido amplo pela associação de Gonçalves com a imagem da então tricampeã do carnaval carioca. Péricles Gonçalves tornou-se um defensor confesso dos interesses da contravenção na Câmara Federal. No caso de Gilberto Rodrigues, tratava-se de um aliado do poder familiar que já era deputado estadual; em Nilópolis, nessa época, era comum a eleição de dois representantes da localidade para o Legislativo estadual.<sup>5</sup>

Desse modo, o investimento político do contraventor nos dois lados não se convertia em divisões na base eleitoral dos candidatos diretos de sua família para as mesmas eleições de 1978. Isso confirma que o esquema de base local montado pelas famílias não foi atingido, em sua formação, pela penetração da máquina chaguista na Baixada a partir da fusão e, ao que parece, também não se integrou efetivamente à rede de clientelas de tal estrutura.

---

<sup>5</sup> NÚCLEO DE MEMÓRIA POLÍTICA CARIOCA E FLUMINENSE. Gilberto Rodrigues. Disponível em: <[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto\\_rodrigues.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto_rodrigues.html)>. Acesso em: 15 jun. 2010.

## O PODER FAMILIAR NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA

No contexto da abertura política, mais precisamente no começo da década de 1980, o “ressurgimento dos movimentos sociais” se manifestou na Baixada Fluminense, especialmente por meio da atuação popular dos setores progressistas da Igreja na organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento relacionado à fundação dos núcleos do Partido dos Trabalhadores (PT) na região. Em Nilópolis, porém, a criação do diretório do PT em 1983, na visão de certos fundadores, não sofreu influência tão grande de membros das CEBs como aconteceu no município de Nova Iguaçu, sede da diocese com a presença marcante de Dom Adriano Hypólito, uma das mais representativas lideranças da chamada “ala progressista” da Igreja Católica.

Contudo, foi o impacto do “fenômeno” Brizola na disputa eleitoral de 1982 que representou a maior ameaça sentida pelo poder familiar em Nilópolis (ALVES, 2003, p. 108). Na visão de Pedro, antigo militante de esquerda da localidade, a força do brizolismo residia, primeiramente, nos muitos remanescentes que acompanharam a trajetória do político desde o início e, por isso, teriam aderido imediatamente à liderança de Leonel Brizola após a sua volta do exílio. Em função disso, haveria também a identificação dos mais jovens, que passaram a simpatizar com o político pela própria influência dos pais, reforçada pelo arrebatamento causado pelos discursos do “carismático” líder do PDT. Segundo Pedro, ele mesmo assistiu às gravações dos discursos de Brizola transmitidas em um telão instalado no centro de Nilópolis, na Praça do Estudante, e percebeu o quanto a fala do líder gerava expectativas e causava comoção entre o público mais jovem (Entrevista concedida por Pedro ao autor da pesquisa, set. 2009).

Por outro lado, são muitas as informações a respeito da forma como o grupo dominante passou a agir na contenção da concorrência política que se acentuou a partir de então. Nas recordações de antigos moradores, os relatos das práticas de fraudes eleitorais sobressaem, alguns deles serão apresentados aqui não para imprimir uma atitude de denúncia a nossa análise, mas para tentar reconstituir situações possíveis no âmbito da disputa eleitoral no município no momento mais forte da onda brizolista, quando houve a projeção de uma candidatura que se colocava como alternativa ao grupo dominante local.

O pedetista Manuel Malaquias era um imigrante nordestino que morava há muitos anos em Nilópolis. Tornou-se uma pessoa conhecida e respeitada na localidade, o que lhe conferiu certa popularidade para que se lançasse na carreira política. Ele trabalhou como secretário do Colégio Olindense, localizado no bairro que dá nome à escola, e quando ingressou

no partido de Brizola, manifestou a pretensão de concorrer ao cargo de prefeito. Em seguida, foi demitido pelo proprietário do Olindense, o professor Armando Arosa, amigo de Simão Sessim e aliado político da família.

As chances de Malaquias tornaram-se expressivas pela sua capacidade de articulação, mas, sobretudo, por conta do voto vinculado; isso beneficiou, de modo geral, as candidaturas do PDT, fortalecidas pela onda brizolista. Moradores de Nilópolis chegam a dizer que qualquer candidato a prefeito pelo PDT no município, em 1982, teria uma larga vantagem diante dos demais candidatos concorrentes. De qualquer modo, há quem defenda que Malaquias só não se sagrou vitorioso em função das fraudes praticadas pelo grupo dominante.

Na entrevista, Pedro narrou um caso interessante que ele presenciou, relativo à manipulação de resultados em um importante posto de apuração das urnas:

Eu estava como delegado do PT numa das eleições que ainda era na base do papel, não era voto eletrônico, e a apuração era feita no clube Ideal de Olinda. E como éramos delegados, nós paramos várias mesas, não só eu como mais outros membros do PT, os fiscais também. E o quê se dava muito? Muitas vezes tinha pessoal da apuração do jogo do bicho na apuração dos votos, contando os votos. Provavelmente eram filiados ao partido da família. E como que era feita a manipulação? Na contagem dos votos. Havia mistura [de cédulas] principalmente para candidatos a prefeito. Então, por exemplo, você passava rápido na contagem e misturava os votos. Vamos dizer assim, do candidato do PDT com candidato do PDS. Então, na hora de totalizar, dava um volume muito grande para o candidato do grupo dominante. Só que ali tinha cédulas do outro, mas como quem estava fazendo aquilo era gente da apuração do jogo do bicho, então, tinha uma velocidade muito grande nas mãos, conseguia misturar as cédulas. Por isso, nós paramos algumas mesas. Comigo, pessoalmente, houve um fato de uma agressividade muito grande, porque eu tinha parado três mesas! E na terceira mesa, quem tava comandando a PM veio na mesa que tinha sido parada – nós estávamos aguardando o juiz determinar à recontagem de votos naquela mesa – e o oficial que tava ali falou a seguinte frase na minha frente: “Olha!” – falando para os subordinados dele, mas para que eu ouvisse – “Se houver uma paralisação de atraso de mesa para recontagem de voto, e na recontagem não aparecer voto de quem pediu a recontagem, não aparecer voto misturado, algema e baixa a porrada!”. Ora, o que significou essa ordem? Do meu partido, não estava

havendo roubo de voto de ninguém, o voto era contado perfeitamente. Nós não tínhamos chance de ganhar. Quem tinha chance de ganhar era o candidato do PDT, Manuel Malaquias, que depois morreu estranhamente e aí até hoje ninguém sabe como ele morreu... Ele ficou doente, e morreu quase que instantaneamente! Alguns dizem que misturaram urina de rato na bebida que ele tava tomando, alguma coisa desse tipo, e ele morreu. Bom, então o Manuel Malaquias tinha uma chance muito grande porque a população, aqui, votou majoritariamente no Brizola, e Malaquias era candidato a prefeito, tava sendo então muito votado. Então, eu percebia sempre essa misturada nos votos dele que estavam sendo tomados como voto do outro. E aí o camarada lá, o oficial da PM, falou aquilo. Eu não tive problema nessa noite porque a apuração terminava muito tarde, e porque um tio desse oficial me conhecia, conhecia a minha família, ele tinha acesso ao reduto lá onde estava a PM, onde ficava o sobrinho dele, ouvia o que eles diziam. Então, esse tio do oficial chegou pra mim e falou: “Olha, na hora da saída, você sai comigo, porque estão preparando uma coisa muito ruim para você. Vamos sair juntos, porque a mim o meu sobrinho não vai fazer nada!”. E aí, quando terminou a apuração, eu saí com ele. [...] Era notório o vínculo do policial. Falava-se que ele, inclusive, tomava conta do jogo do Anísio, não é? Então, várias vezes, ele foi visto lá no casarão do Anísio na rua Mena Barreto, as pessoas o viam indo pra lá e tal (Entrevista concedida por Pedro ao autor da pesquisa, set. 2009).

Fica evidente como, naquele momento, o poder familiar estava estruturado na localidade, pois o relato nos oferece indícios das articulações de políticos, do jogo do bicho e da polícia interferindo de maneira fraudulenta na campanha municipal. Sem falar no provável exercício da compra e venda de votos, algo que se suspeita com muita frequência mesmo nos dias atuais em benefício dos candidatos apoiados pelo contraventor Anísio Abraão.

Em 2009, em uma conversa informal, o colega de magistério de Aluizio, outro antigo morador crítico do poder familiar em Nilópolis, reforçou ainda mais a percepção acerca do clima de corrupção nas eleições municipais em 1982. De acordo com ele, seria tão forte o temor do grupo que sustentava a candidatura de Miguel Abraão, irmão de Anísio, diante da vantagem eleitoral de Malaquias que, não bastassem as usuais ações fraudulentas aplicadas, teria sido “provocado” um acidente com um caminhão que transportava urnas eleitorais. Atravessando o viaduto de Nilópolis, o

motorista do caminhão teria “perdido o controle” e tombado o veículo na avenida Getúlio de Moura, de modo a perder muitas cédulas.

Em relação ao surgimento de potenciais candidatos contrários ao poder familiar em Nilópolis, depois das eleições de 1982, a percepção dos colaboradores dessa pesquisa indica a existência de uma estratégia básica implementada pelo chefe do esquema Anísio Abraão, o banqueiro do jogo do bicho. Consistiria na tentativa de cooptação dos candidatos envolvendo, entretanto, a pressão agressiva contra aqueles que não queriam ceder aos seus interesses e, sobretudo, contra os que tivessem precisado do grupo dominante em algum momento ou mantido qualquer tipo de relação com o grupo. Os moradores de Nilópolis ouvem costumeiramente vários comentários a respeito de vereadores cotados para se lançarem na disputa pela prefeitura, no contexto atual, mas que desistem após serem chamados a fazer algum tipo de acordo financeiro com Anísio Abraão.

## CONCLUSÃO

A análise macropolítica acerca da montagem do esquema familiar em Nilópolis confirma o impacto da interferência militar no quadro político da Baixada Fluminense após o golpe de 1964. Por outro lado, ficam evidentes as particularidades do poder local na região, na medida em que se observa a complexidade de uma estrutura de poder que consagrou a ligação entre dois ramos de parentesco indireto, cuja origem estrangeira comum impôs a necessidade de criar vínculos no interior do próprio grupo visando, sobretudo, o seu enraizamento no lugar. Além disso, observamos o entrecruzamento de diferentes instituições em um arranjo político altamente sofisticado e que não se enquadra em um simples modelo de clientelismo, são elas: família, organização partidária, órgãos governamentais, escola de samba e jogo do bicho. Esse conjunto, bem articulado em uma estrutura de controle político, ao mesmo tempo, sólida e flexível, permanece em pleno vigor desde o fim da ditadura, período em que se estabeleceu a difícil luta pela construção de uma ordem verdadeiramente democrática no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ: APPH; CLIO, 2003.
- ARAÚJO, Raimundo. *Figuras e fatos de Nilópolis*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editora, 1964.
- BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2010.
- CHINELLI, Filipina; SILVA, Luiz Antônio Machado da. O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre escolas de samba e o jogo do bicho. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 207-228, jan.-abr. 2004.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREITAS, Valter. *Famílias ilustres nilopolitanas*. 2000.
- FREIXO, Adriano de; TAVARES, Luiz Edmundo. O samba em tempos de ditadura: as transformações no universo das grandes escolas de samba do Rio de Janeiro nas décadas de 1960 e 1970. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 123-150.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia M. *História do Brasil recente*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti, RJ: IPAHP Ed., 2004.

### Fontes

- “ANÍSIO confirma: houve o almoço com policiais antes do sequestro”. *O Globo*, Grande Rio, Rio de Janeiro, 8 fev. 1981.
- FUNDO POLÍCIAS POLÍTICAS. Setor: Secreto; pasta 156; folhas 437 a 458. “Jogo do bicho e tráfico de tóxicos em Nilópolis (1976)”. [Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro]
- GRÊMIO Recreativo Escola de Samba Beija-Flor Acompanha com Ordem e Progresso o Desenvolvimento do Brasil. Carnaval de 1975. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Luna, 1975.
- “NILÓPOLIS afasta prefeito Cardoso”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1970.

### Entrevistas

- JOSIEL, compositor. Realizada entre os dias 10, 12 e 17/08/05.
- MACHADO, compositor; nunca fez parte da Beija-Flor. Realizada em 15/01/07.
- MIRANDA, antigo morador de Nilópolis. Realizada em 19/01/09.

PEDRO, antigo morador de Nilópolis e militante da esquerda. Realizada em 20/09/09.

**Outros materiais (internet)**

NÚCLEO DE MEMÓRIA POLÍTICA CARIOCA E FLUMINENSE. Gilberto Rodrigues. Disponível em: <[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto\\_rodrigues.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto_rodrigues.html)>.

Acesso em: 15 jun. 2010.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Simão Sessim – PP / RJ. (biografia, mandatos eletivos, filiações partidárias, atividades partidárias, atividades profissionais e cargos públicos, estudos e graus universitários, atividades parlamentares, condecorações, obras publicadas, missões oficiais. Documento produzido em 17/11/2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

---

# Getúlio Cabral e as vertentes da memória

Giselle dos Santos Siqueira

“Meu irmão amanhã ou depois  
A gente se encontra no velho lugar  
Se abraça e fala da vida que foi por aí  
E conta as estrelas na ponta dos dedos  
Pra ver quantas brilham  
E qual se apagou  
Amanhã ou depois meu irmão  
A gente retorna a beira do cais  
E conta os amigos  
Pra ver qual que brilha  
E qual se apagou  
Amanhã ou depois  
Na crença de sempre  
No mesmo saveiro  
De novo a esse mar  
Sem ver tempestades ciclones  
Amanhã ou depois  
Meu irmão  
Meu irmão  
Amanhã ou depois  
Amanhã ou depois”

(“Amanhã ou depois”, Gonzaguinha)

## INTRODUÇÃO

**H**á uma passagem em um texto de René Remond que ajuda a explicar uma das motivações para analisar Getúlio Cabral por meio das memórias, no âmbito da História Política:

Certamente o poder é o ponto máximo. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra como lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos. Mas há também a conquista e a contestação desse poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamento das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições de pensamento (RÉMOND, 1992, p. 50).

O uso de fontes variadas (orais, escritas, digitais e outras) servirá, neste estudo, para confrontar as diferentes interpretações acerca de Getúlio Cabral, porque como afirma Alessandro Portelli:

Representação e fatos não existem em esferas isoladas. Não existe memória pura. Toda memória, em qualquer época e pessoa, tem a sua formação mediada pela cultura política e social onde os indivíduos estão inseridos, bem como pela própria memória coletiva. O tempo histórico interage com a memória, num processo de reelaboração contínua; o que torna a lembrança e, também o esquecimento um processo dinâmico já que ela é particularmente instável e maleável (PORTELLI, 1998, p. 10).

Tal instabilidade pode fornecer vários elementos que, quando confrontados e analisados, se convertem em instrumentos para esclarecer o comportamento dos diversos grupos envolvidos no período da ditadura militar brasileira, particularmente entre os anos de 1968 e 1972.

Devemos nos ater, ainda, à diferença entre o fato e a memória. Para constatar essa diferença, cabe um exemplo: temos, como fato, o assassinato de Getúlio Cabral e, como memória, as lembranças, os sentimentos, a dor e a revolta que a família sentiu no dia em que soube de sua morte.

Neste capítulo, trabalharemos com alguns conceitos, entre eles, o de “memória”, conforme foi problematizado por Michael Pollak, por Jacques Le Goff e por Paul Ricoeur. Para Pollak, memória é uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvaguardar. Ela tem como funções essenciais: manter a coesão interna e defender os pontos que um grupo tem em comum. Dessa forma, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

Os familiares de Getúlio Cabral, mediante as suas memórias, têm como objetivo resguardar e lembrar um passado que os mantém unidos e fortes. Eles construíram uma identidade para a família, uma identidade, acima de tudo, de luta.

É importante salientar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de estudo nas relações de poder. Jacques Le Goff é esclarecedor quando afirma:

[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 15).

O processo de definição da anistia no Brasil não apenas poupou os responsáveis pela ditadura de segurança nacional como também os recompensou com a liberdade, com o recebimento de valores altos de aposentadorias pagas pelo Estado e com a permanência no poder quando a ditadura acabou. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor a amnésia do silêncio final.

Segundo Paul Ricoeur, a memória permanece, em última instância, a única guardiã de algo que “efetivamente ocorreu no tempo”. Assegurando a continuidade temporal, a memória, fragmentada e pluralizada, se aproxima da história pela sua “ambição de veracidade” (RICOEUR, 1996, p. 11). As memórias são, por natureza, diversas e fragmentadas, pois os entrevistados dificilmente se recordam da história, do fato como um todo, e devemos lembrar que não existe somente uma memória “verdadeira”, todas são únicas e verídicas.

O século XX é o século da memória. As guerras, os regimes totalitários, os genocídios, as ditaduras, os crimes contra a humanidade e os campos de concentração impuseram uma reflexão sobre a importância da me-

mória, a de lembrar para não se repetir jamais. Depois do fim da ditadura, vive-se, no Brasil, um curioso “estado de faz de contas”, exemplificado pela anistia geral e irrestrita dada a vencidos e a vencedores, mas há as memórias. Então, durante esses últimos anos, o país conviveu com duas histórias, uma oficial e outra composta pelas memórias silenciadas e subterrâneas.

Dialogar com a historiografia a respeito da ditadura brasileira trabalhando com um dos eixos a partir da memória é um grande desafio, pois a historiografia é diversa, apresentando assim diferentes memórias do regime. Para estudarmos esse período, devemos considerar a ambivalência dos pensamentos e dos sentimentos das pessoas envolvidas. Encontraremos aqueles que, pautados pelo senso comum, definem os militantes que optaram pela luta armada como bandidos, como terroristas e/ou como subversivos; outros compreendem os militares como covardes, como cruéis e/ou como assassinos; e também há quem defenda as Forças Armadas como lugar de heróis nacionais. Para entender o último período ditatorial brasileiro, devemos analisar as escolhas, ou não escolhas, das pessoas com o intuito de problematizar o comportamento dos brasileiros diante da ditadura.

O fundamental na elaboração deste capítulo, resultado de pesquisa desenvolvida para uma dissertação de mestrado, é oferecer a possibilidade de refletir acerca do comportamento dos diversos grupos inseridos nesse processo (aparelhos de imprensa, ministérios da Marinha e da Aeronáutica, familiares de Getúlio Cabral, Anistia Internacional, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, entre outros) e de problematizar as memórias de cada um, analisando as semelhanças e as diferenças e contribuindo para o aprofundamento do conhecimento a respeito da organização da ditadura no Brasil.

## **GETÚLIO CABRAL: DO NASCIMENTO ATÉ A CHEGADA À CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS**

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em 04 de abril de 1942, em Espera Feliz (MG), filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e de Lindrosina Cabral de Souza. Conforme explicou o seu irmão Vitor Hugo<sup>1</sup>, recebeu o nome Getúlio como uma homenagem da mãe ao presidente Getúlio Vargas. O pai trabalhou como professor leigo, como operário em obras da construção civil, produziu uma máquina fotográfica artesanal e atuou como fotógrafo. Sua mãe foi uma camponesa sem letramento.

---

<sup>1</sup> Victor Hugo é professor aposentado da rede pública, lecionou Química no Colégio Pedro II. Filiou-se à Juventude Comunista Caxiense em 1953, com apenas treze anos. Nos anos de 1970 e de 1971, pesando cinquenta e sete quilos, foi torturado por cinco pessoas. Enquadrado nos artigos 42 e 45 da Lei de Segurança Nacional por tentativa de tomada de poder, foi absolvido por falta de provas, em processo forjado. Quando saiu da prisão, foi trabalhar no Colégio Pedro II.

Quando Getúlio Cabral e sua família vieram para o Rio de Janeiro, instalaram-se em Petrópolis. Chegaram à cidade de trem e foram morar no Alto do Quitandinha. Na década de 1950, a família se transferiu para Duque de Caxias. Residiram na Rua Diamantina, atual Avenida Leopoldina, e depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário). Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade.

Duque de Caxias era conhecida desde os anos 1940 como um subúrbio dormitório. A acelerada expansão demográfica decorria do movimento migratório: chegavam, à cidade, migrantes atraídos pela metrópole carioca, vindos principalmente do Nordeste e do interior fluminense, capixaba e mineiro. Em números exatos, a população chegava aos 123 mil habitantes em 1950. Buscando oportunidades de trabalho e de melhoria de vida, grande parte dos recém-chegados se instalava na periferia do Rio de Janeiro (e parcela significativa em Caxias), mas os serviços públicos não acompanhavam a expansão urbana e demográfica. A maioria da população não dispunha de escolas, hospitais, saneamento básico, segurança e demais suportes à qualidade de vida.

Getúlio, assim como os seus irmãos, estudou na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no bairro Corte Oito, em Duque de Caxias. Vitor Hugo, seu irmão mais velho, lembra-se dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira e das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes. Os pais de Getúlio participaram do movimento feminista (tendo como companheira Lydia Cunha<sup>2</sup>) e do Partido Comunista, atuando em uma das células do partido, além de se envolverem nas organizações de bairro. Entre os doze e treze anos, Getúlio Cabral iniciou a sua militância política na União da Juventude Comunista Caxiense, influenciado pela participação de sua mãe em atividades contra a guerra na Coreia.<sup>3</sup> Grada-

---

<sup>2</sup> Lydia Cunha nasceu em Ramos, no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1921. Em 1942, Lydia e José Antônio Cunha passaram a viver juntos em Duque de Caxias. Ela chegou ao distrito de Caxias ainda no período da ditadura varguista (1937-45). Caxias era, naquele momento, distrito do município de Nova Iguaçu, governado por interventores. Apesar da repressão, inúmeras células clandestinas do Partido Comunista foram organizadas no interior de fábricas e de bairros. Em 1943, participou discretamente do esforço de organização da Força Expedicionária Brasileira junto com seu irmão Mário. Nos anos 50, participou da fundação da União Feminina Duque de Caxias (UFDC). Após o golpe de 1964, refugiou-se temporariamente na casa de amigos em Volta Redonda. Resistiu até o ano de 1965 e manteve a sua militância na Federação de Mulheres do Brasil.

<sup>3</sup> Na década de 1950, um dos objetivos dos comunistas brasileiros era o de impedir a participação do Brasil na Guerra da Coreia ao lado dos Estados Unidos. O envio de 20 mil soldados brasileiros foi uma das cláusulas estabelecidas no acordo militar Brasil-Estados Unidos, de 1950. Nesse ano, os comunistas brasileiros patrocinaram a “Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia”, que consistia na realização de passeatas, enterros simbólicos, comícios-relâmpagos e outras manifestações populares, objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das Forças Armadas para participar do conflito coreano.

tivamente, passou a exercer papel de liderança nas lutas comunistas e, ao atingir a maioria, foi recrutado pelo partido.

## FORMAÇÃO E ADESÃO AO PCB E AO PCBR

Getúlio Cabral começou a trabalhar aos 14 anos, consertando máquinas fotográficas e posteriormente atuando como fotógrafo, como o seu pai. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, em Duque de Caxias, e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos, no qual participou das lutas de sua categoria profissional. Em 1962, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deu-lhe a tarefa de trabalhar como escriturário e servente do Ministério da Indústria e Comércio na Fábrica Nacional de Motores (FNM) (RICARDO, 1989), para reforçar a ação político-partidária existente. Demitido da fábrica no final de 1964 por perseguição política, foi caçado e passou a viver na clandestinidade. Nesse mesmo ano, rompeu com o PCB e passou ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Casou-se, aos 23 anos, com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos: Alexandre e Adriano Cabral.

José Maria Galhasi de Oliveira<sup>4</sup> conheceu Getúlio Cabral no ano de 1966, e juntos fizeram parte do processo de fundação do PCBR. Segundo ele: “Naquela época, todos os grupos dissidentes discutiam como fazer a resistência armada e aí havia a influência da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa e foram criadas várias organizações que em sua maioria ficou sob a influência cubana” (Jornal *A Nova Democracia*, 2010, p. 5).

Vários grupos de esquerda que se formaram a partir da cisão do PCB, entre eles, o PCBR, foram influenciados pelos ideais de Ernesto Che Guevara, chegando a haver um intercâmbio de militantes brasileiros para Cuba para uma espécie de “treinamento de guerrilha”, como uma tática de preparação para confrontar o estado de ditadura vigente no Brasil. Getúlio

---

<sup>4</sup> Nascido no Méier, zona norte do Rio de Janeiro, José Maria foi uma figura emblemática do que deveria ser um verdadeiro revolucionário e, mais do que isso, um verdadeiro comunista. Mesmo com a idade avançada e com alguns problemas de saúde, mantém sua militância diária, usando hoje, como trincheira, o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo). Participa de atos públicos, de manifestações de rua, de panfletagens e de debates com a juventude e, como costuma dizer, tem certeza de que empunhará a sua bandeira vermelha quando der o seu último suspiro.

Cabral foi dirigente regional do PCB<sup>5</sup> e dirigente nacional do PCBR<sup>6</sup>. Era chefe do grupo de fogo<sup>7</sup>, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar.

## ACÇÕES ORQUESTRADAS POR GETÚLIO CABRAL NO PCBR

Segundo a documentação do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (Dops/RJ), Getúlio Cabral participou como representante do PCBR na ação da Frente Terrorista, composta pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)<sup>8</sup> e pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)<sup>9</sup>, que assassinou, em 05 de fevereiro de 1972, no Rio de Janeiro, o marinheiro inglês David A. Cuthberg, que estava no Brasil para os festejos do sesqui-centenário da Independência.

O jornal *O Globo* manifestou-se da seguinte maneira a respeito do assassinato de David Cuthberg:

<sup>5</sup> Fundado em março de 1922, em Niterói, Rio de Janeiro, sob impacto do sucesso da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Desde os seus primeiros passos, esteve vinculado às concepções da Internacional Comunista (Terceira Internacional), fundada por Lênin em 1919. Seu surgimento marcou o momento de declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na direção das primeiras lutas. Com o aparecimento do PCB, cresceu gradual e permanentemente o prestígio do marxismo no movimento operário e sindical, posição que seguiria nas décadas seguintes.

<sup>6</sup> A gênese do PCBR remonta a 1964, quando Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, apresentou um plano de balanço dos acontecimentos que desembocaram no Golpe Militar, com uma ótica oposta àquela que era utilizada pelos que se agruparam em torno de Prestes. Mário Alves foi acompanhado por indivíduos, como o legendário dirigente comunista Apolônio de Carvalho, ex-combatente da Guerra Civil Espanhola e herói da Resistência Francesa, como Jacob Gorender, principal economista da direção do PCB, e como Jover Telles, ex-deputado estadual no Rio de Janeiro, ligado ao movimento operário.

<sup>7</sup> “O grupo de fogo é o instrumento de ação organizada. Com ele, as operações da guerrilha e as táticas são planejadas, lançadas e executadas com êxito. O comando geral conta com o grupo de fogo para realizar seus objetivos de natureza estratégica e para fazê-lo em qualquer parte do país. Por sua parte, ajuda aos grupos de fogo com suas dificuldades e necessidades. A organização é uma rede indestrutível de grupos de fogo e de coordenações entre eles, que funciona simples e praticamente com o comando geral e que também participam nos ataques; e organização que existe com o único propósito, simples e puro, de ação revolucionária” (MARIGHELLA, 1969, p. 22).

<sup>8</sup> A VAR-Palmares nasceu em junho/julho de 1969, como resultado da fusão da VPR e do Comando de Libertação Nacional (Colina), incorporando também um grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome foi inspirado pela heroica epopeia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco, onde os negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos às sucessivas campanhas militares de cerco e de aniquilamento executadas pelas forças escravistas.

<sup>9</sup> Nem todos os grupos de esquerda participantes da fase da guerrilha urbana tiveram sua origem em cisões do PCB. A VPR nasceu como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), que rompeu com o partido após o 4º Congresso, de setembro de 1967, e setores remanescentes do projeto de criação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), definitivamente fali do após o fracasso da Guerrilha de Caparaó.

Tinha dezenove anos o marinheiro inglês David A. Cuthberg que, na madrugada de sábado, tomou um táxi com um companheiro para conhecer o Rio, nos seus aspectos mais alegres. Ele aqui chegara com o amigo, a bordo da flotilha que nos visita para comemorar os 150 anos de Independência do Brasil. Uma rajada de metralhadora tirou-lhe a vida, no táxi que se encontrava. Não teve tempo para perceber o que ocorria e, se percebesse, com certeza não poderia compreender. Um terrorista, de dentro de outro carro, apontara friamente a metralhadora antes de desenhar nas suas costas o fatal risco de balas, para, logo em seguida, completar a infâmia, despejando sobre o corpo, ainda palpitante, panfletos em que se mencionava a palavra liberdade. Com esse crime repulsivo, o terror quis apenas alcançar repercussão fora de nossas fronteiras para suas atividades, procurando dar-lhe significação de atentado político contra jovem inocente, em troca da publicação da notícia num jornal inglês. O terrorismo cumpre, no Brasil, com crimes como esse, o destino inevitável dos movimentos a que faltam motivação real e consentimento de qualquer parcela da opinião pública: o de não ultrapassar os limites do simples banditismo, com que se exprime o alto grau de degeneração dessas reduzidas maltas de assassinos gratuitos. Liberado da faina do navio H.M.S. Triumph, o marinheiro inglês David A. Cuthberg, de 19 anos, acompanhado de seu colega Paul Stoud, tomou, na Praça Mauá, o táxi dirigido por Antonio Melo, que os levaria para conhecer a mundialmente famosa praia de Copacabana. Eles não sabiam que, desde a chegada na praça, estavam sendo observados por oito terroristas, dissimulados dentro de dois carros. Na esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma, à porta do Hotel São Francisco, um dos veículos emparelhou com o táxi e David foi atingido por uma rajada de metralhadora, disparada por Flávio Augusto Neves Leão de Salles (ALN, "Rogério" ou "Bílico"). Imediatamente, Lígia Maria Salgado da Nóbrega<sup>10</sup> jogou para dentro do táxi panfletos que falavam em vingança contra os in-

---

<sup>10</sup> Nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, mas viveu desde criança em São Paulo. Estudou no Colégio Estadual Fernão Dias Pais, no bairro de Pinheiros, onde fez o Curso Normal. Em 1967, ingressou em Pedagogia na Universidade de São Paulo (USP) e se destacou pela sua capacidade intelectual, pela liderança no Grêmio da Pedagogia e por buscar modernizar métodos de ensino. Trabalhava também como professora. Em 1970, engajou-se nas atividades clandestinas da VAR-Palmares. Os órgãos de segurança a indicavam como participante da execução do marinheiro inglês David Cuthberg, em 05 de fevereiro de 1972, em uma ação que pretendia simbolizar a solidariedade dos Revolucionários Brasileiros com a luta do povo irlandês e com o IRA (do inglês Irish Republican Army ou Exército Republicano Irlandês). Foi morta aos vinte e quatro anos, quando estava grávida de dois meses.

gleses por terem massacrado os irlandeses do Norte.<sup>11</sup> O “Comando da Frente” acabou com o sonho de David em conhecer Copacabana, “justificando plenamente” seu ato pela solidariedade à luta do IRA<sup>12</sup> contra os ingleses (Jornal O Globo, 1972, p. 5-6).

O escritor Fernando Soares Campo publicou um artigo em *La Insígnia* (CAMPO, 2005) afirmando que não acredita na versão oficial acerca do assassinato do marinheiro inglês. Para ele, seria impossível que oito “subversivos” procurados pela repressão fizessem plantão em plena Praça Mauá “dissimulados dentro de dois carros” e ainda realizassem um ato terrorista a mais ou menos 100 quilômetros dali. Afinal, funcionavam, nessa área, a mais temida delegacia de polícia do Rio de Janeiro e algumas instalações da Marinha de Guerra. Campo conclui que não havia motivo para esses “terroristas” se exporem em um lugar tão visado e vigiado, quando, se quisessem, poderiam ter achado os militares ingleses em lugares muito mais fáceis como, por exemplo, a Zona Sul.

Analisando o ano de 1972, um dos períodos mais duros da Ditadura Militar, no qual o país e a imprensa viviam sob a censura do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o jornal *O Globo*, ao informar a notícia sobre o assassinato do marinheiro inglês, foi completamente favorável à versão dos fatos contada pelos militares. É necessário esclarecer alguns aspectos da reportagem que podemos considerar obscuros: o jornal trata “essas pessoas” como terroristas, não explicando que elas estão lutando pela liberdade e que se vivia em um país sem democracia. Ao nomeá-los “assassinos gratuitos”, desconsidera que as mortes eram efetuadas em defesa dos ideais de seu partido e da democracia.

Segundo a documentação do Dops/RJ<sup>13</sup>, na Guanabara, além de chefiar pessoalmente a execução de todas as ações do grupo de fogo, Ge-

<sup>11</sup> O recente acordo celebrado na Irlanda do Norte pretende pôr fim a séculos de dominação inglesa e a décadas de terrorismo de guerrilheiros separatistas e de paramilitares protestantes. Nas últimas décadas, as ações terroristas do IRA, organização “católica”, e da Força de Voluntários do Ulster, força paramilitar “protestante”, foram responsáveis por dezenas de mortes e representaram o problema externo mais grave enfrentado pelos governantes da Inglaterra.

<sup>12</sup> Fundado em 1919, o IRA passou a utilizar a guerrilha como forma de eliminar o domínio inglês e obter a independência da Irlanda para, posteriormente, unificar a Irlanda do Norte ao restante do país. Nas últimas três décadas, o IRA e os grupos paramilitares “protestantes” intensificaram as suas ações e foram responsáveis por vários atentados na Irlanda do Norte, principalmente na capital, Belfast. Em 2001, nem o IRA nem os unionistas entregaram suas armas às autoridades. Essa situação, somada a atos de violência mais ou menos endêmicos, tornam incerto o futuro da Irlanda do Norte.

<sup>13</sup> Departamento de Ordem Política e Social, subordinado aos governos estaduais. Em certos estados, ao invés de delegacia, aparece com a designação de departamento. Ver: Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Comunismo, Pasta 112, Folha 243.

túlio Cabral participou ainda de “assaltos” e de “roubos”: o “assalto”<sup>14</sup> ao Departamento de Trânsito (Detran) de Campinho, em 10 de janeiro de 1972, o “assalto” a dois bancos na Rua Bela, em São Cristóvão, um deles o Banco Novo Mundo, do qual foi subtraída a quantia de Cr\$ 6.000,00 (esse valor hoje seria de R\$ 29.582,97), o “roubo” da kombi na ponte de Quintino, em 24 de setembro de 1971), o “roubo” de uma escola na Rua Conde de Bonfim, o “roubo” da Delegacia do Ministério do Trabalho, em Bonsucesso, e o “roubo” de três automóveis Volkswagen, na Rua Dias da Cruz, no Méier.

Em 1968, Cabral viajou para Cuba para fazer um “curso de treinamento de guerrilhas”. Quando voltou de viagem, a perseguição ficou mais intensa. Entre 1969 e 1970, Getúlio, sua esposa e seus dois filhos residiram no bairro de Parada Angélica (Terceiro Distrito de Duque de Caxias). Ele foi seguido, e sua casa foi saqueada e quebrada por agentes do Dops. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, a Bahia.<sup>15</sup>

Segundo a documentação<sup>16</sup>, Getúlio Cabral atuou também como militante do PCBR na depredação de dois postos de gasolina, onde se encontravam afixados cartazes de terroristas procurados. A ação, na versão oficial, foi orquestrada pela ANL, pelo PCBR e pela VAR. Getúlio foi, além disso, um dos participantes em uma ação de roubo de joias em Copacabana, na Rua Paula Freitas, em um assalto em uma casa de materiais de construção, em 19 de agosto de 1971, que resultou em um montante de Cr\$ 350,00, e em uma ação no Banco da Bahia de São Cristóvão, em 25 de fevereiro de 1972, na qual se conseguiu Cr\$ 92.000,00.

Getúlio Cabral possuía os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo. Conforme se verificou na documentação do Dops/RJ, ele montou, em Salvador, Bahia, o esquema que resultou, em 1970, no assassinato do primeiro sargento Valder Xavier de Lima, da Força Aérea Brasileira (FAB), e no ferimento de um agente do Departamento de Polícia Federal da Bahia (DPF/BA). Também foi o responsável pelo assassinato do soldado Elias dos Santos, do Primeiro Batalhão de Polícia do Exército (BPEx), em 1969.<sup>17</sup>

No que diz respeito a esse episódio, Getúlio Cabral, Theodomiro Romeiro dos Santos, Paulo Pontes e Dirceu Régis, militantes do PCBR, encontraram-se no Dique do Tororó, em Salvador, para uma rápida reunião

<sup>14</sup> A documentação do Dops utiliza o termo assalto. Para os militantes, essa ação seria conhecida como expropriação – promoção de ações armadas com o objetivo de obter dinheiro, carros ou armas para a luta política.

<sup>15</sup> Seu irmão Vitor Hugo lembra que Odete, cunhada de Getúlio, foi torturada em Imbariê pelo Dops. Ver: Café com História, Instituto Histórico (maio de 2008), Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral.

<sup>16</sup> Ver Arquivo do RJ, Setor: Terrorismo Pasta 15, Folha 4, e Pasta 16, Folha 339.

<sup>17</sup> Ver: Arquivo Público do Estado do RJ, Polícia Política – Setor: Terrorismo, Pasta 12, Folha 140, Pasta 14, Folhas 16 e 17, e Pasta 16, Folha 339.

a céu aberto. Dirceu Régis logo foi embora, e os outros ainda conversavam quando Getúlio percebeu um jipe se aproximando lentamente. Getúlio deu o alarme quando sacou sua arma e saiu correndo e atirando, mas seu ato não foi suficiente para que Theodomiro e Paulo tivessem tempo de fazer o mesmo. O sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, o cabo do Exército Odilon Costa e os agentes federais Hamilton Nonato Borges e José Freire Felipe Jr. agarraram, algemaram e jogaram Theodomiro e Paulo no fundo do jipe.

O jipe arrancou atrás de Getúlio, que corria atirando. Depois de percorrer alguns metros, o veículo freou junto a uma estreita ponte por onde Cabral escapava para alcançar a outra margem do Dique do Tororó. Em meio à confusão, a pasta preta (dentro dela havia um revólver) que os agentes não haviam examinado foi devolvida a Theodomiro, que vislumbrou a possibilidade de garantir não só a fuga definitiva de Getúlio, como também a sua e a de Paulo. Enquanto o sargento Walder estava na porta do jipe, Theodomiro conseguiu, com a mão esquerda que estava livre, abrir a pasta e começar a atirar. Um dos tiros atingiu a cabeça do sargento, jogando-o no chão, e o outro acertou Hamilton, que ficou ferido. Theodomiro foi desarmado e teve a cabeça ferida pelas coronhadas que levou dos agentes. Com a confusão, os agentes se esqueceram de socorrer o sargento, que acabou morrendo.

Vale recuperar as afirmações de Paulo Pontes<sup>18</sup> sobre o dia da sua prisão:

Eu tinha um ponto com Theodomiro, com Dirceu Regis e com Getúlio Cabral no Dique do Tororó, exatamente porque Getúlio Cabral com esse pessoal do Rio de Janeiro estava indo embora e foi lá pra deixar um dinheiro e acertar alguns ponteiros conosco. Dirceu iria recuar para Remanso, porque a situação estava ruim e, também, por conta do sequestro que a gente ia fazer [...] Dirceu recebeu o dinheiro e foi embora. Ficamos nós três [...] Dizem que um informante da polícia teria me visto com essas pessoas e ligou coisando. Então, a polícia veio já na certa que ia me encontrar. E realmen-

---

<sup>18</sup> O economista Paulo Pontes nasceu no interior de Pernambuco e chegou clandestinamente à Bahia no sábado de carnaval de 1970. Seu retrato já circulava pelo estado em um cartaz com o título de “Subversivos procurados”. Foi condenado à prisão perpétua como coautor do crime que condenou Theodomiro à morte. Paulo foi torturado por quatorze dias no Quartel do Barbalho e, de lá, seguiu para a penitenciária Lemos Brito, onde ficou preso por cerca de nove anos. Na Galeria F, conheceu a solidariedade dos companheiros desde a sua chegada. O vizinho de cela rasgou um lençol ao meio para dividir com ele. Na prisão, foi aprovado no vestibular para o curso de Economia na Universidade Federal da Bahia (Ufba) e cursou a faculdade ainda preso. Estudava de dia, mas dormia no xadrez. Foi indenizado posteriormente pelo Estado. Atualmente, dá aulas de direitos humanos e é diretor de tecnologias para o desenvolvimento socioambiental da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

te, nos encontraram lá no fim do Dique do Tororó, na entrada do Vasco da Gama (DA SILVA, 2013).

Ao analisarmos o depoimento de Paulo Pontes, percebe-se que, apesar de o PCBR ter a mesma ideologia em nível nacional, existiam alguns estranhamentos entre os seus membros no âmbito regional, como demonstra o seguinte trecho: “[...] com esse pessoal do Rio de Janeiro” (DA SILVA, 2013).

Segundo documento da Delegacia de Segurança Social de Pernambuco, Getúlio escreveu a Theodomiro Romeiro dos Santos<sup>19</sup> convidando-o a ir de Natal (RN) para Salvador (BA) a fim de entregar-lhe dinheiro e panfletos subversivos sobre a Campanha de Votos Nulos<sup>20</sup>.

### PRISÃO, TORTURA E MORTE

Getúlio Cabral, de acordo com um documento da Secretaria de Segurança Social de Pernambuco, era o elemento de ligação e coordenador do retorno, desde o Chile, dos terroristas do PCBR banidos e indicados para os cursos de elementos de guerrilhas em Cuba. Foi condenado a vinte anos de reclusão pela Sexta Circunscrição Judiciária Militar por participação no assalto à Agência Liberdade do Banco da Bahia, em Salvador, 1970. Teve a sua prisão preventiva decretada em 17 de dezembro de 1971, mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a 12 anos de prisão e teve a suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos. Estava pronto para chefiar um assalto, em 10 de janeiro de 1973, à Agência Voluntários da Pátria da União de Bancos Brasileiros, conforme levantamento apreendido no aparelho do PCBR de Bento Ribeiro, mas a ação não aconteceu devido à sua morte.

Cabral foi morto sob tortura no dia 29 de dezembro de 1972, aos trinta anos, no Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas (DOI/Codi-RJ<sup>21</sup>), no final da Rua Grajaú, em frente ao

<sup>19</sup> Único preso político condenado à morte pelo regime militar brasileiro e último exilado a retornar ao país depois da anistia, Theodomiro Romeiro dos Santos teve a sua história contada em um documentário que está sendo realizado pelo cineasta baiano Beto Sodré. O filme, que recebeu o título de *Pena de Morte* e está em fase de montagem e edição, ainda não tem data para ser lançado. Quem vê o juiz despachar em seu gabinete no Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco não imagina o seu passado de combatente do PCBR e de preso político. Aos 57 anos de idade, ele lembra os fatos que o notabilizaram como o primeiro militante armado a ser condenado à morte pela ditadura. Mesmo depois de muito esforço para comutar a pena e conseguir a liberdade, Theodomiro terminou excluído da lista de anistiados em 1979.

<sup>20</sup> Em 1970, houve uma chamada dos estudantes e dos grupos de esquerda em favor do voto nulo para desafiar a ditadura.

<sup>21</sup> Órgão conjunto dos diversos serviços de informações do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, das polícias militares, da Polícia Federal e das polícias civis, criado em todos os estados a

número 321. Ele foi uma das vítimas do massacre em que também foram mortos Fernando Augusto da Fonseca<sup>22</sup>, José Silton Pinheiro<sup>23</sup> e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.<sup>24</sup> Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que “faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança”. Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado, sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-Codi/RJ, juntamente com Fonseca, Pinheiro e Souza.<sup>25</sup>

No arquivo do Dops/PE foi encontrada, em seu prontuário, o de nº 19.407, a informação de que “foi morto na Guanabara, na Rua Grajaú, nº 321 em tiroteio com as Forças Armadas”. Segundo afirmações desse documento, Getúlio Cabral foi servente do Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido demitido por perseguição política no final do ano de 1964. Em relação às circunstâncias de sua morte, os quatro prisioneiros foram levados a um lugar ermo, onde seus corpos foram crivados de balas para dar a impressão

---

partir da experiência da Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo.

<sup>22</sup> O carioca Fernando Augusto, apelidado de Fernando Sandália, concluiu o segundo grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde foi demitido em 1970. Militou na Corrente Revolucionária antes de se integrar ao PCBR, tornando-se membro de seu Comando Político Militar e um dos responsáveis pela publicação oficial do partido, *O Avante*, no Rio de Janeiro. Em função das perseguições e da militância clandestina, passou a residir em Maceió, com a mulher Sandra Maria Araújo da Fonseca e o filho André, então com três anos de idade. Sandra estava grávida de Fernando, que não chegou a conhecer o pai. No “livro negro” do Exército, consta a informação de que, em dezembro de 1971, foi composta uma direção nacional provisória do PCBR, integrada por ele, por Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e por Getúlio de Oliveira Cabral.

<sup>23</sup> Viveu até seis anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibú, RN. Sua mãe faleceu após seu nascimento, por complicações no parto e falta de assistência médica. O bebê foi adotado pela tia Lira Maria Gomes Pinheiro, irmã de seu pai. Depois foi para a cidade de Monte Alegre, onde viveu até completar dez anos. A partir daí, radicou-se em Natal. Estudou no Colégio Salesiano, no Instituto Sagrada Família e fez o ginásio no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, concluindo-o no Atheneu Norte-Rio-Grandense. Em 1965, foi eleito presidente do Diretório Marista de Natal. Em 1966, entrou em contato com o pensamento da Igreja progressista e, pretendendo tornar-se irmão Marista, passou a estudar no Convento de Apipucos, em Recife. Mas a sua inquietação política foi além da vocação religiosa. De volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tempos depois, passou a militar no PCBR, atuando em Natal, em Recife e, por fim, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27 de julho de 1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves.

<sup>24</sup> Estudante secundarista, pernambucano de Canhotino. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo de Matheus Levino dos Santos, tenente da Aeronáutica, em Recife, no dia 26 de junho de 1970. O tenente reagiu a tiros e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos em março do ano seguinte. José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser morto, vindo de uma viagem ao Chile, em que acompanhou Antonio Prestes de Paula, ex-sargento da Aeronáutica, em reuniões com banidos brasileiros.

<sup>25</sup> Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais, <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

de morte em tiroteio e, depois, tiveram seus corpos carbonizados.

Ainda no que se refere ao episódio da morte de Getúlio Cabral, analisando os documentos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, do Rio de Janeiro, acredita-se que a real causa da morte foi a tortura à qual foi submetido pelos agentes do Dops na sede do DOI-Codi/RJ.

O corpo de Getúlio chegou ao Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1972, e foi registrado por meio da Guia nº 11 do Dops/RJ. Seu óbito, o de nº 132.011, firmado pelo médico Roberto Blanco dos Santos<sup>26</sup>, teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrita, há a seguinte frase: “Inimigo da Pátria (Terrorista)”.<sup>27</sup>

Há, ainda, o laudo (Ocorrência nº 988/72) e as fotos de perícia de local (nº 7.645/72) encontrados no Instituto de Criminalística Carlos Éboli. As fotos mostram o corpo de Getúlio semicarbonizado (da cintura para baixo), com a metade inferior do corpo dentro do Volkswagen incendiado (placa GB/EB-3890). Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 06 de fevereiro de 1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978, os seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de duas mil ossadas de indigentes.<sup>28</sup>

A morte de Getúlio somente foi divulgada em 17 de janeiro de 1973, pelo *Jornal do Brasil*, que publicizou a sua morte e as mortes de Fernando, de José Silton e de José Bartolomeu, assim como as mortes ocorridas no mesmo dia de mais dois outros militantes do PCBR, Valdir Sales Saboya<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> O médico legista Roberto Blanco dos Santos está sendo processado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) e, em 1994, foi nomeado delegado de polícia no Rio de Janeiro. Em novembro desse mesmo ano recebeu, como delegado da 19ª Delegacia de Polícia, na Tijuca (RJ), as queixas de torturas sofridas por vários moradores do morro do Borel durante a chamada Operação Rio. Apesar de denunciado, ele continua no cargo.

<sup>27</sup> Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais, <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

<sup>28</sup> Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais, <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

<sup>29</sup> Nasceu em 01 de março de 1950, filho de Gerson Algery Saboya e de Ephigênia Salles Saboya. Morto, segundo a versão oficial da repressão, em um tiroteio, aos 22 anos de idade, em 29 de dezembro de 1972, na Rua Sargento Valder Xavier Lima, nº 22, fundos, junto com Lourdes Maria Wanderley Pontes.

e Lourdes Maria Wanderley Pontes<sup>30</sup>, sem detalhar as circunstâncias dos falecimentos.<sup>31</sup>

No Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais<sup>32</sup> obteve apoio para exumar 2100 ossadas de uma vala no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980, foram enterrados, em uma vala clandestina, todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16 de janeiro de 1974 (TELES, 2000).

Reuniu-se, então, uma equipe formada por Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, dois médicos legistas indicados pelo Cremerj, por Nancy Vieira, arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e por Eliane Catarino, antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em outubro de 1991, a equipe argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em 17 sacos plásticos para serem examinados (TELES, 2000).

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso até o dia da inauguração do memorial. O local da vala continuou

<sup>30</sup> Pernambucana de Olinda, estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir os seus estudos por conta de seu envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), e no mesmo ano, Paulo foi preso e posteriormente condenado à prisão perpétua, como se explicou. Após a prisão de Paulo Pontes, Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro.

<sup>31</sup> Ver site do Grupo Tortura Nunca Mais, <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>.

<sup>32</sup> O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) foi fundado, em 1985, por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos, e tornou-se, por meio das lutas em defesa dos direitos humanos, uma referência importante no cenário nacional. Considerando que o regime ditatorial contribuiu decisivamente para o esgarçamento e a deterioração de valores éticos, o GTNM/RJ constituiu-se em torno do resgate de valores, da dignidade, da defesa e dos direitos da cidadania. Dessa maneira, tem assumido um claro compromisso na luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e de desaparecimento de militantes políticos, pelo resgate da memória histórica, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura, pela formação de uma consciência ética; convicto de que essas são condições indispensáveis na luta atual contra a impunidade e a favor da justiça.

resguardado até que, no ano de 2011, foi construído nele um memorial. “A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar nossa história e para que nunca mais isto volte a acontecer”, afirmou Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ (TELES, 2000).

Os 14 presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale, Vitorino Alves Moitinho, José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no Cemitério de Cacuia, Severino Viana Colon, e no de Santa Cruz, Roberto Cieto (TELES, 2000).

## MEMÓRIAS

A invasão da casa de Getúlio Cabral é uma “memória compartilhada” (PORTELLI, 2003) pelos seus familiares. Luis Cabral (irmão de Getúlio), em entrevista, narrou da seguinte maneira o episódio:

Os agentes do DOPS invadiram a casa do meu irmão à noite e fizeram como reféns a minha cunhada Maria de Lourdes e os meus sobrinhos Adriano e Alexandre. Os agentes torturaram Odete (cunhada do meu irmão), irmã mais nova da Maria de Lourdes, para saber o paradeiro do mesmo. Ao amanhecer Maria de Lourdes apareceu na nossa casa, ela estava bem, não tinha sido torturada, veio contar para a família, para a minha mãe o que tinha acontecido e pedir para o Humberto, meu irmão, aquele que eu te falei que morreu no ano passado para acompanhá-la a uma entrevista na sede do DOPS (Luis Cabral, 2012, entrevista).

Adriano Cabral, filho mais novo de Getúlio, tinha, na ocasião, apenas nove meses. Mesmo assim, a partir de memórias compartilhadas por seu irmão, afirmou:

Meu irmão Alexandre antes de viajar para Espanha (seis anos atrás) conversou comigo sobre o que aconteceu na nossa casa naquele dia. Alexandre me contou que perguntava sobre o nosso pai para os agentes, e os mesmos responderam para ele calar a boca e parar de chorar, porque já tinham matado nosso pai. Meu irmão tem quase certeza que nossa mãe foi torturada nesse dia (Adriano Cabral, 2012, entrevista)

Depois de escutar o desabafo do irmão, Adriano começou a perguntar aos familiares de sua mãe a respeito do dia da invasão. Descobriu, nessas conversas, que a sua tia Odete e um outro tio foram torturados pelos agentes do Dops. A invasão da casa de Getúlio Cabral é um episódio marcante, difícil, importante até hoje nas memórias dos seus familiares. Esse episódio deixou marcas profundas na família. Ernesto, sempre que se menciona o episódio, começa a chorar copiosamente, e Alexandre, que infelizmente não foi possível conhecer e entrevistar para a pesquisa, sofreu tamanho impacto por conta desse acontecimento que nada diz sobre o ocorrido. Só visitou a Ocupação uma única vez, quer distância da política e quase não mantém contato com os seus parentes por parte de pai.

O Brasil ainda não deu a resposta necessária para essas famílias e para a sociedade como um todo. As demandas dos grupos mencionados não são individuais, relacionadas somente às vítimas. São demandas que deveriam ser vistas como necessárias para a sociedade brasileira. O direito à verdade e, principalmente, o direito à justiça estão previstos em decisões de organismos internacionais de direitos humanos e na própria Constituição de 1988. Não garanti-los significa permitir que crimes cometidos contra os direitos humanos continuem a acontecer, como, de fato, ocorre no Brasil.

A luta das vítimas da ditadura militar converte-se em uma luta pelos direitos humanos e contra o arbítrio. Vale lembrar a importância dos Grupos Tortura Nunca Mais na denúncia e no combate à tortura no Brasil, prática presente antes da instauração do regime militar e potencializada nele e após. A diferença entre o período militar e o que vivemos é que hoje a tortura não se concentra mais nas camadas médias da população, atingindo as classes perigosas, os torturáveis de sempre.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Meritiy a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clio, 2010.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, 2007.
- DA SILVA, Sandra Regina Barbosa. *Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Bahia: EDUFBA, 2013.
- FANON, Francis. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FICO, Carlos. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Rio de Janeiro: Edusc, 2004.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRECO, Heloisa Amelia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LACERDA, Stélio. *Caxias de Ontem: um pouco de memória*. Fábrica de Livros SENAI – RJ / XEROX / FUNGUTEN, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MARIGHELLA, Carlos. *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*. Junho de 1969.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Severino Sombra, Vassouras, 2005.
- MORAES, João Quartim de. *A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e obser-*

vações críticas. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n. 1, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História e Memória. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História, Pensar e Fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PADRÓS, Enrique Sena; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; SIMÕES, Amanda Fernandes (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): o fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização*. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): repressão e resistência nos “Anos de Chumbo”*. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-137.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès; TÊTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1992.

RICARDO, José Ramalho. *Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RICOEUR, Paul. Entre memória e história. *Projeto*, Paris, n. 248, p.11, 1996.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

- \_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2002.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- STTOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1995.
- TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil*. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008. p. 569-577.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2000.

---

## **"Guerra do Riachão": conflito religioso e disputa política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)**

**Adriana da Silva Serafim**

A atuação da Igreja Católica Apostólica Romana no campo religioso, bem como nos campos políticos e sociais, tem sido tema de pesquisa de diversos autores. Scott Mainwaring (1989), Roberto Romano (1979), José Oscar Beozzo (2001), Jessie Jane Vieira de Sousa (2002), Kenneth Serbin (2001), apenas para citar algumas contribuições, analisaram formas distintas de relação da instituição com o mundo do trabalho ou da política. Em que pesem suas diferentes abordagens e ênfases, eles concordam que se tratar de uma instituição heterogênea, abrigando, em seu interior, diferentes concepções qualificadas, em geral, como "progressistas", "moderadas" ou "conservadoras".<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Ao abordar a heterogeneidade institucional, Mainwaring (1989) fala em "modelos de Igreja". Ele afirma que "a noção de modelos de Igreja sugere que o ponto de partida para a compreensão de sua política deva ser a concepção de sua missão". Quatro modelos são identificados: neocristandade, modernizadora conservadora, reformista e popular. A neocristandade se caracteriza pela oposição à secularização e às outras religiões e prega a hierarquia e a ordem. Posteriormente, os seus adeptos serão identificados como tradicionalistas. Os reformistas aceitam a secularização, são menos antiprotestantes, mais anticomunistas, mais preocupados com a justiça social e com a comunidade. Estimulam várias reformas eclesiais, inclusive na liturgia e no catecismo. Os modernizadores conservadores acreditam que a Igreja deve mudar, mas promovem um catolicismo mais forte por meio da educação religiosa mais intensa. Rejeitam o envolvimento político aberto. A Igreja popular se preocupa com a justiça social, assim como a reformista, mas postula que a verdadeira justiça exige uma mudança política radical. Vê a Igreja Católica como "povo de Deus" e defende maior participação do laicato. Quando estuda a atuação da Igreja entre 1974 e 1982, Mainwaring refere-se ao modelo da Igreja popular como progressista; ao da neocristandade como tradicionalista (conservadora); ao da modernizadora

Entre pessoas com concepções distintas a respeito da atuação da Igreja Católica, há momentos de “negociações para o convívio” (ASSIS, 2008), pois nem sempre as relações são cordiais, sobretudo em espaços de poder nos quais a concorrência entre indivíduos com diferentes concepções é constante. Nesse sentido, pretendemos explorar o campo de disputa relacionado ao conflito ocorrido entre o padre Valdir Ros<sup>2</sup> e o bispo Dom Adriano Hypólito<sup>3</sup>, na Diocese de Nova Iguaçu (DNI)<sup>4</sup>, no ano de 1982. O embate entre os eclesiásticos era tenso a ponto dos jornais o denominarem “Guerra do Riachão” (*O Globo*, 19/09/1982).

O ano de 1982 foi marcado por um pleito eleitoral que movimentou o cenário político em âmbito local. Essa foi a primeira eleição pluripartidária e direta desde que o Ato Institucional nº 2 (AI-2)<sup>5</sup> foi decretado em 1965, instituindo o bipartidarismo durante o governo do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). O eleitor pôde votar para governador, senador (uma vaga), deputado federal, deputado estadual, além de prefeito

---

também como conservador e ao da reformista como moderado. Mas todas essas nomenclaturas tomam como base a “Igreja Popular” ou “Igreja dos Pobres”.

<sup>2</sup> Catarinense, descendente de imigrantes italianos, padre Valdir Ros nasceu em 08 de fevereiro de 1942 e faleceu em 1994, em Nova Iguaçu. Ele cresceu em Rio das Vargens, no Rio Grande do Sul, estudou dos nove até os doze anos no Seminário de Lajes, em Santa Catarina. Foi ordenado no Seminário de Viamão, no Rio Grande do Sul, em 04 de julho de 1965, onde fez os estudos superiores em Filosofia e Teologia. Em 1968, padre Valdir Ros tornou-se um clérigo iguaçuano.

<sup>3</sup> Dom frei Adriano Mandarino Hypólito nasceu em São Cristóvão, em Sergipe, em 18 de janeiro de 1918, e faleceu em Nova Iguaçu, em 10 de agosto de 1996. Ele era membro da Ordem dos Frades Menores/OFM (franciscanos), clero regular. Estudou Filosofia no convento de Olinda, em Pernambuco, e obteve a formação em Teologia no convento de São Francisco, em Salvador, Bahia. Ao longo de sua vida religiosa, Dom Adriano Hypólito ocupou diversos cargos na Ordem Franciscana: professor, prefeito, mestre dos clérigos, diretor espiritual e vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Ele também foi bispo auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia (1962-1965) e delegado no Concílio Vaticano II (1962-1965). Em 1966, tornou-se bispo da Diocese de Nova Iguaçu.

<sup>4</sup> A Diocese de Nova Iguaçu (DNI) foi criada em 26 de março de 1960, pela bula *Quandoquidem Verbis*, do Papa João XXIII, constituindo-se a partir do desmembramento das Dioceses de Barra do Piraí/Volta Redonda e de Petrópolis. Atualmente a Diocese de Nova Iguaçu abrange os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu (sede), Nilópolis, Paracambi, Queimados e o distrito de Conrado (Miguel Pereira). Seu território está inserido, em sua maior parte, na região conhecida como Baixada Fluminense. Desde a sua criação até hoje, cinco bispos administraram a Sé iguaçuana. O primeiro bispo foi Dom Walmor Battú Wichrowski, que ali permaneceu por um ano (1960-1961). O segundo bispo, Dom Honoratto Piazzera (1961-1966), que antes foi administrador apostólico, permaneceu por quase cinco anos. Ainda em 1966, Dom José Gonçalves da Costa, então secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), administrou apostolicamente a diocese. O terceiro bispo foi Dom Adriano Hypólito, que governou por quase trinta anos (1966-1994). Após a resignação oficial de Dom Adriano Hypólito, dois outros bispos assumiram a Sé de Nova Iguaçu: Dom Werner Siebenbrock (1995-2002) e Dom Luciano Bergamin (2002-atualmente).

<sup>5</sup> No dia 02 de outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional Número Dois (AI-2), que aboliu a eleição direta para presidente da República, dissolveu os partidos políticos criados a partir de 1945 e estabeleceu um sistema de dois partidos: Aliança Nacional Renovadora (Arena), partido da base do governo militar, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.

e vereador. Quer dizer, foi uma eleição que envolvia o preenchimento de cargos nas esferas federal, estadual e municipal.

Neste capítulo, pretende-se evidenciar quais as relações estabelecidas entre as disputas religiosa e eleitoral. Tal questão será o fio condutor deste texto. Nele, procurarei mostrar como a divergência entre os clérigos tem desdobramentos para além do campo religioso e como as eleições influenciaram essa dinâmica; identificar esse processo não apenas como fruto da disputa entre progressistas e conservadores que se desdobra no pleito eleitoral, mas como resultante da dinâmica estabelecida pela ocorrência de dois fatores, um interno e outro externo, a saber: a ditadura militar (1964-1985) e o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)<sup>6</sup>; e, por último, apreender aspectos da atuação da DNI na Baixada Fluminense (BF) em tempos de “abertura política” (1974-1985).

Para analisar a atuação da Igreja Católica na BF e compreender o posicionamento das lideranças católicas em choque, dialogarei com Roberto Romano (1979, p. 20-23), que considera a Igreja Católica uma instituição multicelular, dotada de coerência própria, que não pode ser avaliada apenas na conjuntura imediata dos fatos. Na condição de *corpo místico*, seu objetivo não atende a este mundo, e sim ao plano transcendente: a salvação dos homens a partir da construção do Reino de Deus na Terra – que o autor chama de *atitude soteriológica*. Ao analisar a atuação da Igreja Católica na BF, o conceito de *corpo místico* é útil para compreendermos as opções pastorais, sociais e políticas dos religiosos católicos. O autor parte do pressuposto de que a fé na salvação move as ações desses sacerdotes. Por isso, a política pastoral ou o trabalho pastoral desses clérigos será denominado como *projeto teológico-político*. Entenderemos o conflito entre Dom Hypólito e padre Ros como uma disputa de projetos teológico-políticos de dois membros do *corpo místico* que integram a DNI.

Em 1966, Dom Adriano Hypólito chegou à DNI, que se encontrava em fase de estruturação, necessitando ampliar o seu corpo religioso e o número de templos para atender a então crescente população da BF. Em 1968, padre Ros tornou-se um clérigo iguaçuano. Ele chegou acompanhado de quinze jovens, os quais pretendia formar como missionários no Instituto Estrela Missionária (IEM)<sup>7</sup>, instituição cuja concepção foi elaborada pelo pró-

<sup>6</sup> O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) marca um dos mais importantes momentos da história da Igreja Católica no século XX, constituído por quatro sessões, realizadas ao longo de quatro anos, sob a liderança de dois papas: João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978).

<sup>7</sup> Essa instituição foi criada, em 1977, como *pia união* ou *associação piedosa*, em seu ramo masculino. Isso significa que o bispo é o responsável por seminários e associações piedosas existentes no território de sua diocese. As *associações piedosas* ou *pia associação* são associações de fiéis, clérigos ou leigos, normatizadas pelo Código de Direito Canônico. O IEM abarcava o Seminário da Estrela Missionária, que formava homens para o sacerdócio e o Instituto das Irmãs da Estrela Missionária, dedicado à formação de mulheres. “Cân. 312 – § 1. A autoridade

prio padre. Embora Dom Hypólito fosse formalmente o fundador do IEM, na prática, a administração cabia ao padre Ros, conhecido como “reitor” do Seminário Estrela Missionária. Segundo padre Ros, em 1980, o IEM administrava pastoralmente duas paróquias, a Nossa Senhora da Conceição, do bairro Riachão, onde se localizava o Seminário, e a São João Batista, do bairro São João, além de dois curatos<sup>8</sup>, nos bairros Cacuia e Sarapuí, núcleos que atendiam a um total de 50 comunidades<sup>9</sup>.

Entre 1968 e 1981, os religiosos católicos trabalharam para atenuar um dos grandes problemas da Igreja Católica brasileira naquele momento, a falta de padres. Segundo Dom Adriano Hypólito, padre Valdir Ros não se opôs à sua atuação pastoral, embora não comparecesse às reuniões do clero, alegando estar sempre muito ocupado, afastando-se gradativamente da pastoral da diocese<sup>10</sup>, do clero e do bispo (*Jornal de Hoje*, 29/05/1982).

Essa oposição foi sendo construída, não existindo no momento em que os clérigos começaram a trabalhar na mesma diocese.<sup>11</sup> As práticas pastorais de cada sacerdote demonstravam como os dois tinham concepções diferentes sobre atuação da Igreja Católica. Contudo, as discordâncias transformaram-se em conflito à medida que o Concílio Vaticano II e a ditadura militar geraram mudanças dentro e fora da instituição eclesial.

## CONFLITO RELIGIOSO E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

As divergências começaram quando, no mês de junho de 1979, o padre José Beste, antigo vigário da Paróquia de Belford Roxo, doou a casa paroquial para o IEM<sup>12</sup> e retornou para a Alemanha, sua terra natal. Padre Ros relata, em seu livro, que antes de ir embora, o padre Beste pediu a Dom Adriano Hypólito que entregasse a paróquia aos cuidados pastorais do

---

competente para erigir associações públicas é: [...] 3º para as associações diocesanas, o Bispo diocesano no seu próprio território, mas não o Administrador diocesano, exceptuadas aquelas associações cujo direito de erecção foi reservado a outrem por privilégio apostólico” Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

<sup>8</sup> É uma comunidade de fiéis, constituída estavelmente no contexto de uma diocese cuja cura pastoral o bispo confia a um pároco como seu pastor próprio. A ela se equipara a quase-paróquia, comunidade semelhante antes de poder ser constituída paróquia. Disponível em: <<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

<sup>9</sup> Cada comunidade refere-se a um templo. Um conjunto de comunidades forma uma paróquia.

<sup>10</sup> Não encontrei, na pesquisa, uma definição para esse conceito, mas ele se refere à concepção e à prática das atividades pastorais da Diocese de Nova Iguaçu que incentivam o envolvimento político e social a partir da leitura bíblica, proporcionando uma intervenção direta do cristão no mundo.

<sup>11</sup> Pesquisei a origem do conflito entre os clérigos católicos e o seu desdobramento no campo político iguaçuano em minha dissertação de mestrado (SERAFIM, 2013).

<sup>12</sup> Segundo padre Ros, a casa pertencia ao padre Beste, e não à diocese iguaçuana, tanto que a doação foi lavrada em cartório.

IEM, mas o bispo nomeou o padre Antônio Laranjeiras como novo vigário. Posteriormente, iniciaram-se as negociações para que a casa, então ocupada por Johanna Schmid, leiga alemã a serviço do IEM, voltasse a funcionar como casa paroquial. Ainda em 1979, Dom Hypólito ordenou Ari Antunes, o primeiro padre formado no IEM. No mesmo ano, foi erigido o ramo feminino do IEM, identificado como Instituto das Irmãs da Estrela Missionária (IEM), nos moldes do masculino. Entretanto, por conta do conflito entre o padre Valdir Ros e Dom Adriano Hypólito, o bispo não procedeu à criação do IEM nem autorizou a instalação do seminário na casa doada pelo padre José Beste (ROS, 1983, p. 40).

Diante dos desentendimentos, em junho de 1980, o bispo convocou os padres Ros e Fernando Gomes de Melo para uma reunião na residência episcopal e, “após longo debate”, conforme relata Ros, Dom Hypólito fez “três exigências” para que o IEM continuasse na DNI. A primeira seria “que o IEM lhe vendesse a casa de Belford Roxo”; a segunda “que cedesse o Pe. Ari Antunes para a Diocese” e a terceira “que o IEM assumisse plenamente a Linha Pastoral Diocesana” (ROS, 1983, p. 34). De acordo com padre Ros, ele deixou de aceitar a hierarquia da Igreja Católica em 1977, quando percebeu a “infiltração comunista na Diocese de Nova Iguaçu”. Segundo o sacerdote, as três exigências citadas acima o fizeram “separar-se da diocese” (*O Globo*, 31/08/1982).

Logo após a reunião com Dom Hypólito, padre Ros procurou Dom Ivo Lorscheiter<sup>13</sup> para conversar sobre as exigências feitas. Dom Ivo o aconselhou a expor a situação ao Núncio Apostólico e procurar Dom Adriano Hypólito para conversar acerca dessa questão.

Em julho de 1980, padre Ros enviou uma carta ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, declarando não poder concordar com as exigências de Dom Adriano, argumentando que recebeu a doação da casa sob a condição de que a mesma não fosse doada nem vendida e que, se o IEM cedesse os padres ao bispo, deixaria de ser um instituto missionário, propunha-se, entretanto, a contribuir com a diocese dando continuidade ao atendimento pastoral das quatro paróquias; e, por fim, concluiu dizendo que não poderia aceitar uma absorção do instituto pela diocese (ROS, 1983, p. 36), o que significaria seguir o projeto teológico-político (ou linha de atuação pastoral) diocesano. O sacerdote, então, foi orientado por Dom Eduardo Pironio, Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos do Vaticano, a abrir uma casa do instituto em outra diocese e com a recomendação do novo bispo, da CNBB e da Nunciatura, a iniciar um processo para elevar o IEM a Instituto de Direito Pontifício. Nessa condição, a instituição ficaria

<sup>13</sup> Bispo da Diocese de Santa Maria/RS. Foi professor e reitor do Seminário de Viamão durante a formação de padre Ros, nos anos 1960. Entre 1979 e 1982, foi presidente da CNBB.

subordinada apenas à Santa Sé, e o padre Ros, como fundador e superior geral, teria *status* de bispo e autonomia para a implantação de seu projeto teológico-político.

Em janeiro de 1981, uma carta assinada pelos membros do Conselho Presbiteral<sup>14</sup> e do Conselho Diocesano<sup>15</sup> foi enviada a todos os bispos do Brasil e de outros países, expondo a versão da diocese. Na carta, os conselheiros argumentavam que as atitudes do padre Valdir Ros e de Johanna Schmid fomentavam o escândalo, e que o IEM estava se revelando prejudicial à Igreja Católica, porque dividia o povo e não se submetia à linha pastoral da CNBB, exercida na Diocese de Nova Iguaçu; por esse motivo recomendava que não fosse dado nenhum passo canônico para consolidar o instituto enquanto fundação religiosa. Na mesma carta, os conselheiros afirmavam que a questão da doação desvela atitudes mais sérias como “traição da confiança”, “enfrentamento ostensivo ao Bispo Diocesano”, “desprezo formal pela Pastoral Diocesana” e “incapacidade de diálogo”. Concluem o texto expondo os motivos pelos quais apoiam Dom Adriano Hypólito: “por seu respeito ao ser humano”, “por suas qualidades no trato com o Povo de Deus”, “por sua fidelidade à Igreja de Jesus Cristo” e “por buscar sempre o melhor para a Igreja”. Essa carta resultou na suspensão das contribuições que o IEM recebia de “benfeitores”, especialmente, da Europa (ROS, 1983, p. 59-63).

De acordo com o bispo, em julho de 1981, padre Ros lhe pediu que nomeasse outro padre para vigário do Riachão, porque iria transferir o ramo masculino do IEM para Diocese de Ponta Grossa, no Paraná. Toda a instituição referia-se aos demais seminaristas e as freiras, seria transferida no ano seguinte (*Boletim Diocesano*, 08/1982, p. 2 e 10/1982, p. 1).

Padre Agostinho Pretto, oriundo do Rio Grande do Sul, estudou no seminário de São Leopoldo e tornou-se o novo pároco do Riachão. No início dos anos 1960, esse sacerdote foi nomeado assistente nacional da Juventude Operária Católica (JOC). Após o golpe de 1964, houve intervenção militar

---

<sup>14</sup> De acordo com o Código de Direito Canônico, o Conselho Presbiteral é um grupo de sacerdotes que forma uma espécie de senado do bispo e representa o presbitério, ao qual compete auxiliar o bispo no governo da diocese nos termos do direito, para se promover o máximo possível o bem pastoral do povo de Deus que lhe foi confiado. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2012.

<sup>15</sup> O Código de Direito Canônico sugere que, em cada diocese, na medida em que as circunstâncias pastorais o aconselharem, constitua-se o conselho pastoral, ao qual cabe, sob a autoridade do bispo, investigar e ponderar questões concernentes às atividades pastorais da diocese e propor conclusões práticas. “§ 1. O conselho pastoral é constituído por fiéis que se encontrem em plena comunhão com a Igreja católica, quer clérigos quer membros dos institutos de vida consagrada, quer, sobretudo leigos, designados pelo modo determinado pelo Bispo diocesano” (Cân. 511, Cân. 512). Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>..Acesso em: 07 ago. 2012.

na JOC, o que forçou a entidade a operar na clandestinidade. Em agosto de 1970, padre Agostinho foi preso e brutalmente torturado. Nessa época, o padre morava em uma favela do Rio de Janeiro e era coordenador da JOC na América Latina. Em 1974, chegou à Nova Iguaçu, qualificada como “diocese da clandestinidade para militantes, advogados e outros que operavam silenciosamente contra o regime” (SERBIN, 2008, p. 41-42). Pretto cumpriu um mandato de três meses no Riachão, logo sendo substituído por outro padre. Padre Bruno informou-nos que a substituição de padre Agostinho foi motivada por uma agressão que o mesmo sofreu na igreja da Palhada 1, quando foi impedido de celebrar a missa e foi trancado na sacristia por padre Ros e seus “seguidores”. De acordo com padre Bruno, esse episódio fez padre Agostinho “reviver uma situação, um drama” relacionado ao período em que esteve preso (Depoimento de padre Luigi Constanzo Bruno à autora da investigação, 2011).

Ocorre que no mês de setembro de 1981, padre Ros foi internado pelos padres do seminário cujos nomes não foram citados, em uma clínica de doenças mentais, no Rio de Janeiro. Sobre essa internação, padre Ros relata que foi levado para a clínica pelo Dr. Dário Borba e mais três bombeiros (ROS, 1983, p. 80). Ele recebeu alta após 15 dias de tratamento psiquiátrico na Clínica de Saúde da Gávea (*O Globo*, 31/08/1982). No entanto, voltou a ser internado em Santa Catarina, sua terra natal. E, após esse segundo tratamento, parecia ter melhorado (*Boletim Diocesano*, 08/1982, p. 2).

No final de 1981, padre Valdir Ros viajou para a Alemanha, sem a autorização de Dom Adriano Hypólito, com o objetivo de levantar recursos para construção do novo seminário em Ponta Grossa. Enquanto o padre Ros estava fora do país, o padre Fernando Gomes de Melo, seu procurador, pediu oficialmente a transferência do IEM para a nova diocese, assim como a excardinação<sup>16</sup> de membros que faziam parte do clero da Diocese de Nova Iguaçu. O bispo despachou favoravelmente o pedido feito por padre Fernando. No mês de dezembro de 1981, padre Ros deixou de pertencer ao clero de Nova Iguaçu. No início de 1982, o IEM foi extinto da DNI por meio de decreto episcopal, porque havia se retirado da diocese (*Boletim Diocesano*, 09/1982, p. 3).

Contudo, diante da informação de que Dom Geraldo Pellanda, bispo de Ponta Grossa, instruído por Dom Carmine Rocco, o Núncio Apostólico, seria o diretor do IEM, padre Ros, inconformado com a decisão, determinou a volta do instituto para Nova Iguaçu. Diante da discordância dos demais membros, padre Ros os expulsou da instituição e retornou sozinho para Nova Iguaçu, em fevereiro de 1982, instalando-se no prédio do seminário, no bairro do Riachão. Como não tinha a autorização do bispo, arrom-

<sup>16</sup> Esse termo refere-se à transferência de religiosos de uma diocese para outra.

bou a porta da igreja e expulsou o vigário. Valendo-se do argumento de que o bispo era “comunista”, padre Valdir Ros mobilizou fiéis, chamados no texto de “adeptos”, que o reconheciam como autoridade e apoiavam a sua permanência (*Boletim Diocesano*, 09/1982, p. 3).

Qualificamos a convivência entre os clérigos, que compartilhavam um trabalho vocacional, como tolerada, porque o próprio Dom Adriano Hypólito escreveu que, durante mais de dez anos, conviveu com o padre Valdir Ros, apesar das divergências, sempre guiado pela caridade cristã (*Correio da Lavoura*, 30/05/1982, p. 3). Contudo, gradualmente, a divergência foi se transformando em um conflito que extrapolou os limites da Igreja Católica e alcançou as manchetes de diversos jornais (*Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, Diocese de Nova Iguaçu, n. 162-163, jul./ago. 1982, p. 3)<sup>17</sup>. Esse conflito passou de “discordância” a “desobediência” até chegar a uma tentativa de “cisma”, em um movimento liderado pelo clérigo, propondo a criação de outra diocese. Padre Ros manteve a ocupação de mais de vinte templos em diferentes bairros. Além de invadir os templos e de resistir às tentativas de reintegração de posse da diocese, padre Valdir Ros, com o discurso de que os comunistas estariam tentando acabar com a Igreja Católica, defendeu uma divisão da Diocese de Nova Iguaçu em duas partes, uma sob a sua administração, e a outra seria administrada por Dom Adriano Hypólito (*Boletim Diocesano*, 09/1982, p. 2). Portanto, é possível afirmar que o conflito entre os religiosos não existia *a priori*, mas se desenvolveu na medida em que a política pastoral adotada pela diocese foi forjada a partir das orientações conciliares.

De acordo com Dom Adriano Hypólito, o que justificaria o comportamento do padre Ros seria o fato de ele ser “esquizofrênico”. Isso “implica em aceitar menor responsabilidade dele no que diz e faz”. Por esse mesmo motivo, conforme o bispo, nem ele, nem o Conselho Diocesano e nem o Conselho Presbiteral haviam tomado medida canônica<sup>18</sup> para punir o sacerdote, buscando atenuar a situação. Apesar disso, o bispo relatou acreditar que o padre Ros apresentava lucidez e, nesse sentido, sabia perfeitamente o que estava fazendo (*Boletim Diocesano*, 08/1982, p. 2). Quando questionado se as atitudes do padre Valdir Ros tinham implicações políticas, Dom Adriano Hypólito disse que “há quem pense assim”; havia pessoas na diocese que viam, no comportamento do sacerdote, interesses em dificultar, “no próprio

<sup>17</sup> De acordo com a seção “Crônica” do referido periódico, após a “MU”, entre 24 e 27 de maio, Dom Adriano Hypólito foi entrevistado por veículos de comunicação nacionais e internacionais. São citados os repórteres: Josef Theunis (holandês), que abordou a Igreja Católica no Brasil e na Baixada Fluminense; Valéria Fernandes, do *Jornal do Brasil*; Marcelo Sagat, da *Folha de S. Paulo*; Cristina Rego Monteiro, da TV Bandeirantes; Lucia Rita, da revista *Veja*; Regina Echeverria e Flávio Nelson, da revista *Isto É*; Moisés Cellermann, de *O Estado de S. Paulo*, e Domingos Fraga e Cláudio Passos, do *Jornal de Hoje* (Nova Iguaçu).

<sup>18</sup> Atitude ou medida tomada com base no Código de Direito Canônico.

seio da Igreja”, o trabalho pastoral da “nossa diocese” (*Boletim Diocesano*, 09/1982, p. 2). O bispo admitiu que a mentalidade do padre Valdir Ros corresponderia à “mentalidade de grupos radicais de direita”. No entanto, ele não dispunha de provas para afirmar se grupos políticos o “atçavam” ou o “manipulavam” (*Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982, p. 2). Esse posicionamento de Dom Adriano Hypólito nos motivou a pesquisar outras apropriações desse conflito, porque se, por um lado, ele responsabiliza a esquizofrenia pela crise do padre Ros, por outro, não descarta a possibilidade de haver implicações políticas em um momento de disputa eleitoral, durante a transição entre o regime militar e a democracia.

### **“GUERRA DO RIACHÃO”: O HIATO IGUAÇUANO**

A Diocese de Nova Iguaçu nasceu no “abrir das janelas” do Concílio Ecumênico Vaticano II e se estruturou seguindo as suas diretrizes. O Concílio provocou algumas mudanças na Igreja Católica: no ritual da missa, nas vestes dos sacerdotes e no modo de a instituição se relacionar com o mundo. Essas mudanças geraram resultados positivos e negativos, como conflitos no interior da instituição, estendidos até os anos 1980.

O Concílio contribuiu de forma positiva para a organização da Igreja Católica do Brasil. A possibilidade aberta, pelo Concílio, de adaptação do trabalho pastoral às condições locais e o reconhecimento da responsabilidade dos bispos como porta-vozes de suas dioceses permitiu certa autonomia às igrejas particulares. Fator que, por sua vez, impulsionou o episcopado brasileiro, por meio da CNBB, a traçar ações comuns de âmbito nacional, mediante a produção do Plano Pastoral de Conjunto (PPC). Segundo Beozzo, o PPC destinava-se “a colocar em prática em cada diocese e em cada aspecto da vida da igreja, as grandes intuições e decisões do Concílio” de modo que fosse possível flexibilizá-lo e adaptá-lo a qualquer região e a qualquer diocese (BEOZZO, 2001, p. 240).

Em 1966, Dom Adriano Hypólito começou a sua vivência na Baixada Fluminense, seis anos depois da criação da Diocese de Nova Iguaçu e dois anos após o golpe militar. A diocese encontrava-se em fase de estruturação, ainda necessitando ampliar o seu corpo religioso e o número de templos para atender à também crescente população da Baixada Fluminense. Além da organização eclesial, Dom Hypólito, como pastor, precisava planejar ações que expandissem a mensagem de Jesus Cristo, dar assistência aos fiéis e congregar novos cristãos para sua diocese. Ao mesmo tempo em que havia o desafio da organização, tratava-se de uma diocese onde novas práticas pastorais poderiam ser experimentadas. É importante lembrar, ainda, que um dos compromissos do bispo era pôr em prática as orientações concii-

liares a partir da realidade local, por meio da construção do plano pastoral diocesano (NASCIMENTO, 2007, p. 47). Com base nesse plano, produzido em 1968, a Igreja “reconhece sua ineficiência” em ser “presença” para uma parte dos fiéis. Isso significa que, de acordo com Dom Adriano, em uma área complexa como a Baixada Fluminense, “não se exige apenas a aplicação normal do Concílio: a renovação, o *aggiornamento* deve ser imediato e rápido, urgente e agressivo” (apud NASCIMENTO, 2007, p. 48).

Em 1968, realizou-se a I Assembleia Diocesana que elegeu, como prioridade, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dentro delas, funcionavam grupos comunitários, como círculos bíblicos, clubes de mães, grupos de jovens e clubes de catecismo, que discutiam a fé e a realidade social. De acordo com Scott Mainwaring (1989), as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a oferecer perspectivas políticas críticas durante os anos de maior repressão, entre 1968 e 1974. Segundo esse autor, Dom Adriano Hypólito incentivou as mudanças que levariam a Igreja Católica, em Nova Iguaçu, a uma estreita identificação com as classes populares e os movimentos sociais.

Ao se referir à questão pastoral em uma entrevista, Dom Adriano afirmou que “os problemas sociais da Baixada Fluminense condicionam naturalmente o trabalho da Igreja, são em certo sentido os problemas da Pastoral” (*Boletim Diocesano*, 09/1982, p. 2). O bispo apoiou, portanto, as iniciativas que contribuíram para a erradicação dos problemas sociais, tanto dentro como fora da igreja. Na esfera religiosa, organizou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Operária (PO), prioridade pastoral para o ano de 1978. Nesse mesmo ano, criou a Comissão Diocesana de Justiça e Paz (CDJP). O Decreto Diocesano de criação da CDJP expressa que sua finalidade era defender os “Direitos Humanos à luz da fé; considerando que se faz necessária uma entidade que assuma na Baixada Fluminense de maneira estável esta missão de defender a Justiça e a Paz”.<sup>19</sup> Segundo José Cláudio Souza Alves (2003, p. 135), no estudo que empreende sobre a face política da violência na Baixada Fluminense, a CDJP denunciava casos de violência, cobrava investigação de crimes, promovia debates e encaminhava documentos às autoridades constituídas, exigindo respostas sobre os inquéritos.

Fora dos muros da igreja, a diocese apoiou movimentos sociais que organizavam a população com o objetivo de reivindicar, do poder público, soluções para os seus problemas. Como afirma o próprio Dom Hypólito, sua atuação em relação ao movimento era “o compromisso evangélico de fazer uma opção preferencial pelos pobres”. O apoio do bispo se insere em

---

<sup>19</sup> Em 12 de fevereiro de 1978, através do Decreto 01/78, Dom Adriano Hypólito criou a Comissão de Justiça e Paz. Cf. MENESSES, Antônio Lacerda de. Da Comissão de Justiça e Paz ao Centro de Direitos Humanos: 25 Anos de Caminhada. *Jornal Caminhando*, Nova Iguaçu, março de 2003.

uma dimensão religiosa, pois, ao conferir suporte a movimentos que trabalhavam para o bem do povo, ele, como pastor, também estaria cuidando do seu rebanho.

Ao defender os direitos humanos e estimular a organização dos movimentos populares, Dom Adriano Hypólito se aproximou de lideranças políticas que já estavam na região, envolvidas na luta pela terra, desde a década de 1950 (GRYNSZPAN, 1990), algumas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outras que optaram somente por viver naquele lugar. Como exemplo, citamos os médicos sanitaristas Antonio Ivo de Carvalho, Ana Leonor de Carvalho, Lucia Souto e José Noronha, que iniciaram um trabalho em um posto de saúde da diocese, em 1974, que se desdobrou no Movimento Amigos do Bairro (MAB)<sup>20</sup>. A contratação dos médicos, propiciada pelo regime militar, significou, para a igreja de Nova Iguaçu, segundo Percival Tavares (1993), “um salto qualitativo em sua linha pastoral”, porque o grupo pastoral<sup>21</sup>, que assessorava Dom Adriano Hypólito, defendia “que deveria surgir uma organização popular de Amigos do Bairro que deveria ser autônoma e que os católicos, os membros das CEBs deveriam encontrar aí um [...] instrumento para sua luta [...] como morador” (Relato de Ugo Paiva apud SILVA, 1993, p. 35). Além de intelectuais e de militantes políticos, Dom Adriano Hypólito acolheu religiosos que eram perseguidos em outras dioceses, como ocorreu com o padre Agostinho Pretto.

Entretanto, esse projeto teológico-político de aproximação com os movimentos sociais implementado na DNI pelo bispo e por seus pares não pode ser definido como a voz de toda a instituição. Scott Mainwaring (1989, p. 226) evidencia que Nova Iguaçu era uma diocese dividida, porque possuía “um grande número de padres moderados e alguns padres conservadores que discordavam abertamente do bispo”. No que tange à chamada “Guerra do Riachão”, a discordância no modo de avaliar a atuação pastoral da Igreja Católica de Nova Iguaçu transformou divergências em conflito.

As mudanças acenadas no Concílio Vaticano II não foram empreendidas sem conflitos. Foram produzidos resultados que contrastaram com as expectativas dos *padres conciliares*. No que diz respeito à aplicação das diretrizes conciliares, houve um distanciamento e um descompasso de perspectivas entre aqueles que participaram do concílio e os que permaneceram em suas paróquias e dioceses, gerando impasses dentro da instituição. De acordo com Beozzo (2001, p. 36), o concílio abriu “um perigoso hiato entre a

<sup>20</sup> O MAB surgiu em 1974, fruto do trabalho de médicos sanitaristas que ministraram cursos sobre saúde. Em 1985, o MAB chegou a representar 120 associações de bairros da Baixada Fluminense, constituindo-se em um dos mais importantes da região (MAINWARING, 1989, p. 217-219). Para mais informações, ver Silva (1993).

<sup>21</sup> Esse grupo era constituído pelos padres: Matheo Vivalda (diretor da Cáritas Diocesana), Henrique (vigário da catedral), Agostinho Pretto (assistente da Pastoral Operária) e Ugo Paiva (coordenação da pastoral da DNI), entre outros não citados pelo autor (SILVA, 1993, p. 36).

experiência vivida pelos bispos e o restante da Igreja do Brasil”, ou seja, os fiéis, membros das ordens religiosas, os padres e o laicato organizado não viveram a mesma experiência e não presenciaram o encontro. Ocorre que o concílio acelerou a mudança do corpo episcopal, mas não tinha condições de impor o mesmo ritmo de mutações no conjunto do corpo eclesial, conclui o autor. Ele relata que focos de resistência no episcopado, bem como entre os teólogos mais tradicionais e entre importantes parcelas da opinião pública de determinados países, contrastaram com a entusiasta recepção da reforma conciliar por setores majoritários do catolicismo.

Como evidenciado acima, o grupo mais afetado pelas mudanças conciliares foi o dos padres. Isso aconteceu porque os sacerdotes se viram diante de práticas eclesiais distintas daquelas aprendidas nos seminários, organizados nos moldes da igreja tridentina, sobre as quais não deliberaram. No Brasil, por exemplo, a formação dos padres obedecia às determinações do Concílio de Trento. De acordo com Serbin (2008), o seminário tridentino representou a padronização da formação clerical, que “ênfatizava a ortodoxia doutrinária, a obediência hierárquica e o rigor intelectual e espiritual. A disciplina governava o sistema, e o celibato era seu ideal”. Esse modelo de formação clerical, qualificado de *romanização* por Kenneth Serbin, vigorou no Brasil de 1840 a 1962. Serbin afirma que “em 1964, os seminários ainda operavam com base na estrutura tridentina” (SERBIN, 2008, p. 78-173). Tais práticas não foram substituídas de maneira uniforme e tranquila nas dioceses do Brasil após o Concílio Vaticano II. Portanto, podemos afirmar que a formação do padre Valdir Ros se deu nessas condições, já que sua ordenação data de 1965. Logo, a “Guerra do Riachão” seria um caso exemplar do *hiato* provocado pelo Concílio Vaticano II e agravado pela ocorrência das eleições de 1982.

### **“GUERRA DO RIACHÃO” E AS REDES SOCIAIS E POLÍTICAS DE DOM HYPÓLITO E DO PADRE ROS**

Em fevereiro de 1982, padre Valdir Ros instalou-se no prédio do IEM e começou a celebrar missas na igreja sediada no mesmo terreno. Ao retornar ao local onde viveu por quatorze anos, o clérigo recebeu proteção e encontrou condições de articulação com pessoas que o apoiavam de diversas formas, inclusive na propagação de suas ideias. Com o apoio de um grupo de fiéis, o sacerdote ocupou<sup>22</sup> várias igrejas. Uma dessas ocupações

---

<sup>22</sup> Identificamos, como ocupação, o conjunto de atos do padre Valdir Ros de trocar as fecheaduras, de nomear outros fiéis para cargos de confiança na organização financeira, zeladoria e de celebrar missas em alguns templos que faziam parte da área pastoral que esteve sob sua responsabilidade enquanto era um clérigo iguaçuano.

foi noticiada pelo *Correio de Maxambomba* com o título “Jardim Nova Era: Padre reassume paróquia”. O texto informou o retorno de padre Ros a Nova Iguaçu. O mais curioso é que a igreja matriz dessa paróquia localizava-se “próximo ao Centro Comunitário local, coordenado pelo nosso diretor José Lopes de Brito” (*Correio de Maxambomba*, 17/04/1982). Ainda na mesma reportagem, destaca-se que compareceram à missa mais de 500 pessoas, “não tendo a igreja espaço suficiente para comportá-los”. Dentre os presentes, estavam o pastor, o professor e jornalista Hávila Sá Freire de Souza (que assinou a matéria), o pastor Dr. Gerson de Oliveira Primo e José Lopes de Brito.

Desde então, a “Guerra do Riachão” frequentemente era destaque nas manchetes. As ações dos católicos assumiram uma feição radical, incluindo, não raramente, episódios de violência, como o que ocorreu na Missa da Unidade<sup>23</sup>, celebrada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no dia 23 de maio de 1982. A reportagem publicada no *Jornal do Brasil* (JB) trazia uma descrição detalhada do evento: “Fiéis vão missa em Nova Iguaçu”. A chamada de capa dá a tônica do texto em relação ao comportamento dos fiéis. Segundo a jornalista Valéria Fernandes, milhares de fiéis liderados pelo bispo Dom Adriano Hypólito e pelo padre Valdir Ros rezaram, vaiaram e se agrediram verbalmente, em nome do mesmo Deus e em defesa do cristianismo, durante a missa promovida pelo bispo iguaçuano e celebrada por quatro bispos e por cinquenta padres para “unificar a igreja do município dividida entre [os] progressistas (‘os comunistas’) e os conservadores (‘os fanáticos’), segundo a ótica de cada grupo” (*Jornal do Brasil*, 24/05/1982, p. 4).

A reportagem publicada a respeito da “Guerra do Riachão” destacou a violência entre os católicos na DNI como consequência da disputa entre “progressistas” (aliados de Dom Adriano Hypólito) e “conservadores” (aliados do padre Valdir Ros). Entretanto, avaliamos que conduzir a análise considerando apenas essa motivação tornaria nossas possibilidades interpretativas muito limitadas. Assim, o conflito será analisado como instrumento de construção de redes com as quais cada clérigo está envolvido, tanto no plano religioso quanto nos planos político e social, pois, a partir do momento em que esse “cisma”<sup>24</sup> foi apropriado por outros atores sociais, a

---

<sup>23</sup> Essa missa foi celebrada por Dom Adriano Hypólito no terreno do IEM, identificado como o “lugar do padre Ros”, em um momento muito tenso do conflito quando a DNI parecia dividida entre os que defendiam a “unidade” diocesana e aqueles que apoiavam a proposta de divisão do padre Valdir Ros. Simbolicamente, esse ritual ratificou o poder do bispo, maior autoridade dentro do espaço da diocese. Para mais informações, ver Serafim (2013).

<sup>24</sup> Na língua portuguesa, significa o ato de desconhecer a autoridade de seu chefe espiritual. Para a Igreja Católica é a divisão de uma diocese, quando a autoridade do bispo não é reconhecida. Esse termo foi usado por alguns jornais quando se referiam ao conflito instaurado em Nova Iguaçu.

trama se mostrou reveladora de um momento central para o entendimento da história recente da Baixada Fluminense.

Ainda de acordo com a mesma reportagem, “os únicos políticos presentes à *missa-manifestação* [...] se colocaram discretamente no meio da multidão e não ousaram definir-se publicamente por nenhuma das partes conflitantes” (*Jornal do Brasil*, 24/05/1982, p. 4). A reportagem publicada no *Jornal de Hoje*, diário local, destacou nominalmente as personalidades políticas, são citados: Jorge Gama (deputado federal e candidato a vice-governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB), Antônio Ivo de Carvalho (liderança social e candidato a prefeito de Nova Iguaçu pelo PMDB), Francisco Amaral (deputado estadual eleito pelo PMDB) e, ainda, José Malheiros, Ismael Lopes (candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores/PT), Domingos Puziol (candidato a vereador pelo PMDB) e Ananias Batista (*Jornal de Hoje*, 25/05/1982). A ausência de autoridades políticas e militares em um evento tão ressonante como a Missa da Unificação chama a atenção. Não há relato, por exemplo, da presença de Ruy de Queiroz, o prefeito de Nova Iguaçu, do Partido Democrático Social (PDS)<sup>25</sup>, partido da base do governo federal. Lendo as reportagens, percebemos que as lideranças políticas que compareceram à missa eram ligadas aos partidos políticos de oposição ao regime militar.

Com o fim do bipartidarismo, entravam em cena seis partidos políticos, movimentando ainda mais o cenário eleitoral. A Arena transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), e o MDB, no PMDB. Os filiados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>26</sup> dividiram-se, parte ficou nessa sigla, e outra parte fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>27</sup> sob a liderança de Leonel Brizola, eleito governador do Rio de Janeiro em 1982<sup>28</sup>. Havia também o Partido Popular (PP)<sup>29</sup> e o PT<sup>30</sup>. Com exceção do PP, os outros cinco partidos apresentaram candidaturas para concorrer ao governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982. Nessa eleição, as coligações entre os partidos não foram permitidas, e o voto vinculado foi obrigatório, ou seja, o eleitor deveria votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos. Em âmbito municipal, foi mantido o sistema de sublegendas, em que cada sigla partidária poderia apresentar até três candidatos a prefeito e

<sup>25</sup> Antigo Arena.

<sup>26</sup> Fundado em 1945 por Getúlio Vargas, entre outros, funcionou até 1965, quando foi extinto pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2). Com a volta do pluripartidarismo, passou a ser dirigido por Ivette Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, após intensa disputa com Leonel Brizola.

<sup>27</sup> Fundado por Leonel Brizola e por outros “trabalhistas” que eram filiados ao PTB em 1980.

<sup>28</sup> Nessa eleição, ocorreu o chamado “fenômeno Brizola” que provocou uma estadualização das eleições. Para votar em Leonel Brizola, os eleitores da Baixada Fluminense votaram em candidatos do PDT. Em Nova Iguaçu, Paulo Leone venceu as eleições para prefeito. Ver Alves (2003, p. 107).

<sup>29</sup> Partido criado em 1980 por Tancredo Neves, incorporado ao PMDB em 1981.

<sup>30</sup> Partido fundado em 1980 pelo líder sindical Luiz Inácio da Silva (Lula), entre outros.

seus respectivos vices. Julgamos importante salientar que todos os partidos políticos que concorriam às eleições de 1982 eram vistos como oposição, pois concorriam para quebrar a hegemonia do PDS.

A conjuntura nacional e as novas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II estreitaram a relação entre as esferas religiosa e política, porque o espaço eclesial procurava remeter à participação política, assim como a leitura da Bíblia se fazia a partir dos problemas sociais vividos pelos moradores da Baixada. A bricolagem de símbolos tradicionais do catolicismo e de símbolos de reivindicação política utilizados em ritos, como a missa, exprime essa aproximação entre as duas esferas (SERAFFIM, 2013). De acordo com Nascimento (2007, p. 52), a Igreja Católica se fez presente na Baixada Fluminense com uma inserção que significou a construção de um campo político de oposição ao regime militar através de seu papel como articuladora dos movimentos sociais.

Scott Mainwaring (1989) analisou a ligação entre o MAB e a Igreja Católica de Nova Iguaçu, salientando que houve, na diocese iguaçuana, uma “relação harmônica” de trabalho desenvolvida entre os católicos e a “esquerda marxista”<sup>31</sup> quando comparada a outras dioceses brasileiras. Essa “relação harmônica” seria o fator-chave para o sucesso do MAB, embora existissem tensões com outros grupos dentro do movimento e da igreja.

Entre os anos de 1979 e de 1982, o MAB conseguiu aglutinar centenas de associações de moradores sob a sua representação, o que lhe garantiu grande mobilização popular em momentos fundamentais nas reivindicações nos planos municipal e estadual, obtendo algumas vitórias frente ao governo local (SILVA, 1993, p. 35). Assegurou, enfim, o destaque de líderes políticos como os citados na reportagem concernente à Missa da Unidade.

Nesse contexto, destacaremos a atuação de Antônio Ivo de Carvalho, que estudou Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 1968 e 1974. Esse médico sanitarista participou de “forma intensa”, durante a sua formação, do movimento estudantil universitário. Era filiado ao PCB e mantinha ligações com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) de 1969 a 1971, quando foi preso. Mudou-se para Nova Iguaçu em 1974. O médico relatou que, naquele momento, não estava ligado a nenhuma organização. Segundo Antônio Ivo de Carvalho, Dom Adriano Hypólito orientava para quais paróquias o grupo de médicos deveria ir e também traçava um perfil dos vigários “mais abertos” a acolher e a estimular os fiéis e os leigos na participação das reuniões sobre saúde (Depoimento de Antônio Ivo de Carvalho à autora da investigação, 2012).

---

<sup>31</sup> Mainwaring refere-se dessa forma aos médicos, porque esses tiveram ligações com o Partido Comunista e com o movimento estudantil. Não discutiremos esse conceito, apenas o reproduzimos.

O fato de os médicos sanitaristas pertencerem ao PCB não interferiu no dia a dia do trabalho na DNI, mas isso não significa que Dom Adriano Hypólito estivesse de acordo com a atuação dos partidos. Carvalho relatou que o bispo fazia críticas à “perversidade do capitalismo selvagem, mas ele não falava que o comunismo era melhor do que isso”. Ainda no mesmo encontro mencionado, Dom Hypólito dirigiu-se ao grupo de médicos dizendo que: “olhando de um ângulo, vocês são mais cristãos do que a maioria dos meus cristãos; agora, por outro lado, vocês se filiam a uma coisa que também comete excessos” (Depoimento de Antônio Ivo de Carvalho à autora da investigação, 2012). A filiação ao PCB também não interferiu no contato com a população nos bairros, “porque a maioria das pessoas não sabia o que era o comunismo”, afirmou o médico. Em sua opinião, o fato de eles também serem moradores do local legitimou o trabalho, estabeleceu laços de confiança entre o grupo de médicos, e a população e tornou o “comunismo” um detalhe nessa relação.

O trabalho desenvolvido pelos médicos, a partir da DNI, modificou um padrão de relação política estabelecido até então entre membros da elite e a “gente simples do povo”, pois a população da Baixada estava acostumada a um contato mais formal e distanciado entre profissionais da saúde e pacientes, que se convertia em uma relação de dependência pessoal percebida com maior intensidade durante o período eleitoral. A confiança construída entre os médicos e a população foi possível porque todos desempenhavam funções semelhantes na trincheira de luta no movimento social, o que *neutralizava*<sup>32</sup> as posições ocupadas na organização social. A nosso ver, o trabalho surgido a partir dessa aliança política marcou uma parte da história local ao mostrar àquela população outras possibilidades de relação na esfera política.

Nos anos 1980, Antônio Ivo de Carvalho figurava entre as principais lideranças do MAB, ligado diretamente a Dom Adriano Hypólito e aos movimentos populares. Seu envolvimento no trabalho do MAB foi tão intenso que concorreu como candidato a prefeito de Nova Iguaçu por umas das sublegendas<sup>33</sup> do PMDB, em 1982. O médico afirmou que se aproximou da “política tradicional” – filiação a um determinado partido político –, mas manteve o seu contato com a igreja e com o bispo iguaçuano. Dom Hypólito, destaque-se, participou das conversas para a definição de sua candidatura. Nesse sistema de sublegendas, cada partido poderia apresentar até três

<sup>32</sup> Sobre o conceito de neutralização das classes sociais, ver DaMatta (1997, p. 66-70).

<sup>33</sup> De acordo com Antônio Ivo de Carvalho, as sublegendas representavam os candidatos de um mesmo partido. Na eleição de 1982, cada partido poderia lançar até três candidatos. Venceria a eleição a legenda (partido político) mais votada e, nela, o candidato com o maior número de votos.

candidatos nas disputas municipais.<sup>34</sup> Segundo Carvalho, os outros candidatos do PMDB em Nova Iguaçu eram “conservadores”, e a sua candidatura representava os políticos “progressistas” ligados aos movimentos sociais. Ele argumentou que, na ocasião, não era possível lançar os nomes de Jorge Gama<sup>35</sup> e de Francisco Amaral<sup>36</sup>, ambos identificados como políticos “progressistas”, porque o primeiro era deputado federal e o segundo era deputado estadual. Então, seria muito arriscado que um deles deixasse o mandato para concorrer ao Executivo municipal. Para Carvalho, o trabalho da igreja, aliado aos políticos “progressistas” e aos movimentos populares, influenciou a esfera política em âmbito local, embora não fosse suficiente para eleger um candidato (Depoimento de Antônio Ivo de Carvalho à autora da investigação, 2012).

Na perspectiva de Carvalho, ao avaliar o significado dessa aliança política após oito anos na Diocese de Nova Iguaçu, esse trabalho resultou em uma interferência nos bairros. Ele também acredita que o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica de Nova Iguaçu tenha gerado uma inquietação na elite local. Ao caracterizar a sociedade iguaçuana naquele momento, o médico disse que havia uma elite econômica formada por empresários e outros grupos e a população mais pobre; entre os dois extremos, existia uma classe média esclarecida, porém era muito pequena. A leitura de Antônio Ivo de Carvalho remete a uma elite econômica constituída por empresários, produtores agrícolas e comerciantes cuja qualidade de vida contrastava com a outra parte da população, formada por lavradores, migrantes nortistas e de outras cidades do estado, operários e trabalhadores do comércio e uma incipiente classe média munida de capital intelectual e econômico (MAINWARING, 1989, p. 210). Enfim, acreditamos que uma aliança política entre o bispo diocesano e as lideranças políticas ligadas à esquerda, estimulando a organização social em movimentos como o MAB cujas reivindicações estavam sendo atendidas e interferiam diretamente nessa dinâmica de relações de dependência pessoal, teria gerado um sentimento maior que uma inquietação naqueles que estavam do outro lado do campo religioso e político iguaçuano.

O crescente espaço e a autonomia dados pela DNI a lideranças como Antônio Ivo de Carvalho pode ter estimulado, em atores, como o padre Ros,

---

<sup>34</sup> Nessa eleição, as coligações entre os partidos não foram permitidas, e o voto vinculado foi obrigatório, ou seja, o eleitor deveria votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos.

<sup>35</sup> Advogado, Jorge Gama exerceu mandatos como vereador em Nova Iguaçu (1976) e como deputado federal em 1978. Em 1982, foi candidato a vice-governador pelo PMDB, na chapa de Miro Teixeira (PMDB).

<sup>36</sup> Foi advogado da Diocese de Nova Iguaçu. Exerceu mandato de deputado estadual (1975-1979), governou a Prefeitura de Nova Iguaçu em 1988, como interventor estadual. Exerceu os mandatos pelo PMDB.

um sentimento “anticomunista”, embora, para o médico, o anticomunismo parecesse um detalhe. Resistindo a implementar as orientações conciliares e criticando severamente o bispo, padre Valdir Ros, por sua vez, também agregou atores que atuavam nos campos político e social. Assinalamos que a postura de padre Ros pode ter atraído outros atores que nutriam um sentimento anticomunista. Dentre seus aliados, destacamos José Lopes de Brito, proprietário do periódico local *Correio de Maxambomba*.

Ressaltamos que os proprietários de alguns jornais tinham uma atuação direta no campo da política, sobretudo nos aspectos partidário e eleitoral. Os jornais expressavam os diferentes interesses de seus donos, publicando leituras dos acontecimentos locais de acordo com esses interesses. Nas reportagens sobre a “Guerra do Riachão”, é possível perceber os interesses políticos subjacentes ao apoio a cada grupo em disputa. Acreditamos que a disputa eleitoral de 1982 tenha contribuído para que as ações do padre Ros tivessem maior divulgação na imprensa.

Atuando do outro lado do campo político, destacamos a atuação de José Lopes de Brito, apoiador do padre Ros. Diretor do jornal *Correio de Maxambomba* (CM) e capitão reformado do Exército (*Correio da Lavoura*, 05/09/1982), também atuava no movimento social como presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Nova Era, conforme indicado. Em 1982, capitão Brito, como era conhecido em Nova Iguaçu, foi candidato a vereador pelo PDS, partido da base do governo militar (*O Globo*, 19/19/1982). Conforme evidenciamos, o movimento de associações de bairros liderado pelo MAB tinha muita força política em Nova Iguaçu; essa representação, contudo, não era unânime. Acreditamos que a Associação de Moradores do Bairro Jardim Nova Era, presidida pelo Sr. José Lopes de Brito, figurava como oposição ao MAB e também funcionava como interlocutora do governo local cujo prefeito era Ruy de Queiroz, do PDS<sup>37</sup>. Coincidentemente, no mesmo bairro onde havia um padre que discordava do bispo, havia uma associação de moradores cujo presidente era militar e candidato a vereador pelo PDS, opositor direto do PMDB.

As reportagens do *Correio de Maxambomba* noticiavam os eventos promovidos pelo padre Ros, como as tentativas de ocupação dos templos, destacando que o trabalho desse religioso era voltado “para Deus”. Afirmavam que o padre Valdir Ros foi perseguido por Dom Adriano Hypólito e foi destituído da função de vigário do Riachão por “querer salvar almas” e porque “não participava da nova ordem criada [na diocese]: os padres-políticos-partidários”. O jornal sugeriu, como motivações para o conflito, as discordâncias atinentes à atuação pastoral e também enfatizou uma “perseguição” sofrida pelo padre (*Correio de Maxambomba*, 15/08/1981).

---

<sup>37</sup> O prefeito Ruy de Queiroz, eleito pela Arena, posteriormente PDS, governou de 1977 a 1982.

A polêmica envolvendo a Igreja Católica crescia e tomava as páginas dos jornais locais. Em uma entrevista publicada logo após a Missa da Unidade no *Jornal de Hoje*, quando questionado sobre o que pretendia fazer na Paróquia do Riachão, Dom Adriano Hypólito respondeu que realizaria “um trabalho pastoral muito paciente e compreensivo para o povo”. O bispo fez questão de salientar que padre Valdir Ros se colocou contra toda a Igreja, por isso não se tratava de uma polêmica entre um padre e um bispo (*Jornal de Hoje*, 29/05/1982).

O trabalho pastoral ao qual o bispo se referiu na entrevista eram as “Santas Missões”, que ocorreram no período de 24 de julho a 20 de agosto de 1982. As “missões” eram pregadas por uma equipe de freis capuchinhos vindos do Rio Grande do Sul. Na primeira etapa, foram atendidas as paróquias em Austin, no Bairro da Luz, no Bairro São João, em Cabuçu, em Comendador Soares, em Riachão e em Queimados-Conceição, envolvidas no conflito com o padre Ros. As “Santas Missões” terminaram com uma missa campal, celebrada em 22 de agosto de 1982, cujo local é desconhecido. As missões foram uma espécie de *trabalho de campo* para a diocese colocar em prática a sua estratégia de retomada dos templos sob controle do padre Valdir Ros. Nesse episódio, percebemos a postura crítica de Dom Adriano Hypólito em relação ao regime militar, porque o bispo recorreu à esfera estadual, governada pelo PMDB, e não ao governo local, liderado pelo PDS, para garantir a proteção policial contra a tentativa de apropriação dos templos.

No dia 29 de agosto, dois freis capuchinhos que haviam participado das missões, acompanhados de padres da diocese, tentaram retomar duas igrejas ocupadas por padre Ros. Um forte tumulto ocorreu, e o episódio repercutiu e foi noticiado pelos jornais locais e por jornais de ampla circulação. A reportagem do jornal *O Globo*, intitulada “Fiéis tradicionalistas em Nova Iguaçu causam tumulto”, informou que o frei Guerino Valderico quase foi linchado na Igreja Menino Jesus de Praga, no bairro Cacua, e na capela do Jardim Nova Era, frei Hilário Frigueto foi agredido em uma confusão em que os bancos paroquiais foram usados como armas. De acordo com a reportagem, o conflito só foi controlado depois que policiais militares deram tiros para o alto. Frei Hilário relatou que Dom Hypólito decidiu ocupar as igrejas no dia anterior. Então, pela manhã, seguiu para celebrar a missa na Igreja de Nova Era junto com o padre Matheo Vivalda (vigário-geral da diocese) e com um grupo de leigos. Ao chegarem, Maria Paulina dos Santos, identificada pelo jornalista como uma “seguidora” do padre Valdir Ros, começou a gritar da janela que avisassem o padre. Logo depois, chegou um caminhão cheio de pessoas que gritavam “Fora, comunistas!”. Frei Hilário informou ainda, de acordo com o jornal, que o padre Ros chegou de carro e

portava um alto-falante com o qual incitava “seus seguidores” a expulsá-los do local (*O Globo*, 30/08/1982).

Com o objetivo de retomar as igrejas de propriedade da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito procurou o auxílio do governo do estado, pois as atitudes do padre Valdir Ros geravam um “terror religioso”, segundo o bispo. Em uma outra reportagem do jornal *O Globo*, o bispo informou ao jornalista que, desde maio daquele ano, preparava um esquema para a polícia garantir as celebrações das missas nas igrejas “invadidas” pelo padre Ros. O prelado disse que se reuniu em audiência com o governador Chagas Freitas<sup>38</sup> (PMDB), com o secretário de Justiça e com o secretário de Segurança. De acordo com o jornal, Juarez Lisboa, o delegado de Nilópolis, foi designado para acompanhar o caso e fornecer suporte policial quando os “padres progressistas” fossem atuar nos bairros onde o padre Valdir Ros tivesse ocupado templos. O plano para retomada dos templos foi informado ao delegado e confirmado no dia anterior. Caberia a Juarez Lisboa providenciar o reforço do policiamento. Entretanto, relata o bispo, chegou ao local “apenas uma patrulhinha com três policiais da PM”, contingente insuficiente para conter a multidão. Informado da situação, Dom Adriano Hypólito disse que tentou entrar em contato com as autoridades políticas e policiais, sem sucesso (*O Globo*, 21/08/1982).

Diante da posição irredutível do padre Valdir Ros, Dom Adriano Hypólito manteve um processo cível contra o clérigo, mas ordenou aos novos párocos que celebrassem as missas e os sacramentos nas casas dos fiéis. Apesar de argumentar que as atitudes do padre eram motivadas por uma “esquizofrenia”, o bispo declarou, em uma outra reportagem publicada no jornal *O Globo*, que existiam implicações políticas no conflito com o padre Ros. De acordo com a matéria, o bispo afirmou “que, segundo amigos, por trás do padre Valdir vem agindo o mesmo grupo que há cinco anos o sequestrou”. E complementou: “Esse grupo é direitista e ligado ao esquema repressivo que está perdendo a importância e o poder” (*O Globo*, 06/09/1982).

Os estudos a respeito da Diocese de Nova Iguaçu, quando abordam os conflitos entre Dom Adriano Hypólito e o governo militar, cessam as análises no sequestro sofrido pelo bispo, em 1976. Contudo, havia relatos de que o clérigo estaria recebendo apoio do mesmo grupo que planejava o sequestro do bispo. O jornal *Correio da Lavoura* também sugeriu que atores envolvidos naquele episódio, inclusive o coronel Zamith, estivessem seis

---

<sup>38</sup> Antônio de Pádua Chagas Freitas nasceu em 4 de março de 1914 e faleceu em 30 de setembro de 1991. Ele foi um jornalista e político brasileiro, governador da Guanabara (de 1971 a 1975) e do Rio de Janeiro (de 1979 a 1983). Seu nome deu origem ao termo chaguismo, que designou sua forma particular de utilizar a máquina pública estatal para vencer as eleições e que dominou a política carioca e fluminense de 1970 a 1982.

anos depois apoiando o padre Ros, como forma de atingir o bispo e a desarticular o trabalho pastoral desenvolvido na Diocese de Nova Iguaçu (*Correio da Lavoura*, 05/09/1982).

A partir das situações elencadas sobre a “Guerra do Riachão”, podemos concluir que o apoio recebido, por padre Ros, dos proprietários dos jornais lhe proporcionou o acesso a uma rede que possuía recursos financeiros, disponibilizados para manter a estrutura de ocupação dos templos e garantir a reprodução de seu projeto teológico-político. De fato, essa conjuntura atingiu tanto Dom Adriano Hypólito quanto os adversários políticos ligados aos movimentos sociais que estavam disputando as eleições. A inquietação gerada pelo trabalho pastoral da diocese ao lado dos movimentos sociais pode ter se manifestado dessa forma. O que mencionamos neste estudo representa apenas uma pequena porção das intrincadas redes sociais e políticas que operavam no período eleitoral em Nova Iguaçu.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões desenvolvidas nesse capítulo relativo à “Guerra do Riachão” compreendem um âmbito mais amplo do que as eleições. Os desdobramentos desse conflito envolveram uma gama maior de atores sociais, movimentos e motivações do que os aqui abordados. O que buscamos, ao analisar o conflito entre padre Valdir Ros e Dom Adriano Hypólito, foi indicar outras motivações além das divergências geradas pelas concepções internas da igreja. Os dois clérigos formaram redes de apoio para defender os seus projetos teológico-políticos, que eram diferentes, mas se complementavam na manutenção da hegemonia católica no campo religioso brasileiro. Essa complementariedade manifestou-se na questão das vocações, interesse comum na aliança estabelecida entre os sacerdotes católicos. Dom Adriano Hypólito tinha a necessidade de despertar vocações, de estabelecer um local dedicado à reprodução do *corpo místico* e de encontrar um membro desse *corpo místico* que se dispusesse a cumprir tal tarefa. Padre Valdir Ros desejava dedicar-se às vocações e procurava uma diocese para construir a instituição na qual pudesse viabilizar o seu desejo. Era uma aliança em que todos ganhavam, o bispo, o padre, os fiéis e a Igreja Católica.

O Concílio Vaticano II, considerado um divisor de águas para a Igreja Católica, proporcionou ao episcopado brasileiro uma nova identidade e uma visão comum de atuação pastoral e, ao mesmo tempo, gerou um distanciamento entre os *bispos conciliares* e o restante da igreja, afetando, de modo mais visível e dramático, o corpo clerical. Na Diocese de Nova Iguaçu, esse *hiato* produziu divergências e desobediência hierárquica entre o padre Valdir Ros e Dom Adriano Hypólito, ações cujos desdobramentos

fragilizaram a instituição em um período complexo como o da ditadura militar brasileira.

Durante o período que investigamos, sobretudo o ano de 1982, foi possível constatar que a forma como a DNI interpretou o *aggiornamento* a fez presente na Baixada Fluminense ao lado dos pobres, na defesa dos direitos humanos e da justiça social. A política pastoral diocesana aliava a leitura da Bíblia à realidade social e estimulava os católicos a participarem politicamente, contribuindo para modificar o ambiente em que viviam. Essa atuação aproximou a diocese de atores sociais com ideias e objetivos aparentemente divergentes nos campos político e religioso, em prol da melhoria das condições de vida daquela população. A relação de trabalho estabelecida entre católicos e militantes ligados a grupos de esquerda proporcionou o surgimento, o crescimento e a consolidação do Movimento Amigos do Bairro e a projeção de líderes como Antônio Ivo de Carvalho.

Acreditamos que essa aliança significou, para os médicos, uma forma de proteção. Para Dom Adriano Hypólito, a aproximação com os médicos representou a manutenção de um canal de diálogo com as instâncias estatais, além da possibilidade de influenciar a esfera política. Padre Valdir Ros, por seu turno, atraía atores sociais que acreditavam na missão da Igreja Católica voltada para a oração e os sacramentos, além de rejeitarem as intervenções na realidade temporal e defenderem o anticomunismo. Ou seja, uma visão de igreja distinta daquela implementada na diocese. A divergência entre as duas concepções se acirrou a partir da aplicação das orientações conciliares e, acrescentando-se o anticomunismo exaltado pela ditadura, o conflito assumiu as feições de uma “guerra”, sobretudo, por se tratar de um ano eleitoral.

Embora a ditadura militar tenha contribuído para uma aproximação da Igreja Católica com as classes populares e com os movimentos sociais, não consideramos esse posicionamento como uma ruptura com o Estado. Em Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito condenou o regime militar e criticou o Executivo local governado pelo PDS. Entretanto, ao recorrer ao governo do Estado, solicitando o apoio do governo Chagas Freitas (PMDB) para a retomada dos templos ocupados pelo padre Valdir Ros, demonstrou que a Igreja Católica continuava buscando o diálogo com as autoridades instituídas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
- ANTÔNIO IVO DE CARVALHO, depoimento à autora da investigação, 2012.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu – RJ*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- BEOZZO, José Oscar. *Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001.
- BOLETIM DIOCESANO, Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982, p. 2.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 05 set. 1982.
- CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 17 abr. 1982.
- CORREIO DE MAXAMBOMBA, Nova Iguaçu, 15 ago. 1981.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1I-RwC&dat=19820524&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 05 ago. 2012.
- GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 1990.
- GUERRA do Riachão. A disputa de igrejas em Nova Iguaçu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 set. 1982. (periódico consultado no Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, pasta Padre Valdir Ros)
- HYPÓLITO, Dom Adriano. A propósito da celebração da unidade diocesana. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano LXVI, n. 3402, mai. 1982. (periódico consultado no Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, pasta Padre Valdir Ros)
- JORNAL DE HOJE, Nova Iguaçu, 25 mai. 1982.
- JORNAL DE HOJE, Nova Iguaçu, 29 mai. 1982.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- NASCIMENTO, Rafael C. *Imagens da Libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – UFES, Vitória, ES, 2007.

- NOVA Iguaçu teve o 6º padre ordenado pela Diocese. *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 13 dez. 1980.
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 21 ago. 1982. (periódico consultado no Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu, pasta Padre Valdir Ros)
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 30 ago. 1982.
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 06 set. 1982.
- PADRE LUIGI CONSTANZO BRUNO, depoimento à autora da investigação, 2012.
- PADRES contra padres. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 set. 1982.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SANTANA, Maristela. *Uma aposta em duas opções: a diretriz formal da Igreja Católica Latino-americana – A “Opção pelos Pobres” por duas vias – Teologia da Libertação e Missionárias da Caridade (1962-1986)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu, 1982*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, Seropédica, RJ, 2013.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVA, Percival T. da. *Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 1993.
- SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPERJ, 2002.

---

# Pela revolução, ele foi ao Éden! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto

Adriana Maria Ribeiro

## INTRODUÇÃO

A primeira vista, o título deste capítulo pode sugerir a ideia de que o termo “Éden” é uma referência ao paraíso bíblico. Mas o Éden em questão nada tem a ver com o cenário bucólico e harmonioso citado na Gênese. Trata-se aqui de um bairro majoritariamente habitado por trabalhadores e por outras camadas pobres, desprovido de serviços básicos (calçamento de ruas, saneamento, transporte, segurança, postos de atendimento à saúde e lazer), localizado no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense<sup>1</sup>. Foi para lá que, em 1977, mudou-se o militante comunista João Pedro de Souza Neto. Sua ida ao Éden foi motivada por objetivos políticos, em especial, o de se aproximar dos trabalhadores e de outros segmentos sociais economicamente desfavorecidos, para criar, com eles, soluções para os problemas imediatos, organizá-los nas lutas contra a ditadura militar e criar condições para a construção de uma democracia popular no Brasil<sup>2</sup>.

João Pedro nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 17 de outubro de 1946. Seu pai, Ary de Souza, era dentista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O seu tio paterno, também pecebista, par-

---

<sup>1</sup> Região metropolitana do Rio de Janeiro que engloba as cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. No decorrer da década de 1970, constituíam municípios apenas Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti. As demais cidades integravam distritos de Nova Iguaçu.

<sup>2</sup> O termo refere-se a uma fase de transição do capitalismo para o socialismo.

ticipou, ao lado de Luís Carlos Prestes, da Intentona Comunista<sup>3</sup> e, tal qual Prestes e outras lideranças do movimento, tornou-se prisioneiro político do Estado Novo.

Em 1963, possivelmente por influência familiar, João Pedro filiou-se ao PCB, partido no qual permaneceu pouco. Em março de 1964, dias antes do golpe civil-militar, mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de tentar uma vaga no curso de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual ingressou no ano seguinte. Segundo nos contou, mantinha uma relação de proximidade com o pai cujas ideias progressistas o ajudaram, ainda na adolescência, a forjar valores humanitários, como a solidariedade e a defesa da justiça e da igualdade social (SOUZA NETO, 2011). Nota-se que o pai o influenciou tanto na formação política quanto na escolha profissional.

Em 1966, João Pedro engajou-se no movimento estudantil e assumiu a vice-direção do Diretório Acadêmico de Odontologia da UFRJ. No mesmo período, se aproximou das dissidências estudantis pecebistas e, em 1968, aderiu à Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB), a qual ficou conhecida como Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)<sup>4</sup>. Diferente do PCB, que propunha a revolução por vias pacíficas, as dissidências estudantis defendiam a tática de luta armada contra a ditadura militar cujo combate era interpretado como parte do projeto revolucionário socialista. Ao aderir à Dissidência, João Pedro optou por discursos e formas de lutas políticas radicalizadas, rompendo com a influência familiar pecebista. Entre as razões que explicam essa ruptura está a conjuntura internacional do final dos anos 1960, quando parcelas da juventude, motivadas também por questões nacionais, aderiram aos discursos e às práticas políticas de esquerda consideradas radicais, as quais previam, inclusive, o uso político da violência, como a defesa da tática de luta armada para a tomada do poder.

Em novembro de 1969, João Pedro foi detido por agentes da Aeronáutica no campus da UFRJ na Praia Vermelha, sob a acusação de envolvimento no sequestro do avião Caravelle da empresa Cruzeiro do Sul, praticado pelo MR-8 no dia 08 de outubro. A escolha da data foi proposital, porque intitulava o grupo. Levado para interrogatório no I Batalhão da Polícia do Exército, João Pedro foi barbaramente torturado e permaneceu detido por vários dias. Acusado em Inquérito Policial Militar (IPM), foi absolvido por

---

<sup>3</sup> Movimento ocorrido em 1935, que consistiu na tentativa militar liderada pelo PCB de tomada do poder.

<sup>4</sup> MR-8 é a sigla pela qual a Dissidência Estudantil do Rio de Janeiro (DI-RJ) era designada pelos órgãos da repressão. O nome surgiu em função da revista *8 de Outubro*, através da qual o grupo veiculava textos de Debray, Guevara e Castro. Em 1969, a DI-RJ foi desmantelada. Durante a captura do embaixador estadunidense, a DI-GB assumiu a sigla a fim de confundir e de desmoralizar a repressão que, semanas antes, anunciara publicamente a destruição do MR-8. Desde então, a DI-GB ficou publicamente conhecida pela sigla MR-8.

falta de provas. No depoimento que nos concedeu, afirmou não ter participação na ação e que foi preso porque era amigo dos jovens envolvidos no sequestro da aeronave. Com a sua prisão, os agentes da repressão esperavam extrair informações sobre o paradeiro desses jovens (SOUZA NETO, 2011). Em 1970, concluiu a graduação e retornou à sua cidade natal, onde iniciou a profissão de dentista.

João Pedro permaneceu pouco em Campo Grande (MS). Em 1972, voltou à cidade do Rio de Janeiro, porque pretendia “fazer a carreira profissional no Rio” (SOUZA NETO, 2011). Com a ajuda do pai, comprou um apartamento no bairro Flamengo, área nobre carioca, onde montou um consultório dentário. Entre 1969 e 1972, não se ligou organicamente a grupos políticos. Nesse período, tornou-se crítico da proposta de desencadeamento da luta armada, defendida pela maioria das organizações de esquerda no Brasil até o início dos anos 1970. Em 1974, retomou à militância organizada ao ingressar no Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), a Ala, como o chamaremos a partir daqui.

No momento em que ingressou na organização, a Ala avançara em sua autocrítica em relação à tática de luta armada, a partir da qual passou a priorizar o trabalho de massas<sup>5</sup>. Desde 1971, o grupo buscava alternativas de aproximação dos trabalhadores, como a integração de militantes em fábricas, sindicatos, bairros operários e periferias urbanas. Com isso, esperava despertar a consciência de classe e organizar politicamente os trabalhadores.

Convencido da ideia de que tinha o “dever revolucionário de estar com o povo”, João Pedro trocou a possibilidade de uma vida confortável em um bairro nobre e de uma carreira profissional promissora por um modo de vida simples em uma área periférica da metrópole. Seu objetivo, no Éden, e depois em outros bairros pobres da Baixada Fluminense, era desenvolver ali um trabalho político de base.

Neste breve texto, esperamos, a partir da trajetória política de João Pedro, no período de seu engajamento na Ala, evidenciar algumas experiências vividas por militantes da esquerda social brasileira em meados dos anos 1970 circunscritas à Baixada Fluminense. Contribuindo, com isso, para ampliar os debates sobre as formas de resistência à ditadura militar na região.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pelas organizações e pelos partidos de esquerda para se referirem às atividades de organização e de conscientização dos trabalhadores e das camadas populares.

## A ALA E AS TÁTICAS DE APROXIMAÇÃO DOS TRABALHADORES

A Ala foi um pequeno grupo clandestino, marxista e de inspiração maoísta<sup>6</sup>, resultante de uma cisão ocorrida em 1967 no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A maioria de seus membros era jovem, principalmente estudantes oriundos das classes médias. De modo semelhante a outros grupos da esquerda revolucionária brasileira<sup>7</sup>, praticou ações armadas em centros urbanos (ações de expropriação<sup>8</sup> e de propaganda revolucionária) e projetou a implantação de uma guerrilha rural para deflagrar a revolução socialista. Em fins de 1969, passou a discutir a eficácia e o alcance social daquele tipo de ação, tornando-se pioneira no processo de autocritica das organizações revolucionárias no Brasil. Com a autocritica, as ações armadas foram gradativamente abandonadas, e a organização passou a adotar alternativas de luta voltadas para se aproximar dos trabalhadores.

Também contribuiu, para o processo de autocritica, o aumento da repressão política contra os opositores do regime, sobretudo os quadros das organizações de esquerda, que a partir de 1969 foram duramente perseguidos. Assim como outros agrupamentos, a Ala foi desmantelada pelos órgãos de repressão política do Estado. A maioria dos militantes foi presa, morta ou optou pelo exílio ou pela deserção para sobreviver. Enfraquecida, a organização, ou o que dela restou, decidiu redefinir estratégias e táticas de luta, optando por priorizar o trabalho de massas como forma para se soerguer politicamente e prosseguir com o projeto de derrubar a ditadura e implantar o socialismo no Brasil.

Os debates a respeito dos rumos e das ações do grupo ocorreram, inclusive, na prisão. Desses debates, resultou a confecção do documento “Autocritica”, um extenso texto redigido por membros da Ala enquanto cumpriam pena por crimes políticos no antigo Presídio Tiradentes<sup>9</sup>, em São Paulo. Fora do cárcere, os poucos militantes buscaram aplicar as deliberações contidas no documento, sobretudo as orientações para se ligarem à

---

<sup>6</sup> Teoria revolucionária ligada às ideias de Mao Tse-Tung, líder da Revolução Chinesa. Segundo o maoísmo, a guerrilha rural deveria ser a tática aplicada nos processos revolucionários ocorridos nos países subdesenvolvidos, sob a forma de guerra popular prolongada e liderada pelo partido comunista.

<sup>7</sup> Nome dado aos grupos de esquerda defensores da tática de luta armada.

<sup>8</sup> Ações de expropriação eram, em sua maioria, assaltos a bancos praticados para financiar a guerrilha e sustentar o funcionamento das organizações. As ações são assim denominadas por seu caráter político.

<sup>9</sup> O presídio localizava-se na Avenida Tiradentes, centro de São Paulo, e foi demolido em 1972 para beneficiar as obras de expansão do metrô paulista. Do prédio, preservou-se o Portal de Pedra, tombado, em 1991, como patrimônio histórico e arqueológico da cidade. A instituição recebeu presos políticos durante o Estado Novo e a ditadura militar, tornando-se símbolo da repressão e de local de encarceramento político, principalmente, no último regime autoritário no Brasil.

classe operária em seus locais de trabalho e de moradia (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, 1974).

Integrado à fábrica, o militante deveria vestir-se, comer, falar e comportar-se como operário, a fim de ganhar a confiança dos colegas de trabalho e criar possibilidades para despertar neles a consciência de classe, para então mobilizá-los para a luta política. Essa atividade era completada pelo “trabalho de bairro”<sup>10</sup>, o qual implicava mudança do militante para um bairro operário ou periférico para reforçar a sua identidade operária, além de ajudá-lo a estreitar os laços de amizade com os trabalhadores e as suas famílias (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, 1971, p. 03-04). Além de facilitar a aproximação dos trabalhadores, essas atitudes eram importantes para evitar a possibilidade de suspeitas sobre as atividades políticas.

A partir da segunda metade dos anos 1970, a Ala voltou a ganhar adeptos. Ademais, ali, antigos militantes deixaram o cárcere e uniram-se a outros quadros para intensificar a militância em fábricas, em sindicatos, nos bairros e nos movimentos sociais. Nesse momento, diferentes setores da sociedade civil diversificaram as formas de luta em prol da redemocratização do país, a exemplo das manifestações públicas contra a repressão política e as violações aos direitos humanos, lideradas pelo setor progressista da Igreja Católica, pelo movimento estudantil e por algumas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

No período, também emergiram mobilizações de trabalhadores, organizadas a partir de um movimento operário renovado em suas práticas e estruturas representativas, e um novo tipo de organização social nascido nos bairros, voltado para a reivindicação das questões de moradia, de transporte, de saneamento, de saúde e de educação, sobretudo nas periferias urbanas. Tais iniciativas contribuíram para a transição da ditadura à democracia, porque forçaram o debate político e evidenciaram lutas sociais silenciadas pelo Estado ditatorial.

Nessa conjuntura, os movimentos sociais de base<sup>11</sup> foram interpretados pela Ala como iniciativas espontâneas dos trabalhadores, o que não significou o abandono pelo grupo de sua pretensão de organizar politicamente os trabalhadores.

Com relação ao processo de integração nos bairros, se, no início dos anos 1970, ele foi pensado como uma atividade de apoio ao processo de integração na fábrica, a partir de 1977, deixou de ser considerado uma atividade

<sup>10</sup> Nome pelo qual o processo de integração dos militantes nos bairros foi chamado na Ala.

<sup>11</sup> Movimentos relacionados às mobilizações de trabalhadores e de cidadãos pobres para a reivindicação de aspectos ligados às condições de vida, ao acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais.

de secundária. Desde então, tornou-se uma tática importante nas tentativas de inserção do partido entre os trabalhadores. Essa mudança ocorreu, porque, ali, a Ala reconheceu que a exploração da força de trabalho não se dava somente na fábrica, mas nos bairros, nas condições de vida, no cotidiano do operário e de sua família (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, 1979, p. 01). É importante ressaltar que as mudanças no discurso sobre o processo de integração nos bairros ocorreram quando estavam em curso movimentos sociais de base<sup>12</sup>, entre eles o movimento de bairro.

As associações de moradores surgidas no período funcionaram como um dos principais canais na luta por direitos e por melhores condições de vida da população pobre. Possivelmente, as pautas e a dinâmica impressa pela natureza desse movimento influenciaram a redefinição dos discursos e dos modos de intervenção política da Ala nos bairros.

Na Baixada Fluminense, por exemplo, a partir de meados dos anos 1970, o movimento de bairro despontou com força, em especial na cidade de Nova Iguaçu, onde em 1974, surgiu o Movimento Amigos de Bairro (MAB), um dos primeiros dessa natureza no Brasil. O MAB nasceu do trabalho social e político iniciado pelo casal de ex-presos políticos e médicos-sanitaristas Antonio Ivo e Anna Leonor de Carvalho, e de membros da diocese iguaçuana<sup>13</sup>, à época presidida pelo bispo Adriano Hipólito, adepto do cristianismo de libertação<sup>14</sup>.

Atraída pela ascensão do movimento de bairro na Baixada Fluminense, a partir de janeiro de 1977, a Ala transferiu quadros para a região, onde passaram a incentivar a criação e o fortalecimento de associações de moradores, bem como a criação de outras alternativas de mobilização social e política, entre elas grupos teatrais, cooperativas de trabalhadores e até um jornal. A escolha pelos municípios da Baixada também estava ligada à forma como a Ala via a região: local de moradia de milhares de trabalhadores.

---

<sup>12</sup> Movimentos nos quais os trabalhadores e outros grupos economicamente desfavorecidos reivindicam melhores condições de trabalho, de moradia e de outros aspectos do cotidiano.

<sup>13</sup> Antonio Ivo e Anna Leonor militavam no MR-8 quando foram presos. Após saírem da prisão, foram morar em Nova Iguaçu, com a intenção de desenvolver, na localidade, um trabalho político. Em 1974, o casal iniciou um trabalho de atendimento à saúde em um posto médico em Cabuçu, bairro distante do centro da cidade. A partir de então, adotou pequenas iniciativas para organizar a população pobre na busca de melhorias da saúde, que ultrapassavam os serviços ambulatoriais. Os resultados desse trabalho levaram a Caritas Diocesana a contratar o casal e mais dois médicos para desenvolverem o Programa de Higiene Materno-Infantil. Enquanto isso, nas paróquias, eram organizados encontros para discutir soluções para os problemas locais. Dos encontros, resultou a formação de associações de moradores em vários bairros e o MAB, que, no final da década de 1970, era o interlocutor das associações com as instituições públicas. Sobre esse processo, ver, entre outros, Mainwaring (1988).

<sup>14</sup> Surgido no início dos anos 1960, no Brasil, o movimento contou com a adesão de setores do clero e de grupos religiosos leigos, formando uma ampla rede que ultrapassou os limites da Igreja como instituição e reuniu milhões de cristãos em torno da opção prioritária pelos pobres.

De modo semelhante ao que ocorreu em outras localidades onde os quadros da organização estiveram inseridos, os militantes buscaram aproximações com a Igreja Católica, porque a instituição representava um lugar privilegiado de sociabilidade. Por aglutinar pessoas, favorecia as discussões dos problemas locais e a busca de soluções relacionadas às questões de moradia. Também porque a igreja geralmente dispunha de espaço físico, como quadras e salões, que possibilitavam a realização de reuniões e de outros eventos coletivos.

A aproximação dos militantes de paróquias e de associações de moradores foi orientada pela direção da Ala, que via esses lugares como uma possibilidade para os militantes estarem com os trabalhadores e participarem de suas demandas e seus movimentos, além de encontrarem, ali, uma oportunidade de “cobertura legal” para as atividades políticas (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA, 1978, p. 02). De fato, durante a ditadura, paróquias lideradas por padres e missionários adeptos do cristianismo de libertação funcionaram como uma espécie de “guarda-chuva” para a atuação política de militantes de esquerda e de outros grupos perseguidos pelo regime.

## JOÃO VAI PARA O ÉDEN

João Pedro ingressou na organização em 1974 e, desde 1976, discutiu com a direção da Ala fluminense<sup>15</sup> a possibilidade de deslocar-se para a Baixada Fluminense. Sua tarefa seria a de auxiliar a transferência de outros militantes e organizar o “trabalho de bairro” na localidade. Vislumbrando uma atuação política na região, prestou concurso para o Ministério da Saúde, pleiteando uma vaga de dentista naquela localidade. Aprovado, em 1977, passou a exercer o cargo na rede pública de São João de Meriti.

No mesmo ano, vendeu o apartamento no Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro, e doou o dinheiro à organização. O dinheiro seria usado para auxiliar as atividades do grupo, como a produção de panfletos políticos e a transferência de quadros para a Baixada Fluminense, o que implicava, entre outras despesas, pagamento de aluguéis e alimentação. Vários dos que ingressaram na organização nos anos 1970 eram estudantes oriundos de famílias de trabalhadores, a exemplo dos irmãos Costa<sup>16</sup> cujo pai era comerciante e a mãe era do lar. Sem grandes recursos financeiros, esses estudantes

<sup>15</sup> Nome utilizado para designar o organismo da organização no Rio de Janeiro. Até 1970, a organização contava com organismos em diversas capitais e cidades, mas, após seu desmantelamento pelos órgãos de repressão política, passou a contar com organismos apenas em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Referimo-nos aos irmãos Vilma, Warley, Wilma, Washington e Valter Costa, que ingressaram na organização entre 1969 e 1977.

contavam com a ajuda de outros militantes para fixarem residência distante de seus bairros de origem, conforme ocorreu com Valter Costa, o caçula dos irmãos supracitados. Em 1978, Valter foi transferido para a Baixada Fluminense, para onde também seguiria à sua irmã Warley da Costa.<sup>17</sup> Ambos participariam com João Pedro das atividades políticas nos bairros.

No primeiro trimestre de 1977, João Pedro mudou-se para o Éden, em Meriti. Sobre o processo de mudança, ressaltou as profundas alterações no modo de vida que a escolha política implicava. Contou que a maioria daqueles que aceitaram o desafio de mudar para a periferia era jovem, com idade entre 21 e 28 anos, e crentes da possibilidade de transformar a realidade brasileira através do combate à ditadura e da construção do socialismo. Alguns resistiram às transferências, preferindo permanecer em seus bairros e atuar nas manifestações políticas organizadas pelos setores da classe média (SOUZA NETO, 2011).

Quando João Pedro chegou à Baixada, a região possuía uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes. Os municípios mais populosos eram, respectivamente, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti.<sup>18</sup> À época, a região apresentava estatísticas socioeconômicas alarmantes. Até 1980, cerca de 60% dos domicílios não possuíam esgoto e água encanada<sup>19</sup>. Esses dados, associados aos altos índices de violência, sobretudo de homicídios, corroboravam para difundir a visão socialmente construída de que a Baixada se caracterizava pela pobreza e pela violência. No entanto, em meio às dificuldades locais, parcela da população protagonizou importantes ações coletivas para superar as carências e exigir direitos, a exemplo do associativismo nos bairros, fato que, dissemos, atraiu a atenção da Ala e de outras organizações de esquerda para a localidade<sup>20</sup>.

No Éden, João Pedro residiu em uma casa sem água encanada e sem rede de esgoto, situada em uma rua sem pavimentação e com iluminação precária. O bairro não contava com unidade de atendimento à saúde nem creches, na escola da rede municipal, não havia vagas suficientes para atender às demandas da comunidade. No bairro, João procurou agir como simples morador, a fim de fazer amizades e aproximar-se dos moradores. A sua principal ação política no Éden foi o incentivo à criação da associação de moradores, em torno da qual a comunidade se organizou para buscar melhorias nos serviços. As reuniões da associação aconteciam na paróquia do bairro, com o apoio direto do pároco. Tal experiência incentivou iniciativas

<sup>17</sup> A grafia do sobrenome dos irmãos não é idêntica. Alguns possuem a preposição “de” antes do sobrenome.

<sup>18</sup> Censo Demográfico de 1980. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> Além da Ala, o MR-8, o PCdoB e o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) deslocaram quadros para a Baixada em meados dos anos 1970.

semelhantes em bairros próximos, entre eles o de Vila Norma e o de São Mateus, nos quais as condições de vida se assemelhavam às do Éden. Nesses locais, João Pedro e outros militantes também participaram da fundação de associações de moradores.

Nos salões paroquiais, militantes e trabalhadores ensaiaram e encenaram peças escritas pelos próprios moradores, cujos temas versavam sobre carestia, desemprego e problemas locais, comuns nas periferias urbanas, como a ausência do poder público na oferta e na manutenção de serviços básicos. Em Vila Rosali, outro bairro de Meriti, o estudante Valter Costa, orientado por João Pedro e por outros militantes experientes, participou, em 1978, da criação da associação de moradores e de um grupo de teatro popular, o Caminhando contra o vento, que se reunia na Igreja Matriz da cidade.

O florescimento das associações em Meriti gerou a necessidade de existência de uma entidade maior, capaz de agregar as demandas dos diversos bairros e de ampliar a visibilidade dos movimentos organizados pelos moradores, daí o surgimento, em 1978, da Associação de Bairros de Meriti (ABM) cujo processo João Pedro, Valter Costa e outros quadros da Ala e de outras organizações de esquerda participaram.

Retomando brevemente a experiência do grupo teatral Caminhando contra o vento, segundo Valter Costa, o nome foi inspirado no verso inicial da canção “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso, o qual, por sua vez, aludia ao cenário da ditadura (COSTA, V. 2012). O objetivo do grupo era encenar peças que levassem as pessoas mais simples a refletirem sobre questões políticas e sociais, os problemas locais, a exemplo da falta de saneamento básico e de creches comunitárias. O grupo era dirigido por uma produtora teatral profissional simpatizante da Ala, contatada para ajudar a fazer do teatro um instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais locais. Até 1981, quando deixou de existir, o grupo encenou textos de Brecht, Suassuna, Martins Pena, entre outros autores. Nas reuniões do partido, Valter e outros militantes discutiram os temas a serem abordados e como fazer da atividade um modo para incentivar a consciência de classe. A respeito da ligação com a Igreja, além da preocupação com o espaço físico para reunir o grupo, a organização via, na aproximação com a paróquia, uma oportunidade para se inserir na comunidade. O teatro possibilitou aos militantes a participação nas lutas no bairro de Vila Rosali e adjacências (COSTA, V. 2012).

Em 1979, João Pedro casou-se com Warley da Costa, irmã de Valter. Warley era estudante de História na UFRJ e, desde 1977, pertencia a uma “célula”<sup>21</sup> da Ala que desenvolvia um trabalho de alfabetização de adultos,

---

<sup>21</sup> Pequenos grupos compostos por membros de um partido ou de uma organização para atuações afins.

com base no método proposto pelo educador cristão Paulo Freire<sup>22</sup>. Logo após se casarem, João Pedro e Warley mudaram-se para o bairro Vila Nova, em Nova Iguaçu, com a tarefa de incentivar a criação da associação do bairro e auxiliar outros militantes nas atividades no MAB. Nesse bairro, como fez no Éden, João, agora ao lado de Warley, aproximou-se da paróquia. Em conjunto com membros da Igreja, o casal incentivou a mobilização dos moradores através de atividades culturais (saraus, encenações teatrais). Propôs alternativas para melhorar a renda da comunidade, como a criação de uma cooperativa para confeccionar e vender trabalhos artesanais e também de uma feira de produtos agrícolas. Com as mulheres, Warley participou do Clube de Mães<sup>23</sup>, sediado na paróquia do bairro. Com essas iniciativas, o casal esperava mobilizar politicamente a comunidade e criar meios de superação das carências locais (COSTA, W. 2012).

No mesmo ano, João Pedro articulou a criação do *Jornal da Baixada* (JOB), idealizado por militantes da Ala fluminense para auxiliar o trabalho de base da organização na Baixada Fluminense. O periódico teve vida curta, contou com apenas oito edições, publicadas espaçadamente entre maio de 1979 e fevereiro de 1980, e circulou principalmente por associações de moradores, sindicatos e paróquias onde havia militantes da Ala. O carro-chefe das reportagens eram as demandas do movimento de bairro, embora o jornal dedicasse importante espaço para narrar greves e apoiar movimentos de oposição sindical.

Ainda em 1979, João Pedro coordenou um comitê em prol da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em Meriti, onde em 1980, ao lado de outros militantes da Ala, de outros grupos de esquerda, de membros do setor progressista da Igreja e de lideranças comunitárias, fundou o diretório municipal do partido. O engajamento no Movimento Pró-PT estava rela-

---

<sup>22</sup> O método consiste no levantamento de palavras do universo vocabular dos alunos, a partir do qual o professor seleciona as que servirão de base para as lições, as chamadas palavras geradoras. Em seguida, essas palavras são expostas em cartazes com imagens para, nos círculos de cultura (termo usado por Freire em substituição ao de turma de alunos), se iniciar um debate, dando, a essas palavras, significados de acordo com a realidade na qual os alunos estão inseridos. A conscientização é o ponto fundamental do método, que ocorre com a discussão de diversos temas surgidos a partir das palavras geradoras, a fim de possibilitar, aos alunos, a ampliação de suas visões de mundo e a compreensão da realidade social.

<sup>23</sup> Os Clubes de Mães surgiram da iniciativa de mulheres do Lions Clube, geralmente de origem abastada, que realizavam atividades assistenciais a mulheres pobres. No começo dos anos 1970, o movimento ganhou autonomia e se tornou uma das mais importantes experiências sociais em torno dos movimentos populares nascidos na periferia de São Paulo. Apoiados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sob a liderança de Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, os clubes se firmaram em ações solidárias para aprendizagem de ofícios e de cuidados de saúde. Por meio deles, trabalhadoras e moradoras de periferias passaram a questionar o preço dos alimentos e a exigir melhores condições de vida, de saúde e de educação para as suas famílias. No final dos anos 1970, os clubes haviam se espalhado por diversas periferias do país.

cionado à deliberação nacional da Ala de apoiar a criação de um partido de origem operária, legal e de massas.

A partir de 1985, quando as lutas políticas transcorriam dentro de estruturas legalizadas, a maioria dos egressos da Ala regressou aos seus estados ou às suas cidades de origem. João Pedro optou em permanecer morador na Baixada Fluminense. Familiarizado com os costumes locais, preservou laços afetivos e políticos, criou vínculos com a população local, com as suas demandas e as suas lutas. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, continuou engajado no movimento de bairro, agora ao lado de outra companheira de vida, Maria Fátima Souza Silva, também egressa da Ala, que nos anos 1970, participou ativamente das mobilizações do MAB, tornando-se, no início dos anos 1980, dirigente do movimento. João Pedro presidiu, respectivamente, os diretórios municipais do PT de São João de Meriti, de Nova Iguaçu e de Belford Roxo<sup>24</sup>. Nesse último, concorreu pelo partido ao cargo de prefeito na primeira eleição municipal, ocorrida em 1992, mas foi derrotado. Até a sua morte, em 20 de fevereiro de 2014, João Pedro manteve sua influência no PT na Baixada Fluminense. Ironicamente, faleceu no dia da fundação da agremiação que se esforçou para ajudar a criar e na qual permaneceu ativo militante por mais de duas décadas.

Na rememoração de sua experiência política, João Pedro entrelaçou, à sua vivência, visões de mundo e a histórias de outros militantes, inclusive daqueles que resistiram aos deslocamentos para as áreas periféricas da metrópole, evidenciando o fato de que, mesmo seletiva e ligada à esfera individual, a memória é tecida e articulada aos contextos e às redes nas quais o sujeito se envolveu (HALBWACHS, 2013, p. 38). São esses aspectos que conferem à memória, também, uma dimensão coletiva, porque, sem perder as particularidades das vivências individuais, tem como base a inserção do indivíduo em um grupo no qual compartilha eventos e experiências.

Indagado sobre a avaliação que fazia do passado, João Pedro enfatizou a importância de atuar em uma organização revolucionária no momento em que vigorava, no país, um regime autoritário. Valorizou a crença na revolução socialista, compartilhada nas organizações em que passou nas décadas de 1960 e 1970. Com relação à aproximação dos trabalhadores e às experiências nos bairros, afirmou que essas impactaram profundamente o seu modo de vida a ponto de decidir permanecer como agente político e morador na Baixada Fluminense. Ainda sobre suas escolhas e vivências políticas nos anos 1970, disse que foram feitas com base nas formas de luta possíveis à época (SOUZA NETO, 2011).

---

<sup>24</sup> O município foi criado em 1990, a partir do desmembramento de distritos de Nova Iguaçu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os demais grupos revolucionários, após a derrota do projeto de luta armada, nos anos 1970, a organização readequou estratégias e táticas políticas, priorizando o trabalho de massas. Nessa fase, buscou alternativas para conscientizar e organizar os trabalhadores para as lutas políticas a partir de seus locais de trabalho e de moradia.

João Pedro participou desse processo ao optar pelo Éden, bairro majoritariamente habitado por trabalhadores, em Meriti. É difícil avaliar o quanto as experiências vividas por João Pedro e por outros militantes contribuíram (de fato) para o projeto político da Ala de implantar o socialismo no Brasil. No entanto, é possível afirmar que tais experiências impactaram profundamente as trajetórias de vida daqueles que delas participaram. A respeito desses impactos, vimos como as experiências vividas por João Pedro na Baixada Fluminense alterou o seu modo de vida.

No período em que esteve inserido no “trabalho de bairro” na região, João Pedro precisou adotar hábitos simples para aproximar-se dos trabalhadores. Criou, com eles, vínculos sociais, políticos e afetivos, participou ao lado deles no movimento de bairro. Tais experiências marcaram tão profundamente a sua trajetória a ponto de levá-lo a optar em permanecer morador e militante de esquerda na Baixada Fluminense após a redemocratização do país. Para reforçar os laços que João Pedro teceu na região, recorremos às suas palavras: “Eu militei tanto, mas tanto na Baixada, que estou aqui até hoje. Posso dizer que todo o meu círculo social está aqui. Se eu me mudar, viro um peixe fora d’água” (SOUZA NETO, 2011).

## REFERÊNCIAS

### Fontes

- COSTA, Warley da. Entrevista concedida à autora. Belford Roxo, RJ, 12 de outubro de 2012.
- COSTA, Valter. Entrevista concedida à autora. Teresópolis, RJ, 23 de setembro de 2012.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Boletim Interno*, número 8. Darf, AV, DDI-II, documento 08, Aperj, setembro de 1971.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Autocrítica* (1967-1973). Darf, AV, DDI-II, documento 18, Aperj, janeiro de 1974.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. Relatório do Ativo. Darf, AV, DDI-IV, documento 28, Aperj, 1978.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-ALA VERMELHA. *Concepção e organização sobre o trabalho de Bairro*. Darf, AV, DDI-IV, documento 20, Aperj, novembro de 1979.
- SOUZA NETO, João Pedro de. Entrevista concedida à autora em 15 de julho de 2011.

### Livros, artigos, dissertações e teses

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília K. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 319-410.
- DELGADO, Lucília Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- FORTES, Alexandre e SALES, Jean (orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- RIBEIRO, Adriana Maria. *Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)*. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década*

*de 1970*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198

---

## A Casa da Negritude: as “universidades clandestinas” (Quilombos) do Brasil e o debate relativo à Teologia Hemisférica Negra (Nova Iguaçu, 1985)\*

Travis Knoll

**E**ste capítulo explora uma conferência frequentemente mencionada, porém pouco estudada e noticiada, sobre cultura negra e teologia que ocorreu em Nova Iguaçu em julho de 1985, no ápice das tensões entre católicos progressistas e o Vaticano. A Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (ASSET) – uma organização transnacional com financiamento europeu dedicada a fomentar diálogo entre teólogos africanos (e afro-americano), asiáticos, e latino-americanos – emergiu no cenário mundial a partir de Dar-es-Salam, Tanzânia. O seu encontro inicial, e ao longo dos cinco anos seguintes, contou com 22 teólogos, sendo 6 da América Latina, 1 do Caribe inglês, um teólogo afro-americano (James Cone), 7 da África, e 7 da Ásia. O presidente local Julius Kambarage Nyerere – já reconhecido como um líder decolonial africano, também compareceu, estabelecendo a organização como um veículo para diálogo e luta internacional. Apesar do começo otimista, problemas persistiram na trajetória da ASSET. Eles haviam patrocinado um grande encontro em 1980 em São Paulo, mas haviam, em grande parte, chegado a um impasse em tratar de questões raciais (ASSET, 1980, p.1-2). Cinco anos depois, eles se reuniram para reco-

---

\* Este texto foi traduzido do inglês por Lia Machado Fortes

nhecer *quilombos* como “universidades clandestinas” e irmandades católicas negras como “templo de negritude dos negros urbanos” (LAMPE In CEDI 1986, p.108-120). Analisarei os detalhes da conferência – desde a história de vida dos seus participantes, o processo de formação dos documentos da conferência e o seu percurso na cidade de Nova Iguaçu –, o que irá ajudar a esclarecer a importância da Baixada Fluminense como região anfitriã para esse encontro extraordinário.

Uma carta do Vaticano à sede nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), menos de um mês após a realização da conferência, captura concretamente os temas abordados nessa “consulta” regional e suas pretensões de reformar a Igreja. Os seus participantes peticionaram que o Vaticano revogasse a proibição da Missa dos Quilombos, elaborada pelo bispo liberacionista Pedro Casaldáliga, pelo poeta ativista Pedro Terra<sup>1</sup> e por Milton de Nascimento, para comemorar séculos de resistência negra. Eles dirigiram a carta ao próprio Papa e, depois que ela passou pela Secretaria de Estado do Vaticano, o comitê que tratava da adoração católica e liturgia respondeu ao presidente da CNBB rejeitando o pedido (NOÉ, 1985).

Nova Iguaçu era apropriada para sediar o evento. A cidade servia tanto como um polo de pluralidade religiosa quanto de fermentação liberacionista. O bispo liberacionista Adriano Hypólito – do estado de Sergipe – chegara durante um período de explosão demográfica, religiosa e crescimento político de uma região ainda reconhecida como “capital espírita do Brasil.” Nova Iguaçu, de fato, sediava a Confederação Nacional Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros (VANDENABEELE, 1969, 12.5 Sec. 2.6.4, “Espiritismo”). A agitação política caracterizava o período em que Dom Adriano assumiu. Dois anos antes, os militares brasileiros haviam tomado o poder. Um pouco menos de um ano antes, o Concílio Vaticano II havia finalizado documentos que serviriam como base para reforma institucional, especialmente nas áreas de ensino social e liturgia (*Sacrosanctum Concilium* 1963, Sec. II:A, 22,2; *Dei Verbum* 1965, 12,6; *Gaudium et Spes* 1965, 29,58,60; *Ad Gentes* 1965, 15; *Nostra Aetate* 1965, 5; *Gravissimum educationis* 1965, 1). Enquanto a ditadura se tornava mais repressiva, a partir de 1968, a Diocese de Nova Iguaçu desempenhava um papel imprescindível no desenvolvimento de uma resistência ao regime militar movida pela religião (MAINWARING, 1989, p.168-204; SALES e FORTES, 2016). Não obstante seu status periférico, ou, talvez, devido a ele, a igreja da Baixada rapidamente desenvolveu um caráter de oposição direta ao regime militar e – assim como o nordeste brasileiro – sofreu o peso da repressão ditatorial (SERBIN, 2006, p.5-6; CÉSAR GOMES, 2014, p.35-36, 56,57; RIBEIRO, 2015, p.72-93; GOMES, 2016, p.171, 181). Essa resistência iria recair em grande

---

<sup>1</sup> Pseudônimo de Hamilton Pereira, militante do Partido dos Trabalhadores (PT).

parte sobre a Teologia da Libertação, uma interpretação da espiritualidade e da prática cristã que enfatizava o conflito entre estruturas sociais elitistas tradicionais, de um lado, e as inúmeras comunidades que estas marginalizavam, do outro.

A fim de fortalecer a fé e sua prática, a diocese trouxe bispos liberacionistas de alto perfil para palestrar e formar uma consciência leiga sobre religião e direitos humanos, frequentemente dialogando com ativistas de movimentos sociais. Entre tais figuras, estava o influente bispo negro e paraibano José Maria Pires, que convocou a Comissão Diocesana de Justiça e Paz para falar no Centro de Formação (CENFOR) em 1978 para uma concentração de mais de 200 participantes. Pires lembrou ao público que Cristo ter tomado a forma de um escravo era essencial na compreensão dos direitos humanos. Pires acrescentou que ele mesmo havia sofrido discriminação de direitos humanos com base em raça, por conta de sua herança mista indígena-negra e por seu status como bisneto de um escravo (*Boletim Informativo* 06/78, 10-11).

Outras dioceses ativistas brasileiras também demonstraram familiaridade com a ASSET e colocaram as suas deliberações em prática. Por exemplo, a partir da apresentação da conferência da ASSET de Pedro Casaldáliga, em São Paulo, em março de 1980, o Centro de Educação Pastoral diocesano (CEPAC) uniu 35 líderes do movimento negro dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1980. Eles discutiram se a Igreja e sociedade aceitariam negros – especialmente em departamentos político-religiosos – e se a sociedade os destinava a profissões marginalizadas, como prostituição e trabalho doméstico (*Boletim Informativo* 07/1980, 7).

Essa formação política e intelectual ajudou a consolidar anos de apoio da igreja da Baixada aos movimentos sociais locais e às iniciativas de educação popular, apoio este que daria fruto até após a democratização. Por volta de 1989, 95% das associações e organizações da sociedade civil e dos sindicatos da Baixada Fluminense tinham relações com a Igreja. A Baixada Fluminense possuía 540 associações de bairros locais, 475 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), 230 grupos compostos por mulheres, 40 sindicatos e 25 centros dedicados ao movimento negro e filiados à Igreja (*O Dia* 03/12/89). Em Nova Iguaçu, isso significava apoiar organizações de bairros, que às vezes englobavam em sua liderança ativistas na interseção de raça e classe – muito valorizados por Dom Adriano – tais como o ativista negro José Soares “Dico” Milheiros, da Ação Católica Operária (sendo ele um dos participantes da conferência de Nova Iguaçu) (*SNI* 1981, 6; ALVES, 1988, p.6-7).

A “Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina”, reunião da ASSET para estudar raça e religião na América Latina, perma-

nece um ponto de inflexão frequentemente citado, porém raramente estudado, no que se diz a respeito às mudanças do relacionamento entre o cristianismo e a teologia negra na América Latina. Mesmo quando ela é citada, os acadêmicos frequentemente desconsideram por completo o fato de ela ter ocorrido na Baixada Fluminense (CÉSAR BARRETO, 2019, p.81; GONZALEZ, 2014, p.129; STEART, 2005, p.207; MYATT, 1995, p.1-2). Tal fato surpreende, uma vez que a ASSET agiu, nas palavras da proeminente historiadora de Teologia da Libertação Lillian Calles Barger, como “o principal órgão internacional a defender a justiça global através de uma teologia contextual da perspectiva das pessoas oprimidas do mundo” (BARGER, 2018, p. 256). Poder-se-ia imaginar que um encontro de uma das mais importantes organizações religiosas de esquerda apareceria nos registros da imprensa internacional ou brasileira, dado o papel que a religião liberacionista teve na transição democrática. Todavia, a conferência não tem recebido ampla atenção acadêmica. Este capítulo discutirá brevemente como ela foi organizada, quais foram seus participantes, qual a contribuição individual destes aos documentos em progresso e quais as ramificações de seu documento final, que tanto ampliou as já existentes demandas para que cristãos engajassem melhor em tradições de religião negra quanto pressagiou muitos dos obstáculos sociais enfrentados pela população negra que definem o Brasil até os dias de hoje.

Antônio Aparecido da Silva (Toninho), o primeiro diretor negro do principal seminário da arquidiocese paulista no auge da Teologia da Libertação (Escola de Teologia da Nossa Senhora da Assunção), organizou a conferência. Originalmente prevista para ser sediada em Salvador, Bahia, em julho de 1985, a conferência ocorreu em Nova Iguaçu, entre os dias 8 e 12 de julho de 1985. Utilizando o espaço do Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu, foi “a primeira vez na história da associação” que pais de santo e outros representantes de religiões de matriz africana foram convidados para uma conferência com cristãos na grande tentativa de “recuperar a negritude na Igreja” por toda a nação (*Luta Democrática*, Outubro 24, 1984).

Além de Antônio Aparecido, o comitê de organização, baseado em São Paulo, incluía Marcos Rodrigues da Silva, outro importante membro dos Agentes de Pastoral Negros, grupo que emergiu a partir de esforços recorrentes em fazer a Igreja Católica admitir sua cumplicidade na subjugação e discriminação de afro-brasileiros; o especialista em enculturação Edir Soares; os teólogos metodistas Julio de Santa Ana e Amelia Tavares Correia Neves; Márcia Cruz Piva, jornalista de educação na Revolução Nicaraguense; o ex-padre e sociólogo haitiano Laënnec Hurbon e o escritor costa-riquense afro-caribenho Quince Duncan. Vinte e cinco dos trinta par-

ticipantes eram negros (18 homens e 7 mulheres). Todos os participantes brancos eram mulheres (ASSET, 1986, p.13-14).<sup>2</sup> Os participantes eventuais incluíam militantes destacados do movimento negro, membros da Teologia da Libertação<sup>3</sup> e uma série de antropólogos, sociólogos e escritores caribenhos e latino-americanos.<sup>4</sup>

A conferência da ASSET sobre religiosidade negra era parte de um esforço maior, consistente em lidar com as tensões existentes dentro da própria organização e em responder aos chamados internacionais que buscavam centralizar a identidade negra. Isso se mostrou no apoio financeiro de agências holandesas e o Programa para Combater o Racismo do Conselho Mundial de Igrejas (PCR-CMI) (Sant Ana, 17/05/1984). Como o bispo metodista angolano e, posteriormente, presidente da ASSET, Emílio J.M de Carvalho admitiu, a conferência foi uma resposta às preocupações levantadas “recorrentemente” sobre “a necessidade de enfatizar e de tornar mais visível a importância da população negra tanto para religião quanto para a vida na América Latina.” Expressando seu desânimo com a “carência de reflexão teológica latino americana” dessas percepções, ele brincou “antes tarde do que nunca.” (de Carvalho 1990, xviii). Ele provavelmente testemunhou como o contingente de teólogos da libertação latino-americanos lutou para superar uma reputação de dominar reuniões teológicas e de submeter novas reflexões teológicas vindas da Ásia, da África, e de norte-americanos negros a análises de classe rígidas. Fundador da Teologia Negra da Libertação dos Estados Unidos e líder da ASSET, James Cone lamentou a lentidão do progresso no diálogo que perpassava uma série de conferências internacionais em Kingston, Jamaica (1979), Matanzas, Cuba (1979), e São Paulo, Brasil (1980) (CONE, 1993, p.380-385). Apesar dos conflitos institucionais, a maioria concordou que a conferência ocorrida em Nova Iguaçu constituiu o primeiro passo de um processo de reflexão a respeito da história da escravidão e a elogiou por analisar o problema por meio de quatro perspectivas: de raça, classe, gênero e da própria religião (ACOSTA E GOMEZ, 2008, p.175).

<sup>2</sup> Comitê Organizador, “Prezado(a) Amigo(a).” São Paulo. 26 de junho de 1985. In “Consultation on Black Culture and Theology in Latin America, Nova Iguaçu, Brazil, Jul 8-12, 1985.” *Burke Library Archives: Ecumenical Association of Third World Theologians (EATWOT) Records, 1975-2006*. Columbia University/Union Theological Seminary, Series 2B, Box 29, Folder 2.

<sup>3</sup> A lista inclui Helena Teodoro Lopes, Maria de Lourdes Siqueira, a especialista em congada Eugênia Dias Gonçalves, Joel Rufino dos Santos, o professor presbiteriano e futuro senador Joaquim Beato, o pastor metodista paulista Antônio Olímpio de Sant’Ana, o ativista do MNU e futuro deputado José Marcelino e José Milheiro “Dico” (mencionado abaixo). Os liberacionistas incluíam os historiadores da Igreja Eduardo Hoonart e José Oscar Beozzo.

<sup>4</sup> Dentre eles, o padre e futuro diplomata Jean Rénald Clérismé, a antropóloga do vodu Rachel Dominique Beauvoir, o antropólogo haitiano baseado nos Estados Unidos Guérin Montilus, o ativista afro-peruano da *negritude* e etnomusicólogo Nicomedes Santa Cruz, o escritor e antropólogo afro-colombiano Manuel Zapata Olivella, o poeta panamenho Gerardo Maloney, e o destacado teólogo da libertação caribenho Armando Lampe.

## MUITAS RESPOSTAS, MAIS PERGUNTAS: PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA E DOCUMENTO EM PROGRESSO

De acordo com a programação, a conferência dedicaria cada dia para uma diferente região ou um país, entre eles África (8 de julho), Haiti (9 de julho), Brasil (10 de julho), América Central (11 de julho) e Colômbia (12 de julho). Apesar das apresentações da conferência não necessariamente corresponderem ao tema do dia, a relação entre teologia e cultura, dentro de uma estrutura sincrética bem vista, se destaca.<sup>5</sup> No dia dedicado à África, os painéis incluíam introduções gerais, o papel da religião nas lutas pela libertação, com um interesse especial em vodu, o potencial e os perigos da religião para os liberacionistas, e a cultura e teologia negra nas Américas. O dia sobre o Haiti abordava o sincretismo como “la cultura y religiones del negro”, a identidade de Deus e as práticas de religiões negras, e a identificação das ferramentas de opressão racial. No dia dedicado ao Brasil, participantes trataram da estrutura familiar negra e se dividiram em grupos de acordo com etnia, cultura e classe, ideologia, mulheres, e práticas sincréticas/sagradas. Esse dia também incluiu um passeio noturno a um terreiro. A América Central não teve painéis dedicados a ela, ao invés disso, decidiram redigir relatórios e elaborar uma visita noturna para assistir uma “Noche del Brasil”. O dia 12, ostensivamente dedicado à Colômbia, voltou-se a um debate geral e ao encerramento da conferência (“Programa de Consulta”, ASSET 1986b, p.178).

Seguindo o exemplo de muitos processos sinodais cristãos, os organizadores enviaram uma pesquisa pré-conferência aos participantes. A conferência iria, então, compilar as respostas de tal pesquisa em um documento a ser desenvolvido. O poeta panamenho Geraldo Mahoney, encarregado de resumir os objetivos e a natureza do encontro, concluiu que o objetivo da conferência era de identificar o papel da Igreja em apoiar a “sujeição e dominação do setor afro-latino-americano” e como tal instituição poderia mudar para uma “perspectiva diferente” que se alinhava com o “papel atual” da Igreja “nas tarefas de justiça social aos povos”. Sua natureza seria a de buscar melhores formas de entrar nos debates de políticas públicas a respeito dos “mecanismos de respostas acionados e articulados pelos próprios seto-

---

<sup>5</sup> Segundo o planejamento original, José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, um dos poucos bispos negros da época, ia atuar como moderador dos painéis, mas a lista publicada de participantes não o incluem. “Anexo I: Programa da Consulta.” In Comitê Organizador, “Prezado(a) Amigo(a).” São Paulo. 26 de junho de 1985. In “Consultation on Black Culture and Theology in Latin America, Nova Iguaçu, Brazil, Jul 8-12, 1985.” *Burke Library Archives: Ecumenical Association of Third World Theologians (EATWOT) Records, 1975-2006*. Columbia University/Union Theological Seminary, Series 2B, Box 29, Folder 2.

res afetados” por discriminação racial. Em sua contribuição regional pessoal, Mahoney alertou que a conferência deveria prestar bastante atenção à diferença regional e nacional na relação Igreja-Estado (ASSET, 1986, p.53-54).

Quince Duncan, da Costa Rica e um dos escritores afro-caribenhos mais importantes, sublinhou uma variedade de teorias raciais com as quais a consulta poderia lidar. Começando pela tese de que o racismo existia em todas as sociedades como uma “hierarquização dos seres humanos segundo o seu grupo racial”. O autor notou que tal ordem se sustentava ao atribuir “todas as características propriamente humanas” à “raça branca”, transformando-a na “raça humana plena.” Ele destacou que regimes menos violentos frequentemente evitavam a infâmia e se apresentavam como não-racistas. Ele chamou atenção para a fracassada “teoria culturalista” de Frank Tannenbaum de que as sociedades católicas permitiam maior mobilidade social aos escravizados do que as protestantes (Cf. TANNENBAUM, 1946, p.53). Ele refutou ainda a hipótese de Stanley J. e Barbara H. Stein de que o racismo explícito cresceu com o desenvolvimento capitalista e a mobilidade social (c.f. STEIN E STEIN, 1970, p.59). Ele criticou uma ideia “sintetizada” por Sidney Mintz de que um número menor de minorias em certa população aumenta a opressão exercida por uma minoria não ameaçada (c.f. MINTZ e PRICE, 1992, p.25-30). Ele comentou a teoria de que o racismo surge a partir de um medo natural do desconhecido, escolhendo apontar para as origens do racismo no século XXVI e sua consolidação com a chegada do darwinismo social. Racismo “justifica a dominação colonial e neocolonial”, mas não depende unicamente de estruturas econômicas e “pode subsistir com relativa autonomia das relações econômicos-sociais que lhe deram origem (ASSET, 1986, p.55-58,59).”

Em seguida, Duncan dissertou sobre as origens materialistas do racismo a partir da demanda por mão de obra e sua conexão com as crises econômicas dos anos 80, que foram seguidas da criação de organizações reacionárias nacionalistas como o Movimento Britânico, a Frente Nacional e o Manifesto Heidelberg, da Alemanha. Ele também discutiu estratégias baseadas em cultura tais como o “etnocídio racista”, “restrições racistas”, “psicocídio racista”, “segregação cultural racista” que se baseiam no denegrir de símbolos negros e de contribuições de pessoas negras à história nacional, além da comercialização e generalização de suas culturas para atender às expectativas cuidadosamente arquitetadas da maioria (Ibid. p. 60-63). Isso frequentemente levava ao “racismo reflexo” entre as próprias vítimas do racismo, fazendo com que elas negassem sua herança e as soluções potenciais. Mesmo os Estados que abertamente priorizavam a abolição das desigualdades sociais, tais como Cuba socialista e países latino-americanos majorita-

riamente negros, como Belize, sofriam com “racismo residual”, limitando a solidariedade entre grupos às relações de classe (Ibid., p. 64-65).

Quince Duncan alertava que racismo não era meramente uma questão de opinião ou de atitude. Lutar contra ele exigia reconhecer “a existência de uma programação social a que todos estamos submetidos” que chega a levar aqueles que se opõem ao racismo a “reproduzir inconscientemente atitudes racistas.” Similarmente, Eduardo Hoornaert fez uso de um tom generoso ao dizer que a luta contra o racismo não envolve a “destruição do racista”, e sim a sua “consciência racista.” Ela busca “libertar toda a humanidade” das cicatrizes histórico-ideológicas do racismo, em síntese, a justiça racial é “uma luta pela vida” (Ibid. 65). Citando explicitamente Maurice Halbwachs, Simone Weil, Walter Benjamin, a brasileira Ecléia Bosi e Roger Bastide, Duncan estabelece o Cristianismo e o Judaísmo como “religiões da memória” baseadas na “memória coletiva” forjada pela experiência do Êxodo. Citando Jean Ziegler, Hoornaert acrescenta que a memória serviria como auxílio para uma guerra cultural de resistência. Hoornaert argumentou que uma “revolução cultural” na Teologia, nos moldes da de Mao-Tse-Tung, seria comprovadamente imprescindível na aquisição do “poder cultural” que Antonio Gramsci considerou necessário para consolidar verdadeiro poder político.

Essa sessão termina debatendo os meios de conseguir essa transformação cultural. Eugênia Gonçalves sugeriu que tal memória cultural pudesse começar com o estudo da resistência cultural nas *congadas*. Frei David Raimundo dos Santos notou uma dificuldade em se apropriar da religião para finalidades liberacionistas, uma vez que tanto as organizações militantes, como o Grupo União e Consciência, quanto as organizações do Candomblé se dividiam entre entendimentos tradicionais e místicos de Deus. A solução, para ele, consistia em desmascarar a opressão racial no interior das instituições teológicas (Ibid. p. 66-68).

Duncan retoma a palavra dizendo que a opressão racial se enraíza, primeiramente, na divisão colonial estabelecida por bulas papais, como *Sublimus Deus* (1537), que reconheceram a conquista como salvação espiritual. Isso também estimulou debates sobre a humanidade indígena e se deveriam importar africanos para substituir trabalhadores indígenas que estavam morrendo. Duncan prosseguiu dizendo que o racismo continuou a fluir em figuras anticlericais do Iluminismo francês, tais como Voltaire e os “cientistas” raciais Carl Linnaeus, Petrus Kamper e Georges-Louis Leclerc, Comte de Buffon. Ele prosseguiu por meio de papas como Gregório XV, que argumentava que a escravidão permaneceria enquanto os senhores tratassem seus escravos bem. Esse racismo culminou na visão “científica” que Herbert Spencer e seu equivalente argentino Domingo Faustino Sarmien-

to desenvolveram a respeito do racismo. Como o documento preparatório destaca, os laços entre pensadores da ciência racial e a Igreja Anglicana foram denunciados por Jawaharlal Nehru em 1945 (Ibid. p. 68-70).

Mas, enquanto a religião desempenhava um forte papel na dominação, ela também tinha poderoso potencial de libertar. Duncan destacava que algumas das Igrejas Batistas Negras independentes começaram a partir de George Lisle e Moses Baker, na Jamaica. Duncan descreveu essas Igrejas como as “igrejas de base popular” da época, dada a sua resistência às autoridades de Igrejas anglicanas enviadas para reprimi-las. O documento reconhecia aliados brancos, tais como o missionário inglês William Knibb, enquanto condenava as ações de Gregório XV, Leão XIII e do cardeal Ercole Consalvi, que se curvavam diante das pressões públicas para censurar o tráfico escravocrata, sem de fato condenar a escravidão em si. Apenas com a encíclica de Pio XI, *Rerum Ecclesiae* (1926), a Igreja Católica iria, motivada por interesses próprios, começar a se confrontar com a necessidade de “nativizar” a Igreja. Até mesmo esses sinais passaram despercebidos pela descolonização africana nos anos 60 e 70, quando o Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial da Igreja, o *Populorum Progresso* (1966) de Paul VI, a resistência antiapartheid de episcopados, como os bispos sul-africanos e as denúncias individuais, como aquelas do arcebispo Donald Raymond Lamont da Rodésia (Zimbábue), mudaram o horizonte da luta antirracista dentro do contexto teológico. Duncan encerrou a sessão ressaltando a lentidão do processo de ordenamento de clérigos não-brancos, e, ainda mais raro, promovê-los a posições de autoridade na Igreja (Ibid. p.71-74).

A historiadora e teóloga baiana Elizete Silva contribuiu com a preparação tratando de mulheres e da exploração dupla de gênero e raça que ocorre na religião. Ela sublinhou a reputação da Bahia como o berço da “Mãe África” no Brasil, que mesmo assim confinava socialmente mulheres negras a posições marginais em mercados de trabalho informal e trabalho doméstico. Silva apontou como a Missão Batista Independente – organização formada pelas próprias mulheres e que, mesmo assim, sofria com a visão patriarcal devota da teologia batista (e cristã, de um modo geral) – apenas parcialmente aliviou a situação. Documentos da Igreja, tais como *O Libertador* e encontros periódicos de Escola aos Domingos, reforçaram a mensagem de que mulheres, essencialmente, tinham valor reprodutivo e papéis domésticos, cuidando de suas crianças e de órfãos. Ademais, a teologia tradicional avançou nas restrições do papel da mulher ao igualar expressão sexual a pecado e a participação na vida pública à impossível tarefa de servir dois mestres (Ibid. p.74-78).

## OS PAPÉIS INDIVIDUAIS: MENSAGEM UNIFICADA COM MÉTODOS DIVERSOS

As apresentações da conferência na íntegra proporcionam mais detalhes sobre a mudança ocorrida do documento em progresso ao relato final. Mauro Batista, que era um padre negro ativista, apresentou uma visão geral das relações raciais nas Américas, focando no Brasil, e, em grande parte, reiterando a história destacada no documento que estava sendo desenvolvido (BATISTA In Ibid. p. 83-92). Jean Renald Clerisme, sacerdote e futuro diplomata haitiano, que não enviou uma reflexão pré-conferência, fez uma apresentação extensa a respeito da importância do vodu como religião historicamente reprimida. Ele destacou o papel dela na libertação por dentro do mundo físico, em atender às necessidades psicológicas e espirituais da população e em providenciar cobertura política a figuras emergentes, tais como os líderes de comunidades quilombolas e *hougans de vodu* François Mackanda e Dutty Boukman (CLERISME In Ibid. p.93,95,97).

O peruano Nicomedes Santa Cruz sublinhou a “síntese dialética” das identidades europeias, africanas e ameríndias. Santa Cruz citou um verso poético que ele escreveu em 1960 enquanto viajava à Bahia para explicar a interseção de solidariedade regional, raça, e religião: “creo en la Santa Rosa de Lima/Y en los Orishás de Bahía.” Citando *Capitalismo e Escravidão*, de Eric Williams, assim como a admoestação de José Martí de que “homem é mais que branco, mais que mulato, mais que negro”, ele rejeitou a redução dos negros como povo, à escravidão, uma categoria de subjugação econômica (SANTA CRUZ In Ibid. p.105-107; c.f. WILLIAMS, 1975). Ao invés disso, ele destacou uma ampla produção historiográfica, detalhando uma terceira categoria de *negro ladinos*, uma classe comerciante de servos que serviam de ajudantes e navegadores às primeiras expedições espanholas às Américas. Santa Cruz posteriormente apresentou as origens linguísticas das diferentes palavras que denotam comunidades de escravos fugitivos pelas Américas. Fazendo uso do trabalho de Fernando Ortiz sobre afro-cubanos, ele traçou as origens e estruturas governamentais das irmandades e sociedades de colaboração mútua americanas e caribenhas. Ele concluiu que os quilombos agiam como “universidades clandestinas” e as irmandades de negros urbanos como “templo de negritude” (Ibid. 108-120).

Para Manuel Zapata Olivella, da Colômbia, a repressão de religiões africanas os forçava a “elaborar uma teologia emancipadora, assimilada e sincretizada” baseada em “igualdade e fraternidade.” Mencionando o padre franciscano belga Placide Frans Tempels, ele também comentou a semelhança da doutrina católica com noções bantu de *Muntu*, que expandiam

as definições de família aos ancestrais de um indivíduo e ao meio ambiente por meio de conceitos, tais como o de concepção voluntária. Isso encontrou forte contraste com as tribos baseadas no iorubá, uma vez que os iorubá enxergavam suicídio e revolta como alternativas de resistência e que bantus queriam “preservar o patrimônio da vida recebida” quaisquer que fossem as condições escravocratas em que se encontrassem (OLIVELLA Ibid. p.121-123; c.f. TEMPELS, 1952). Além disso, ele reconheceu Bartolomé de Las Casas (dado que ele havia mudado sua posição de defender que africanos substituíssem escravos indígenas), Francisco de Vitória, Alonso de Sandoval, Pedro Claver e José Maria Morelos como exemplos de padres relativamente emancipatórios. Ele seguiu buscando relativizar essa afirmação destacando que Claver empregou a Inquisição espanhola contra *lumbalu*, uma cerimônia de lamento que unia africanos bantu com seus ancestrais. Isso explicitava as tensões existentes até mesmo em padres que desejavam simpatizar com escravos em função dos seus mandatos tradicionais de adaptar cultura ao cristianismo, e não de adaptar o cristianismo à cultura. Ele também nota que escravos africanos, às vezes, praticavam um sincretismo de dias de festa no lugar de equivaler cada santo a um orixá (Ibid. 124-131; c.f. FRANKLIN, 1973).<sup>6</sup>

Eugênia Dias Gonçalves, a representante do Reino do Congo e do Moçambique e especialista em patrimônio cultural, traçou o desenvolvimento de diversas congadas no Brasil, descrevendo-as como “o refúgio das aspirações e [dos] sentimentos democráticos” que buscavam impedir a interferência da Igreja e de autoridades civis. Ela chamou atenção especialmente ao nome que as congadas de Angana Zâmbia associavam a Deus, derivado de Jatobá na região Itabirite de Minas, para enfatizar a dignidade comum que equaliza pobres e ricos. Afro-brasileiros faziam isso por meio da veneração de ancestrais, incluindo *pretos velhos*, os quais “simbolizam os santos negros desconhecidos”, santos que a Igreja Católica substituiu à força. A filosofia da congada apoia uma amplitude de lutas políticas de reforma agrária, mas mantém uma ética conservadora quando se trata de questões sexuais e familiares (GONÇALVES In Ibid. 142-143).<sup>7</sup>

O poeta e sociólogo afro-panamenho Gerardo Maloney F. abordou a grande divisão entre ativistas negros que abraçaram as políticas de identidade racial e aqueles ativistas negros materialistas históricos que viam raça

---

<sup>6</sup> Morelos era “o mulato e zambo” dizendo “Sacerdote, nunca antes brandira uma pistola ou espada...Olmecas, indígenas e europeus, descobriu em sua mais profunda identidade de mestiço triétnico, que havia sido escolhido pela Virgem de Guadalupe para organizar e levar à vitória o povo oprimido do México (137).”

<sup>7</sup> Gonçalves descreve “o sopro de Zâmbi” e “Zâmbi, o criador” dos “céus e da Terra, *Maravi...* criou a vida” fazendo de um provável equivalente ao Espírito Santo em sua tradição de congada (143). Outros congadeiros o comparavam a Tupã, Jeová e Olorum como um exemplo a mais do “Deus dos seus antepassados (147).”

como uma (singular) manifestação da dominação de classe. Uma conferência panamenha de 1980, “Identidad Cultural del Negro en las Américas”, havia buscado diluir essa divisão e, com base em pesquisas realizadas junto a afro-equatorianos, Maloney argumentou que setores da Igreja poderiam apresentar um papel construtivo em fazer justamente isso (MALONEY In Ibid. 149-151).<sup>8</sup> Primeiramente, a Igreja deveria reconhecer, na melhor das hipóteses, o seu paternalismo e, na pior das hipóteses, a sua colaboração com o sistema escravocrata. Alguns *haviam* refletido ao reinterpretarem o papel da Igreja, adaptando-o “às novas circunstâncias históricas”, que incluíam a afirmação da religiosidade popular latino-americana em larga escala e de teologias negras e indígenas, especificamente. Citando Juana Elbein e Deoscórcos dos Santos, ele argumentou que a Igreja havia esvaziado a religião negra de seu contexto e significado nacional (Ibid. 170-172). Como exemplo conclusivo de restauração de tamanho poder simbólico, ele destacou os esforços de pessoas como Robert Athlyi Rogers, Charles F. Goodridge e Marcus Garvey na escrita e divulgação da bíblia afrocêntrica *Holy Piby*. Esse texto, por sua vez, estimulou a fundação de tradições negras independentes, como a Afro-Athlican Constructive Church (que começou entre sul-africanos que trabalhavam com mineração de diamantes), a Igreja Ortodoxa Africana e o mais conhecido Rastafarianismo (Ibid. 174-176).

Baseando-se em Germaine Greer e criticando Betty Fridan, filósofa negra Helena Teodoro Lopes traçou a transição da servidão de mulheres negras da senzala ao emprego doméstico, argumentando que, apesar de triplamente oprimidas, mulheres negras sustentavam a união da comunidade negra durante a transição caótica para o período pós-abolição. Teoricamente, ela argumentou que o “o mito da mulher” meramente reificava, não subvertia a prevalecente economia burguesa e ordem social. Por outro lado, ela destacou figuras femininas como Dandara, mulher de Zumbi, e Luíza Mahin (mãe de Luiz Gama) como exemplos do modo como as mulheres negras lideravam rebeliões ativistas (TEODORO in Ibid. 177-179, 181). He-

<sup>8</sup> De fato, ele argumentava que Marx e Lênin não faziam essa distinção. O último reconhecia que a exploração não vinha apenas do binômio capital-proletariado, mas sim “em virtude dos diferentes lugares que ocupam em um sistema de economia social determinado.” (156). Por sua parte, Marx, em 1846, reconhecia que a escravidão não significava apenas a “escravidão indireta...do proletariado”, mas sim a “escravidão direta, da escravidão dos negros do Suriname, do Brasil, dos Estados meridionais da América do Norte.” (158). A escravidão servia como base para “as colônias que criaram o comércio mundial...que constitui a condição necessária para a grande indústria mecanizada” (158, citado Materiais para a História da América Latina. In: *Cadernos Passado e Presente*). O relacionamento entre uma força de trabalho permanente racializada, o privilégio branco e o desenvolvimento tecnológico teria promovido o salto da sociedade colonial para o sistema de mercado capitalista (159). Baseando-se em Franz Fanon e George Balandier, ele destacava que a falsa consciência induzida pela raça, não pela classe, formava a base da colonização (160). Ele também abraçava a distinção entre a realidade subjetiva do preconceito racial e a realidade objetiva do racismo institucional formulada por Stokely Carmichael em *Black Power* (162).

lena Teodoro foi inequívoca ao descrever o papel da religião na militância de mulheres negras, classificando-o como “o grande apoio da mulher negra: Seu axé”, mesmo que mitos tradicionais lhes neguem um lugar na hierarquia de conhecimento de Ifá, atribuindo a eles características tais como “voracidade, intolerância e exageros.” Com base no trabalho de Sueli Carneiro (1982) e das líderes espirituais Iya Naso e Mãe Aninha, Mãe Senhora (of Mestre Didi), ela demonstra como mulheres persistem na liderança de terreiros e continuam trabalhando mais que seus colegas masculinos (Ibid. 182-183).

O antropólogo haitiano-americano Guerin L. Montilus dividiu as visões africanas de Deus cronologicamente, partindo de um mundo ideal, anterior à escravidão, a um período de escravidão, repleto de perda cultural e rebelião, e a uma terceira fase na qual as pessoas associam Deus a ambas as experiências de uma África moderna e da diáspora africana. Na leitura de Montilus, a experiência dos espíritos e ancestrais (Vodu, Orixá, Iwa, Bosson) guiam tanto a lei política quanto a natural (MONTILUS In Ibid. 184-188). O sociólogo Lannec Hurbon também escreveu sobre a primazia dos ancestrais, mas, além disso, notou o monoteísmo comum (mediado) compartilhado entre as religiões diaspóricas e afirmou que a libertação verdadeira só viria por meio da afirmação da religiosidade popular (Ibid. 189-193).

Por fim, Armando Lampe, do Suriname – que viria a escrever uma série de histórias críticas sobre religião na teologia latino-americana – sublinhou as críticas elaboradas por teologias da libertação baseadas em classe desde os anos 1970. Ele abordou as tensões raciais por dentro da ASSET, citando expressamente as críticas de teologias baseadas em classe por “[a]fricanos e asiáticos” e “minorias dos Estados Unidos, principalmente...James Cone”. Ele pediu que teólogos que se baseavam no conceito de classe reconhecessem “a religiosidade e as antigas tradições do povo pobre como um lugar teológico de grande importância”, notando como “a cultura negra para a teologia da libertação se encaixa desta discussão.” Citando Amílcar Cabral, o líder de libertação a Guiné-Bissau e de Cabo Verde, ele argumentou que “teologia antilhana da libertação” iria unir a “teologia de protesto... incluindo a racial” com “uma teologia cultural” que respeita “a religião dos oprimidos.” Essa religião serviria como fonte constante para as lutas do movimento. Fontes para essa religião incluiriam religiões de matriz africana (não fossilizadas, e sim dinâmicas), e até mesmo o Hinduísmo, que constituía uma religião significativa nas Antilhas. Ele pediu para aqueles presentes lembrassem que a “Igreja dos pobres” haitiana é “a igreja negra”, o “espaço de liberdade e solidariedade, de constituição de identidade e dignidade

pessoal e coletiva” uma materialização de “toda a vida social dos pobres.” (Ibid. p.195-198; c.f COX 1984; c.f. HOWARD, 2004, p.163-64).<sup>9</sup>

Após essas apresentações desafiadoras e abrangentes, acadêmicos e ativistas passaram a desenvolver um documento final para a conferência. Eles o iniciaram observando a “perturbadora” tendência de subordinar a identidade negra à classe, que faz com que negros em ascensão social abandonem sua identidade racial à medida que sobem de posição socioeconômica. Eles também condenaram o esquecimento de figuras negras da sociedade branca em histórias de construção econômica nacional e das guerras de independência (Ibid. p.15-17).<sup>10</sup> O documento final criticava o fracasso da Teologia da Libertação em “levantar as perspectivas teológicas a partir da identidade negra.” O relatório recomendava que a Teologia da Libertação tirasse seu foco do “proletariado urbano ou rural” como um grupo uniforme para reconhecer “as especificidades” existentes por dentro da “massa pobre”, em suma, reconhecendo o “negro, índio, [a] mulher.” (Ibid. p. 23,30)<sup>11</sup>. Em um prenúncio das campanhas por ações afirmativas do início dos anos 2000, o documento notou a luta dos negros “pela inclusão das contribuições dos negros à história e à vida de nossos países” e “sobretudo... um maior acesso da população negra às instituições educacionais, principalmente nos níveis superiores ou universitários.” Parte da luta ao longo da história envolvia estudar “textos escolares e literários” nos quais “se perpetuam sistematicamente os mitos e estereótipos racistas.” Lutas raciais envolviam problemas pragmáticos, tais como combater “despejos, falta de saneamento básico.” Esse grupo evidenciou visões tradicionais da família ao condenar “amontoamento e promiscuidade”, os quais “agravam o desenvolvimento das crianças negras” ao inverterem “a estrutura e o funcionamento da família (Ibid. p.26-27).”<sup>12</sup> Os teólogos convocaram a Igreja para “instaurar um novo ecumenismo” que reconhecesse o espaço das religiões de matriz africana como o “lugar litúrgico privilegiado de conservação da africanidade e da negritude.” Apenas por meio desses espaços que uma coalizão interracial “entra em contato com esses pontos para assumirem juntos a causa do negro” e assim recupera “os valores culturais apregoados pelo branqueamento imposto pelas religiões ocidentais.” Isso incluía levantar novos mártires, tais como Zumbi de Palmares, Bayano do Panamá

<sup>9</sup> Isso o aprendido a partir de movimentos como a rebelião de Canudos, de Antônio Conselheiro, o movimento Mahikari e a Congregação de Porto Rico (199-200).

<sup>10</sup> O relatório reconhecia que classe é algo que “não se pode perder de vista porque é em função dela que existem e são reforçados os mecanismos de opressão, continuadores da condição delegada ao negro pela escravidão e pelo colonialismo (18).”

<sup>11</sup> Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião*, 23,30.

<sup>12</sup> Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião*, 26-7.

e Cudjoe da Jamaica, que haviam formado comunidades de resistência de escravos fugitivos (Ibid. p.31-32).<sup>13</sup>

A segunda parte do documento iniciava afirmando o papel tradicional das mulheres negras como “transmissora[s] das tradições religiosas e culturais”, “educadora[s] de novas gerações.” Teólogos enxergavam a mulher negra, parecida com a Virgem Maria, como “depositária da Vida” e “o laço que une o Sagrado com a vida biológica e espiritual.” Refletindo as intervenções de Helena Teodoro Lopes e Elizete Silva, o documento destacava as mulheres como “responsáveis pela maioria das casas de culto” que serviam como “centros de resistência.” Por meio de seu trabalho, a diáspora havia “conservado a tradição cultural espiritual dos negros na América.” Ademais, o relatório as considerava “as principais responsáveis pela vida das Comunidades Eclesiais de Base” e pelas “lutas populares por água, luz, saneamento, escola, creche, saúde e transporte” nos bairros mais vulneráveis. O relatório chamava atenção para uma divisão severa entre ambientes rurais e urbanos, contrastando os papéis da família tradicional e liderança religiosa no primeiro ambiente com a sobrecarga das mulheres no segundo (Ibid. p.34-35).<sup>14</sup> Enquanto o documento exalta idealizações restritivas de gênero em certas seções, em outras, ele apoia políticas de libertação feminina como a autonomia reprodutiva. Ele reconhecia o “expediente do aborto como uma forma de resistência” durante a escravidão, mas alertava que a “limitação da natalidade” era uma política com motivações racistas (Ibid. p.37).<sup>15</sup> Ele condenava um sistema educacional que – com sua discriminação racial e focalizando nas classes privilegiadas – fracassava em tirar o peso dos ombros de famílias negras sobrecarregadas, muitas vezes formadas por dois pais trabalhadores ou por mães solteiras. Ele ressaltava especificamente os 150.000 estudantes não matriculados na Baixada Fluminense. Escolas católicas e protestantes reforçavam essas estruturas injustas ao discriminarem em seus métodos de sacramentos, suas cerimônias e leituras bíblicas. O documento relacionava essas questões eclesiais com a necessidade mais ampla de reforma curricular nas escolas (Ibid. p.38-39).<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Associação Eclesiástica do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião* 31-32.

<sup>14</sup> O relatório se referia à família como “um núcleo de resistência” também, já que a sociedade a confrontava com o aprisionamento excessivo e o abandono de crianças entre os negros (36).

<sup>15</sup> Ibid. 37. Sobre o aborto, ver Mauro Bautista, “Panorama Geral da África nas Américas”. In Ibid. 90. Infanticídio como resistência se constitui em um pilar central da história, e, portanto, da teologia negra norte-americana. Como escreveu James Cone, “O Poder Negro não é novo. Ele começou quando mães negras decidiram *matar os seus bebês* [grifo meu] ao invés de vê-los crescer como escravos. O Poder Negro é Nat Turner, Denmark Vesey e Gabriel Prosser planejando uma revolta escrava. É os escravos envenenando seus senhores, e Frederick Douglass fazendo um discurso abolicionista. Essa é a história que a Teologia Negra deve levar a sério antes que ela possa falar de Deus e do povo negro.” James H. Cone, *A Black theology of liberation* (Philadelphia, Lippincott [1970]), 58.

<sup>16</sup> Ibid. p.38-39.

A terceira parte do documento abordava a relação da cultura negra com teologias de libertação. Em uma crítica da leitura meramente materialista da libertação – ecoando a apresentação posterior de Armando Lampe – o documento afirmava que a “religiosidade popular foi e é uma fonte de resistência dos oprimidos.” Ele urgia que teólogos escutassem “não apenas o clamor político”, mas também “o clamor religioso dos oprimidos”, especialmente dos negros, “um dos mais pobres da nossa América.” O documento abraçava por completo a antropologia de seu tempo, designando a religião negra como “a única arma de sobrevivência cultural”, uma cultura que escravos preservaram e reconstruíram (Ibid. 40-41). O relatório dividia os países americanos falantes de espanhol entre aqueles com uma forte presença de comunidades tanto indígenas quanto negras (o litoral da América Central, México, Colômbia e Venezuela), países apenas com comunidades indígenas (Equador, Peru, Bolívia, e Paraguai) e países que foram tomados por “etnocidas”, exterminando ambas as populações (Uruguai, Argentina, e Chile). Em concordância com Gerardo Maloney (e Lampe, novamente), o documento fazia menção especial a “afro-antilhanos” que lidavam frontalmente com seu passado colonial com uma mistura de reverência aos ancestrais com “novos desenvolvimentos” tais como o Garveyismo (nacionalismo negro). Eles também elogiaram a Teologia de Libertação Negra (os Estados Unidos). O Haiti era tratado separadamente tanto pela sua estrutura social “africana” quanto por ser um lugar onde “a Igreja dos pobres” existia simultaneamente à “Igreja negra” como “o espaço de solidariedade e de constituição de dignidade pessoal e coletiva.” Embora o documento elogiasse movimentos curandeiros como Mita e Mahikari, ele alertava que estes recebiam apoio dos Estados Unidos para “permitir uma integração maior dos nossos povos ao sistema imperialista (Ibid. 41-43).”<sup>17</sup> O documento explicitamente deixou de avaliar as relações raciais brasileiras, escolhendo, ao invés disso, condená-las em termos gerais como um assassinato da alma (citando Mateus 10:28) por meio da difamação da cultura afro-brasileira. Em um pedido implícito por uma síntese entre a libertação educacional e cultural mais ampla e a luta negra, a seção do documento encerra questionando: Como “reverter esta situação de opressão” encarando a “religiosidade popular, a educação popular, a cultura popular” e “a participação popular social e política do povo negro nas várias sociedades americanas? (Ibid. p.44)”.

A quarta seção abordava o sincretismo e se baseava de modo mais intenso no pensamento teológico brasileiro. Os redatores notaram que as religiões africanas expressam uma visão que, em alguns aspectos, inverte

---

<sup>17</sup> James Cone não tinha adentrado o léxico teológico brasileiro, como pode ser demonstrado pela manutenção da versão espanhola “*Dios es negro*” na tradução para o português (43).

o entendimento ocidental cristão. Primeiro, Deus age “fora do sistema do mundo” onde o sagrado “reside na ordem mesma do mundo.” A inculturação significaria, então, um Deus “não mais exclusivista e fonte de racismo e intolerância” e uma concepção de Deus em que “nenhum povo, nenhuma cultura, nenhuma religião poderia ter a pretensão” de “toda a verdade.” Esse Deus seria tanto um “produto da linguagem humana” quanto um “reprodutor de todas as linguagens humanas na sua variedade e multiplicidade.” Dessa forma, Deus provaria estar acima de todos. Apesar da recomendação por diálogo, os redatores admitiram o conflito entre a mensagem cristã de redenção do pecado e das cosmologias nagô que não reconheciam nem um nem outro. Contudo, citando o capítulo 7 de *Igreja, Carisma e Poder* (1984), de Leonardo Boff, “em defesa do sincretismo,” os participantes encorajavam os católicos a continuarem o processo de diálogo sincrético, uma vez que o cristianismo em si era um produto da mistura entre cultura grega e judia. As religiões “evoluem”, os redatores alegaram, e um processo sincrético iria constituir “um serviço ao cristianismo e às religiões africanas” ao acabar com a perseguição cristã, liberando “todas as potencialidades” das religiões africanas e derrubando “um dos mais firmes pilares do racismo antinegro (Ibid. p.45-48).”<sup>18</sup>

A Parte Cinco registrava as sugestões elaboradas na reunião, compondo cerca de uma página e meia. Os participantes recomendaram grupos de trabalho informados pelas pesquisas de padres, sociólogos e arqueólogos. Eles demandaram o estudo das tradições e dos problemas da igualdade feminina nas tradições africanas. Eles conclamaram as igrejas a focar nos problemas que mulheres negras, famílias, prostitutas e mulheres marginalizadas enfrentavam de modo recorrente (especialmente autonomia reprodutiva e “paternidade responsável” que, eles consideravam, havia sido abordada sempre por um viés de classe média). Além de estudar potenciais iniciativas antirracistas por parte da Igreja, eles recomendaram que uma das “próximas” Campanhas de Fraternidade da CNBB focalizasse no tema “do Negro e do Racismo” e que a CNBB permitisse que “representantes da comunidade negra” escrevessem os textos. Por fim, apesar do seu reconhecimento aos escritos de autores negros americanos sobre o assunto, recomendavam que teólogos negros escrevessem um livro sobre “A Teologia da Libertação A Partir das Lutas do Povo Negro (Ibid. p.49-50).”

---

<sup>18</sup> O trabalho censurado de Boff (RATZINGER, 1985) rejeitou a leitura negativa do documento *Ad Gentes* do Concílio Vaticano II em relação ao sincretismo, partindo das mesmas bases nele utilizadas para encorajar o diálogo ecumênico com os protestantes. Nem os protestantes nem os católicos manifestariam plenamente nas suas instituições a Igreja invisível de Cristo na Terra (BOFF, 1994, p.158,162).

## CONCLUSÃO: A BAIXADA COMO PONTO DE INFLEXÃO

Em 1986, a CNBB aprovou o tema “O negro” para a Campanha da Fraternidade de 1988. A campanha em si abria com um claro chamado a se lidar direta e honestamente com a marginalização simbólica e material dos negros. João Paulo II falou em Roma, dando início ao seu discurso em português, para exigir “acesso igual à vida econômica, cultura e social” a todas as raças do país. Luciana Mendes de Almeida – presidente da CNBB – declarou na televisão em cadeia nacional que o negro “foi o que mais trabalhou e sofreu para formar o Brasil.” O cardeal sênior Alósio Lorscheider admitiu que “O Brasil é um país racista (*Jornal do Brasil* 18/02/1988).” Edir Soares e Marcos Rodrigues da Silva citaram os anais da conferência nas suas contribuições para uma edição especial de uma revista conhecida da Igreja, *Vida Pastoral*, sobre negros e a Igreja (SOARES, 1988, p.20; DA SILVA, 1988, p.25).

Dois anos depois, Jane Kramer escreveu um perfil de 31 páginas de frei David para a revista *New Yorker*, dos EUA, comentando o trabalho dele em outra comunidade periférica da Baixada Fluminense, Campos Elíseos. O artigo confirmava o sentimento de que a conferência havia atingido seu objetivo de movimentar teólogos famosos como Leonardo Boff, que admitiu a necessidade de um “cristianismo afro-brasileiro” convivendo com versões romanas e ortodoxas – para lidar de modo mais sério com questões raciais.

Se a conferência ajudou a virar uma página na visão que a Igreja Católica tinha de relações raciais e a entrar em contato com negros além das fronteiras religiosas existentes, ela não fechou o livro. Até mesmo Boff falou da capacidade da “macumba” em “assimilar” o Gospel, e não da necessidade de cristãos aprenderem com a Umbanda e com o Candomblé (Kramer 1987, 68-69). A tão pedida campanha viria a gerar controvérsias e divisões nacionalmente, assim como as reuniões subsequentes lidando com religiões negras (reuniões de menor escala como essa e encontros maiores de CEBs).

Não obstante, a conferência representou um importante, mesmo que pouco conhecido, avanço, não apenas na história da renomada organização ASSET, como também na Diocese de Nova Iguaçu. Durante um pouco menos de uma semana, um time de ativistas negros e liberacionistas internacionalmente conhecidos fizeram de Nova Iguaçu o centro de seu mundo, visitaram seus terreiros, e se confrontaram, dentre outros fatores, com os desafios específicos da região. A partir daí, eles acrescentaram cimento aos alicerces da construção das campanhas sociais, políticas e educacionais do movimento negro ao longo dos anos 1990 e 2000.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Juan José Tomayo. "Derechos Humanos y nuevos sujetos en la teología de la liberación." In Juan José Tomayo Acosta e Edgardo Rodríguez Gómez, *Aportación de la Teología de la Liberación a los Derechos Humanos* (Madrid: Dykinson S.L. 2008)
- ALVES, Uelinton Farias. "Uma história corrompida." *Maioria Falante* Set./Out. 1988
- ASSOCIAÇÃO ECUMÊNICO DE TEÓLOGOS DO TERCEIRO MUNDO. *Congresso Internacional Ecumênico de Teologia* (São Paulo, 1980), 2. In CEDIC-SP Box 1 (IGR.BRA P4Do1D1)
- ASSOCIAÇÃO ECUMÊNICO DE TEÓLOGOS DO TERCEIRO MUNDO. *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Rio de Janeiro: CEDI, 1986)
- "Programa de la Consulta." Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Cultura Negra y Teología* (San José: DEI 1986)
- BAPTISTA, Mauro. "Panorama geral da África nas Américas." Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)
- BARGER, Lilian Calles. *The World Come of Age: An Intellectual History of Liberation Theology* (Oxford: Oxford University Press, 2018)
- BARRETO, Raimundo César. Jr., "Brazil's Black Christianity and the Counterhegemonic Production of Knowledge in World Christianity," *Studies in World Christianity* 25,1 (2019)
- BENEVIDES, Roberto. "Religiosos negros fazem reunião proibida por cardeal." *Jornal do Brasil* August 28, 1986. [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&pagfis=120828](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=120828)
- BOFF, Leonardo. *Igreja Carisma e Poder: Ensaio de Eclesiologia Militante* (São Paulo: Editora Atica, 1994)
- CARVALHO, Emílio de. "President's Report." In K.C. Abraham (Ed.), *Commonalities and Divergences: Papers and Reflections from the Second General Assembly of the Ecumenical Association of Third World Theologians, December, 1986, Oaxtepec, Mexico* (Maryknoll, NY: Orbis Books, 1990)
- CLERISME, Renald. "O papel do Vodun na Luta Pela Libertação do Popovo Haitiano." Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)
- "CNBB lembra a dor do negro ao abrir campanha." *Jornal do Brasil* February 18, 1988, 5. [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/157765](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/157765).
- CONE, James. "[Document]] 29: From Geneva to São Paulo: A Dialogue Between Black Theology and Latin American Liberation Theology." In Ja-

mes H. Cone e Gayraud S. Wilmore (Eds.), *Black Theology: A Documentary History, Vol. II (1980-1992)* (Maryknoll, NY, Orbis Books, 1993)

COX, Harvey. *Religion in the Secular City: Toward a Postmodern Theology* (New York, Simon & Schuster, 1984)

DA SILVA, Marcos Rodrigues. "Reconciliação, solidariedade, homem novo á luz da comunidade negra." *Vida Pastoral* 29, 139 (Março Abril de 1988)

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. "Direitos Humanos." *Boletim Informativo* 1,10 (06/1978)

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. "Sou Negro, sim! E daí?" *Boletim Informativo* 5,4 (12/1981):17

FRANKLIN, Vincent P. "Alonso De Sandoval and the Jesuit Conception of the Negro," *The Journal of Negro History* 58,3 (July 1973): 349-360

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem* (Rio de Janeiro: Editora Record, 2014), 35-36,56-57

GOMES, Paulo César. "Denunciar,insuflar, combater: A esquerda episcopal na mira da espionagem na ditadura militar brasileira." Conferência Nacional de Bispos Católicos, *Memória e Compromisso: A participação dos Cristãos na Redemocratização do Brasil e Anistia Política* (Brasília: Comissão Brasileira Justiça e Paz, 2016), 171,181.

GONÇALVES, Eugênia Dias. "Identidade de deus dentro da reflexão das congadas da região metalúrgica de Minas Gerais." Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)

GONZALES, Michelle A. *A Critical Introduction to Religion in the Americas: Bridging the Liberation Theology and Religious Studies Divide* (New York: New York University Press, 2014)

HOWARD, Rosalyn. "8. Yoruba in the British Caribbean: A Comparative Perspective on Trinidad and the Bahamas." In Falola, Toyin, e Matt D. Childs, org. *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World* (Bloomington: Indiana University Press, 2004)

HURBON, Läennec. "Identidade de deus e do sagrado nas religiões Africanas do Caribe : algumas orientações para a reflexão." Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)

KRAMER, Jane. "Letter from the Elysian Fields." *New Yorker* March 2, 1987

LAMPE, Armando. "Entre a religiosidade popular e a resistência popular não há contradição : uma perspectiva antilhana." In Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986).

MAGALHÃES, Lelia. "Igreja leva politização á Baixada." *O Dia* December 3, 1989

- MAINWARING, Scott. "Grassroots Popular Movements and the Struggle for Democracy: Nova Iguaçu." In: *Democratizing Brazil*, edited by Alfred Stepan, 168-204 (New York: Oxford University Press, 1989).
- MALONEY, Gerardo. "Raça, classe e religiosidade entre os negros da América." In Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986).
- MINTZ, Sidney W. e Richard Price. *The birth of African-American culture: an anthropological perspective* (Boston: Beacon Press, 1992 [original 1974])
- MONTILUS, Guérin C. "Deus e o sagrado nas religiões africanas e afro-americanas." In Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986).
- MYATT, Alan D. "Religion and Racial Identity in the Movimento Negro of the Roman Catholic Church in Brazil." (PhD Dissertation. Iliff School of Theology and The University of Denver, Colorado Seminary, 1995), 1-2
- NOÉ, Virgílio. [Congregatio Pro Culto Divino] "Carta a Ivo Lorscheiter [Presidência do CNBB]." Prot. N° 1111/85. Rome. August 3, 1985. CDI-CNBB N° 004686-8, 3.
- OLIVELLA, Manuel Zapata. "Sincretismo afro-cristão nas lutas libertadoras da América." Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)
- PRICE-MARS, Jean. *Ainsi parla l'oncle* ([Montreal] Lemeac, 1973)
- RATZINGER, Joseph. [Congregação pela Doutrina da Fé], "Notificação sobre o livro «Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Ecclesologia Militante» de Frei Leonardo Boff, O.F.M." Vatican City. March 11 1985, [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19850311\\_notif-boff\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850311_notif-boff_po.html)
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos e Adriana Maria Ribeiro. " 'Menor atenção das autoridades.' Versus maior produção acadêmica: Novos estudos sobre os movimentos sociais na Baixada Fluminense durante a ditadura." *Recôncavo: Revista História da UNIABEU* 5,9 (Jul.-Dec. 2015): 72-93
- SALES, Jean e Alexandre Fortes, org. *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: Movimentos Sociais, Repressão e Poder Local* (Rio de Janeiro: Editora Prismas, 2016).
- SANTA CRUZ, Nicomedes. "Contribuições do negro ao cristianismo da América." In Associação Ecumênico de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)
- SANTA ANA, Julio de. "Carta ao Pe. Sérgio Torres." São Paulo. 17 de maio de 1984. In "Consultation on Black Culture and Theology in Latin America, Nova Iguaçu, Brazil, Jul 8-12, 1985." *Burke Library Archives: Ecumenical As-*

- sociation of Third World Theologians (EATWOT) Records, 1975-2006. Columbia University/Union Theological Seminary, Series 2B, Box 29, Folder 2.
- SANTOS, Juana Elbein dos e Deoscoredes M. dos Santos "Religião y cultura negra." In Manuel Moreno Fraginals, *África en América Latina*, (México: UNESCO Siglo Veintiuno Editores SA, 1977)
- SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. "O Movimento Negro da Baixada." *Boletim Informativo* 4,11 (07/1980): 7.
- SERBIN, Kenneth P. *Needs of the Heart: A social and cultural history of Brazil's clergy and seminaries* (Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 2006), 5-6.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). "Movimento Amigos do Bairro (MAB/Nova Iguaçu-RJ)." *ACE* N°5646 December 30, 1981
- SOARES, Edir. "O espaço do negro na comunidade eclesial." *Vida Pastoral* 29, 139 (Março Abril de 1988)
- STEIN, Stanley J. e Barbara H. *The colonial heritage of Latin America; essays on economic dependence in perspective* (New York: Oxford University Press, 1970)
- STEWART, Dianne M. *Three Eyes for the Journey: African Dimensions of the Jamaican Religious Experience* (Oxford, Oxford University Press, 2005)
- TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen* (Boston: Beacon Press, 1946)
- TEMPELS, Placide. *Bantu Philosophy* (Paris: Presence africaine, 1952)
- "Teólogos e pais de santo vão debater cultura negra na Bahia." *Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar* October 23, 1984.
- THEODORO, Helena. "Algumas considerações sobre a mulher negra." In Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, *Identidade Negra e Religião: Consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina* (Nova Iguaçu, RJ: CEDI, 1986)
- VANDENABEELE, Fernando. CICM, "Anuario" *Cadernos de Nova Iguaçu* Vol. 3 Sec. 2.5 (1969 [?]).
- Vatican, "Constitution on the Sacred Liturgy, *Sacrosanctum Concilium*." Vatican City December 4, 1963, III:A, 22,2. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_en.html#\\_ftnref1](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_en.html#_ftnref1). Accessed November 30, 2019
- "Constitution on the Sacred Liturgy, *Sacrosanctum Concilium*." Vatican City December 4, 1963, III:A, 22,2. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_en.html#\\_ftnref1](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_en.html#_ftnref1). Accessed November 30, 2019
- "Declaration on the Relation of the Church to Non-Christian Religions *Nostra Aetate*" Vatican City, October 28, 1965, Section 5. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decl\\_19651028\\_nostra-aetate\\_en.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_en.html)
- "Declaration on Christian Education, *Gravissimum educationis* Vatican City, October 28, 1965. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/)

ii\_vatican\_council/documents/vat-ii\_decl\_19651028\_gravissimum-educationis\_en.html.

----- "Decree Ad Gentes On the Mission Activity of the Church." Vatican City. December 7, 1965, 15. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651207\\_ad-gentes\\_en.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_en.html)

----- "Dogmatic Constitution on Divine Revelation *Dei Verbum*." Sec. 12,6. Vatican City November 18, 1965. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_en.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_en.html)

----- "Pastoral Constitution on the Church in the Modern World *Gaudium et Spes*". Vatican City. December 7, 1965, Secs. 29, 58,60. [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_en.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_en.html). Accessed December 11, 2019

VIGIL, Jose Maria, Luiza E. Tomita, e Marcelo Barros (Eds.), *Along the Many Paths of God (Part IV): Intercontinental Liberation Theology of Religious Pluralism* (New York: EATWOT, 2010)

WILLIAMS, Eric Eustace. *Capitalismo e escravidão* (Rio de Janeiro: Cea, 1975)

## Sobre os autores

### **Ábner Francisco Sótenos**

Doutorando em História da América Latina no Departamento de História da University of California – San Diego (UCSD). Foi pesquisador visitante no Center for Latin American and Caribbean Studies (CLACS) na Brown University (2016-2018). Mestre em História Social pelo PPGHIS-UFRJ (2013) e graduação em História pela UFRJ (2009). É coautor de “História Escrita, História Viva: movimentos sociais, memória e repressão política durante a ditadura militar no Brasil,” (Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2019).

### **Adriana da Silva Serafim**

Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Autora da dissertação “A Missa da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)”.

### **Adriana Maria Ribeiro**

Aluna egressa de escola pública de periferia no Rio de Janeiro, é professora de História na Educação Básica desde 2001, ano em que concluiu o bacharelado e a licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2013, tornou-se mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e, em 2018, doutorou-se em História pela mesma instituição.

### **Alexander de Souza Gomes**

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPCIS-UERJ. Atua como professor da Educação Básica das redes municipais de Niterói e do Rio de Janeiro. Autor do livro “Religião-Política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito”, publicado pela Editora Appris em 2017.

### **Allofs Daniel Batista**

Concluiu sua Licenciatura em História pela UFRRJ (Campus Nova Iguaçu) em 2011. É Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Unirio) e doutorando em história pela UFRRJ. Possui especial interesse pelas discussões acerca da História Política e da administração no contexto pré e pós-Golpe Civil-Mili-

tar e pelos impactos desse processo histórico no Município de Nova Iguaçu e na região da Baixada Fluminense.

### **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro**

Doutor em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). Professor Adjunto de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisador do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT) e do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP). Coordenador Acadêmico Local do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e Coordenador do GT Estadual Mundos do Trabalho Piauí. Autor do livro “Memórias da Moscouzinho” (Paco Editorial, 2016).

### **Giselle dos Santos Siqueira**

Mestre e doutoranda em história política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo sido bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professora de História pela Secretaria estadual do Rio de Janeiro. O capítulo que integra esse livro é baseado em sua dissertação de mestrado, intitulada Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador.

### **Higor Codarin**

Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Sociologia pela mesma universidade, onde desenvolveu pesquisa referente à ditadura civil-militar brasileira, mais especificamente com relação à Dissidência Comunista da Guanabara (MR-8/DI-GB). A dissertação de mestrado resultante da pesquisa foi vencedora do 4o Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, realizado pelo Arquivo Nacional, sendo publicada em formato de livro pela Alameda Casa Editorial (2019). Atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

### **José Claudio Souza Alves**

Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque (Unifeb) (1983), mestrado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (1989) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) (1998). Atualmente, é professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em violência urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Baixada Fluminense, criminalidade, sociologia

da religião, Igreja Católica – pastorais sociais e CEBs, igrejas evangélicas, segregação socioespacial, grupos de extermínio e milícias.

**Luiz Anselmo Bezerra**

É doutor pelo Programa de Pós-graduação em História da UFF e professor na Rede Pública Municipal de Nova Iguaçu.

**Travis Knoll**

Doutorando em história na Duke University. Estuda as relações entre pensamento católico, movimentos negros modernos e política educacional.